

Djiovan Vinícius Carvalho

CARTAS, FAVORES, FAMÍLIA E PODER: A
TRAJETÓRIA E O EPISTOLÁRIO DE UM
COMERCIANTE PORTUGUÊS NA PROVÍNCIA DO RIO
GRANDE DO SUL (1851-1916)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo
2020

CIP – Catalogação na Publicação

C331c Carvalho, Djiovan Vinícius
Cartas, favores, família e poder [recurso eletrônico]: a trajetória e o epistolário de um comerciante português na Província do Rio Grande do Sul (1851-1916) / Djiovan Vinícius Carvalho. – 2020.
4 MB ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Rio Grande do Sul - História, 1851-1916. 2. Acervos privados. 3. Epistolários. 4. Vasconcellos, Antonio da Silva - Biografia. I. Reckziegel, Ana Luiza Setti, orientadora. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Banca Examinadora do Mestrado

Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira (Unisinos)

Profa. Dra. Gizele Zanotto (UPF)

Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

À Ernesta, por ser origem;
à Helena, por ser incógnita;
à Marilene, por ser impulso;
à Lorena, por ser refúgio.

Escrever uma dissertação, para além dos vários aspectos desgastantes já assinalados por todos aqueles que passaram por essa experiência, possui um sentido extremamente prazeroso: o compartilhar da amizade, da solidariedade e do incentivo de um conjunto de pessoas, umas mais próximas, outras mais distantes. A estes, gostaria de expressar, neste espaço, os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas que possibilitaram o desenvolvimento do curso de mestrado. Em segundo, aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na pessoa da minha orientadora Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, que aceitou orientar esse trabalho.

Aos membros da banca de avaliação, Professor Paulo Roberto Staudt Moreira, pelas suas considerações e por me permitir o “sabor do arquivo”. Do mesmo modo, agradeço à professora Gizele Zanotto, pelas oportunidades de diálogo e de interlocução, bem como pelos conselhos e orientações durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus pais, Adiles e Marilene, por serem fonte de calma, apoio e por nunca dizerem que meus sonhos eram impossíveis. À minha madrinha, Lorena, por ter me oferecido amor e segurança desde meu primeiro dia de vida.

Ao confrade e especial amigo, Fernando Miranda, por não medir palavras, esforços e compreensão. Penho aqui, meus mais sinceros reconhecimentos àquele que muito fez, e talvez seja o principal

incentivador, tanto para a concretização do curso de mestrado quanto desse trabalho. Do mesmo modo, estendo meus agradecimentos aos confrades do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), por acompanharem, desde o início, as agonias e os prazeres de um mestrando.

À Vanessa Gomes de Campos, amiga, incentivadora e mentora, agradeço imensamente a paciência, a leitura atenta e os incontáveis conselhos, desde a sugestão do trabalho com o Acervo G.P.B.F, até as considerações antes da banca. Muito obrigado! Esse trabalho também é fruto de sua competência e profissionalismo.

À Jenifer de Brum Palmeiras, amiga que, desde 2014, tem incentivado e apontando caminhos possíveis. Sou grato pelas centenas de conversas, confidências, planos e orientações, muitas das quais se materializaram com esse trabalho.

Ao amigo e colega de empreitadas históricas, Alex Vanin, confrade que, tal qual a Vanessa, não mediu palavras após a leitura dos originais. À Bruna Becker, amiga e sócia, cujo apoio foi fundamental para a finalização deste trabalho. Aos amigos Augusto, Caroline e Waleska, obrigado por partilharem e compartilharem anseios e medos, antes, durante e depois das aulas do mestrado.

Ao Eduardo, ouvinte atento de algumas dúvidas, inquietações, desânimos e sucessos, pelo apoio, pela confiança e pela valorização do meu trabalho, dando-me, assim, coragem para finalizar esta empreitada, me incentivando a seguir adiante.

Agradeço o apoio e incentivo dos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Sou grato, em especial, à amiga que a pesquisa me trouxe, a bibliotecária Márcia Radke Piva, pelo auxílio ao longo de todo o trabalho com o Acervo Gabriel Pereira Borges Fortes. Ao Márcio Túlio, Zezé e Márcia Borges Fortes, por compartilharem comigo informações acerca de seus antepassados.

Agradeço àqueles que de uma forma ou outra contribuíram para a execução deste trabalho.

Aquilo que o “eu” tem de único se esconde exatamente naquilo que o ser humano tem de inimaginável. Só podemos imaginar aquilo que é idêntico em todos os seres humanos, aquilo que lhes é comum. O “eu” individual é aquilo que se distingue do geral, portanto aquilo que não se deixa adivinhar nem calcular antecipadamente, aquilo que precisa ser desvelado, descoberto e conquistado.

Milan Kundera

Tudo que é fragmentário restringe minhas ideias, eis por que não sou matemático e sim historiador. A partir do elemento residual posso formar um quadro completo, sei onde faltam grupos e posso incorporá-los. Imagino que o mesmo se dá contigo e desejaria que, consagrando como eu tua reflexão à história, soldasses a figura sobre a tela e que, utilizando a imaginação, trabalhasses com as cores da história.

Barthold Niebuhr

RESUMO

A renovação historiográfica ocorrida no Brasil, a partir da década de 1980, alicerçada na inserção de novas possibilidades teóricas, metodológicas e a utilização de diversificadas fontes históricas, juntamente com a “reinscrição” dos indivíduos na história, permitiu a ampliação dos estudos biográficos, muitas vezes, a partir de seus documentos pessoais. Portanto, esta pesquisa propõe-se a acompanhar o “fazer-se” de um indivíduo específico, seguindo o conjunto de ações desempenhadas por ele, visando compreender sua inserção social, práticas relacionais e aspirações, a partir de correspondências preservadas em seu epistolário. Trata-se do comerciante português Antonio da Silva Vasconcellos, que imigrou em 1851, fixando residência, inicialmente, no Rio de Janeiro. Dez anos depois, Vasconcellos migrou para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, residindo e construindo vínculos sociais, sobretudo, nas cidades de São Gabriel e São Vicente. Assim, objetivou-se compreender certas práticas sociais, de ordem econômica, política e social, no interior do Rio Grande do Sul, a partir da construção de redes e vínculos e da ascensão ou manutenção de posições sociais, por meio do levantamento, leitura e análise de seu epistolário pessoal, examinando as missivas qualitativa e quantitativamente, juntamente ao cotejo de outras fontes documentais, valendo-se, para isso de uma bibliografia operacional. O estudo buscou reconstituir a história de vida de Vasconcellos e, conseqüentemente, parte do tecido social no qual ele estava inserido. Dessa maneira, constatou-se que as cartas pessoais se configuram como fontes privilegiadas por reunirem informações que permitem a compreensão de determinados contextos históricos, por meio da leitura da troca de favores, pactos e relacionamentos, profissionais e afetivos, entre diversos indivíduos, sendo a escrita epistolar uma prática eminentemente relacional. Ademais, concluiu-se que o comerciante português Antonio da Silva Vasconcellos, manejou, ao longo da vida, estratégias para ascender social, econômica e politicamente, utilizando-se de recursos e contatos para seu favorecimento e diferenciando-se de seus contemporâneos por ter tido parte de seu cotidiano preservado em suas correspondências.

Palavras-chave: Acervos Privados. Antonio de Vasconcellos. Biografia. Escrita Epistolar.

ABSTRACT

The historiographic renewal that has occurred in Brazil since the 1980s, supported by the insertion of new theoretical and methodological possibilities and the use of diversified historical sources, alongside the “reinsertion” of individuals within history, has allowed the expansion of biographical studies, frequently from their personal documents. Hence, this research intends to accompany the “making of oneself” of a specific individual, following the set of actions performed by him, in order to understand his social insertion, relational practices and aspirations, from the correspondence preserved in his epistolary. This is the Portuguese merchant Antonio da Silva Vasconcellos, who immigrated in 1851, initially settling in Rio de Janeiro. Ten years later, Vasconcellos migrated to the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, residing and establishing social bonds, especially in the cities of São Gabriel and São Vicente. Thus, the objective was to comprehend the social practices, of economic, political and social order, in the interior of Rio Grande do Sul, based on the construction of networks and bonds and the ascension or maintenance of social positions, through the survey, reading and analysis of its personal epistolary, examining the missives qualitatively and quantitatively, together with the collation of other documentary sources. The study sought to reconstitute Vasconcellos’ life history and, consequently, part of the social network in which he was inserted. Therefore, it was confirmed that personal letters are considered privileged sources, as they gather information that allows the understanding of certain historical contexts, through the reading of the exchange of favors, pacts and relationships, both professional and affective, among several individuals, with epistolary writing being an eminently relational practice. Additionally, it has been concluded that the Portuguese merchant Antonio da Silva Vasconcellos has, throughout his life, managed strategies to ascend socially, economically and politically, using resources and contacts to his benefit and distinguishing himself from his fellow contemporaries by having had part of his daily life preserved in his correspondence.

Keywords: Archives Privates. Antonio de Vasconcellos. Biography. Epistolary Writing.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Retrato de Antonio da Silva Vasconcellos	22
Figura 2 - Árvore genealógica de Gabriel Pereira Borges Fortes.....	30
Figura 3 - Carta enviada a Vasconcellos pelo Padre João P. Gouvea	37
Figura 4 - Carta enviada por Manoel Ferreira da Fonseca a Vasconcellos	39
Figura 5 - Carta enviada por Vasconcellos a João Pereira da Silva Borges Fortes	39
Figura 6 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro: visto do Morro de Santo Antonio	44
Figura 7 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro: visto do Morro de Santo Antonio	44
Figura 8 - “Die Rua Direita in Rio de Janeiro”	46
Figura 9 - Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1852	47
Figura 10 - Retrato dos pais e da irmã de Antonio de Vasconcellos.....	49
Figura 11 - Vista do Cais Pharoux, Igreja da Candelária e Arsenal da Marinha.....	50
Figura 12 - Fachada da sede do Real Gabinete Português de Leitura	60
Figura 13 - Ação da Sociedade Harmonia Gabrielense de Antonio de Vasconcellos.....	73
Figura 14 - Localização do Município de São Gabriel em 1872.....	76
Figura 15 - Árvore genealógica de Raimundo da Silveira Santos e Inocencia Maria de Bittencourt	82
Figura 16 - Árvore genealógica de João Nepomuceno de Carvalho e Maria Leocádia Xavier Prates	83
Figura 17 - Árvore Genealogia da Família Prates de Castilhos	88
Figura 18 - Antonio de Vasconcellos com a família de Balbina da Fonseca Lima.....	100
Figura 19 - Mapa do Rio Grande do Sul, com a localização de São Vicente.....	102

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia de Antonio da Silva Vasconcellos (1838-1916).....	20
Quadro 2 - Correspondências recebidas por Vasconcellos	37
Quadro 3 - Listagem de itens adquiridos por João Theodoro de Souza Barreto	78
Quadro 4 - Volume de correspondência por remetentes	110
Quadro 5 - Cronologia de Antonio de Vasconcellos a partir de 1880.....	118
Quadro 6 - Volume de correspondência por destinatários	120

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
BN	Biblioteca Nacional
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IHPF	Instituto Histórico de Passo Fundo
PRR	Partido Republicano Rio-grandense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 HISTÓRIA, BIOGRAFIA E ESCRITA EPISTOLAR	22
1.1 O indivíduo na História: a biografia como gênero e como problema.....	24
1.2 Biografias e arquivos pessoais: entre a “ilusão biográfica” e o “feitiço do arquivo”	29
1.3 A tinta, a pena e o papel: as correspondências como fonte e objeto.....	33
2 AS CARTAS DE UM “AVENTUREIRO D’ALÉM MAR”: IMIGRAÇÃO E SOCIEDADE	41
2.1 Cartas, família e trabalho: a imigração de Antonio de Vasconcellos, um “aventureiro d’além mar”	42
2.2 Cartas, clubes e espaços de sociabilidade: Antonio de Vasconcellos e suas estratégias de inserção social	58
2.3 Cartas, migração e sociedades: Antonio de Vasconcellos nos “risonhos vergéis do sul”	67
3 AS CARTAS NO CAMINHO DA FORTUNA: COMÉRCIO, FAVORES E FAMÍLIA (1860-1882).....	76
3.1 Cartas, transações comerciais e fortuna: Antonio de Vasconcellos e suas relações com a família Prates	79
3.2 Cartas, comércio e falência: Antonio de Vasconcellos e os ecos da Guerra do Paraguai	91
3.3 Cartas, família e outros parentes: Antonio de Vasconcellos nas teias tecidas pelo casamento.....	97
4 AS CARTAS QUE TRAMAM O PODER: AMIGOS, TERRAS E POLÍTICA (1883-1916)	116
4.1 Cartas, favores e pacto epistolar: Antonio de Vasconcellos, um amigo do Presidente da Província	121
4.2 Cartas, terras e amigos: Antonio de Vasconcellos, Juiz Comissário em São Vicente	133
4.3 Cartas, política e obséquios: Antonio de Vasconcellos, o mais humilde soldado do grande Partido Republicano	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	157
FONTES E LOCAIS DE PESQUISA.....	175

INTRODUÇÃO

Antonio de Vasconcellos nasceu em Portugal e imigrou sozinho para o Brasil em 1850, com cerca de 12 anos. Ao estabelecer-se na capital do Império, Vasconcellos passou a atuar como caixeiro em uma casa comercial, em um dos principais núcleos mercantis do país. Ao longo da vida, foi caixeiro, comerciante, criador, maçom, político, conservador e republicano, muitas vezes citado como amigo, parente e compadre, assumindo, portanto, diversos papéis sociais ao longo de sua existência. Após escolher viver na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1860, Vasconcellos casou-se com Emerenciana Pereira, sobrinha do político e deputado provincial João Pereira da Silva Borges Fortes. Ao residir em Pelotas, São Gabriel e São Vicente, no interior da Província, Vasconcellos relacionou-se com diversos sujeitos que o auxiliaram, assim como ele os auxiliou, a alcançar seus objetivos.

Vasconcellos, no decurso de sua vida utilizou-se da escrita epistolar para estabelecer contato e fechar negócios, constituindo um grande epistolário. Foram preservadas cerca de 250 cartas por ele recebidas entre os anos de 1854 e 1916, além de cópias das cartas enviadas entre 1886 e 1914, dispostas em três livros copiadores.

Tendo em vista o vasto conjunto documental referente à vida de Vasconcellos, surgem alguns questionamentos. O primeiro deles é referente a trajetória de vida deste homem. Quem é esse indivíduo que tem seus documentos pessoais preservados e guardados em instituições culturais? Deste questionamento principal, outros acabam se derivando: quais eram suas redes de relações, quem eram seus amigos e contatos? Quais eram os negócios desenvolvidos por ele? Quais foram as estratégias empregadas por Antonio para sua ascensão social? Como ocorreu sua inserção em uma família sul-rio-grandense e de que forma ele se relacionava com os familiares da esposa?

Utilizando-se de cerca de 120 correspondências pessoais de Antonio de Vasconcellos, não apenas para a consulta de informações, mas também como objeto de análise, para a compreensão de sua trajetória, buscou-se pensar historicamente os fenômenos sociais, a partir da narrativa de vida de um indivíduo específico, neste caso, o comerciante português Antonio de Vasconcellos. Separadas por décadas, as cartas de Vasconcellos evidenciam as alterações nos seus papéis sociais, ou as questões nas quais ele esteve inserido, deste modo, foram selecionadas cartas que auxiliassem na leitura dos contextos em que Antonio de Vasconcellos vivenciou.

A escrita epistolar constituiu-se, por séculos, como a maneira mais profícua de dois indivíduos, com alguma distância entre eles, se comunicarem. Enquanto gênero literário, ou

como atividade reservada a alguns privilegiados, o hábito de escrever cartas foi impulsionado pelos homens renascentistas, popularizando-se durante o século XIX. Estratégia de comunicação, as cartas ativavam laços que se estabeleciam para além da célula familiar. Missivistas, imbuídos do desejo de comunicar algo a alguém, se encarregaram de registrar em cartas, bilhetes e notas seus desejos, dilemas, cobranças, problemas e amores, a partir de manuais de civilidade. Esses registros revelam fragmentos do cotidiano e das pulsões que moveram a sociedade, além de uma multiplicidade de relações estabelecidas ao longo de diversas vidas humanas.

Ler esses registros fragmentários é acessar, em certa maneira, as vidas, a intimidade e a individualidade daqueles que marcaram o papel com códigos de sociabilidade e de uma “escrita de si”. A prática epistolar, ou seja, o ato de receber e responder cartas, possibilita o descortinar de uma “dinâmica de transformações que ocorre no transcorrer das trajetórias pessoais” (GRÜNDLING, 2017, p. 10), propiciando, ainda, que sejam identificadas “diferentes facetas que são assumidas ao longo da vida de um indivíduo pertencente ao seu tempo histórico, dividido entre os espaços de trabalho, de sociabilidade etc” (GRÜNDLING, 2017, p. 10).

Por muito tempo, aqueles que se dedicaram à tarefa de conhecer e escrever sobre o passado, relegaram às gavetas de cômodas e às caixas de lembranças as correspondências pessoais. Foi justamente essa “falta de interesse” que fez com que alguns conjuntos de cartas fossem destruídos e outros preservados. Esse é o caso do epistolário de Antonio da Silva Vasconcellos (1838-1916), que teve seus documentos pessoais, suas correspondências e seus recibos contábeis preservados pelos seus descendentes.

Os documentos de Antonio de Vasconcellos compõem parte do Fundo Gabriel Borges Fortes, custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). O Fundo reúne a documentação herdada, produzida/recebida e organizada por Gabriel Pereira Borges Fortes¹, bisneto de Vasconcellos. Cabe salientar que pelo volume significativo de peças documentais, existe uma seção própria a respeito dos documentos produzidos/recebidos durante sua vida. Essa seção agrupa, essencialmente, correspondências passivas, fotografias, escrituras, recibos, registros comerciais, documentação de agremiações sociais, registros

¹ Gabriel Pereira Borges Fortes nasceu em 04 de março de 1920, em Venâncio Aires, filho de Ernani de Vasconcellos Borges Fortes e Jenny Pinós Pereira. Pretor em Venâncio Aires, juiz de Direito em Marcelino Ramos, Estrela, Lagoa Vermelha e Porto Alegre, onde chegou a se aposentar com as vantagens do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça. Foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul lecionando as cadeiras de Direito, Imprensa, História e Cultura Brasileira. Um dos fundadores do Círculo de Pesquisas Literárias – CIPEL. Gabriel Borges Fortes faleceu em 2005. BORGES FORTES, Gabriel Pereira Borges. **Estudos Históricos e outros escritos**. Porto Alegre: EDIPLAT, 2000.

notariais, livros, cartões de visita, documentos pessoais e livros copiadores da correspondência ativa de Vasconcellos.

Isso posto, também constatou-se que nenhum estudioso se dedicou a abordar historicamente a trajetória de Vasconcellos, entretanto, a tese do pesquisador Hermes Uberti, intitulada *Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari – RS, 1854-1912)*, de 2016, o menciona em três momentos. Ao estudar as trajetórias de cinco núcleos familiares que viveram na freguesia de São Vicente, entre meados do século XIX e princípios do XX, o pesquisador analisa as redes sociais firmadas por essas famílias como estratégias de grupos que ocupavam diferentes posições na hierarquia social e que tinham o objetivo de angariar reconhecimento social e segurança econômica. Em nenhum momento o autor se detém ao personagem Antonio de Vasconcellos, mas o menciona nas seguintes oportunidades: i) quando Vasconcellos se envolve na aquisição de terras de netos do Cap. Athanazio Abados (nota de rodapé, p. 42); ii) quando ele, juntamente com outros paroquianos, substabelece uma procuração em São Vicente, no ano de 1879, (p. 50); e iii) ao mencionar Vasconcellos como inventariante do Padre Boaventura Garcia, em 1913 (p. 206). Esse estudo demonstra algumas pistas do envolvimento de Vasconcellos em São Vicente, mas não dá mais que uma pincelada no sujeito histórico que ele fora.

Antonio da Silva Vasconcellos foi um indivíduo que ao longo de sua trajetória fez investimentos, teve sucessos e enfrentou oscilações. A partir das orientações de Schmidt (2003), buscou-se acompanhar o “fazer-se” de Vasconcellos, ou seja, seguir o conjunto de ações desempenhadas por ele – migrar, casar, naturalizar-se –, visando compreender sua inserção social, práticas relacionais, aspirações, etc. Para a reconstituição da trajetória de Antonio de Vasconcellos e, conseqüentemente, o acesso ao tecido social no qual ele estava inserido, foi necessário à utilização do método biográfico, pois, “la persona no es individual sino un universal singular y el método biográfico trata de representar en un texto la trayectoria y experiencia de una vida” (AGIRREAZKUENAGA; URQUIJO, 2007, p. 69).

Nas palavras de Levillain (2003, p. 165), “a biografia reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo”, sendo um exercício apropriado para identificar um indivíduo em um contexto, assim como “analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios”.

Já para Jacques Revel (1998, p. 22), a escolha do individual não deve ser vista como contraditória ao social, pois ela torna possível uma abordagem diferente deste, “ao acompanhar o fio de um destino, particular [...] e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos

tempos, a meadas das relações nas quais ele se inscreve”. Dito de outra forma, “variando a escala de observação não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e trama” (REVEL, 1998, p. 20). Ou seja, para esse autor, trata-se de escrever uma História deslocando o foco de análise das estruturas macrossociais para as experiências vividas pelos atores históricos.

As noções de Revel coadunam-se com a de outros autores, como Norbert Elias (1994) e Lilia Schwarcz (2013), entendendo que a partir da trajetória de um indivíduo seria possível reconstituir um espaço social coletivo, posto que todo sujeito é um ser social que só existe dentro de uma rede de relações. Para Elias (1994), um sujeito só pode ser compreendido em termos de sua vida em comum com os outros, sendo que a estrutura e a configuração do controle comportamental dos homens estão sujeitas à estrutura das relações entre os indivíduos. Já para Schwarcz (2013, p. 71), “não há indivíduo fora de seu tempo, assim como não há sujeito totalmente enjaulado por seu contexto”.

Entretanto, muitos pesquisadores têm restrições acerca do método biográfico, nesse sentido, Pierre Bourdieu (1996), em um texto considerado clássico, discorre sobre os riscos implicados em uma “ilusão biográfica”. A crítica se dirige à história de vida como a “história de uma vida”, que se desenvolve de forma lógica e cronológica, no sentido de mostrá-la como um “conjunto de eventos de uma existência individual [...] um todo, um conjunto coerente e orientado” (BOURDIEU, 1996, p. 184). Para o autor, é tarefa indispensável a reconstrução do contexto, isto é, da “superfície social” em que age cada indivíduo, numa pluralidade de campos a todo instante. Na mesma perspectiva, Giovanni Levi (2005), esclarece que as biografias devem levar em conta a importância das relações sociais, da racionalidade individual e dos sistemas normativos.

Durante o século XX, as biografias foram acusadas de idealizar o passado, forjar heróis e tratar de forma coerente e linear o destino de uma pessoa como determinado desde o nascimento, caindo na “ilusão biográfica”, criticada por Bourdieu. Em contrapartida, no atual momento da historiografia, as biografias buscam problematizar o percurso de uma vida, inserindo-as em temporalidades, situações e contextos distintos, sendo amplamente produzidas.

Essa nova forma de interpretar e escrever biografias entende que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, mesmo que limitada, possuindo ainda “horizontes de expectativa”, além da possibilidade de estarem em constante mudança. Entretanto, pela possibilidade de acesso a fontes documentais, continuam sendo produzidas biografias sobre

“grandes homens”, não mais “forjando heróis”, mas inserindo os biografados em seus contextos históricos, culturais, econômicos e políticos.

Quanto a obras que inserem indivíduos de menor relevo social no bojo de possibilidades biográficas, tem-se como exemplo o livro *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*, escrito por Antonio Candido, em 2007. A obra é uma biografia de um funcionário do império que não galgou grandes postos, mas que, entretanto, foi representativo de seu contexto. Antonio Nicolau Tolentino foi um alto funcionário que extravasou a burocracia sem, porém, chegar a uma liderança de maior abrangência.

Conforme Agirreazkuenaga e Urquijo (2007, p. 64), as biografias são “un relato de la vida de una persona entre sus dos ritos definitorios, el del nacimiento y el de la muerte”. Portanto, o primeiro recorte desta pesquisa insere-se em 1838, ano do nascimento de Vasconcellos, já o segundo, em 1916, ano de seu falecimento. Segundo Hannah Arendt (2013, p. 230-231), a condição “para que uma existência possa ser narrada como história e, por conseguinte, biografada é a de que um conjunto de ações possa ser atribuído ao mesmo agente ou sujeito no espaço temporal *entre* o seu nascimento e a sua morte”.

Posto isso, o trabalho busca tornar pública a trajetória do comerciante Antonio da Silva Vasconcellos, a partir de um cruzamento qualitativo e quantitativo. Por meio do levantamento, leitura e análise de seu epistolário, objetivou-se compreender certas práticas sociais, de ordem econômica, política e social, no interior do Rio Grande do Sul.

Assim, para a construção da biografia de Vasconcellos, pautou-se na proposição de que é preciso articular uma história-narrativa e uma história-problema. Benito Schmidt afirma que é necessário compreender que “a biografia histórica é antes de tudo história” e que “ela precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pela própria narrativa deste campo de conhecimento que se propõe a explicar e/ou compreender o passado” (SCHMIDT, 2011, s/p). Esse pressuposto pode ser complementado com a ideia de Schwarcz (2013, p. 70), que diz: “uma biografia precisa de um problema, de uma questão a orientá-la”.

Desse modo, as considerações de Agirreazkuenaga e Urquijo, auxiliam na elaboração deste trabalho, quando estes dizem que o desafio consiste em que o objetivo da biografia de um indivíduo não seja pautado por importância ou escala de sua projeção social, “mas por seu significado nos diversos círculos de sociabilidade como fonte de conhecimento para a resolução dos problemas historiográficos que nos propusemos” (AGIRREAZKUENAGA; URQUIJO, 2007, p. 63). Portanto, a vida humana converte-se em objeto de análise de si mesma e de seu meio, a partir de um experimento científico.

A opção de pesquisar o epistolário de Vasconcellos se deu, justamente, pelas múltiplas possibilidades que a leitura das missivas oferecia. Como o acervo ainda não havia sido completamente tratado arquivisticamente, isto é, não estava “pronto” para ser consultado, alguns problemas relacionados à sua organização foram enfrentados, o que acabou acarretando fases de trabalho. A primeira delas foi a da identificação de quais itens pertenciam a Antonio de Vasconcellos e quais diziam respeito aos seus descendentes; trabalho prontamente realizado pela arquivista do IHGRGS, Vanessa Gomes de Campos. A segunda fase do trabalho foi identificar a tipologia dos documentos de Vasconcellos (cartas, contratos, atas, processos, cartões, etc). Nessa etapa, notou-se que muitos documentos foram agrupados de acordo com temáticas e/ou correspondentes, como se fossem dossiês. Após separá-los, as cartas foram organizadas em ordem cronológica, sendo divididas por décadas. Essa escolha se deu pela possibilidade de acompanhar o desenvolvimento de um mesmo assunto, para vários remetentes, por exemplo.

Além disso, para o desenvolvimento do estudo, foi imperativo fixar alguns conceitos e ideias-chave. Então, fundamentalmente, notou-se que não se pode analisar a vida como o desenrolar mecânico, em uma estrutura fixa de regras infalíveis. Pensar assim seria cair na “ilusão biográfica”, criticada por Bourdieu. Para tanto, foi necessário compreender a vida de Vasconcellos como um conjunto de ações, aparentemente caóticas, onde este buscou e desenvolveu estratégias para alcançar seus objetivos. Desse modo, tentou-se apropriar-se do conceito de estratégia, a partir das considerações de Pierre Bourdieu.

Sublinha-se que o teórico se utiliza da analogia de um jogo para definir o que seria a estratégia. Bourdieu define que ela “seria o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social e particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais”. Dessa maneira, para o autor, o bom jogador é aquele que “faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige”. Para que isso aconteça, o indivíduo precisa estar em “uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas” (1990, p. 81-82).

Ao focar nos escritos de Vasconcellos, elaborados com a finalidade de entabular o diálogo com outra pessoa, é possível verificar que esses documentos funcionam como “testemunhos de redes de comunicação entre indivíduos e grupos” (MALATIAN, 2004, p. 203), permitindo a identificação de comportamentos e valores próprios de uma época ou de um grupo social em que se insere o missivista.

Para a definição das balizas temporais que definiram o trabalho, buscou-se o documento mais antigo preservado por Vasconcellos, sendo localizada uma carta, enviada a Vasconcellos por seu primo Peixoto Guimarães, em 1851. A missiva estabelece, portanto, o início da cronologia de Vasconcellos² e o ponto de partida para a reconstituição de sua trajetória, pois é justamente em 1851 que o biografado migra para o Brasil, iniciando uma nova fase de vida e o ato de preservação de suas correspondências passivas.

Quadro 1 - Cronologia de Antonio da Silva Vasconcellos (1838-1916)

1838	Nasce em Villa Meã, Portugal
1851	Imigra para o Rio de Janeiro
1861	Migra para o Rio Grande do Sul e estabelece-se em São Gabriel/RS
1870	Casa com Emerenciana Pereira
1883	Naturaliza-se brasileiro
1916	Falece em São Vicente

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Desse modo, a partir das leituras das cartas e de acordo com a região na qual Vasconcellos esteve inserido, chegou-se na divisão que influenciou na estruturação deste trabalho e está disposta através do Quadro 1. Por consequência, esta pesquisa se delimita por um recorte cronológico baseado em acontecimentos/decisões que alteraram a vida do biografado. Dito de outro modo, descortina-se um indivíduo que quer ser diferente permanecendo o mesmo homem, mas não o mesmo sujeito histórico.

Assim, tendo em vista que uma história de vida só adquire valor de História, “en el intercambio que ha establecido o que según nuestro relato aparenta con su entorno” (AGIRREAZKUENAGA; URQUIJO, 2007, p. 64), a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro, *História, biografia e escrita epistolar*, é iniciado pela explanação, em traços largos, da história e produção historiográfica das biografias, discutindo o papel do indivíduo na história. Além disso, o capítulo presta-se a discorrer sobre a “ilusão biográfica”, sua relação com os arquivos privados e as características que envolvem os estudos epistolares.

Num segundo momento, no capítulo seguinte, *As cartas de um “aventureiro d’além mar”*: *imigração e sociedade*, passa-se a analisar a situação e a inserção de Vasconcellos, como imigrante, na capital do Império do Brasil, identificando, por meio de suas correspondências, suas práticas associativas e seus círculos de sociabilidade. Assinala-se que

² O registro mais antigo localizado em seu acervo é datado de 1848, porém não diz respeito a Vasconcellos, sendo uma carta enviada por um tio a um primo de Vasconcellos.

a marca cronológica inicial desta seção corresponde a 1851, momento da imigração de Vasconcellos.

A partir do “pacto epistolar”, no terceiro capítulo, intitulado *As cartas da fortuna: comércio, favores e família (1860-1882)*, tentou-se captar, com base na redação das missivas, momento da migração de Vasconcellos para a Província de São Pedro, as suas motivações, os laços familiares, as redes comerciais e as teias de sociabilidade, nas quais Vasconcellos esteve envolvido, pretendendo-se desvelar um retrato das práticas sociais da Província do Rio Grande de São Pedro.

No último capítulo, *As cartas que tramam o poder: amigos, terras e política (1883-1916)*, definido com base na naturalização de Vasconcellos, apresenta a vida política deste homem, nos últimos anos do período imperial, com o objetivo de descrever as suas motivações, estratégias e ações.

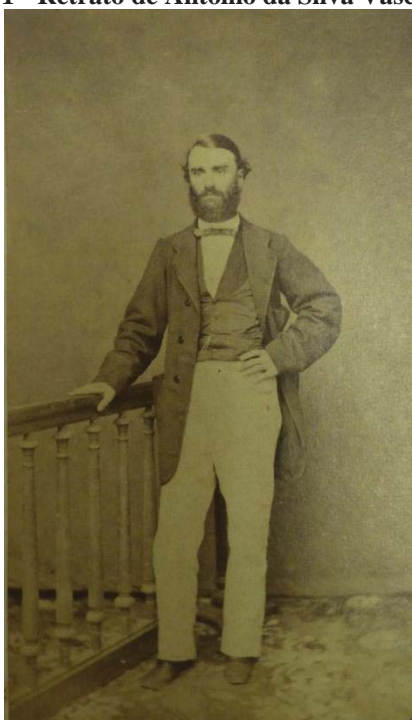
Por fim, as considerações finais do trabalho são apresentadas, abordando alguns aspectos sobre a vida de Vasconcellos, bem como algumas possibilidades de temas para novas pesquisas a partir do arquivo pessoal de Vasconcellos. Para finalizar, apresentam-se as listagens dos locais de pesquisa e fontes utilizadas, além das referências bibliográficas.

1 HISTÓRIA, BIOGRAFIA E ESCRITA EPISTOLAR

Este capítulo tem como objetivo principal refletir sobre o gênero biográfico, entendendo-o como produção narrativa, constantemente alterada ao longo do tempo. Além de discutir métodos e técnicas da biografia histórica, a partir de autores referenciais, refletindo acerca das aproximações e dos distanciamentos entre o individual e o coletivo. Tentou-se, do mesmo modo, compreender a configuração de acervos pessoais e a forma como estes possibilitariam o estudo de uma vida, dando destaque para a prática da escrita epistolar, considerando as nuances que compreendem esta forma de comunicação e as possibilidades de sua utilização pela história.

O personagem biografado neste trabalho, Antonio da Silva Vasconcellos (Figura 1), nasceu no interior de Portugal, no ano de 1838, e, com cerca de doze anos, migrou para o Brasil, local onde casou-se e teve filhos, falecendo em 1916. Antonio de Vasconcellos não foi uma personalidade de relevo nas cidades onde viveu – Rio de Janeiro, Pelotas, São Gabriel e São Vicente –, tampouco se configurou como integrante das elites políticas e econômicas brasileiras. Dito isso, provavelmente, muitos perguntariam o porquê de biografar um indivíduo “comum”, um comerciante que viveu a maior parte de sua vida no interior do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Retrato de Antonio da Silva Vasconcellos



Retrato de Antonio da Silva Vasconcellos, s/d.
Fonte: Fundo Gabriel Borges Fortes. IHGRGS.

Na etimologia da palavra, biografia é a combinação de *bios* (vida) + *graphein* (escrita). Portanto, o termo designa, ao mesmo tempo, a operação e o artefato textual que dela resulta. Oliveira (2017, p. 432) assinala que tal conformação semântica confere à palavra biografia “a dualidade e a amplitude similares à do moderno conceito de história”, isto é, enquanto narração e conjunto de fatos que aconteceram no tempo.

Lilia Schwarcz (2013, p. 66) aponta que uma das perspectivas atuais das biografias é a confecção de estudos que “vocaciona não grandes nomes, mas personagens mais obscuros, menores, subalternos”, que auxiliam, do seu modo, a dar luz às experiências sociais de uma época. De forma complementar, Agirreazkuenaga e Urquijo (2007, p. 70) afirmam que a biografia

sirve también para hacer visibles a las personas invisibles de la historia ya que es necesaria la apelación a los hábitos del grupo. Desde la regla estructural establecida como forma ordinaria cabe realizar la valoración de los individuos a partir del estudio de la trayectoria de su vida en un contexto, un espacio y un tiempo determinados.

Tendo em vista as proposições de Schwarcz (2013) e Agirreazkuenaga e Urquijo (2007), seria possível biografar as “personas invisibles”, personagens “obscuros, menores, subalternos”. Essas colocações tornaram-se plausíveis a partir das renovações historiográficas, em curso desde a década de 1970. Contudo, mesmo com a revisão de métodos, fontes e abordagens, não é tarefa fácil reconstituir a vida de todo e qualquer indivíduo, pois as informações sobre as “pessoas comuns” são até mais difíceis de serem localizadas. É justamente nesse ponto que Antonio de Vasconcellos distingue-se da maioria de seus contemporâneos, já que seus registros pessoais foram preservados até nossos dias, o que permite, em certa medida, a reconstrução de sua trajetória e de parte da sociedade na qual ele esteve inserido.

O presente capítulo, antes de apresentar a trajetória desse sujeito histórico, registra algumas considerações acerca do papel do indivíduo na História, bem como assinala alguns apontamentos historiográficos sobre a produção de biografias, discutindo a “ilusão biográfica” e sua relação com os arquivos privados. Além dessas questões, trata-se também da tipologia documental que possibilitou a realização deste trabalho – o epistolário de Antonio de Vasconcellos.

1.1 O indivíduo na História: a biografia como gênero e como problema

“somos todos feitos de peças separadas, e num arranjo tão disforme e diverso que cada peça, a todo instante, faz seu próprio jogo”.

Montaigne

No fragmento de texto, Montaigne, cujo original é de 1580, apresenta a ideia de que os indivíduos não são um bloco único, fechado e coerente; mas são, segundo ele, um arranjo disforme de peças distintas. Essa colocação traz à tona um dilema do gênero biográfico, ou seja, “os paradoxos do problema da identidade, isto é, a pressuposição de um sujeito constante e idêntico a si mesmo na disparidade dos eventos que compõem a sua existência” (OLIVEIRA, 2017, p. 431). Montaigne salientou que existem limites e riscos de se conhecer um indivíduo somente a partir de aspectos superficiais da sua vida, por conta da volubilidade, ausência de continuidade e falta de coerência das suas ações. Logo, conforme Benito Schmidt (2003, p. 69),

a biografia não pode ser narrada como a revelação de um sentido já dado *a priori* ou como a realização de um plano pré-fixado e conhecido pelo historiador que parte de uma visão retrospectiva. Cabe, então, ao biógrafo, acompanhar o ‘fazer-se’ (parodiando Thompson) do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso.

Todavia, a falta de coerência das vidas humanas não impediu que pesquisadores e pesquisadoras se lançassem à tarefa de narrar vidas. Entretanto, essas narrativas, produzidas desde a Antiguidade Clássica, quando os “biógrafos” preocupavam-se em descrever o caráter e as qualidades morais dos biografados, conferem à biografia o *status* de “gênero composto e híbrido”, justamente por se situar entre a verdade histórica ou a verdade literária. Conforme Agirreazkuenaga e Urquijo (2007, p. 57), “la historia y la biografía, es decir, el relato de la vida, pertenecían a campos del saber diferentes”.

Foi somente no século XVII que o termo *biografia* foi cunhado para designar “uma obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escritura de si que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida” (LORIGA, 2011, p. 17). Durante o século XIX, a biografia se articulou ao projeto de construção dos Estados Nacionais, através da narrativa de personagens eleitos à galeria de “grandes heróis”, auxiliando na construção de símbolos de uma nação, que, com suas experiências de vida

particulares, “deram provas de superação dos limites e das incertezas da vida humana e se fizeram merecedores, por essa razão, da lembrança da comunidade nacional em construção” (GUIMARÃES, 2008, p. 21).

Na transição do século XIX para o século XX, uma crítica ao homem e ao indivíduo passou a ser feita (LORIGA, 2011). Segundo Loriga (2011, p. 35), “quando o pensamento histórico atinge seu apogeu, a fronteira entre biografia e história se incendeia sob o impulso de três forças dessemelhantes que fazem da totalidade a categoria explicativa do devir histórico”. A primeira delas é o caráter político, pois após a afirmação do povo como sujeito social, a história biográfica se reveste de “tonalidade elitista que se choca contra o desejo de fraternidade e igualdade” (LORIGA, 2011, p. 35). A segunda força procede da filosofia, tendo em vista a visão teleológica da história, “somente o progresso da espécie conta, não a vida dos indivíduos” (LORIGA, 2011, p. 37). E, por fim, a última força é a da ciência, cujo perigo provém “de certas disciplinas sociais nascentes, como a demografia ou a sociologia, desejosas de adquirir um estatuto científico incontestável” (LORIGA, 2011, p. 39).

Paulatinamente, o político, o individual e o cronológico deveriam ser substituídos, como destaca Loriga (2011, p. 43), “pelos fatos, de repetição, as regularidades, os fatos típicos”. Segundo a autora, a regra seria seguir, como nas outras ciências positivas, as “abstrações felizes”, isto é, aquelas que levam a estabelecer, “aquelas que servem para colocar em evidência as singularidades” (LORIGA, 2011, p. 43).

Desse modo, no século XX, os *Annales* e a teoria marxista foram responsáveis pelo abandono do prisma individualista nas pesquisas do campo de história, pois “percebiam o social e a história das camadas sociais vindas ‘de baixo’ como ferramenta metodológica capaz de dar conta do entendimento dos acontecimentos históricos” (PEIXOTO, 2014, p. 2). Segundo Gonçalves (2011), a polêmica sobre o gênero biográfico estava relacionada à proximidade de seu método com a cunhada “história política tradicional” do século XIX. Logo, o gênero biográfico esteve, naquele contexto, associado à formação de uma identidade nacional, aliada a uma narrativa laudatória e factual, voltada para ações dos “grandes homens”.

Cânone historiográfico durante séculos, a história política passou a ser atacada gradativamente a partir do início do século XX. Após a ascensão dos *Annales*, na década de 1920, a história política foi deixada de lado, criticada por ser elitista e factual. Jacques Julliard (1974) abordou o retorno do político, um retorno que reconciliava a história política com a longa duração. Conforme o autor, o acontecimento, sobretudo em sua forma política, seria fruto da estrutura. Ademais, expôs que a história política, com novos métodos e novas

abordagens, mostrava-se como possibilidade para a compreensão da sociedade, pois haveria sempre algo de novo neste campo da história.

Segundo Julliard (1974), o problema não era o objeto do político e sim os métodos empregados pelos historiadores. Na década de 1970, houve um esforço na desconstrução dos tidos “objetos tradicionais da história política”, paralelamente à desconstrução do próprio objeto político e da história política. Essa desconstrução, chamada de “estilhaçamento do político”, ocorre com as discussões historiográficas e a inserção de métodos e conceitos das ciências sociais – antropologia, ciência política, sociologia, etc. De acordo Jacques Le Goff, a principal contribuição da sociologia e da antropologia para a história política “foi terem imposto como conceito e objetivo central a noção de poder” (LE GOFF, 1975, p. 219). Segundo o autor, o termo *política* sugeria algo superficial, enquanto o vocábulo *poder* evocaria centro e profundidade (LE GOFF, 1983). Assim, a história política passou a ter como objetos todos aqueles que se mostram “atravessados pela noção de ‘poder’ em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade” (BARROS, 2009, p. 150).

É durante a década de 1970, segundo José D’Assunção Barros (2009), que os historiadores atentaram para o fato de que o poder não se encontrava, necessariamente, no aparelho estatal e nas outras formas de centralidade política, e tampouco, de forma exclusiva, no seio dos grupos dominantes. Os historiadores políticos “começaram a se voltar para o estudo das ‘relações interindividuais’ – da família, das vizinhanças, da vida cotidiana – e também para o estudo dos ‘discursos’ e das ‘representações’” (BARROS, 2009, p. 152). Nesse sentido, entende-se que o retorno do político pode ser considerado sinônimo de um olhar para o lugar dos indivíduos na história. Prochasson (1998, p. 105)³ percebe essas alterações como “uma mudança fundamental de sensibilidade historiográfica”.

A partir dessa nova perspectiva da história política, não basta apenas a descrição das ações dos indivíduos, torna-se fundamental explicá-las e, através da análise, atribuir-lhes sentidos ou compreensões. As datas e nomes deixam de ser citados em listas ou ordem cronológica, estando agora as preocupações voltadas à racionalidade desses sujeitos, em suas relações sociais, em sua liberdade e até mesmo no campo de possibilidades de tomada de decisões. Essas mudanças nos estudos do campo político fazem o gênero biográfico ressurgir (RÉMOND, 2003). Vavy Pacheco Borges (2014) insere a volta das biografias históricas no

³ O mesmo autor apresenta duas possibilidades para esse interesse dos historiadores. A primeira seria o impulso – ou influência da história cultural –, e a ampliação dos estudos sobre intelectuais. A segunda, parte da mudança na escala de observação e “um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas” (PROCHASSON, 1998, p. 110).

contexto do retorno da história política, ambos possibilitados pela renovação historiográfica das últimas décadas. Entretanto, para Le Goff (1989, p. 49-50) a biografia histórica

deve ser consagrada a um personagem sobre o qual possui-se o suficiente de informações, de documentos, ela tem boas chances de ser dedicada a um político ou a alguém que tenha ligações com a política. Ela tem, em todo caso, mais chances de ter por herói um ‘grande homem’ do que um homem comum.

Segundo Lilia Schwarcz (2013), durante o século XX as biografias foram, de certa maneira, “desautorizadas”, parecendo que havia sido posta uma “interdição ao gênero”. A autora pontua que pelo espaço de certo tempo, produzir biografias parecia ser um gesto conservador, que contava contra aquele que produzia. Assim, mesmo após sua retomada como método do “fazer história”, o gênero biográfico recebe certo descrédito por parte de alguns historiadores (GUIMARÃES, 2008).

Portanto, apesar do retorno do gênero biográfico, a dualidade entre história social e história individual permaneceu, fruto das correntes historiográficas que ora valorizavam o individual, ora davam predominância ao social (LORIGA, 2011). Nesse sentido, Sabina Loriga (2011) criticou o predomínio de uma história que objetivava apenas a análise de grupos, como única forma de compreender o processo histórico, esquecendo-se do fato de que a história é feita por indivíduos.

Após a inserção de novas formas de se fazer biografias, tornaram-se passíveis de serem biografados “os subalternos”, homens e mulheres pertencentes às “grandes massas”. Vale ressaltar que isso é resultado de uma mudança historiográfica, proporcionada pela escolha de diferentes enfoques, fontes, orientações metodológicas e abordagens, as quais os historiadores têm recorrido para explicar diversos contextos (HERNÁNDEZ SANDOICA, 2007). Esse interesse renovado pelas biografias e as novas abordagens políticas trouxeram à tona a possibilidade do trabalho do historiador com diferentes fontes, inserindo, assim, os documentos de cunho pessoal.

Em tempos mais recentes, segundo Schwarcz (2013, p. 54-55), a relação entre biografia e história acabou por inserir-se em um conjunto mais vasto de “contraposições que opõe indivíduo e sociedade; individual e coletivo; social e particular; estrutura e contexto”. Para a autora, essas dualidades fazem com que o personagem seja visto “apenas como a reiteração de impasses sociais e a seu grupo, ou, ao contrário, em buscar nele um caso único, particular e afeito a uma memória de si” (SCHWARCZ, 2013, p. 54-55).

Loriga (2011) defendeu a tese do “pequeno x”, uma ferramenta metodológica que visa dar fim à dualidade entre o individual e o coletivo, fazendo uso de um método capaz de dar conta da relação do indivíduo com suas experiências sociais. Nesse sentido, as colocações de Loriga aproximam-se das de Giovanni Levi (1998), que, utilizando-se da micro-história, procurou destacar a autonomia do sujeito, mesmo que não fosse absoluta, diante das normas e práticas estabelecidas pelas relações e representações sociais.

Assim sendo, as biografias históricas têm ocupado cada vez mais as preocupações dos historiadores, pois, conforme Agirreazkuenaga e Urquijo (2007, p. 64),

la biografía, en la actualidad, se ha erigido en un elemento imprescindible de la historia y las ciencias sociales para la obtención de explicaciones plausibles acerca de problemáticas sociales, ‘un elemento de juicio esencial para entender una época y una sociedad’, estableciendo la relación entre las personas en cuanto individuos y la inserción de las mismas en el grupo⁴.

Uma biografia que se quer total, abarca, com certa dificuldade, todas as facetas de uma vida, entretanto, seu estudo oferece dados objetivos e sólidos referentes “a la trayectoria de vida, los lazos de parentesco y la acción profesional, por lo que su contribución a la historia social y política es imprescindible” (AGIRREAZKUENAGA; URQUIJO, 2007, p. 63). Vavy Pacheco Borges (2004), em relação à biografia, propõe que ao se pensar um sujeito, deve-se pensar nas normas, nas práticas, nas regras da sociedade e da família em que ele estava inserido. Dado que “a razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu” (BORGES, 2006, p. 215).

A retomada das narrativas do gênero biográfico, o interesse pelos aspectos da vida privada e a ampliação das possibilidades metodológicas e documentais fez crescer o número de trabalhos a partir de arquivos privados. Entretanto, é preciso ter em mente que por guardarem uma documentação “produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público”, os arquivos e documentos pessoais, dariam a impressão de enxergar o produtor do arquivo de forma verdadeira (GOMES, 1997, p. 125). Isto é, a preservação de materiais autobiográficos revela um “ato de memória consciente”. Esse seria, nas palavras de Gomes (1997), o “feitiço do arquivo”, pois a escolha de preservar ou não determinados documentos é um ato intencional, que caracteriza uma “escrita de si”.

⁴ Tradução: Na atualidade, a biografia institui-se como elemento imprescindível da história e das ciências sociais para a obtenção de explicações plausíveis sobre as problemáticas sociais, ‘um elemento de análise para entender uma época e uma sociedade’, estabelecendo a relação entre as pessoas enquanto indivíduos e sua inserção no grupo.

Conforme Luciana Heymann (1997, p. 56), “o acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros que buscam configurar uma imagem do ancestral” ou até mesmo a “redenção da figura ancestral”. Ou seja, é possível que tenham ocorrido transformações no acervo, de acordo com os interesses dos herdeiros, visando criar uma imagem coerente e linear – quiçá “menos perturbadora” ou problemática – de seu antepassado. Em paralelo a isso, Marc Bloch indica que

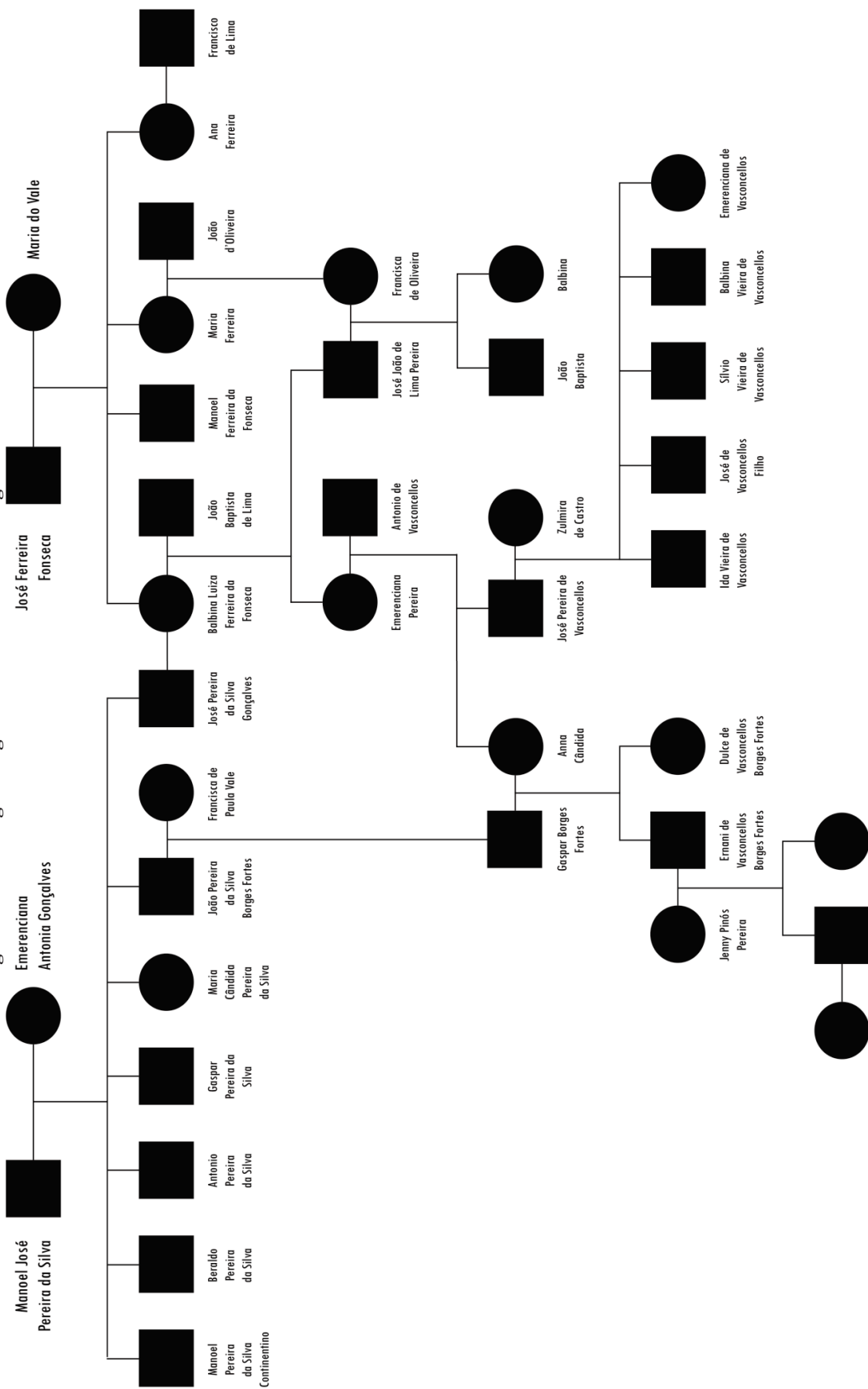
os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2001, p. 83).

Ante o exposto, é necessário estar atento que a compreender determinada questão histórica, perpassa também pela percepção do contexto em que estiveram e estão inseridos os documentos que serão fontes de pesquisa. Desse modo, a próxima subseção objetiva problematizar o acervo de Antonio de Vasconcellos, a partir da trajetória dos documentos.

1.2 Biografias e arquivos pessoais: entre a “ilusão biográfica” e o “feitiço do arquivo”

No caso de Antonio de Vasconcellos, a configuração de seu acervo é interessante. Tendo falecido em São Vicente do Sul, no ano de 1916, sua filha Anna Candida de Vasconcellos herdou, além de bens materiais e propriedades, um vasto conjunto de jornais, cartas, documentos judiciais, contábeis e cartoriais, fotografias e objetos. Anna faleceu em 1954, quando seu filho Ernani Vasconcellos Borges Fortes herdou a casa que fora do avô, e com ela o acervo de Antonio e de Anna. Posteriormente, com seu falecimento no início da década de 1960, seu filho Gabriel Pereira Borges Fortes, cuja árvore genealógica pode ser visualizada na Figura 2, tomou posse do acervo, permanecendo com ele até o seu falecimento, no ano de 2005. Em 2015, parte do acervo foi doado ao IHGRGS e parte foi adquirida pelo presidente do Instituto Histórico de Passo Fundo, que hoje custodia o conjunto.

Figura 2 - Árvore genealógica de Gabriel Pereira Borges Fortes



Fonte: Documentos do Fundo Borges Fortes (IHGRGS). Adaptada pelo autor (2020).

Nesse sentido, precisam ser expostas algumas considerações em relação ao conteúdo do acervo e o que ele revela. Afinal, os arquivos pessoais podem estar associados à construção da imagem do indivíduo, porque “jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57). Essa seleção é um método de “enquadramento da memória”, ou seja, o ato de preservar, descartar, ocultar ou destacar mostra-se como alternativa para moldar a imagem do titular de um arquivo privado.

Logo, a criação/preservação/destinação de um acervo privado pode ser vista como um discurso pré-fabricado, portanto uma narrativa. Ressalta-se que toda a documentação, que se constitui em uma “escrita de si”, é um discurso que mobiliza a sinceridade como valor de verdade, mas não pode, devido a isso, ser tratada como natural e espontânea (GOMES, 2004, p. 22).

Seria esse, segundo Ângela de Castro Gomes (2004), o “feitiço do arquivo”, pois a escolha de preservar ou não determinados documentos é um ato intencional, que caracterizaria uma “escrita de si”. A preservação de cartas e de materiais autobiográficos revela um “ato de memória consciente”. Portanto, se o pesquisador estiver “encantado” pelos arquivos, pode, então, estar sob a “ilusão da verdade”, já que os documentos seriam interpretados como reveladores do real, do íntimo, do espontâneo.

Ao tratar do caráter arbitrário da configuração dos conjuntos, Luciana Heymann (1997, p. 45) aponta que há “a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que o compõe”, somados “as múltiplas interferências a que estão sujeitos”. Do mesmo modo, precisa-se ter em vista que, muitas vezes, os titulares ou acumuladores não planejaram ter seus papéis e guardados expostos. Heymann (1997, p. 55) aponta que a constituição de um arquivo é

um processo dinâmico, que inclui reavaliações sobre o material acumulado, a identificação de documentos ‘comprometedores’ e a tentativa de ‘monumentalizar’ definitivamente a memória. Esta última avaliação, quando operada pelos herdeiros, pode obedecer a critérios bastante distantes daqueles que orientam o acumulador, especialmente se a este não planejou doar seus papéis.

À vista disso, entende-se que um arquivo privado passa por diversas fases de constituição. A primeira é a escolha do que deve ser guardado ou não, no “fluxo dos papéis manuseados cotidianamente”. De acordo com Heymann (1997, p. 42), é a partir de critérios e

interesses individuais que se direciona e se constitui um acervo. Nesse contexto, a segunda interferência é a dos herdeiros, que podem *transformar* os acervos. Nas palavras da autora,

o acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros que buscam configurar uma imagem do ancestral de forma a maximizar o capital total herdado ou, como no caso em questão, se livrar de um estigma através da possibilidade de uma redenção da figura ancestral (HEYMANN, 1997, p. 56).

Ou seja, Heymann chama a atenção para o fato de como “as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração”, por meio do qual, segundo Paul Ricoeur (2007, p. 455), “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”. Isto é, ao ser configurado (criado/mantido), um acervo passa por diferentes mãos que poderão moldá-lo conforme as diferentes vaidades e/ou interesses. Nesse sentido, pelas distintas intervenções em seus documentos pessoais, não se pode supor que o acervo de Vasconcellos seja o “espelho verdadeiro de seu autor”, de todo modo, ao serem identificadas, algumas dessas intervenções lançam luz àquilo que se pretendeu legar sobre a história de vida deste sujeito.

Mesmo não sendo o reflexo de sua vida, o acervo pessoal de Vasconcellos permite que sejam levantadas diversas questões sobre o funcionamento da sociedade ao longo do século XIX, além, é claro, de permitir que sua trajetória seja conhecida. Seus documentos pessoais, sobretudo as correspondências, servem ao intento de narrar sua vida. Todavia, tendo em vista que “nenhum documento é capaz de iluminar por si só um tema”, as cartas devem sempre ser confrontadas com outras fontes documentais. Somente assim, segundo Malatian (2013, p. 204), seria possível perceber as diversas nuances de seus objetivos, conteúdos e implicações, além de conhecer melhor o seu autor. Para além, é necessário que se compreenda, de acordo com Ana Cristina Araújo, os missivistas, o ritmo da escrita e os múltiplos circuitos que as cartas percorrem, bem como “a posição do autor em relação aos seus correspondentes, tentando captar, com a nitidez possível, o retrato de quem escreve” (ARAÚJO, 2008, p. 14).

Nessa empreitada, optou-se, como dito na parte introdutória, pelo trabalho com o epistolário de Antonio de Vasconcellos, justamente por entendê-lo como uma preciosa fonte de informação sobre a sociedade brasileira nos oitocentos, tendo o cuidado de realizar o cotejo com outros documentos, visando compreender melhor o conteúdo das cartas. Assim, a próxima subseção objetiva discutir a prática da escrita epistolar, considerando as nuances que compreendem esta forma de comunicação e as possibilidades de sua utilização pela história.

1.3 A tinta, a pena e o papel: as correspondências como fonte e objeto

A escrita torna-se dádiva, doação: eis-me aqui e eis-me também aí, para onde vou através destas páginas. E com a certeza de destinatário correspondente, nos seus dois sentidos: o que responde ao texto que recebe; e o que responde ao que ele contém, ou seja, às declarações do afeto que se torna assim explicitamente correspondido.

Nádia Battella Gotlib

Na epígrafe, Nádia Battella Gotlib (2000) refere-se à parte do pacto epistolar. Segundo Ângela de Castro Gomes (2004), a escrita epistolar constitui-se em uma prática eminentemente relacional, pois a troca de correspondências torna-se um espaço para a construção de redes e vínculos, possibilitando a ascensão ou manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas. Além disso, o ato de receber, ler, responder e guardar cartas configura-se como um “pacto epistolar”, isto é, no momento em que se remete uma missiva a alguém, se confia ao outro uma série de sentimentos e informações que passam a pertencer ao receptor da carta, o agente encarregado de arquivar, ou não, os documentos (GOMES, 2004). Desse modo, as cartas e os bilhetes configuram-se como fontes privilegiadas para a compreensão de determinados contextos históricos, visto que reúnem a troca de ideias, a elaboração de projetos, o selamento de pactos ou a determinação de rupturas.

Reconhece-se que o hábito de escrever cartas teve um profícuo desenvolvimento entre os homens do Renascimento. Conforme Tiago dos Reis Miranda (2000, p. 42), as cartas

enquanto gênero literário, ou como atividade reservada de alguns privilegiados, [...] [era a] expressão [...] dos laços que se estabeleciam para além da célula familiar; do ideal de civilidade: gênero propício ao melindroso comércio de idéias, ou a confidenciar experiências de encanto, beleza e amor.

Tereza Malatian diz que a escrita epistolar “criava e sustentava um desejo de reciprocidade” (2013, p. 197), isto é, o envio de uma mensagem carregava, implícita ou explicitamente, um pedido de resposta, sendo papel do interlocutor manter ou não o diálogo. Logo, a conversação, mesmo à distância, comportava silêncios e rupturas. Dessa maneira, o historiador, ao ter em mãos esses fragmentos,

espia por uma fresta a vida privada, palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se

entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo (MALATIAN, 2013, p. 200).

Portanto, as cartas tornam-se testemunhos de redes de relações, de segredos trocados, de pedidos de favores e de laços pessoais ou profissionais. Ainda, revelam a pluralidade, a solidariedade, as tensões, as negociações e os conflitos de determinada rede. Tendo isso em vista, de acordo com Gomes (2004), a escrita epistolar constitui-se em si mesma como um espaço de sociabilidade.

Ou seja, a escrita epistolar é por si uma prática eminentemente relacional, por ser um espaço de sociabilidade, as cartas guardam uma série de informações que permitem a leitura de estreitamentos ou rupturas dos vínculos entre indivíduos.

Sendo Antonio de Vasconcellos um indivíduo letrado e praticante da escrita epistolar, é necessário que se compreenda como se deu o processo de evolução da escrita de cartas. Ao longo do século XVII, a afirmação da sociedade de corte exacerbou o controle sobre gestos e atitudes. No seu interior, todos os elementos deveriam contribuir para recordar os lugares ocupados pelos indivíduos, tanto junto a seus pares como em relação ao monarca. Manter o nível social – ou conseguir um outro, superior – exigia conhecer as mais pormenores normas do representar. Essa situação, descrita com maestria por Norbert Elias, encontra nos “manuais de civildade” alguns de seus melhores testemunhos (REIS MIRANDA, 2000).

Nesse contexto, os manuais apresentavam modelos e conjuntos de regras de escrita. Seu principal público eram os nobres e os burgueses. Também eram publicadas cartas de políticos e ‘letrados’, consideradas ‘exemplares’. Os manuais orientavam para que as cartas fossem compostas, basicamente, de quatro parágrafos/períodos: um sobre o tema, outro para o agradecimento, o terceiro para o favor e o último de despedida. No primeiro período, convinha respeitar a qualidade da pessoa que escrevia (*a quo*) e a de quem se procurava (*ad quem*), por intermédio das fórmulas que melhor revestissem esses princípios (*instrumentale* ou *causale*). Seu uso deveria ser praticado com elegância e equilíbrio (REIS MIRANDA, 2000). Francisco Rodrigues Lobo, ainda no início do século XVII, definiu que existiriam três gêneros de cartas, sendo:

O primeiro é das *cartas de negócio*, e das *cousas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um*, que é o que para as cartas primeiro foram inventadas; que, por tratarem de cousas familiares, se chamaram assim. O segundo, de cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida. O terceiro, de matérias mais graves e de peso, como são de governo da República e de matérias Divinas, de advertências a Príncipes e senhoras e

outras semelhantes. O primeiro género se divide em cartas *domésticas, civis e mercantis*. O segundo em cartas de *novas, de recomendação, de agradecimento, de queixumes, de desculpas e de graça*. O terceiro, que é mais grave e levantado, contém cartas Reais em matérias de Estado, cartas *públicas, invectivas, consoláveis, laudativas, persuasórias* e outras, que se pegam a cada uma das que nomeei em todos os três géneros (apud REIS MIRANDA, 2000, p. 48, grifos nossos).

Posteriormente, Francisco José Freire, ou como foi rebatizado, Cândido Lusitano, recomendava a divisão das cartas em quatro períodos. Para cada uma das divisões, Francisco Freire procurou esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. Segundo Reis Miranda (2000, p. 50), “esses textos põem a descoberto uma sensibilidade ainda francamente barroca”, que se movia, elegante, por entre jogos de “louvores”, “engrandecimentos” e “dissimulações”. Em certa medida, o remetente era encarado como um orador, cujo desempenho deveria convencer por completo o destinatário. Conforme Freire, “engrandeceremos com palavras expressivas a nossa alegria, mas não de ser escritas com tal cuidado, que não pareçam filhas de lisonja, mas sim de uma fiel amizade, de um amor grande, ou de um sincero obséquo” (apud REIS MIRANDA, 2000, p. 50).

Um dos críticos de Freire foi Luís António Verney. Suas obras sobre planos de estudos da língua portuguesa evidenciaram a importância da escrita de cartas, com indicações de regras do discurso e apontamentos acerca do exercício da escrita. Segundo ele, os discursos estariam divididos entre:

sublime, simples e medíocre. Pela sua naturalidade, era o segundo que se mostrava o mais indicado para as ‘cartas familiares’. O terceiro, admitindo ‘todos os ornamentos da arte’ (figuras, metáforas, pensamentos finos, belas descrições, harmonia do número e da cadência), recomendava-se às cartas de negócio, ‘graves ou eruditas’, e às de muita cerimônia (VERNEY, 2000, p. 52).

Em paralelo, conforme Reis Miranda (2000), foi durante as reformas no sistema educacional português, no reinado de D. José I (1750-1777), que se inseriu um novo teórico para a elocução, o alemão Johann Gottlieb Heinecke. De acordo com Heinecke, as cartas formavam dois grupos principais: as de caráter erudito, “subdivididas em filosóficas, matemáticas, filológicas, críticas, teológicas, jurídicas e históricas”, destinadas a conversas de indivíduos separados momentaneamente; e as familiares e de cerimônia, sendo: “congratulatórias, petítórias, comendatícias, de pêsames ou de agradecimento” (apud REIS MIRANDA, 2000, p. 53).

À luz das orientações desses autores, as cartas existentes no epistolário de Vasconcellos podem ser definidas como “simples”, sendo elas em sua maioria “cartas familiares e de cerimônia”. São ínfimas as correspondências que não tratam das “*cousas* que tocam à vida”. Para Heinecke, seria facilmente compreensível que as cartas familiares requeressem, sobretudo, “naturalidade, elegância e ilustração”, enquanto as “de cerimônia” deveriam obedecer a princípios como: “utilidade e decoro”. Conforme Reis Miranda (2000, p. 53-54), é durante o século XVIII que algumas das práticas que antes se conheciam por “artifícios de retórica” justificaram-se como “normas convencionais”. Outras passaram a ser qualificadas de “desonestas”, por tenderem a encobrir os verdadeiros sentimentos do indivíduo.

No que tange ao tratamento metodológico, segundo Malatian (2013, p. 203), o mapeamento das correspondências constitui-se no primeiro passo para “a compreensão da inserção social do remetente em posições familiares, profissionais, de amizade, etc.”. Passo complementar é a percepção do volume de cartas, sua periodicidade e a regularidade de trocas, cujos resultados, segundo a autora, “permitirão visualizar a rede em pleno funcionamento” (MALATIAN, 2013, p. 203).

Isso posto, elencam-se algumas perguntas que devem ser feitas às missivas. Quem lê/escreve? Em que condições e locais elas foram escritas? Quais são seus objetivos? Qual o seu ritmo e volume? Que assuntos ou temas envolvem? Essas questões podem ser tomadas como ponto de partida para a leitura e análise das cartas. Afinal, assim como os arquivos pessoais podem “enfeitiçar” (GOMES, 2004), as correspondências pessoais “longes de serem espontâneas, [...] ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si” (MALATIAN, 2013, p. 197).

Durante a pesquisa, no manuseio das cartas, muitas foram as dificuldades encontradas, sobretudo na leitura dos borradores, preservados nos livros copiadores de Vasconcellos⁵. As cartas que foram transcritas tiveram sua ortografia salvaguardada, garantindo a preservação das peculiaridades da cultura escrita. Expressões ilegíveis, palavras suprimidas, assim como datas e outras informações atribuídas aparecem assinalados por colchetes ([]). A normatização do texto das transcrições previu o desdobramento de palavras e nomes

⁵ De acordo com Faria e Pericão (1988), o copiador de cartas, por definição, é um livro em que se copiam cartas ou outros documentos, sendo a guarda da correspondência expedida. De acordo com o Programa Nacional de Arquivos Escolares da Biblioteca Nacional de Maestro, na Argentina, os livros copiadores são herdeiros de uma tradição escrita que remonta à Antiguidade, com o trabalho exercido por escribas e, posteriormente, por copistas na Idade Média. Nas palavras de Cristiéle Santos de Souza, os livros copiadores são “um espaço para o registro de documentos provenientes do exercício de determinada função e de acordo como um sistema de cópia, o qual pode ser cópia manuscrita, cópia com tinta copiadora, papel químico ou cópia direta” (2014, p. 26).

abreviados, a exemplo, Vossa Excelencia. Para além, optou-se pela utilização do itálico para títulos e a pontuação original foi mantida.

A partir da análise do epistolário de Vasconcellos, seguindo categorias temáticas e cronológicas, identificou-se que para cada período de sua existência, predominou um gênero de missiva, de acordo com a posição em que o sujeito histórico se encontrava.

Quadro 2 - Correspondências recebidas por Vasconcellos

DÉCADA	Nº DE CORRESPONDÊNCIAS	TOTAL
1851-1859	06	246
1860-1869	08	
1870-1879	91	
1880-1889	70	
1890-1899	37	
1900-1909	19	
1910-1916	15	
Sem data	16	262

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O primeiro gênero identificado foi o das “*cartas de negócio, e das cousas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um*”, sobretudo as cartas trocadas entre a década de 1850 e 1870. Abaixo (Figura 3), um exemplo das cartas recebidas por Vasconcellos no período.

Figura 3 - Carta enviada a Vasconcellos pelo Padre João P. Gouvea

Amigo Antonio
<p>21 de março de 1857 Bôa Esperança Estimarei <u>muito</u> <u>que</u> tenhas saude, assim como teus <u>amigos</u>, e o nosso amigo Freitas, e o <u>Padre</u> Manoel, e todos os mais amigos a <u>quem</u> peço me recomendes. eu paço menos mal. Remetto pelo portador a quantia de três 130\$000 <u>para</u> me fazeres o favor de me fazer pagamento da letra <u>que</u> hai sou devedor da <u>minha</u> passagem, com aquella segurança <u>que</u> he precisa, fazendo sciente ao sугeito <u>que</u> eu sou de contas direitas, se não paguei <u>mais</u> sêdo, <u>que</u> foi tão somente por não estar ainda senhor vai dita quantia, faz como se fosse couza tua, e pelo menos <u>que</u> poder sêr, e espero saber do resultado pelo portador, <u>pois</u> à visto de darei os <u>agradecimentos</u> como patricio, e bom discipulo. Saberás <u>que</u> por todo o mez de Junho estou naturalizado, <u>para</u> depois ocupar os amigos <u>para</u> arranjar um Beneficio, <u>para</u> o que aparecer. Recomenda me a todos os amigos, e a teus companheiros e aceita <u>vistas</u> hum abraço deste <u>que</u> confessa ser teu.</p> <p style="text-align: right;">Patricio Amigo e <u>muito</u> <u>Obrigado</u> <u>Padre</u> João Placido Gouvea</p>

Fonte: Adaptada pelo autor (2020).

Grosso modo, em todos os períodos as cartas seguem o padrão vigente, variando poucas vezes. A saber, no cabeçalho constava a identificação do destinatário, o local e a data. Já o corpo da carta apresentava as primeiras linhas destinadas às “estimas”: *estimo que tenha saúde; estimo que ao receber esta lhe encontre com saúde; saúde é o que lhe desejo; “Muito estimarei que tenha gozado saude e que chegasse com feliz viagem”*. O desenvolvimento da carta corre entre os pedidos e suas justificativas, as notícias do local e/ou as reclamações, como: *“nunca pensei que chegassem a se passar cinco mezes e vinte e trez idas de m[inha] agencia desse lugar, sem ter ainda tido o prazer de receber carta vossa”*. E o fechamento da missiva é feito com a reiteração da estima e do valor da amizade: *“Vosmece bem sabe que reconheço como é devido”*; *“Escreva-me circunstancialmente, e fie-se na amizade. Do seu afeiçoado e sincero amigo”*. Segundo Richard Graham (1997, p. 304), estudioso das relações clientelísticas no Brasil Imperial,

na maioria das vezes, a palavra *amigo* significava protetor ou cliente. O protetor era o *amigo* do cliente ou vice-versa. Segundo um dito popular da época: ‘Quem de todos é amigo ou é muito pobre ou muito rico’. Portanto, tratava-se de uma ‘amizade assimétrica’, para usar a apropriada frase de Pitt-Rivers. Usava-se a palavra *amigo* neste sentido sem constrangimento [...]. Mesmo quando usada entre pessoas aparentemente iguais, ela comumente implicava a troca de favores, e não necessariamente intimidade ou profundos sentimentos compartilhados.

Havia a necessidade, nas cartas, de reforçar os laços estabelecidos. Por exemplo, as expressões – *Eu sou teu afeiçoado amigo; Reconheço-te como é devido* – mostram como a referência à amizade, notadamente pela palavra *amigo*, evidenciam uma relação baseada na troca de favores. No entanto, o que permitiu que fosse identificada uma mudança no tratamento dado a Vasconcellos foi à invocação ao parentesco simbólico, neste caso a partir da palavra *parente*, muitas vezes combinada com outras duas: *amigo* e *compadre*. Consequentemente, os indivíduos, fazendo um apelo conjunto a parentesco, amizade e posição social, nas cartas

fortaleciam a validade desses mesmos princípios, para que não fossem postos em dúvida. Quando um missivista mencionava suas relações familiares [...], reiterava inconscientemente a importância da família como unidade básica da sociedade. Também expressava o intenso interesse em preservar os recursos de sua família, preocupação que esperava que o destinatário compreendesse e aceitasse. Do mesmo modo, quando chamava o candidato de *amigo*, estava apelando para uma crença compartilhada a respeito da validade de se formar uma clientela. Na base do empreendimento como um todo, encontravam-se os pressupostos coletivamente aceitos a

respeito de uma ordem social estratificada, cujos cimentos eram a família e a clientela (GRAHAM, 1997, p. 323-324).

A seguir (Figura 4), a carta enviada por Manoel Ferreira da Fonseca, tio materno de Emerenciana Pereira, esposa de Vasconcellos, dá sinais da mudança de *status* social de Vasconcellos. Se antes ele era amigo, agora ele é parente e amigo, mais próximo, aliado em busca da manutenção dos bens e dos interesses da família. As questões de parentela e amizade serão mais satisfatoriamente abordadas no terceiro capítulo deste trabalho.

Figura 4 - Carta enviada por Manoel Ferreira da Fonseca a Vasconcellos

Sobrinho e verdadeiro amigo
Itapororó 8 de Maio de 1871

Sou consiozo em dizer-te que é omaior praser que tenho, quando escrevo aum amigo, como Señhor. aqui estou neste lugar e graças a Deos tenho passado bem, e só para dias de Junho pretendo ir asse lugar; Amigo quando se tem uma pessoa em verdadeira estima, e que se está auzente e ha portador que todos escrevem, e que este não escreve e triste[?], por oras é queixa que tenho de você, e da Cinhá;

Estive com um amigo seo em Alegrete, com a sua [ilegível] offereceome sua caza e seus préstimo, e espero sua recomendação ao mesmo que só em falar-se em ti conhece-se a amizade intima que tem este cordial cavalheiro, agradece por mim a Cinhá, em eu receber carta de todos, menos dela manda ao [ilegível].

Tio e Grato Amigo
Manoel Ferreira da Fonseca

Fonte: Adaptada pelo autor (2020).

Figura 5 - Carta enviada por Vasconcellos a João Pereira da Silva Borges Fortes

192
São Vicente, 4 de Dezembro de 1888

Meu Tio e Amigo Excelentissimo Señhor Doutor João Pereira da Silva
Borges Fortes

Recebi a sua presada carta de 28 de Novembro findo e me apresso a respondel a. Sou conservador e desde que o partido apresenta seus candidatos entendo que é meu dever empregar todos os esforços para que triumphem; pode por tanto ficar certo de que meu fraco apoio estará sempre ao serviço do partido, com quanto esteja magoado com a minha exoneração de Juiz Commissario promovidas pelos decidentes d'aqui como elles dizem. Comprehando o alcance da [ilegível] que se vai ferir, pois della depende firmar-se a politica conservadora na Provincia. Por motivos que não interessa revelar, resovi dar minha exoneração de Vice Presidente do Directorio, continuo porem a manter com os companheiros as mesmas relações d'amizade. Devem estar em mãos do Señhor Doutor Inspector das Terras, uns autos de medição de Januario Pires da Silva¹ que muito convem sejam julgados antes da eleição, por que d'ahi nos podem resultar alguns votos; as terras dessa medição são na sua maior parte de propriedade e o resto adquiridas por posse em 1847. Como é bem provável que Vossa Excelencia seja disso sabedor, por tanto pessolhe para empregar toda sua influencia para que essa medição seja julgada antes da eleição. O primo Gaspar aqui esteve conosco alguns dias e depois levei-o para Cachuim, onde também esteve alguns. Amanhã cedo vou para o Cachuim com a família esperar meu filho José que deve chegar dessa Capital com um mez de licença. Se meu Tio julgar conveniente pode mostrar essa aos Excelentissimos Doutores Tavares e Villanova. Emerencinha e filha lhe envião saudades e o mesmo faz quem se preza ser.

De Vossa Excelencia

Fonte: Adaptada pelo autor (2020).

A invocação do parentesco simbólico e das relações de amizade entre os indivíduos mantém-se até o final da vida epistolar de Vasconcellos, entretanto, percebe-se uma nova alteração em relação aos temas e abordagens dada *por e a* Vasconcellos, a partir do início da década de 1880, quando a política passa a figurar como tema destaque das cartas por ele preservadas. Esse novo tópico é aqui apresentado através da Figura 5, que evidencia uma carta enviada por Vasconcellos a um dos tios paternos de sua esposa, o político conservador João Pereira da Silva Borges Fortes, mas será mais bem tratado no Capítulo 4.

É notável como Antonio de Vasconcellos utilizou-se da prática de preservar suas correspondências pessoais ao longo da vida. Esses registros, fragmentários muitas vezes, revelam uma multiplicidade de práticas sociais, econômicas e políticas desenvolvidas por Vasconcellos ao longo de sua trajetória. Como dito, o ato de ler, responder e guardar cartas corresponde a um feito de autoarquivamento, o que denota a preocupação de Vasconcellos em mantê-las, seja por necessidade de preservação de suas memórias ou para fins de registro de negócios.

A partir dessa constatação, o próximo capítulo presta-se a explorar o início da vida de Vasconcellos no Brasil, em 1851, momento no qual as cartas passam a registrar os seus movimentos.

2 AS CARTAS DE UM “AVENTUREIRO D’ALÉM MAR”: IMIGRAÇÃO E SOCIEDADE

Nas últimas três décadas, como dito anteriormente, a historiografia tem se voltado com maior frequência ao papel dos indivíduos na história, principalmente, afastando-se das narrativas baseadas na valorização das trajetórias de “grandes homens”. Com a ampliação de fontes, métodos e abordagens, além de revisões conceituais, uma das possibilidades desenvolvidas foi a utilização de correspondências pessoais para construir trajetórias e compreender contextos. Guilherme de Mattos Gründling (2017, p. 9) indica que “atualmente a historiografia tem utilizado as correspondências não apenas para a consulta de informações, mas também como objeto de análise e compreensão de um indivíduo, em grande parte, devido à nova interpretação do papel dele na história”.

Entendendo que as renovações historiográficas indicam um avanço, sobretudo ao que tange a História Social e Política, por meio do desenvolvimento de métodos de observação, como a biografia, devem ser retomadas as contribuições de José Maria Imízcoz e Lara Arroyo Ruiz (2011), quando esses destacam as análises de rede sociais, considerando o estudo relacional entre os indivíduos, os “atores sociais”. A partir disso, ressalta-se a importância de certos aportes documentais que, em certa medida, favorecem a análise dos sujeitos e de suas relações, tais como as correspondências.

Sendo a prática epistolar uma prática cultural, um hábito social desenvolvido proficuamente ao longo do século XIX, seu estudo permite que sejam identificadas diversas relações de sociabilidade, uma vez que a “correspondência pessoal de um indivíduo é, portanto um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade” (VENÂNCIO, 2001, p. 32). Além disso, a prática de receber, ler, responder e guardar cartas, nessa perspectiva, possibilita vislumbrar a dinâmica de transformações ocorridas no transcorrer das vidas humanas, bem como as diferentes facetas assumidas por um indivíduo.

Nesse contexto, segundo Gründling (2017, p. 6), deve-se compreender a trajetória de um indivíduo a partir de uma construção, baseada na transformação, circulação e no diálogo “do indivíduo em campos que lhes são peculiares, sejam estes políticos, religiosos e/ou econômicos”. Desse modo, a análise das relações estabelecidas por um sujeito histórico pode “apresentar elementos singulares do passado, assim como práticas políticas próprias do contexto, reproduzidas ao longo dos oitocentos” (GRÜNDLING, 2017, p. 6). Segundo André Fertig (2012), o historiador deve compreender aspectos individuais, bem como aspectos do contexto em que tais indivíduos estão situados, almejando estabelecer o diálogo e a

“articulação necessária e fundamental entre texto/contexto, indivíduo/sociedade” (FERTIG, 2012, p. 233).

Entendendo Antonio de Vasconcellos como um indivíduo inserido em seu tempo e como parte de sua geração, cuja vida foi marcada por diferentes modalidades de relacionamentos, este capítulo tem como principal objetivo, na primeira parte, apresentar o tempo e o contexto que envolve o processo migratório de Vasconcellos e de outros membros de sua família. Já a segunda parte do capítulo presta-se à análise e descrição das maneiras que Vasconcellos encontrou para se inserir na sociedade cortesã do Rio de Janeiro e, posteriormente, na cidade de São Gabriel, na Província de São Pedro. Sendo assim, o capítulo faz um salto temporal, a partir da estratégia de associação desenvolvida por Vasconcellos ao longo de sua vida no Brasil.

2.1 Cartas, família e trabalho: a imigração de Antonio de Vasconcellos, um “aventureiro d’além mar”

Por volta de 1850, um jovem chamado Antonio da Silva Vasconcellos atravessou o Atlântico e veio tentar a vida no Brasil, seguindo o exemplo de muitos de seus conterrâneos⁶. Filho de Bento da Silva e Anna Joaquina, o moço havia nascido em Vila Meã, Freguesia de São Salvador do Real, região norte do Reino de Portugal, em 20 de abril de 1838⁷.

As motivações que levaram o jovem a abandonar sua terra natal e buscar outra vida no Brasil, são, até esse momento, desconhecidas. Entretanto, é pertinente pensar nos contextos em que Brasil e Portugal estavam inseridos naquele ínterim. Desde meados do século XIX, Portugal passava por um profundo reordenamento econômico. Além de considerar a conjuntura desfavorável em terras lusas, deve-se ter em mente o fato de que o Brasil, naquela época, era visto no imaginário popular como uma “terra de abundância e [com] oportunidades de enriquecimento” (LOBO, 2001, p. 16).

Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2001), a reorganização que Portugal experimentava baseava-se na instalação de grandes companhias para a exploração da agricultura comercial, aliada à introdução de uma extensa mecanização na produção, sob o estímulo do Estado. Esse reordenamento, segundo a autora, acabou por prejudicar os

⁶ Conforme carta do primo Joaquim José Peixoto Guimarães, datada de 22 de novembro de 1851. IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.J.P.G a A.S.V, 22 nov. 1851.

⁷ Neto paterno de Antonio da Silva e Maria Thomazia, e sendo seus padrinhos Antonio de Magalhães e Menezes e Dona Maria Magalhães e Menezes.

pequenos proprietários rurais e, conforme a pesquisadora lusitana Miriam Halpern Pereira (1981), promoveu o aumento da emigração portuguesa.

Somando-se à crise pela qual Portugal atravessava e à ideia de “terra de abundância” que seria o Brasil, o Rio de Janeiro foi o destino escolhido por milhares de portugueses durante o século XIX (CRUZ, 1987; TRINDADE, 2000; CERVO, 2000). Conforme Carla Mary da Silva Oliveira (2003, p. 60), “os aventureiros d’além mar chegavam aos borbotões ao Cais Pharoux”. Salienta-se, também, que o Brasil e o Rio de Janeiro, após a transferência da Família Real e da Corte para o Brasil, em 1808, passaram por grandes transformações urbanas, sociais, políticas e econômicas.

Com a chegada de D. João VI, aportaram no Rio cerca de quinze mil pessoas, entre funcionários da burocracia estatal, fidalgos e funcionários régios. Naquele momento, o Rio de Janeiro “nada tinha além de 46 ruas, 6 becos, 4 travessas e 19 largos e praças” distribuídos entre os morros da área central (MOTA, 2019, p. 24). Após a instalação da Corte, foram criadas instituições como o Banco do Brasil, a Biblioteca Real e o Horto Botânico, além disso, foi preciso realizar a expansão da sede do Império português. Para tal empreendimento, a mão de obra escrava era a principal força de trabalho. Conforme Luiz Felipe de Alencastro, a baía de Guanabara havia se convertido no “maior terminal negreiro da América” (1997, p. 13), segundo ele, no decorrer do século XIX, os cativos somaram “da metade a dois quintos” da população da Corte (1997, p. 24). Em menos de duas décadas, a população duplicou, alcançando, aproximadamente, 100.000 habitantes em 1822 e 135.000 em 1840 (BENCHIMOL, 1990, p. 25).

Para comportar a chegada da Corte e o crescimento da cidade, foram realizados melhoramentos urbanos a partir de 1840, no reinado de D. Pedro II. Novas ruas foram abertas, as diligências privadas passaram a fazer o transporte de uma população que crescia exponencialmente (ALENCASTRO, 1997; MOTA, 2019) e em 1843 passou a ser executado o primeiro plano urbanístico da cidade. Isabela Mota (2019, p. 30) indica que o projeto apontava para duas questões: “a salubridade pública e o aformoseamento urbano do município e dos cômodos de seus habitantes”. Ações como a proibição do despejo de excrementos nas praias, fim dos sepultamentos nas igrejas e a distribuição de água, a partir de chafarizes espalhados pela cidade, foram executadas. Prolongamentos de ruas e a arborização ajudaram para o aformoseamento urbano da capital do Império. Abaixo, as Figuras 6 e 7 mostram alguns aspectos do Rio de Janeiro, no início da década de 1850.

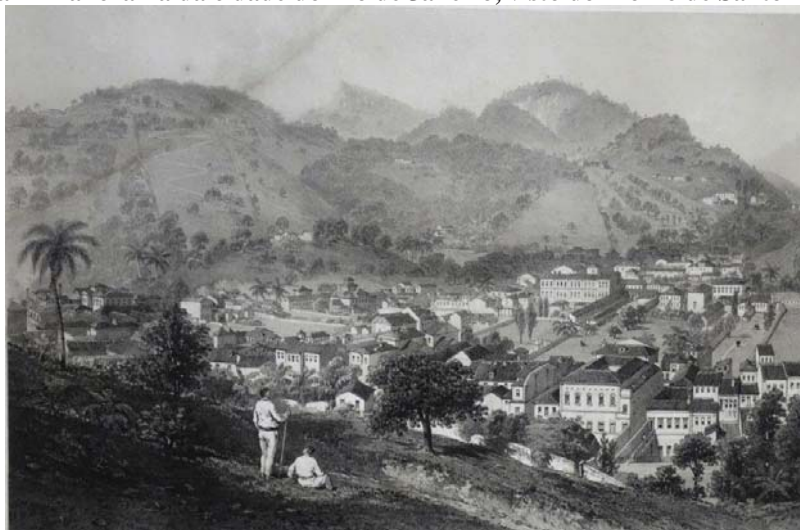
Figura 6 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro, visto do Morro de Santo Antonio



Panorama da cidade do Rio de Janeiro: tomado do Morro de Santo Antonio a vô de pássaro, 1854.
Fonte: Litografia original gravada por Eugene Ciceri e impressa em Paris por Lemercier.

Na década de 1850, com a proibição do tráfico negreiro e o “recrudescimento da fiscalização”, segundo Schwarcz (1998, p. 102), “uma massa de recursos ficou disponível”, beneficiando a Corte com investimentos em infraestrutura. Naquele período ocorreu a alta do café brasileiro no mercado estrangeiro, surgiram as primeiras linhas de telégrafo, além de novas rotas de navegação marítima a vapor (MOTA, 2019). É também nos idos de 1850 que algumas ruas ganharam iluminação a gás e calçamentos em paralelepípedos. Em consonância, aumentava-se, como se verá a seguir, a gama de divertimentos cortesãos.

Figura 7 - Panorama da cidade do Rio de Janeiro, visto do Morro de Santo Antonio



Panorama da cidade do Rio de Janeiro: tomado do Morro de Santo Antonio a vô de pássaro, 1854.
Fonte: Litografia original gravada por Eugene Ciceri e impressa em Paris por Lemercier.

Para a pesquisadora Paula Leitão Cypriano (2008), a expansão econômica vivida pela cidade graças à liberação de capital propiciada pelo fim do tráfico negreiro, em 1850, e à projeção do café no mercado internacional, possibilitou o beneficiamento da imigração para o Rio de Janeiro. De acordo com ela, o contato direto entre o porto da capital do Império e os portos europeus transformou a cidade fluminense na porta de entrada do país, o que atraiu migrações internas e externas. Em suas palavras, “como resultado do desenvolvimento urbano, multiplicaram-se as possibilidades para aqueles que buscavam começar uma vida nova inserindo-se no crescente mercado de trabalho assalariado” (CYPRIANO, 2008, p. 8). A seu turno, Joaquim da Costa Leite diz que a grande oferta de oportunidades no Brasil teria sido o elemento preponderante no fluxo de portugueses. Segundo o autor,

utilizando uma equivalência em libras [...] os salários no Rio de Janeiro podiam multiplicar por três ou quatro os salários portugueses. Mesmo considerando os gastos acrescidos de alojamento e alimentação, um trabalhador português que exercesse no Brasil a mesma profissão que tinha em Portugal podia, depois de pagas as suas despesas, obter uma poupança equivalente ao total do salário português. Essa elevada capacidade de poupança atraía muitos emigrantes portugueses, mesmo aqueles que, com trinta ou quarenta anos, dificilmente pensariam em mudar de profissão ou estabelecer seu próprio negócio (LEITE, 2000, p. 187).

Já Carla Oliveira pondera que, depois da chegada ao Rio de Janeiro, “era preciso alugar-se, buscar uma ocupação” (2003, p. 60). Em sua grande maioria homens solteiros, “os portugueses [...] acabavam instalando-se por ali mesmo, no centro da cidade e suas cercanias” (OLIVEIRA, 2003, p. 60), sendo esse o caso de Antonio de Vasconcellos. Após chegar à Corte, o imigrante conseguiu estabelecer-se como segundo caixeiro em uma casa comercial, residindo justamente no núcleo comercial do Rio de Janeiro do século XIX.

A atividade de caixeiro, a primeira desempenhada por Vasconcellos no Brasil, englobava uma gama de atividades: incluía a venda no balcão, a realização de cobranças ou vendas nas ruas, além do serviço de escritório e de escrituração (MARTINHO, 1993). Nesse sentido, Vasconcellos faz parte de uma geração de portugueses que viram no Brasil a possibilidade de ascensão social. A pesquisadora Ana Pessoa, ao analisar a trajetória do comerciante português Bernardo Casimiro de Freitas⁸, concluiu que a ascensão na carreira

⁸ Bernardo Casimiro de Freitas nasceu no Porto, em 1813, filho de Casimiro de Vilar e de Ana Casimiro de Freitas, e morreu no Rio de Janeiro, a 7 de dezembro de 1894. Foi negociante da praça do Rio de Janeiro e Comendador da Ordem de Cristo, tendo recebido o título de Barão de Lagoa de D. Luís I, rei de Portugal, em 1871. Casou-se com Ilídia Maria Cândida Borges Monteiro, na cidade do Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1835. O imóvel que hoje abriga o Museu Casa de Rui Barbosa foi construído em 1850 por Bernardo Casimiro de Freitas (PESSOA, 2011).

“era galgada pela dedicação e habilidade no comércio, chefiados pelos primeiros caixeiros e guarda-livros, que poderiam vir a fazer sociedade ou participar das atividades de seus patrões” (PESSOA, 2011, p. 103). De acordo com Martinho (1993, p. 60), “o trabalho árduo e diário, uma vida simples e de economias pod[ia] ser recompensado com a ascensão econômica e social”.

Após sua imigração, Vasconcellos estabeleceu-se na rua da Quitanda e na rua Direita (Figura 8), que tal como a rua do Ouvidor, formavam “as principais artérias” da freguesia da Candelária, conhecida como a “cidadela portuguesa” (RIBEIRO, 2002, p. 177). O médico e escritor Joaquim Manuel de Macedo referiu-se à rua do Ouvidor como sendo “a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas” (1988, p. 4), onde se falava e se comprava de tudo. Segundo Ana Pessoa (2011), os portugueses se concentravam nessa área, uma das mais antigas da cidade do Rio de Janeiro, que era também o centro político e comercial da Corte. Na mesma região ficavam edifícios e repartições públicas relacionadas ao comércio, como a Alfândega e o Mercado da Praia do Peixe. A Figura 9 auxilia na visualização da região onde residia Vasconcellos, na planta, de 1852, a rua da Quitanda foi assinalada em vermelho.

Figura 8 - “Die Rua Direita in Rio de Janeiro”

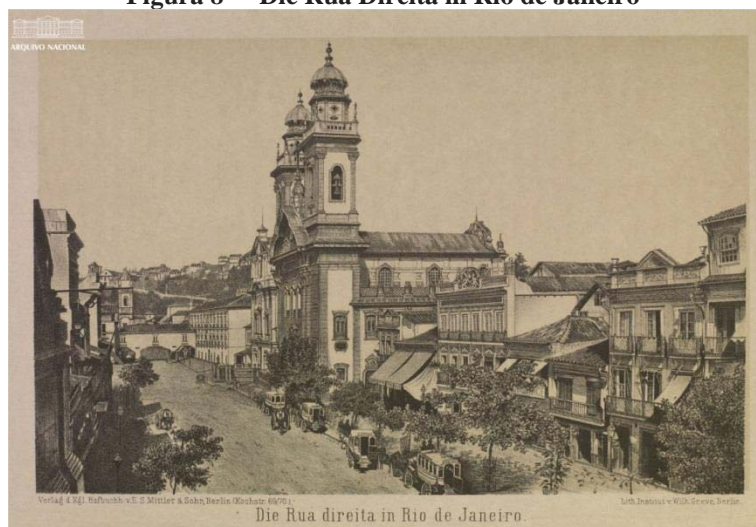
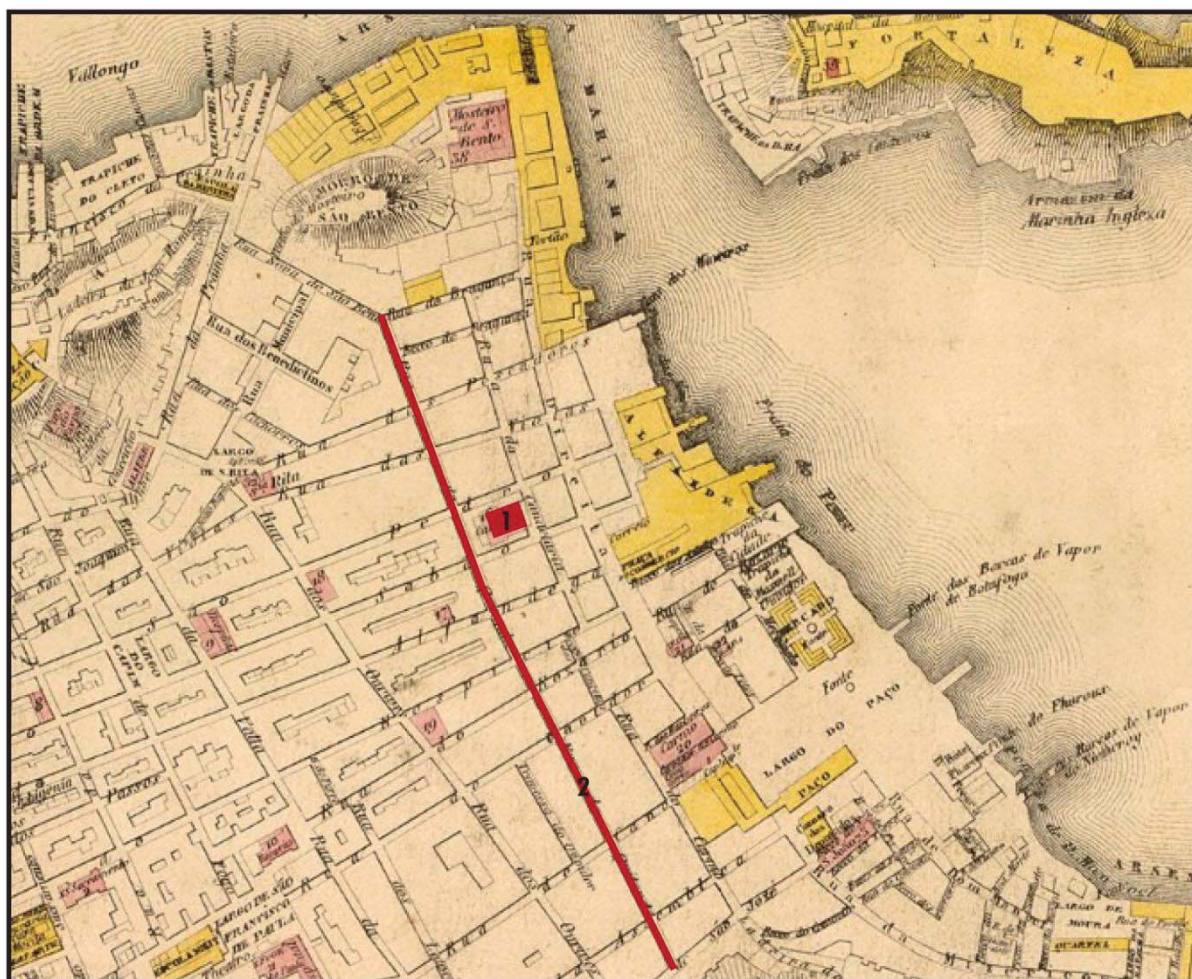


Ilustração mostrando a rua Direita (atual Primeiro de Março), centro do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Fonte: Gravura contida no livro “Brasilien: land und leute”, de Oscar Canstatt, publicado em Berlin, 1872-1875. Obra rara do acervo da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional. OR_1875_f285.

Figura 9 - Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1852



Detalhe da Planta da Muito Leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Editado pela Garnier, em 1852. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309952/cart309952.jpg. Acesso em: 10 abr. 2020. Adaptada pelo autor (2020).

Em 1854, com cerca de 16 anos de idade, Vasconcellos residia junto a “outros moços”⁹, já tendo estabelecido amizade com outros portugueses emigrantes, muitos deles ligados à Igreja. Um dos patrícios com o qual Vasconcellos estreitou relações, após sua chegada à Corte, foi o padre João Placido Gouvêa.

Vasconcellos e Gouvêa tornam-se amigos no Rio, porém, em 1857 Gouvêa transferiu sua residência para Boa Esperança, na Vila do Rio Bonito, Rio de Janeiro, onde assumiu como cônego. Em uma carta de 28 de janeiro de 1857, Gouvêa diz como estava indo a vida na nova residência, fazendo votos de que Vasconcellos estivesse com boa saúde, assim como “nosso amigo o Sr. Freitas e sua Senhora”. Gouvêa continua relatando como está machucado por ter se deslocado até Boa Esperança, local que, segundo ele, não é feio, mas é saudável.

⁹ IHPF. **Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes**. Carta de J.T.G a A.S.V, 06 jun. 1854 e Carta de J.T.G a A.S.V, 12 nov. 1854.

Uma das queixas de Gouvêa é a lembrança dos amigos, pois na localidade só “ha dous patricios”. Gouvêa segue dizendo: “faz visitas a teus companheiros, ao Amigo Padre. João, a teu mano e Custódio, e m[ais] amigos como Senhor Rocha”.

A missiva lança luz a um ponto da vida de Vasconcellos – a presença de membros da família no Brasil. Ao mencionar o “mano” de Vasconcellos, padre Gouvêa indica que Antonio estava acompanhado, ao que parece, de seu irmão Joaquim da Silva Vasconcellos. Joaquim recebeu um salvo conduto do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1853. O documento informa que Joaquim tinha, naquela ocasião, 14 anos, era solteiro, possuía baixa estatura, cor clara, olhos e cabelos castanhos e era imberbe. O registro diz:

Faço saber que Joaquim da Silva Vasconcellos, natural de Santa Cruz, vindo do Porto para esta Côrte na Galera Bella Portuense, em 19 do corrente, caixeiro; é subdito de SUA Magestade FIDELISSIMA o que comprovou por um documento que existe no archivo d’este Consulado Geral¹⁰.

A imigração de Joaquim estava prevista nos planos da família, pelo menos desde 1851, momento no qual Antonio de Vasconcellos chegou ao Brasil. Em 22 de novembro de 1851, Vasconcellos recebeu uma carta de Varziella, Portugal, remetida por seu primo, Joaquim José Peixoto Guimarães, que informava: “Aqui entreguei a Carta a Teu Pai Logo que cheguei a que lhe disse o seu comportamento e elle ficou muito contente e me disse que hia mandar seu mano. Agora mande-me dizer algumas Novidades dessa Terra”.¹¹ Assim como Vasconcellos, Joaquim começou a trabalhar como caixeiro, atuando inicialmente no comércio de Antonio Marques, desde o dia em que recebeu seu salvo conduto, um dia após chegar a Corte, isto é, 20 de outubro de 1853, permanecendo no posto de trabalho até 20 de agosto de 1856¹².

Como dito, Antonio era filho de Bento da Silva e Anna Joaquina. Casal que teve ainda os seguintes filhos: Luis, nascido em 1833; Estevão, nascido por volta de 1851; Carolina, nascida por volta de 1853; Maria, que em 1856 estava no Convento de Santa Clara, na Vila do Conde; José, falecido em 1872; Rodrigo; e Joaquim, falecido com 18 anos de idade, em março de 1858, no Rio de Janeiro¹³. Cabe ressaltar que na década seguinte à instalação de

¹⁰ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Habilitação número 48.309. Consulado Geral de Portugal, no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 out. 1853.

¹¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.J.P.G a A.S.V, 22 nov. 1851.

¹² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Dívida de Antonio Marques a Joaquim da Silva Vasconcellos (1853-1856).

¹³ RELACÃO das pessoas que forão [sic] sepultadas nos cemitérios públicos no dia 31 de março. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 89, 02 abr. 1858, p. 01. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Antonio em terras brasileiras, ao menos mais três integrantes da família atravessaram o Atlântico e estabeleceram-se no Brasil. Um deles foi o próprio pai de Vasconcellos, Bento da Silva e Vasconcellos, que chegou ao Brasil em janeiro de 1863, a bordo da galera portuguesa Nova Fama¹⁴. Abaixo (Figura 10), um retrato de seus pais, juntamente com uma de suas irmãs, existente no arquivo pessoal de Vasconcellos.

Figura 10 - Retrato dos pais e da irmã de Antonio de Vasconcellos



Retrato do casal Bento da Silva e Anna Joaquina Vasconcellos, junto com uma das filhas.

Fonte: Fundo Gabriel Borges Fortes. IHGRGS.

Segundo anotações de Vasconcellos, seu pai transferiu-se no ano de sua chegada para Niterói, posteriormente retornando ao Rio de Janeiro, momento no qual foi residir junto a um parente. Vasconcellos também deixa registrado que seus irmãos, José e Estevão, trabalhavam como caixeiros, um na Casa Propheta, localizada na rua do Ouvidor, e o outro em uma casa de secos e molhados, na rua de São José¹⁵.

A carta de Gouvêa permite ainda que seja visualizada parte da rede de contatos de Vasconcellos, na medida em que ele se recomenda a outros, com os quais ambos conviveram. A referência a dois outros padres – padre Manoel, da Candelária, e padre João –, indica a proximidade de Vasconcellos com a Igreja Católica. De todo modo, não se pode afirmar que

¹⁴ AGRADECIMENTO. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro, n. 28, 28 jan. 1863, p. 2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁵ Essas informações foram obtidas a partir de uma anotação feita por Vasconcellos em um pequeno pedaço de papel. IHGRGS. *Fundo Gabriel Borges Fortes*. Anotações de Antonio da Silva Vasconcellos, s/d.

essa aproximação fosse espiritual, entretanto, pode-se dizer que era física, a Figura 11 mostra a vista do Cais e mais adiante as torres da Igreja da Candelária. A carta endereçada a Vasconcellos, em janeiro de 1857, tinha como destino a rua da Quitanda, número 135, portanto a poucos passos da Igreja da Candelária¹⁶.

Figura 11 - Vista do Cais Pharoux, Igreja da Candelária e Arsenal da Marinha



Vista do Porto ou Cais Pharoux do Rio de Janeiro e Igreja da Candelária tomada de uma embarcação, por volta de 1895.

Fonte: Fotografia de Marc Ferrez, Coleção Gilberto Ferrez/ Instituto Moreira Salles.

Na rua da Quitanda, número 135, pelo menos desde 1852, funcionava a sede da firma *Cunha Guimarães &C.*, dos sócios Paulo Emilio da Cunha Guimarães, Francisco Gonçalves Lages e Bento José Alves Pereira, que comercializavam “fazendas seccas por atacado”¹⁷. Ainda, no mesmo endereço, aparece como residente no primeiro andar José Maria Ferreira.

A partir dessas informações podem ser levantadas duas hipóteses. A primeira delas é que o número 135, da rua da Quitanda, fosse o endereço comercial de Vasconcellos, que, naquele momento, poderia estar atuando na firma *Cunha Guimarães &C.* A segunda, considerando que existia um morador no primeiro andar, é de que Vasconcellos residisse no endereço, sendo seu posto de trabalho localizado em outro local.

¹⁶ IHPF. **Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes**. Carta de J.T.G a A.S.V, 06 jun. 1854 e Carta de J.T.G a A.S.V, 12 nov. 1854.

¹⁷ A FIRMA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 35, 04 fev. 1852, p. 03. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A leitura das cartas revela vários outros contatos de Vasconcellos, integrantes de sua rotina social. Por exemplo, em dezembro de 1856, é contatado por Julio Augusto da Cunha Guimarães¹⁸, que solicita que Vasconcellos comunique ao cocheiro o cancelamento do carro que o buscaria na noite seguinte¹⁹. O pai de Julio Augusto, Paulo Emilio da Cunha Guimarães, era o proprietário da casa de comércio situada à rua da Quitanda, 135. Então, pode-se supor que Vasconcellos estivesse fazendo um favor ao filho de seu patrão. Já em 28 de janeiro de 1859, Vasconcellos teve sua presença requisitada pelo amigo José Antonio Ferreira, que o chamava para um passeio de cavalo, após a janta, até São Cristóvão²⁰.

Para além, chama a atenção as correspondências que possibilitam inferir sobre o trabalho, sendo que Vasconcellos, ao que tudo indica, mantinha negócios na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, mais especificamente, na localidade de Jurumirim. O município de Angra dos Reis, até meados dos anos de 1850, destacava-se pela produção de cana e pelo comércio. A partir dessas atividades, floresceram portos como Jurumirim, Ariró, Itanema, Frade e Mambucaba (VASCONCELLOS, 2006).

Entre 1857 e 1859, quando Vasconcellos já contava com cerca de 20 anos, identificou-se, através das cartas, que diversas vezes esteve em Jurumirim, possivelmente, tratando de negócios. Os registros de entrada e saída dos portos do Rio, publicados pelos periódicos *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, indicam que Vasconcellos dirigiu-se a Jurumirim, naquele período, em média, duas vezes ao ano²¹, embora não se tenha elementos para precisar em que ramo específico atuava, tampouco se ia na condição de funcionário de algum estabelecimento ou por conta própria.

Sobre a localidade visitada, Jurumirim, levantou-se, por meio da obra de Thiago Lourenço (2015), cujas fontes foram as Atas da Câmara Municipal da Vila de Mangaratiba, que os negociantes de café, no final da década de 1850, buscavam alternativas para fugir das taxas cobradas pela passagem do café, achando “menos oneroso [...] procurar, ainda mais que

¹⁸ Julio Augusto da Cunha Guimarães era paulista, nascido em 1831. Em 1854, iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, porém não passou do primeiro ano (NOGUEIRA, 1912). Há uma divergência quanto a sua filiação, Almeida Nogueira (1912) o declara como filho de José Joaquim Guimarães, entretanto, a nota de falecimento de Paulo Emilio da Cunha Guimarães, publicada no jornal carioca *Diário de Notícias*, refere como filhos o supracitado Julio Augusto, José Joaquim Guimarães, Adolpho Carlos Guimarães e Alfredo Guimarães. Acredita-se que Almeida Nogueira tenha se confundido, mencionando o irmão como pai do acadêmico. ENTERROU-SE ONTEM. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, n. 553, 13 ago. 1872, p. 01. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁹ IHPF. **Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes**. Carta de J.A.C.G a A.S.V, dez. 1858.

²⁰ IHPF. **Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes**. Carta de J.A.F a A.S.V, 28 jan. 1859.

²¹ REGISTRO DO PORTO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 13 mar. 1857; 25 fev. 1858; 20 abr. 1858. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. REGISTRO DO PORTO. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 25 mar. 1857. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

longínquos, os portos de Jurumirim e Itaguaí; que [...] se marca taxa pelos gêneros de importação” (LOURENÇO, 2015, p. 101).

Na mesma linha, a pesquisadora Marcia Cristina Roma de Vasconcellos (2006) confirma que, pela sua posição no litoral do Rio de Janeiro, os portos angrenses, durante o século XIX, tiveram significativa importância como polos de escoamento da produção de café, oriunda do vale do Paraíba paulista e fluminense. De acordo com a autora, “a atividade portuária, por meio da navegação de cabotagem, contribuiu para períodos economicamente prósperos para Angra, na primeira metade do século XIX” (VASCONCELLOS, 2006, p. 34).

Em fevereiro de 1859, Vasconcellos estava novamente em Angra dos Reis, quando recebeu uma carta com a seguinte mensagem:

Amigo Senhor Vasconcellos
Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1859

Como me ordenou remetti para Angra a cargo do Senhor João Pinto Pimentel a sua lata de folha e chapeleira, letreirado com o seu nome, a caixa de folha vai fechada com hum cadeado de letras, e querendo-o abrir, lembre-se do nome da quella sua amavel patricia de Santa Thereza. [...] Dezejo que tenha feito boa viagem, e que volte [em] breve, veja que o carnaval está a porta, e creio que D. Marianna vem para baixo. ADeos até cá, saúde e felicidades lhe dezeja quem é

Seu amigo obrigado
José Ferreira Peixoto²²

A correspondência desse primeiro período de Vasconcellos no Brasil permite registrar relações de amizade, comércio e sociabilidades, o que denota que ele acabou constituindo uma rede de relacionamento com diversos brasileiros, além de portugueses aqui residentes.

Ao se fazer a triagem do acervo epistolar de Antonio Vasconcellos, constatou-se que, em termos quantitativos, as correspondências referentes à fase do Rio de Janeiro são inferiores às décadas seguintes, quando já se encontrava instalado no Sul. De todo modo, há silêncios que falam por si. Observando o conjunto epistolográfico de Vasconcellos, o pequeno volume de cartas remetidas/recebidas por seus irmãos e seus pais, por exemplo, indica que Vasconcellos não manteve contato com seus familiares, nem com os que residiam no Brasil, tampouco com os que ficaram além-mar.

As cartas trocadas com três de seus irmãos, Maria José, Carolina e Estevão, revelam a perda de contato durante sua trajetória de vida, após a sua imigração para o Brasil. Quatro missivas recebidas por Vasconcellos confirmam essa percepção. A primeira delas, datada de

²² IHPF. **Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes**. Carta de J.F.P a A.S.V, 15 fev. 1859.

julho de 1893, portanto 43 anos após sua chegada ao Brasil, foi enviada por sua irmã Maria José e diz o que segue:

Santa Cruz = Vila Meã, 26 de julho de 1893
 Illustrissimo Senhor Antonio de Vasconcellos
 Prezado Mano do Coração

Em primeiro de tudo estimo que ao receber desta o vá encontrar gozando uma feliz saude que é o meu dezejo. Eu e minha Familia temos saude; só o meu marido esta empregado; só agora sob que Vosmece escreveu uma carta em 21 de Novembro de 1878 ao Senhor Director do Correio de Penafiel, a pedir-lhe de emformações de nossa querida mãe e filhas; e mesmo senhor entregou a **Carta a meu marido o que elle nunca me deu a saber**; e só nesta ocasião a encontrei em uma gaveta ficando sentida de meu marido não ter escripto a Vosmece do que lhe peço desculpa; Emquanto informações de nossa familia tenho a dizer-lhe que nossa crida mãe faleceu a 15 annos pouco mais ou menos; viveu athe ao resto da vida na nossa Companhia; a Carolina está de saude está a servir em uma casa a vastantes annos ahinda solteira; Eu cazada como sabe com 5 filhos [...] a minha filha Augustinha e o marido vive neste mesmo lugar de Villa Meã e estão a socorrerme com alguma couza nas minhas necidades; é para que em peço cazo Vosmece queira escrever ser em nome de meu genro: Antônio Augusto Preira e por hoje não lhe sou mais estença por reciar que esta carta não chegue a suas mãos por aver vastantes annos que Vosmece escreveu e poderá nesta occaszão ter mudado de Terra; mas contudo mando a carta registrada com recibo de receção para ficar na serteza que Vosmece receba ou não; e podia ofavor se me escrever de mandar-me dizer alguma couza de nossos manos e seos são mais recomendações da Carolina de meu marido e filhos e genro assim como para nossos manos; e as minhas para Vosmece se dezejaba que viesse a esta terra para lhe dar um apertado abraço desta que é do Coração

Sua Mana
 Maria José de Vasconcellos²³

A missiva informa que Vasconcellos procurou sua família em Portugal no ano de 1878, mas seu cunhado omitiu a existência da carta, passando-se 15 anos entre a carta enviada e sua resposta. Pela missiva da irmã, Vasconcellos fica sabendo em qual situação estão seus familiares em terras portuguesas, bem como é informado do falecimento de sua mãe, cerca de 15 anos antes. A carta é sentimental e denota o carinho da irmã por Antonio e o ressentimento com o marido por tê-la omitido. Da mesma forma, infere-se que os outros irmãos que vieram ao Brasil também não tinham dado notícias à parte da família que ficara em Portugal.

Vasconcellos, após receber a carta de Maria José, a responde em 7 de setembro de 1893, segundo anotação na própria carta, bem como é apontado na segunda missiva enviada por Maria José, em 22 de outubro do mesmo ano. Conforme a carta:

²³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.J.V a A.S.V, 26 jul. 1893. Grifo nosso.

Villa Meã 22 de outubro de 1893

Querido Mano Antonio de Vasconcellos,

Grande foi o meu gosto e receber a tua estimada carta com data de 7 de Setembro próximo passado e dizeres que tem saude assim como tua familia Senhora e queridos filhos para quem eu e meus filhos e genro preso muitas recomendações e assim como nossa mana Carolina. Senti vastante dizer-me que nosso mano Rodrigo tinha falecido pois da morte dos outros já eu savia mas desisti inda pensava que Me fosse vivo; pois tenho a dizer te que quando mandei escrever por meu genro a outra carta que te mandei era cazada oje infelizmente sou viuva que meu marido faleseu o outro dia que mandei escrever a outra esta vai escrita pro meu proprio punho. Sento vastante a dizeres que tens tido grandes prejuízos; pois eu estou vivendo por meu trabalho na companhia de meu genro Antonio Augusto Pereira Alfaiate cazado com minha filha Agostinha; iportegida com alguma couza que me dá meu filho Alexandre Augusto Coelho de Vasconcellos Caixeiro no Porto; ja tive huma propriedade nossa[?] mas meu marido por questoens e jostisa gastou tudo athe ultimamente na enfermidade foi alimentado pur o dito meu filho i genro. E, eu estou de 43 anos tenho 5 filhos Agostinha cazada com o dito Antônio Augusto Pereira Joze tambem cazado Alexandre Caixeiro no Porto; e Felomena de 16 annos e Valentim de 12 solteiros comigo. Em quanto a mana Carolina tem 37 annos ganhar de Soldada 13.500 reis por ano enquanto a tu querereres que ella venha para aminha Companhia eu ja falei com ella atal fim e resolvi o teu desejo; a despesa que ella podera fazer por mez e o que tiveres na tua vontade que eu se tivesse meios já o tinha feito; mas eu ate estou a pagar renda de caza; Em quererte a caza que foi do nosso finado Pai; o dono della he daqui mesmo [ilegível] a elle e o tornar a vendella mas não se compra menos dos seus 500 quinhentos milreis não esta reformada inda é a mesma em a nosso Mano Luiz e casado vive também a qui os nossos thios João i Justina ja falecidos so he viva a thia Delfina que vive em Santa Eulália a familia da Botica so existe Doutor Luiz Coelho Francisco Coelho Dona Maria Leonor Dona Maria Madalena as Valentinas. Existe a Delfina cazada nesta Villa, como dizes que tua filha se vai cazar deus queira que seja para vossa fortuna e que seja com vossa companhia; desejava reseber o teu retrato assim como de tua Senhora e filhos que logo os reseva i tenho meios mando te o meu i de nossa mana Carolina i de meus filhos e genro; e com isto não te enfado mais aseita de meus ~~filhos~~ um apertado avraso assim como a tua Senhora i filhos desta que é

Tua mana do Coração
Maria José de Vasconcellos²⁴

A resposta de Maria José à missiva de Vasconcellos revela que ele demonstrou desgosto ao saber que a irmã Carolina “está a servir” de doméstica, orientando para que fosse feito um novo arranjo familiar, porém Maria José preenche a carta com infortúnios familiares, por ter ficado viúva e estar em meio a uma crise financeira. Mesmo distante, Vasconcellos procurou estar presente, dizendo como as irmãs deveriam arranjar-se, Maria José diz estar empenhada em fazer “o que tiveres na [...] vontade” do “mano” Vasconcellos. Diz ela também que sente saber que o irmão Rodrigo havia falecido, pois ela sabia apenas dos “outros”.

²⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.J.V a A.S.V, 22 out. 1893.

A questão da reorganização familiar é tema de outra carta, dessa vez remetida a Vasconcellos pela irmã Carolina, a missiva diz:

Villa Meã 4 – 6 – 1895

Meu Querido Mano

Primeiro que tudo muito estimarei que ao receber esta tanto o mano como, toda sua familia gozem boa saude, acompanhada de todas as felicidades, que eu do coração lhe desejo. **Pela sua ultima carta (e primeira, pois não se tornou a receber nenhuma) vi que demonstrava não gostar que eu andasse a servir;** eu é verdade que estive alguns annos no Folforinho numa caza boa, perto d'aqui, mas já ha muito que já muito que vim para a companhia de minha Irmã, mal e tenho vivido luctando com dificuldades, principalmente depois que a palha deixou de dar dinheiro, pois nesta terra os ganhos d'uma mulher pela costura são fracos, e os gastos são muitos: enfim imos vivendo - sabe Deus como... Eu trabalho muito, mas ainda assim - mal me chega para me vestir e sustentar, porque tenho me tornado doente - falta de vista, não podendo já trabalhar de noite, como em outro tempo, a minha irmã também está pouco aborrada para acudir a tudo.

Emfim em vista destas muitas circumstancias, e das promessas do Mano animo-me a implorar o seu auxilio com uma esmolla que for da sua vontade. Bem sei quem tem familia tem muitas despesas. Com tudo, se for da sua vontade, pouco que seja, lh'ó agradeceremos com lagrimas de saudade e reconhecimento. Termino enviando-lhe muitas visitas de minha irmã e para não nomear um por um, - de todos os nossos sobrinhos e sobrinhas, e eu, que muito desejava conhecê-lo envio de um saudozo abraço - como sua

Mana muito affetuosa e obrigada
Carolina Augusta de Vasconcellos²⁵

A carta de Carolina apresenta questões interessantes. Após a retomada do contato entre os irmãos, realizada entre julho e outubro de 1893, Vasconcellos não tornou a enviar notícias suas à família, o que fez com que Carolina tomasse o lugar de Maria José como interlocutora e cobrasse, educadamente, de Vasconcellos “as promessas” por ele feitas. Outrossim, ela indica uma possível desaprovação por Vasconcellos não ter mais entrado em contato, dizendo que ela e Maria José haviam seguido seus conselhos, ou seja, Carolina parou de “servir” e passou a residir com a irmã, o que acarretou problemas financeiros, visto que ela estava doente e não podia mais trabalhar. Por alguma razão, Vasconcellos respondeu Carolina somente 18 meses depois de a carta ser remetida, em 10 de janeiro de 1897. Destarte, deve-se levar em conta a demora entre o envio de uma correspondência do interior da Província de São Pedro até Portugal, mas os silêncios e os pedidos de ajuda das irmãs podem ter feito com que Vasconcellos preferisse não entrar em contato.

²⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.A.V a A.S.V, 4 jun. 1895. Grifos nossos.

Entretanto, não foi somente com a família que estava em terras lusas que Vasconcellos perdeu o contato. Em abril de 1894, o irmão de Vasconcellos, Estevão, respondeu a uma carta enviada por ele no mês anterior. Na missiva, além de comentar sua satisfação em ter notícias de Vasconcellos, Estevão menciona que recebeu uma carta da irmã Maria José. A missiva diz:

Jatahy, 24 de Abril de 1894

Presado Irmão Antonio Vasconcellos

Tive o grande praser de receber hontem tua presada carta datada de 4 do mês próximo paçado, o praser foi grande por saber que com tua familia gosas perfeita saude pois julgava que com essa malfadada revolta²⁶ que tem assolado esse Estado alguma cousa tivesses sofrido; muito te agradeço o convite que me fases de assistir ao casamento de tua filha a quem desejo todas as felicidades dezejaveis, mas pelas deficuldade da viagem me é inteiramente impossivel sendo que o meu maior desejo era faser te uma vesita, o que pertendo faser logo que as cousas fiquem socegadas.

Participo-te que recebi carta de nossa irmã Maria, ella mora em Villa Meãm e assigna-se Maria José de Vasconcellos, deume noticias de nossa mãi que faleceu em ... 1880 assim como nosso pai que tambem faleceu no mesmo anno, no Rio de Janeiro. Pesso-te que me escreva para a Villa do Jatahy = antigo Sapê de Silveiras, Estado de São Paulo para onde me mudei á já 15 annos. Desejo-te que com tua familia goses a melhor saúde.

Abraça-te o

Teu Irmão e amigo

Estevão da Silva Vasconcellos²⁷

Na carta, além de agradecer o convite para participar do casamento da filha de Vasconcellos, Estevão dá informações sobre os pais, ambos falecidos no ano de 1880, a mãe em Portugal e o pai no Rio de Janeiro. A distância temporal de cerca de 14 anos mostra como os membros da família não se comunicavam com frequência. No caso de Vasconcellos não porque ele não tivesse o hábito de escrever cartas, pois seu epistolário mostra o contrário. Esses distanciamentos e silêncios podem conter embates de ideias e ressentimentos, que não foram superados por Vasconcellos ao longo de sua vida, fato é que nunca se chegará a uma conclusão acerca disso.

Mesmo assim, pode-se propor mais uma hipótese sobre a carta de Maria José, enviada em julho de 1893. Na correspondência, a irmã diz que por um ato de esquecimento ou premeditado, seu marido ocultou uma carta de Vasconcellos datada de 1878, privando-a do contato com o irmão por 15 anos. Se confrontada com a carta enviada por Estevão a Vasconcellos, em abril de 1894, quando este diz: “recebi carta de nossa irmã Maria, ella [...] assigna-se Maria José de Vasconcellos, deume noticias de nossa mãi que faleceu em 1880

²⁶ Referência a Revolução Federalista (1893-1895).

²⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de E.S.V a A.S.V, 24 abr. 1894. Grifo nosso.

assim como nosso pai”, pode-se levantar uma questão. Estaria Maria José em busca da ajuda dos irmãos que vieram tentar a vida no Brasil, ou o fato de ter “descoberto” a carta enviada por Vasconcellos a fez lembrar-se de outros membros da família? Segundo Michel Foucault, analisando as cartas de Sêneca,

a carta torna o escritor ‘presente’ em relação a quem ele se dirige. E presente não simplesmente através das informações que fornece sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, sua fortuna ou suas infelicidades; presente de um tipo de presença imediata e quase física (FOUCAULT, 1994, p. 425).

Na citação que exemplifica a sentença, Sêneca compara os retratos dos amigos ausentes com as cartas, sustentando que a carta carrega marcas vivas da ausência. Foucault leva mais longe o efeito: “a carta funciona como um olhar que se pousa no destinatário”, ou seja, por meio da missiva recebida, ele se sente olhado (FOUCAULT, 1994, p. 425). Considerando a distância física da família “ao escrever é possível estar junto do outro” (GOMES, 2004, p. 22).

Após sua chegada ao Brasil, ao passo em que se afastava de sua família consanguínea, Antonio de Vasconcellos inseriu-se na sociedade cortesã do Rio de Janeiro passando a pertencer a quadros associativos de diversas entidades, como será visto na sequência. É justamente na década de 1850, período da imigração de Vasconcellos, que as entidades associativas e as sociedades de apoio mútuo proliferaram-se, sobretudo as de caráter de auxílio étnico, como é o caso das Beneficências, dos Clubes e das Sociedades Literárias portuguesas.

Segundo Oliveira (2013, p. 136), existiu, muitas vezes, a “necessidade”, entre os imigrantes, “de (re)construir sua identidade, através de artifícios dos mais variados, que podiam ir desde a fundação de um clube [...] até a criação de uma associação de socorro mútuo”. Para a autora, estas instituições, além de serem “terrenos livres”, onde os imigrantes podiam exercer plenamente sua “portugalidade”, eram também espaços sociais que reforçavam os laços e a rede de solidariedade pré-existentes à sua chegada ao Brasil (OLIVEIRA, 2003).

2.2 Cartas, clubes e espaços de sociabilidade: Antonio de Vasconcellos e suas estratégias de inserção social

Maurice Agulhon (2009) analisa algumas associações, como as confrarias religiosas, clubes e lojas maçônicas, demonstrando a riqueza e a importância que essas sociedades – de cunho fraternal, religiosas ou laicas – tiveram na edificação das “novas sociabilidades”. Antonio de Vasconcellos, ao longo de sua existência, atuou em diferentes espaços de sociabilidade, sobretudo naqueles considerados formais. Por espaços de sociabilidade formais são entendidas as associações estabelecidas e institucionalizadas, ou seja, as confrarias e as irmandades religiosas ou leigas; as lojas maçônicas; os grêmios e as academias; as sociedades políticas; as agremiações profissionais, corporativas e de assistência mútua; as sociedades de beneficência nacionais e estrangeiras; as sociedades de promoção da colonização; as sociedades filantrópicas, etc.

Estabelecido na cidade do Rio de Janeiro desde 1851, o primeiro registro de Vasconcellos em um espaço de sociabilidade ocorre em 13 de junho de 1856, quando ele foi aceito como membro da Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro. A Sociedade, que se definia como “patriótica, humanitária e beneficente, empenhada em socorrer o maior número possível de seus compatriotas desvalidos”²⁸, enviou a carta do aceite de Vasconcellos como membro, assinada pelo secretário Gabriel Antonio d’Almeida, informando que a proposta de admissão foi feita pelo membro Antonio Ferreira Vaz²⁹.

Ferreira Vaz era comerciante, possuidor de uma loja de “fazendas e modas”, na rua da Quitanda, número 88, sendo, portanto, vizinho de Vasconcellos. A diretoria da entidade, naquele momento, era constituída por: Antonio de Almeida Santos, presidente; Antonio José Alves Coelho, vice-presidente; Gabriel Antonio d’Almeida, 1º secretário; José Roque Marques de Carvalho, 2º secretário; e João Gonçalves de Lima Camacho, que desempenhava a função de tesoureiro.

O presidente da Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro, bem como o 2º secretário, Antonio José Alves Coelho e João Gonçalves de Lima Camacho, respectivamente, também figuram como acionistas do Gabinete Português de Leitura, outra entidade da qual fez parte Vasconcellos (PAIXÃO, 2011).

²⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de G.A.A a A.S.V, 13 jun. 1856.

²⁹ Em janeiro de 1857 a entidade contava com 397 sócios ativos e honorários. RIO DE JANEIRO. **Chronica Diaria**. Diário do Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1857, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O pesquisador Alexandro Henrique Paixão (2011), ao caracterizar os imigrantes portugueses que consumiam literatura na capital do Império, durante o Segundo Reinado brasileiro, destaca que muitos deles eram caixeiros,

estando também a grande maioria vinculados a outras agremiações portuguesas, como a Caixa de Socorros Pedro V e a Sociedade Beneficência Portuguesa (ambas associações de caridade), o Liceu Literário Português (escola), que dependiam administrativamente do Gabinete. Quanto ao local de origem, todos provinham de Portugal (Porto, Lisboa, Viana do Minho [atualmente Viana do Castelo], Aveiro etc.), tendo o período de emigração para o Brasil compreendido os anos de 1830, 1840 e 1850 (PAIXÃO, 2011, p. 109).

Fundado em maio de 1837, o Gabinete Português de Leitura³⁰ (Figura 12) foi uma iniciativa de uma associação de emigrantes portugueses residentes na Corte. Para Sébastien Rozeaux (2016), a criação de gabinetes de leitura, de sociedades literárias e/ou de educação na colônia portuguesa do Rio de Janeiro visava atender uma dupla expectativa. Segundo o autor, a primeira delas seria “disponibilizar aos imigrantes portugueses, na maioria muito jovens e sem muita instrução, lugares onde eles possam aprender, [...], numa época em que o impresso ainda é um bem raro e caro” (ROZEAUX, 2016, p. 494). Para ele, a segunda expectativa para ele seria melhorar o nível de instrução dos membros da “colônia portuguesa”, estimulando a curiosidade intelectual dos mesmos, as entidades estariam contribuindo “para facilitar a ascensão e o reconhecimento sociais desses caixeiros que vieram ao Brasil encontrar fortuna” (ROZEAUX, 2016, p. 494).

³⁰ Em 1906 o rei D. Carlos atribui o título de “Real” ao Gabinete, tornando o Real Gabinete de Leitura Português.

Figura 12 - Fachada da sede do Real Gabinete Português de Leitura



Fachada da sede do Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, final do século XIX.
 Fonte: Arquivo Nacional. Coleção Fotografias Avulsas. BR_RJANRIO_O2_0_FOT_00444_016.

De acordo com Barros Martins (1901), o Gabinete Português de Leitura, a partir de 1842, passou a funcionar na rua da Quitanda, número 55, portanto, a poucas quadras de onde residia Vasconcellos. Complementarmente, Alexandro Paixão (2011, p. 110) diz que o público do Gabinete era formado, em sua maioria, por comerciantes, “conhecidos como a classe caixeiral no Rio de Janeiro”. Em 25 de fevereiro de 1856, o secretário do Gabinete, Henrique Pereira Leite Basto, encaminhou um ofício a Vasconcellos, dizendo:

A Directoria deste Gabinete tendo a emitir varias acções não só das da nova emissão, como das que por diversos motivos teem revertido à Sociedade, tomou deliberação de dirigir-se a alguns dos Snrs. Acionistas que **por sua influencia** a podem coadjuvar na dita emissão, e reconhecendo o zelo e o s interesse que V.S toma por este estabelecimento, que tanto honra aos portuguezes, me encarregou de rogar a V.S para que **se digne promover entre seus amigos, ainda não socios**, a passagem do maior numero de acções que lhe for possível; por cujo serviço a Associação que ella tem a honra de representar, e da qual **V. S é mui digno membro**, lhe será sempre reconhecida³¹.

³¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Ofício da Secretaria do Gabinete Portuguez de Leitura a Antonio de Vasconcellos. Rio de Janeiro, 25 fev. 1856. Grifos nossos.

Contudo, para ser acionista do Gabinete Português de Leitura era necessário ser português e pagar a quantia de “3\$000 rs. por semestre, nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno”, além de ter o dever de “tomar e possuir uma ou mais acções, pagando seu valor como a Directoria determinar”. Porém, os subscritores poderiam ser “pessoas de um e outro sexo, e de qualquer nacionalidade”, necessitando, para ser admitido, ser proposto por um acionista e aprovado pela Diretoria (AZEVEDO, 2007, p. 58).

Conforme o ofício encaminhado a Vasconcellos, pelo secretário Basto, a entidade buscava ampliar seu quadro de acionistas, recorrendo aos membros para que estes promovessem “entre seus amigos a passagem do maior numero de acções”, possivelmente, buscando a ampliação dos recursos do Gabinete.

Maria Manuela Tavares Ribeiro destaca que mesmo que o aluguel/empréstimo de livros facilitasse o acesso à literatura, “nem todos os sectores sociais podiam pagar a assinatura mensal de um gabinete de leitura” (RIBEIRO, 1999, p. 195). Segundo Reinaldo Montoro,

quando fui pela primeira vez espectador dos trabalhos desta Instituição, estava ela estabelecida à Rua da Quitanda [...]. Nesse tempo era considerado grande distinção o ser sócio do ‘GABINETE’, pois eram, na prática, requeridas qualidades honrosas para se poder pertencer à associação (MONTORO, 1856 apud TAVARES, 1977, p. 32-33).

Nesse sentido, a inserção de Antonio de Vasconcellos em espaços como o Gabinete Português de Leitura revela que ele estava formando laços, ou ativando laços preexistentes, sobretudo com comerciantes e outros caixeiros, fazendo parte da “classe caixeiral” do Rio de Janeiro. Além disso, pode-se inferir que Vasconcellos estava estabilizando-se financeira e socialmente, inserindo-se em redes de sociabilidade, meios em que se estabeleciam relações estruturadas, onde as afinidades permitiam as trocas, além da manutenção e estabelecimento de laços, contatos e articulações.

O ingresso de Vasconcellos em diversas entidades associativas após sua imigração para o Brasil reflete que ele buscava granjear um espaço na sociedade cortesã do Rio de Janeiro, investindo em suas relações com seus confrades, possivelmente estabelecendo negócios e alianças comerciais, dentro de uma rede de sociabilidade. Aqui, vale ressaltar que “a noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se **estabelece vínculos afetivos** e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo” (SIRINELLI, 2003, p. 38, grifo nosso).

As associações de cunho literário, como o Gabinete Português de Leitura, convertiam-se, de acordo com Azevedo (2011) e Gonçalves e Bessone (2016), em espaços de sociabilidade para os cidadãos falantes da mesma língua no Rio de Janeiro. Segundo Tania Bessone (2016, p. 269),

os letrados do país encontravam tanto nas livrarias, nos gabinetes de leitura comerciais e de associações, como nas bibliotecas públicas, ambientes de sociabilidade em que o gosto pela leitura conferia aos seus frequentadores status elevado mediante uma sociedade altamente hierarquizada. As tipografias e as redações de jornais também cumpriam esse papel (somadas a ambientes como cafés e boticas), reunindo grupos de homens de letras que, circulando nesses espaços, se inseriam em fechadas redes clientelares a fim de adquirir prestígio através do estreitamento de laços afetivos, políticos e profissionais com os demais frequentadores.

O interesse de Vasconcellos pela literatura é confirmado por uma carta recebida em dezembro de 1858³². A missiva é um pedido de empréstimo, feito por Joze Gonçalves de Lima Camacho, do livro *O Monge de Cister*³³, romance de Alexandre Herculano, publicado em 1848. Camacho escreve:

Desejo muito ler o Monge de Cister, e como me disserão que tinhas essa obra, por isso te pesso o favor de me o emprestares, o que com maior brevidade te mandarei; favor este que muito obrigará o teu

Leal Amigo

O remetente da carta, Joze Gonçalves de Lima Camacho, era irmão de João Gonçalves de Lima Camacho, que como mencionado, era confrade de Vasconcellos em pelos menos duas entidades associativas no Rio de Janeiro: o Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro. Além disso, Joze Camacho residia na rua de Quitanda, número 109³⁴, sendo, portanto, vizinho de Vasconcellos.

³² IHPF. **Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes**. Carta de J.G.L.C a A.S.V, dez. 1858.

³³ Romance histórico, esboçado em 1840, mas publicado oito anos depois, que constitui o segundo volume do *Monasticon*, retomando, portanto, a problemática ético-religiosa do celibato que já inspirara Eurico, o Presbítero. A intriga, que decorre no reinado de D. João I, em pleno período de convulsões políticas, gira em torno de Frei Vasco, um cavaleiro que se fez monge, mas em quem o hábito não apagou os sentimentos de ódio e de vingança, movido por um duplo desiderato: castigar o seu rival, Lopo Mendes, que desposara a sua amada, Leonor, durante a sua ausência, e vingar a honra de seu pai e de sua irmã, Beatriz, ultrajados por um cavaleiro que se lhes apresentara sob uma falsa identidade. **O Monge de Cister**. In Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$o-monge-de-cister](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$o-monge-de-cister). Acesso em: 26 fev. 2019.

³⁴ CHRONICA DIARIA. **Diário do Rio de Janeiro**, 2 de março de 1858, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Além das sociedades literárias e de auxílio mútuo, uma das formas de articulação social utilizada por Vasconcellos se deu através da sua participação em sociedades musicais. Na Sociedade Minerva³⁵, pelo menos no último quinquênio da década de 1850, Antonio de Vasconcellos foi tesoureiro³⁶ e presidente³⁷, envolvendo-se nas diversas atividades promovidas pela entidade, conforme registros de seu acervo pessoal.

Pelo menos uma vez ao mês, entre fevereiro e abril de 1859, período em que Vasconcellos esteve no cargo de presidente, a Sociedade promoveu encontros, quando foram consumidos vinhos, licores, chocolates e doces diversos, conforme os recibos permitem ver. Em 26 de fevereiro, 26 de março e 30 de abril a Confeitaria e Refinação de Felipe José Gonçalves³⁸ abasteceu os encontros com bandejas de doces, pães de ló, doces finos, chocolates, ovos, chá, açúcar, gelo e carvão. Do mesmo modo, em fevereiro e abril daquele ano, a Sociedade adquiriu do Armazém de Molhados por Atacado e a Varejo, de Custodio José Moreira, 35 garrafas vinho e 12 garrafas de licor³⁹.

A Sociedade Minerva também realizava bailes, utilizando-se inclusive do espaço pertencente à Sociedade *Phil-Euterpe*, famosa casa de bailes e concertos, fundada no Rio de Janeiro no início da década de 1850, sendo uma das muitas sociedades musicais existentes na Corte, naquele momento.

Conforme Giron (2004, p. 158), no Rio de Janeiro, “no início dos anos 50 do século XIX, as instituições artísticas já se encontraram criadas: conservatório, sociedades filarmônicas, publicações, casas de ópera, jornais com cobertura dos espetáculos”. Desse modo, “os espaços, os frequentadores e as ocasiões das audiências multiplicaram-se e novas instituições foram criadas para suprir a demanda de música cortesã, passando aos poucos a fazer parte da vida cotidiana do carioca” (MONTEIRO, 2008, p. 291).

³⁵ Não foram localizadas informações sobre o período de fundação da entidade, mas sabe-se que ela esteve ativa até meados da década de 1860.

³⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Recibo de Eugênio Gomes de Azevedo Bato, Rio de Janeiro, 23.05.1859.

³⁷ SOCIEDADE Minerva. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 177, 28 jun. 1859, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁸ Conforme o anúncio da Confeitaria no Almanak Laemmert, Felipe José Gonçalves fornecia “bailes, saráos, casamentos e baptisados, para o que tem uma casa completa, e peritos officiaes empregados nas suas fabricas. Tambem se encarrega de qualquer encomenda de sorvetes” (1856, p. 520). ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da corte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1856. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1856. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=23372>. Acesso em: 20 jun. 2020.

³⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Recibos Sociedade Minerva, Rio de Janeiro, 1859.

Foi possivelmente em uma das entidades supracitadas que Vasconcellos estabeleceu amizade com seu patrício Julio Roberto Dunlop⁴⁰. Dunlop nasceu em Portugal por volta do ano de 1837, assim como Vasconcellos. No Brasil, atuou como comerciante, sendo um dos fundadores da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e Lyceu de Artes e Offícios do Rio de Janeiro, em 1856, atuando como o tesoureiro da entidade (COSTA, 2007). De acordo com Alba Bielinski (2003), Dunlop, juntamente com o arquiteto Francisco Joaquim Béthencourt da Silva, foi um dos que, durante a década de 1850, colaborou com coletas internas para a manutenção das aulas do Liceu de Artes e Ofícios. Ainda conforme com a autora, em 1871, Dunlop foi reconhecido, pelos anos de “relevantes serviços ao Estado”, com a comenda da Imperial da Ordem da Rosa, por D. Pedro II. Julio Dunlop, além de mercador, foi tradutor e concessionário e incorporador da Companhia da Estrada de Ferro do Bananal⁴¹, publicando também a obra Estudo para a solução das questões de câmbio e do papel-moeda no Brazil⁴².

Em fins de 1860, momento no qual Vasconcellos estava com sua partida marcada para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, é Dunlop que fica encarregado dos negócios de Vasconcellos no Rio de Janeiro⁴³. Os negócios deixados por Vasconcellos a Dunlop são por ele abordados em duas cartas, datadas dos primeiros dias de março de 1861, quando o remetente diz que ainda não pôde olhar para os papéis remetidos por Vasconcellos, por se encontrar em convalescência.

Essas questões são tema de outra carta, enviada em janeiro de 1862, portanto, um ano depois de Vasconcellos ter deixado o Rio de Janeiro. Na carta, Dunlop desculpa-se pela demora em lhe dar notícias, pedindo como o amigo tem passado pelos “risonhos vergéis⁴⁴ do sul”, escrevendo:

Sobre os negocios que me deixou affectos nada lhe posso dizer de vantagem: O Serafim morreu; o Henrique Machado negou aquella ninharia; para a questão do Consul não tinha eu procuração especial (pois a geral não serve para letigio) e conversando o Lopo Diniz, - colhi que o resultado era muito dubio em consequencia de não se ter feito a convocação das testemunhas. Dos devedores da Côrte ninguem dá noticia; o Oliveira, de Angra, não me

⁴⁰ Dunlop era casado com a francesa Ernestine Marie Lecoint, com quem teve os filhos Julio G. Dunlop, nascido em Paris no ano de 1869, Mauricio A. Dunlop, nascido em Middlesex no ano de 1871, e Jeannette Dunlop, também nascida em Paris, em 1884 (Informações: ENGLAND AND WALES. **Census**. 1871; ENGLAND AND WALES. **Marriage Registration Index**. 1837-2005; BRASIL. **Registro Civil**. Rio de Janeiro. 1829-2012).

⁴¹ Responsável por construir o trecho Barra Mansa/RJ até a cidade de Bananal/SP. BRASIL. **Decreto N° 6.877, de 6 abr.1878**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1878, p. 191.

⁴² DUNLOP, Julio Roberto. **Estudo para a solução das questões do cambio e o papel-moeda no Brazil**. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1888. 79 p.

⁴³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.D a A.S.V, 22 dez. 1860.

⁴⁴ Jardins.

deo resposta, e como é bagatella e alem disso não ha titulo nenhum nem cousa que o valha, julguei melhor não insistir⁴⁵.

O remetente justifica as dificuldades na cobrança das dívidas dizendo: “Dívidas antiquíssimas, devedores que não se sabe onde existem, e documentos nenhuns – o resultado é zero”. Salienta-se que, ao decidir partir, Vasconcellos deixou para trás uma série de pendências, sobretudo de ordem financeira, como a correspondência evidencia. Dívidas que deveriam ser cobradas e uma questão de litígio judicial ficaram a cargo do amigo Julio Dunlop, procurador de Vasconcellos no Rio de Janeiro, que mesmo um ano depois da partida, não havia conseguido resolver as questões mencionadas acima.

Em janeiro de 1861, após a partida de Vasconcellos, Julio Dunlop escreve uma longa carta a Vasconcellos. A missiva “cheia de banalidades”, como ele mesmo define em correspondência posterior, apresenta o desejo de sucesso a Vasconcellos, levantando alguns indícios sobre sua partida. Na referida carta, Dunlop escreve:

Meu Amigo Senhor Vasconcellos

Que tenha chegado completamente restabelecido, e com, excellente viagem, são meus sinceros anhelos. Não sei se o correio lhe levaria o despacho da sua bagagem, que lh’enviei na vespera da sua partida.

Os meus innumerados affazeres, em consequencia de querer o Monteiro fechado o Balanço antes de ir para Friburgo, tem-me impedido d’ober-lhe as cartas que tinha em vista enviar-lhe. No entanto vão as inclusas. O Senhor já tem 3 cartas para o Rio Grande; e deixe-me dizer-lhe que não obstante meus muitos affazeres ter-lhe-ia obtido bastantes mais, se não fosse de encontro aos meus princípios e systema de muitas recomendações **para quem vai ganhar a sua vida.**

As relações momentaneas, sem base segura, a qual só pode ser formada pelo próprio que deseja distinguir-se, são geralmente bem perigosas, por que collocam a pessoa n’uma orbita illuminada por falsa luz, que a illude, e que de um momento para o outro pode infelizmente reduzir-se a densas trevas. Eu gosto mais de marchar, como na questão algebrica [ilegível], do desconhecido para o conhecido, do que vice-versa.

Piano, piano se va lontano. Ninguém melhor do que o meu amigo sabe se que é preciso construir os alicerces antes de formar a cupula.- Quando o monumento começa por sólidas bases, de largo circuito, e se vai se vai erguendo em relação em relação ao seu pedestal, não é facil ser derrubado pelos vendavaes furiosos, e talvez mesmo que o cataclysmo se consegue abalal-o, não possa conseguir envolvel-o em suas ruinas. Se porem fragil torre se eleva sobre uma estacada de madeira, embora ornada dos mais brilhantes matizes, illuminada pelas luzes mais deslumbrantes, a primeira parcella que desabar impetuosa, todo aquelle fatuo brilho é apagado de superficie de solo sem que ao mais um vestigio que faça lembrar a sua existencia.

⁴⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes.** Carta de J.R.D a A.S.V, 22 dez. 1860.

Foi uma sombra fugitiva que passeou, e não volve mais; um fogo fatuo que brilhou para logo extinguir-se; um sonho dourado de uma imaginação devorada pela desgraça, que foi substituído pela rudeza real do infortúnio.

Meu amigo, quem possui como Senhor qualidades tão recomendáveis ha de infallivelmente ser muito e muito feliz. Se o desejo do amigo do coração, o meu amigo sabe-o.

Os meus pressentimentos sahem muito certos; e **eu tenho uma convicção profunda que ainda hei de vel-o abraçado com a fortuna**, que o eleva, adejando, ao apogêo da glória. Coragem, perseverança e fé no futuro, cuja senda aberta pelo trabalho dirigido pela circunspeção e madureza que nasce da experiencia não é fácil d'[ilegível]. – Vai-se fechar a malla; - adeos. Escreva-me circunstancialmente, e fie-se na amizade.

Do seu afeiçoado e sincero amigo

Julio Roberto Dunlop

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1861⁴⁶.

A missiva de Dunlop é elucidativa sobre os anseios de Vasconcellos. Com “recomendações para quem vai ganhar a sua vida”, o remetente diz que tem “uma convicção profunda que ainda [...] [há] de vel-o abraçado com a fortuna”. Segundo o Dicionario da Língua Brasileira, de 1832, fortuna seria: “Sorte boa ou má ventura. Trabalho. Risco. Riqueza. Haveres⁴⁷ .

A escolha de Vasconcellos em estabelecer-se na Província do Rio Grande de São Pedro, território que durante o século XIX conviveu com um cenário de constantes conflitos internos e de diferentes guerras em contexto platino, ainda é incerta. Entretanto, a partir das “banalidades” de Dunlop, pode-se supor que Vasconcellos buscava a ampliação de seu capital, a partir de sua inserção em um mercado economicamente crescente. Dunlop registra, sobre o papel, muitas de suas concepções de amizade, desejando que Vasconcellos não se iluda com as “relações momentâneas”, e que ele chegue, por meio do trabalho, ao “apogêo da gloria”. As recomendações feitas por Julio Dunlop podem sugerir que Vasconcellos estivesse seguindo algum conhecido recente, mas, de todo modo, expõe a preocupação do amigo em orientar Vasconcellos sobre as relações que, dali em diante, por ele seriam estabelecidas.

Mas, afinal, o que era a Província de São Pedro no início da década de 1860 e quais eram as potencialidades existentes nessa localidade para os comerciantes?

⁴⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.D a A.S.V, 4 jan. 1861. Grifos nossos.

⁴⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionario da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

2.3 Cartas, migração e sociedades: Antonio de Vasconcellos nos “risonhos vergéis do sul”

Localizado no extremo sul da América, a localização estratégica do território que hoje é o Rio Grande do Sul fez com que a área fosse alvo de diversas disputas bélicas entre Portugal e Espanha, durante cerca de três séculos. Portugal visava o acesso ao Rio da Prata e a Espanha pretendia aumentar seu domínio nas Américas. Nesse sentido, Portugal adotou estratégias de ocupação, como a construção de fortificações para defesa do território e a consequente formação de núcleos populacionais. O povoamento efetivo do território do Rio Grande de São Pedro ocorreu em duas frentes: por via marítima, chegando a Rio Grande; e por via terrestre, chegando aos campos de Viamão, onde foram estabelecidas, nas décadas de 1730 e 1740, grandes estâncias para a criação de mulas, que eram comercializadas em São Paulo. Nessa conjuntura, o Sul da América portuguesa era um território em crescente expansão econômica.

A partir do século XVII, a atividade pastoril foi introduzida no território, tendo os latifundiários dominado a sociedade sul-riograndense nos séculos XVIII e XIX. Para Gabriel Berute (2011), após o período de disputas entre as coroas ibéricas pela posse da região, a ocupação territorial foi consolidada e o conjunto da sua economia expandiu-se significativamente. Em suas palavras,

iniciou-se neste período a organização da manufatura do charque como atividade mercantil e o fluxo comercial com os principais portos da América portuguesa se intensificou. Neste contexto a capitania destacou-se como criadora de gado vacum, fornecedora de couros, carnes e gado muar — este utilizado como transporte de carga e de pessoas na zona de mineração das Minas Gerais (BERUTE, 2011, p. 19).

Em meados do século XIX, a comercialização de produtos agropecuários para o mercado interno brasileiro constituía, grosso modo, o principal eixo da economia sul-riograndense. Segundo Farinatti (2007, p. 25), “suas instituições administrativas e políticas, além de uma série de práticas e relações sociais eram semelhantes àquelas vigentes nas demais áreas que faziam parte do um vasto complexo econômico integrado no centro-sul do Brasil”. Pela sua posição estratégica privilegiada, o Rio Grande do Sul estava fortemente integrado ao vasto espaço fronteiro conformado pelo território da atual República do Uruguai e de províncias argentinas. Assim, compartilhava com os seus vizinhos aspectos de similitude

relacionados à economia, às relações de trabalho e familiares, ao contexto de guerras e ao crescimento da atividade charqueadora (FARINATTI, 2007).

O ano de 1850 é marco, após as “revoltas regenciais”, incluindo a Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande de São Pedro, de significativas modificações na organização do comércio no Império do Brasil com a implementação do novo Código Comercial Brasileiro, que extinguiu a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. No mesmo ano também foram promulgadas a Lei de Terras e a Lei Euzébio de Queiroz, que pôs fim ao tráfico transatlântico de escravos e modificou as características das atividades mercantis praticadas pelos negociantes de grosso trato (BERUTE, 2011).

Neste contexto, as charqueadas sul-rio-grandenses tiveram um papel fundamental na exportação interprovincial de carne-seca para alimentar os plantéis de escravos em outros pontos do Brasil. Para Jonas Vargas (2013, p. 541), “em Pelotas, as charqueadas foram fruto de investimentos de comerciantes que viram uma oportunidade de obter lucros com a expansão deste comércio durante o colonial tardio”. Desse modo, “Pelotas atraiu comerciantes de diversos lugares e as inversões de capital nestas fábricas exigiu a entrada de centenas de escravos africanos” (VARGAS, 2013, p. 544).

Mesmo que Vasconcellos não tenha registrado quais eram suas pretensões ao deixar a Corte e migrar para o sul do Brasil, fica clara a intenção de buscar de novos meios para a ascensão econômica e social. Após quase uma década vivendo e ganhando experiência no centro comercial da Corte, trabalhando como funcionário em casas comerciais, Vasconcellos partiu em busca de novas oportunidades. Em março de 1861, Vasconcellos já se encontrava “bem empregado”, ou seja, trabalhando no comércio de outra pessoa, na cidade de Pelotas, sem dúvida, atraído pelas oportunidades comerciais existentes na localidade.

No momento da chegada de Vasconcellos à Província, ressalta-se que ela se encontrava dividida em 28 municípios. Não foi possível identificar o tempo exato em que Vasconcellos permaneceu na cidade de Pelotas, pois no mesmo ano ele já se encontrava negociando em São Gabriel, na porção centro-oeste da Província.

Em meados de 1861, Vasconcellos estabeleceu-se definitivamente em São Gabriel. Ao comentar sobre sua viagem ao Rio Grande do Sul, o médico alemão Robert Avé-Lallemant comentou sobre São Gabriel, na década de 1860:

A cidadezinha é muito animada e ativa, parece antes estar à frente do que atrás de Alegrete. Duas pequenas capelas, o grande quartel de artilharia, um pequeno teatro, um hospital em construção e uma cadeia são todos os edifícios públicos a serem mencionados (1980, p. 326).

Após estabelecer-se na cidade, Vasconcellos deu continuidade à prática de associar-se a agremiações de cunho cultural, religioso e social, repetindo os padrões desenvolvidos no Rio de Janeiro. No ano de 1864, Antonio de Vasconcellos presidia a Sociedade Bailante de São Gabriel⁴⁸. Durante sua passagem pela cidade, Avé-Lallemant registrou:

Tem, contudo, São Gabriel seus bailes com todo requinte europeu isso é certo. Também muito aprecia música. Chamou-me atenção ouvir piano e não sei quantos lugares. Na segunda à noite de estada na localidade, fui convidado para um baile, mas não fiz uso da grande amabilidade (1980, p. 327).

De fato, parece que a vida social de São Gabriel se mantinha animada. Em 1862, Vasconcellos foi convidado para um baile em honra do coronel Vitorino José Carneiro Monteiro e sua família. O evento, realizado em 18 de junho de 1862, teve lugar na residência do coronel Tristão José Pinto, local onde foi realizado outro baile, para o qual Vasconcellos também foi convidado, em 13 de outubro de 1865, desta vez, em homenagem ao Ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz.

Em uma carta destinada a João Raimundo da Silva Junior, Vasconcellos diz que aprendera a apreciar aquele lugarejo, tinha feito amigos ali, divertia-se na *bailante* e estava ficando bom no piano, sendo que este era praticado na casa da família do destinatário, juntamente com a mãe de João Raimundo, Cândida Nepomuceno Prates⁴⁹.

Em sua estada em São Gabriel, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o Imperador D. Pedro II e sua comitiva hospedaram-se na mesma casa do coronel Pinto, conforme registro do Conde D'Eu (1981). Naquela ocasião, Vasconcellos foi convidado, assim como grande parte da população gabrielense, a assistir à recepção à Majestade Imperial. Conforme carta da Câmara Municipal:

Illustrissimo Senhor

A comissão abaixo-assignada, nomeada pela Camara Municipal desta cidade, authorizada a pedir o concurso de todas as pessoas d'este Municipio para recepção de Sua Majestade o Senhor Dom Pedro 2º que brevemente é aqui esperado, desejando concorrer para que o mesmo Senhor encontre n'esta cidade um acolhimento condigno de sua elevada jerarchia, posto que modesto como exigem as actuaes circunstancias da Provincia, roga a Vossa Senhoria que tomando parte no sincero regosijo que anima à comissão por tão faustoza noticia, haja de concorrer com sua presença á chegada do

⁴⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.W a A.S.V, 26 set. 1864.

⁴⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a J.R.S.J, 20 out. 1864.

mesmo Augusto Senhor que será até o dia 2 ou 3 de Agosto próximo futuro. Finalizando, a comissão faz à Vossa Senhoria os protestos de sua distinta consideração e estima.

São Gabriel, 27 de julho de 1865.
Emiliano Antônio Garcia
André Marques Oestreich
Vigário João Peixoto de Miranda Veras
Francisco Ernesto da Silva Chaves⁵⁰

Vasconcellos, juntamente com Emiliano Antônio Garcia, membro da comissão de recepção ao Imperador, pertenceram ao quadro da Loja Maçônica Fraternos do Sul⁵¹. Fundada em São Gabriel, em 17 de setembro de 1873, e regularizada pelo Grande Oriente Unido, em 16 de novembro do mesmo ano, a partir de uma comissão composta dos irmãos Joaquim Henrique Margarido da Silva, tenente-coronel Joaquim de Faria Correa e Eloy Sérgio da Silva Maia. No ato da regularização, diversos “irmãos” proferiram discursos, contando com a presença de uma comissão da Loja Rocha Negra, fundada na cidade um pouco antes, em junho de 1873⁵².

Conforme notícia do Boletim do Grande Oriente Unido, do Supremo Conselho do Brasil, de 1873, a Loja Rocha Negra somente foi regularizada em 15 de setembro, sendo a comissão composta dos irmãos: Conde de Porto Alegre, Dr. Jônatas Abbott e Francisco Ernesto da Silva Chaves, o orador foi Sebastião Barreto Pereira Pinto Filho⁵³. Abaixo, o discurso do Conde de Porto Alegre, proferido na ocasião:

Eis-vos constituídos em família, meus irmãos!
Eu me congratulo comvosco por vêdes realizado o vosso mais ardente desejo.
A maçonaria, meus irmãos, encarada como deve sê-lo, é a melhor e mais agradável associação que o espírito humano poderia conceber e entreter por tantos seculos; aonde o mesmo espirito se aperfeiçoa, as amizades se consolidam, e a reciprocidade de sentimentos nivela os membros da associação; mas para que seja reunião de pares, convém ter como primeiro objetivo a escolha de adeptos que honrem a Ordem a que prezamos de pertencer e a que nos honramos de obedecer.
Escolhei, e junctos trabalhai, que conseguireis o alvo de vossos desejos, que sem duvida é manter a harmonia, a fraternidade e perfeita reciprocidade

⁵⁰ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.M.S.G. a A.S.V, 27 jul. 1865.

⁵¹ Teve uma existência de sete anos, fechando suas portas em 1880. Quando o GOU foi incorporado ao GOB em 18 de janeiro de 1883 a Loja já não mais existia, mesmo assim foi cadastrada pelo GOB e recebeu o n° 256. **MAÇONARIA GABRIELENSE. Loja Rocha Negra**. Disponível em: <https://sites.google.com/a/lojaurbano.org.br/loja-maconica-urbano-del-olmo-no-133/maconaria-em-sao-gabriel>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁵² No ato, foram libertados três escravos e o produto do tronco de beneficência foi destinado para as vítimas da inundação de Porto Alegre (BOLETIM, 1873, p. 817).

⁵³ A cerimônia, segundo o jornal “foi das mais lindas, sendo abrilhantada com a libertação de dois escravos”, por ato dos irmãos Dr. Jônatas Abbott e Sebastião Barreto Filho (BOLETIM, 1873, p. 812).

entre irmãos de outras officinas, quer deste oriente, quer de outro qualquer; recomendação que vos faço por mim, e em nome do nosso Sapientissimo Gram-Mestre; e conto que sollicitos como sois, e perfeitos maçons, abrireis os vossos braços a todos os irmãos que professarem os sublimes princípios da verdadeira Arte Real.

Se a mim coube o prazer de ser o escolhido para vos constituir e regularisar, tambem confesso o prazer de que estou possuido por vêr aqui reunidos amigos velhos, e companheiros de glórias e fadigas (1873, p. 812).

Nesse sentido, é oportuno que se apresentem alguns aspectos ligados à maçonaria. Eliane Colussi (1998, p. 251) concebe “o[s] grupo[s] maçônico[s] como tendo sua origem e sendo recrutado nas elites regionais”. Segundo a autora, as leis e os regulamentos maçônicos, internacionalmente, restringiam a iniciação maçônica àqueles que possuíam renda para custear as taxas internas, sendo avaliado, inclusive, o nível escolar dos recrutados. Portanto, nas palavras de Colussi (1998, p. 251), “status socioeconômico e status intelectual eram condições primeiras para que alguém fosse convidado a ser iniciado na maçonaria”.

De todo modo, Colussi enfatiza que os “pedreiros-livres gaúchos” eram recrutados *dos* setores dominantes, mas não eram necessariamente *os* setores dominantes. Ou seja, constituíam-se num grupo no interior dos setores dominantes. Portanto, pode-se supor que Antonio de Vasconcellos fazia parte de um grupo privilegiado de homens que residiam em São Gabriel.

Em 1874, nos quadros sociais das Lojas Rocha Negra e Fraternos do Sul, podiam ser encontrados 41 e 40 membros, respectivamente. Dos quais, diversos mantiveram, ao longo dos anos, correspondência com Vasconcellos, a saber: Henrique Maia de Castilho, Antonio Pinto Palmeira da Fontoura, Joaquim Henrique Margarido da Silva, Eloy Sérgio da Silva Maia e, seu próprio irmão, Rodrigo da Silva Vasconcellos.

Além de pertencer à maçonaria, durante a década de 1870, Vasconcellos pertenceu ao quadro social da Associação Literária Gabrielense. Fundada em 7 de setembro de 1873, “com o fim de propagar a instrução por meio de aulas nocturnas, gabinete de leitura e palestras litterarias”, a Associação solicitou a cooperação do Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, que remeteu alguns impressos, “applaudindo a utilissima idéa que a Associação propõz-se realizar”.

Além do mais, desde 10 de janeiro de 1872, circulava na cidade a *Revista Gabrielense*, publicação bissemanal que circulou até 1886. As vinculações entre a Sociedade e a Revista aparecem como tema de uma carta endereçada, por Tito Prates da Silva, a Vasconcellos. Em maio de 1874, da Faculdade de Direito de São Paulo, Tito solicitou a Vasconcellos para que lhe encaminhasse os números da Revista Gabrielense conforme eles saíssem. O remetente

solicitava a Revista, pois, a leitura lhe fazia sentir que: “não vivo em S. Paulo, porém em S. Gabriel, no meio dos meus caros Pais e no meio de meus memoráveis camaradas, em cujo nome (exalta-me dizel-o) deve de constar-se o Senhor.”.⁵⁴ Contudo, Tito não a recebe e atribui essa não ocorrência ao fato de não ter contribuído com a Associação, conforme havia prometido. Mesmo assim, promete levar nas férias livros e outros materiais que servirão a Entidade⁵⁵.

Na década de 1880, a Sociedade já era proprietária de um edifício, localizado na rua João Manoel, em São Gabriel. Por seu turno, Vasconcellos possuía um terreno na dita rua, justamente ao lado da sede social da entidade. Em 9 de setembro de 1881, Manoel Pinto da Costa Brandão Jr. informou a Vasconcellos que, após a realização de um baile, a Sociedade Literária decidiu que precisava abrir janelas para o lado sul do prédio, pois, devido a entrada de luz e ventilação, o permanecia molhada havia dias. Brandão Jr. diz empenhar-se na questão por fazer parte da diretoria como Orador, sugerindo a Vasconcellos que venda alguns palmos de seu terreno à Sociedade⁵⁶.

Entretanto, seus documentos mostram que foi durante a década de 1870 que sua participação em entidades associativas foi mais intensa. Em 1874, ele estava inserido nas atividades promovidas pela Sociedade Harmonia Gabrielense⁵⁷. A entidade, constituída em novembro de 1874, tinha como principal objetivo adquirir um terreno na Praça Imperial, de São Gabriel, e nele edificar o Theatro Harmonia⁵⁸. O irmão de Antonio de Vasconcellos, Rodrigo da Silva Vasconcellos, era tesoureiro da entidade, registrando as prestações pagas por Antonio para a edificação do Theatro⁵⁹, conforme o documento apresentado na Figura 13.

⁵⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de T.P.S. a A.S.V, 2 maio 1874.

⁵⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de T.P.S. a A.S.V, 2 maio 1874.

⁵⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.P.C.B.J. a A.S.V, 9 set. 1881.

⁵⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A. L. N. a A.S.V e H. M. C, 12 nov. 1876.

⁵⁸ Estatuto Social da Sociedade Harmonia Gabrielense, 1874. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. **Patrimônio cultural, histórico e arquitetônico**. Disponível em: <https://www.saogabriel.rs.gov.br/Portal/conheca/patrimonioCultural.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

⁵⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Recibo Sociedade Harmonia, 3 mar. 1876.

Figura 13 - Ação da Sociedade Harmonia Gabrielense de Antonio de Vasconcellos



Fonte: Ação da Sociedade Harmonia Gabrielense - Antonio de Vasconcellos, Typographia Correio Mercantil, Pelotas – RS, 1876. Centro de Memória e Informação Pessoal Yuri Victorino.

Em um ofício datado de 4 de dezembro de 1876, enviado do Quartel do Comando da Guarnição da Cidade de São Gabriel, Antonio de Vasconcellos é referido como provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Anjo Gabriel⁶⁰. Segundo Mauro Dillmann Tavares (2007, p. 99),

para a admissão de membros para os quadros das irmandades, [...] a aceitação de fato do candidato passava pela decisão da Mesa diretora. Entre as primeiras e principais exigências estavam o de professar a religião católica, seguidas de requisitos de decência, honestidade, bons costumes, condições de prestar serviços à irmandade e/ou ocupar cargos internos.

O pesquisador estudou as irmandades na capital da Província, Porto Alegre, mas pode-se dizer que o mesmo preceito valia para aquelas erigidas em outras localidades da Província, neste caso São Gabriel. Vasconcellos também fez parte na Santa Casa de Caridade de São

⁶⁰ A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Anjo Gabriel era a responsável pelo Cemitério de São Gabriel, cuja administração foi transferida à Santa Casa de Misericórdia no fim do século XIX. Não foram localizadas mais informações sobre ela. (FIGUEIREDO, 1993).

Gabriel, tendo sido seu procurador entre 1871 e 1872⁶¹. Instalada em 15 de abril de 1855, a construção da Santa Casa de Caridade, segundo Osório Santana Figueiredo (1993), foi uma mobilização coletiva⁶². No ano de 1856, foi instalada a primeira enfermaria e, no ano de 1858, o primeiro piso estava em plena construção.

Em 1865, o Conde D’Eu, em suas impressões de viagem durante a expedição Imperial à Guerra do Paraguai (1865-1870), comenta sobre um “hospital cedido ao Governo por uma ‘Santa Casa’”, dizendo: é “muito bom, com[o] todos os estabelecimentos deste gênero que se sustentam da caridade particular” (1981, p. 63).

A passagem do Imperador D. Pedro II e do Conde D’Eu pela cidade de São Gabriel ficaram registradas no Diário de Viagem do último, cujas impressões oferecem um breve panorama da vida social do local. Conde D’Eu registra:

De fato, depois de ter sido centro de movimentos dos militares, São Gabriel tornou-se grande centro de comércio de gado, e tem crescido rapidamente, sobretudo desde o fim da guerra civil⁶³. Sem falar de dois jornais que se publicam regularmente, *O Liberal* e *O Eco Gabrielense*, vêem-se nas suas ruas não calçadas muitos estabelecimentos de venda muito bem sortidos, e o que pelas janelas baixas se pode ver, ao passar, do interior das casas particulares mostra que em todas elas domino asseio e certo conforto (1981, p. 63).

Inserido inicialmente na sociedade cortesã do Rio de Janeiro e depois no tecido social de São Gabriel, por meio da participação em diversas entidades associativas, Vasconcellos estabeleceu convivência com inúmeros pares. Levando em consideração que um indivíduo é composto “por diferentes elementos simultâneos que só fazem sentido porque descrevem relações com outros sujeitos” (COMISSOLI; COSTA, 2014, p. 18), quando se necessita recorrer a outros, visando atender nossas demandas, tende-se a acionar relacionamentos já estabelecidos, visto que já existe um fluxo de trocas e de transações prévias. Desse modo, os relacionamentos fortalecem-se e multiplicam-se.

Ao estar inserido nessas agremiações, Vasconcellos estabeleceu múltiplas relações, muitas de caráter efêmero e outras de natureza eminentemente comercial. Dentre as agremiações das quais participou ao longo da sua trajetória, em muitas Vasconcellos chegou à

⁶¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Papéis tendentes à Irmandade de Caridade e Sociedade 7 de Setembro, na cidade de São Gabriel.

⁶² A primeira mesa administrativa, constituída em abril de 1855, era formada por: Provedor: Julião Antonio Garcia (peruano); Escrivão: Dr. Jonathas Abbott Filho (médico e militar); Escrivão Interino: Francisco Rodrigues Dias Ramos (doador do terreno); Tesoureiro: Emiliano Antonio Garcia; e Procurador: Gervazio de Carvalho Farinha (FIGUEIREDO, 1993).

⁶³ Provavelmente referindo-se a Revolução Farroupilha (1835-1845).

função de presidente, procurador e/ou provedor. Isso mostra que dentro das entidades ele conseguiu construir laços com indivíduos que o apoiavam, permitindo que ele estivesse na liderança de seus confrades. Infelizmente, pela carência de documentos relativos às agremiações das quais ele fez parte, não se pode reconstituir, nesse momento, sua atuação junto a elas.

Por mais de 30 anos Vasconcellos esteve envolvido em entidades associativas, fossem elas étnicas, literárias e/ou culturais, isso denota que inserir-se em grupos fez parte das estratégias escolhidas por ele para viver em sociedade. Conforme dito anteriormente, todo sujeito é um ser social e só existe dentro de uma rede de relações. Após seu estabelecimento em São Gabriel, na década de 1860, Vasconcellos passou a manter contato com diversos indivíduos, criando com eles uma *rede*. Cacilda Machado (2008, p. 18) define as redes como

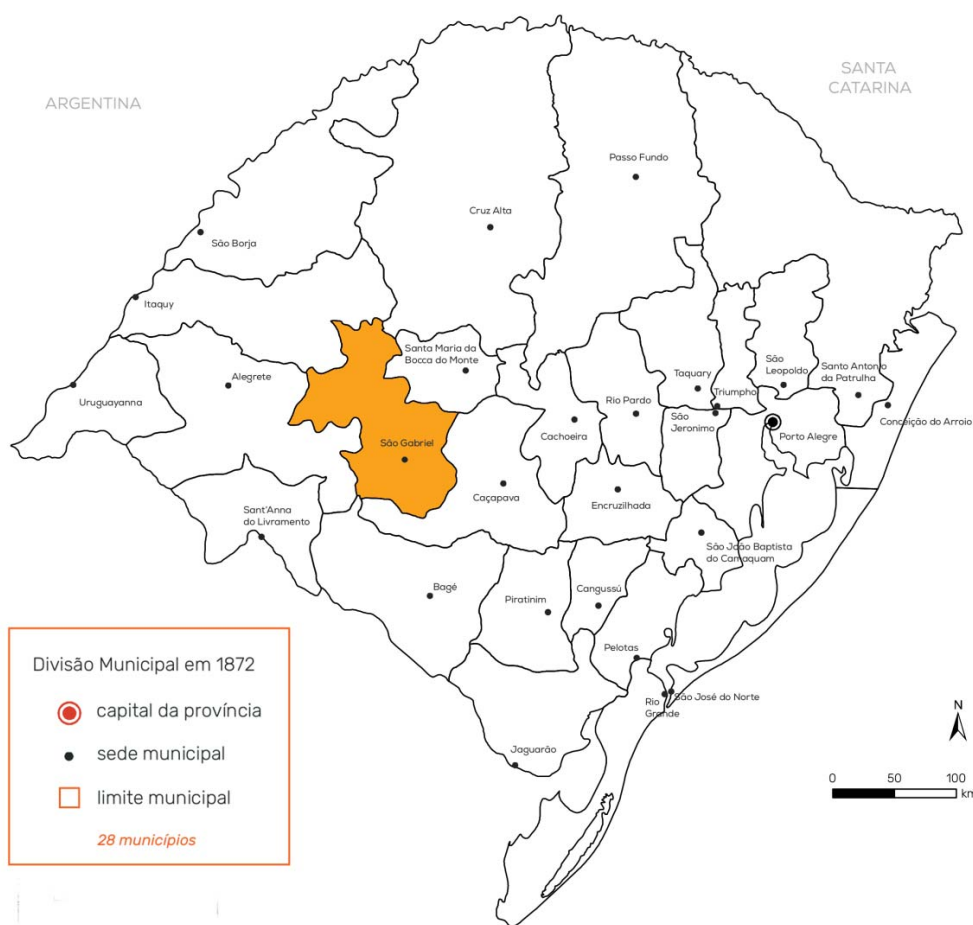
um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais como imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros, que os afeta a todos direta ou indiretamente, ainda que de maneira desigual.

Ou seja, a partir da instituição de alianças, Vasconcellos criou e manteve vínculos que possibilitaram a conquista e a manutenção de posições sociais e afetivas. Analisando a sua correspondência datada da década de 1860, período em que manteve a casa comercial Antonio de Vasconcellos – Ferragens e Armarinhos, em São Gabriel, pode-se vislumbrar parte de sua rede em movimento. Apesar de ser um (i)migrante, ao estabelecer-se em São Gabriel, Antonio de Vasconcellos, a partir de negociações comerciais, práticas associativas e sociabilidades, conseguiu manejar redes, formando laços com famílias e com indivíduos, que deixaram registradas nas suas correspondências relações de amizade, oriundas de vendas, de favores e de trocas de ordem social e econômica. Desse modo, o terceiro capítulo aborda as relações estabelecidas por Vasconcellos na Província de São Pedro, bem como contextualiza suas estratégias e escolhas na sua atuação enquanto comerciante.

3 AS CARTAS NO CAMINHO DA FORTUNA: COMÉRCIO, FAVORES E FAMÍLIA (1860-1882)

Retomando algumas considerações do capítulo anterior, a casa comercial Antonio de Vasconcellos – Ferragens e Armarinhos abastecia a cidade de São Gabriel por meio de uma extensa e diversa gama de produtos. Uma cobrança judicial movida por Vasconcellos, em 1866, na qual figura uma relação de itens adquiridos, a partir de 20 de junho de 1861, por João Theodoro de Mello Souza Barreto⁶⁴ pode confirmar a importância de seu comércio. Ou seja, logo após a chegada à Província do Rio Grande de São Pedro, Vasconcellos já possuía um grande sortimento de mercadorias para abastecer os negócios gabrielenses. Possivelmente, sua vivência com o comércio da Corte permitiu que ele conhecesse fornecedores e os trâmites para o sistema de comercialização de itens diversos.

Figura 14 - Localização do Município de São Gabriel em 1872



Fonte: Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2018. Adaptado por Alex Vanin (2020).

⁶⁴ APERS. Comarca de Caçapava do Sul. **Ação Ordinária de Cobrança**, nº 637, São Gabriel, 08 mar. 1866.

Entre 1865 e 1866, Vasconcellos supriu com suas mercadorias a construção de uma casa. Em 15 de dezembro de 1865, Francisco de Assis Brasil⁶⁵ escreve a Vasconcellos: “Como ainda preciso de alguns artigos de ferragens e ja de Vossa merce comprei alguma couza, quero continuar a comprar-lhe o que me for faltando para a caza que estou fazendo.”⁶⁶ Já em 9 de abril de 1866, em uma nova carta, Assis Brasil pede para Vasconcellos entregar ao portador “a lata de oleo [...] bem como quatro libras de pontas de paris de duas polegadas”, que fazem parte de sua encomenda. O remetente pede ainda algumas tintas que lhe faltam.⁶⁷

Robert Avé-Lallemant, em sua viagem pela Província do Rio Grande do Sul, registra sua passagem por São Gabriel (Figura 14) enfatizando o grande número de casas comerciais na cidade. Segundo ele,

em cada três casas uma certamente é uma loja, onde se encontram todos os artigos e utensílios. E embora São Gabriel conte 2.000 habitantes e animada vizinhança, não se compreende como todos aqueles estabelecimentos comerciais possam existir e mesmo fazer fortuna (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 326-327).

Desse modo, a listagem existente no processo (ver Quadro 3) torna-se uma fonte interessante para verificar quais itens Vasconcellos comercializava em São Gabriel, refletindo, até certo ponto, as necessidades e hábitos de parte da sociedade oitocentista.

⁶⁵ O estancieiro Francisco de Assis Brasil era casado com Joaquina Teodora de Bem Salinas, pais do estadista Joaquim Francisco de Assis Brasil.

⁶⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de F.A.B a A.S.V, 15 dez. 1865.

⁶⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de F.A.B a A.S.V, 9 abr. 1866.

Quadro 3 - Listagem de itens adquiridos por João Theodoro de Souza Barreto

São Gabriel, 20 de junho de 1861				
O Sr. João Theodoro de Mello S ^a Barreto à Antonio de Vasconcellos Deve				
	2	Dados d'osso	160	320
	1	Carta d'ABC		240
	1	Compendio de doutrina		500
21	3	Duz ^s de pistolas de 4 – 6 – 8 tiros		8''600
	1	Romance Puritanos d'America		10''000
	1	Dito O Medico e a Men ^a Imigrada		10''000
	1	Repertorio da Gd ^a Nal		10''000
	10	Palmos de Corr ^e de ferro	240	2''400
	1	Medida d'alcatrao		2''000
	1	Barril d'olio		3''000
Julho 1 ^o	1	Pistola de 2 canos trovada		35''000
	1	Maço de cartuxos		1''000
	1	Caixa d'espoletas		320
7	10	Palmos de Corr ^e de ferro	240	2''400
Agosto 17	1	Ratoeira		3''000
Setembro 27	1	Bandeja		2''000
	1/2	Duz ^a de colh ^s sup ^s p ^a sopa		5''000
	1/2	Dita de talheres		5''000
	1	Tezoura p ^a velas		800
	1	Sacarrolhas		1''000
1862 Fever ^o 7	1	Coleira p ^a Caxorro		1''500
25	1	Romance João a Cavalo		12''000
26	1	Quadro da Cidade de Lisboa		10''000
Abril 8	1	Romance a Cab ^a do Pay Thomáz		7''800
	4	Pés de Cristal p ^a Piano		10''000
		Continua		144''720
Abril 9	1	Caixa de pernas [?] d' aço		2''500
19	1	Jogo de Dicionarios		45''000
Maiio 17		Dinh ^o p ^a hum soiaré na bailante		2''000
Junho 23	1	Barril d'olio vazio		4''000
	1	Duz ^a de pistolas artificiaes		2''500
Agosto 6	4	Carreteis de L ^a	500	2''000
29	3	T ^s de corda de L ^a 19 tts	800	15''200
Setbr ^o 1 ^o	1	Cad ^o am ^o		400
8	1	Caixa de charutos es garrafa tinta		7''000
18		Resto da caixa de charutos		1''000
Nov ^o 21	3	Garrafas de alcatrao		1''800
Dez ^o 1 ^o	2 1/2	Ditas de [?]		1''600
1863 Maio 21		Resto de charutos p ^a a Igreja		3''300
1864 Junho 23	1	Barril gr ^e p ^a olio		5''000
Agosto 21	1	Lib ^a de tinta branca		640
	1	'' '' de olio		960
	1	'' '' alva[?]de		400
1862		Deduzo		240''020
Abril 16 1863		Dinh ^o receb ^o p ^a	50''	000
Março 24	5	Bois Mansos	60''	000
			110''	000
				130''000

Fonte: APERS. Comarca de Caçapava do Sul. **Ação Ordinária de Cobrança**, nº 637, São Gabriel, 1866.

Os itens adquiridos por Souza Barreto comprovam a diversidade da casa de ferragens de Vasconcellos. Além de tintas, carretéis de linha, óleo e ratoeiras, Vasconcellos comercializava talheres, cristais, quadros e livros. Avé-Lallemant articula a vida comercial à vida social de São Gabriel: “uma vida de luxo” e “ambas bastante sinônimas, em nosso tempo, de pretensão e ostentação, [...]”. Em seus registros de viagem, ele questiona-se sobre a cidade: “Não sei se o comércio provocou o luxo ou se o luxo provocou o comércio” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 327).

Uma missiva enviada por Vasconcellos a Eloy da Silva Maia⁶⁸, em 29 de abril de 1863, dá pistas do volume de mercadorias negociadas. Ele pede a Maia para que receba por ele os “generos que já seguirão em cinco carretas”, pois Vasconcellos fará uma viagem mais morosa por estar ele próprio indo com um ônibus⁶⁹.

Durante o século XIX, a região de São Gabriel tornou-se um importante corredor entre as vilas situadas no Planalto, ao norte, e a região da Campanha, ao sul; também, paralelamente, desenvolveu um papel de articulação entre as porções leste e oeste da província. Antonio de Vasconcellos negociava em uma região de significativa importância comercial e política, relacionando-se, por meio de práticas comerciais, com uma diversidade de indivíduos. Alguns dos vínculos estabelecidos por ele ficaram registrados em seu epistolário, como vê-se a seguir.

3.1 Cartas, transações comerciais e fortuna: Antonio de Vasconcellos e suas relações com a família Prates

Após um curto período na cidade de Pelotas, durante a década de 1860, Vasconcellos fundou uma casa comercial em São Gabriel, local onde estabeleceu contato e amizade com diversos indivíduos. Dentre estes, merecem destaque a vasta família do capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates. As cartas trocadas entre Antonio de Vasconcellos e a parentela do capitão Fidélis, para além de testemunho da amizade existente, permitem que sejam vislumbradas algumas das práticas sociais e comerciais do Rio Grande do século XIX.

Conforme carta de João Raimundo da Silva Junior, em 1862, os laços comerciais já ligavam Vasconcellos à sua família. Em uma missiva datada de 7 de março daquele ano, João Raimundo encomenda à Vasconcellos “uma bacia de folha para pés com três a três e meio

⁶⁸ Eloy Sérgio da Silva Maia era tenente honorário do Exército e tabelião em São Gabriel.

⁶⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de E.S.M a A.S.V, 29 abr. 1863.

palmas de boca e que tenha um segundo fundo de pau”⁷⁰. Na correspondência, João Raimundo menciona Clara Prates, uma referência à sua tia, Clara Nepomuceno Prates. Possivelmente, no intervalo dos anos seguintes, a relação entre Vasconcellos e a família de João Raimundo tenha sido estreitada, visto que, em 1864, as referências aos passeios, aos serões e à amizade são temas debatidos nas cartas trocadas entre os dois.

João Raimundo da Silva Junior nasceu em 1836, sendo filho de João Raimundo da Silveira Santos e Cândida Nepomuceno de Carvalho Prates. Com propriedade no Cadeado, município de Cruz Alta, João Raimundo, assim como seus tios, comercializava mulas, tendo, segundo Carlos Eduardo Supriniak (2008, p. 124), entre 1855 e 1861, conduzido cerca de 5.168 animais para as feiras de Sorocaba.

Em 15 de janeiro de 1864, conforme o relato de João Raimundo, ele encontrava-se invernando sua tropa, na cidade de Castro, no Paraná. Na carta remetida a São Gabriel, João Raimundo que diz gozar de boa saúde, estando “na vida de invernador, cuidando das tropas e aranchando”, e que esperava, ao cabo de alguns dias, seguir viagem⁷¹. Entretanto, em 23 de março, João Raimundo ainda está em Castro, quando escreve a Vasconcellos cobrando-lhe notícias de São Gabriel, dizendo “nunca pensei que chegassem a se passar cinco mezes e vinte e trez idas de m[inha] agencia desse lugar, sem ter ainda tido o prazer de receber carta vossa”⁷².

A cobrança por notícias feita a Vasconcellos revela que a invernada de João Raimundo estava, a um bom tempo, arranchada em Castro, contudo, comenta “esta cidade é incipida e de costumes m[ui]to diferentes de nosso São Gabriel”. João Raimundo, antes de se despedir, diz que tem esperanças de ter pouco prejuízo nas tropas e que espera encontrar Vasconcellos em agosto, quando estivesse de volta à cidade. O interlocutor comenta ainda que, caso Antonio escreva a ele, deve mandar cópia a Fidêncio Nepomuceno Prates, morador de São Paulo⁷³.

Antonio de Vasconcellos seguiu as instruções do amigo, pois, em 8 de julho de 1864, Silva Junior acusa o recebimento de duas cartas de Vasconcellos, enviadas a São Paulo e escreve:

A 4 do corrente aqui chegamos com saude e boa viagem, tendo vendido em Sorocaba a minha tropa, [...], sendo a maior parte dela vendida com fiança, e outra a pessoas deste Província.

⁷⁰ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 07 mar. 1862.

⁷¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 15 jan. 1864.

⁷² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 23 mar. 1864.

⁷³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 23 mar. 1864.

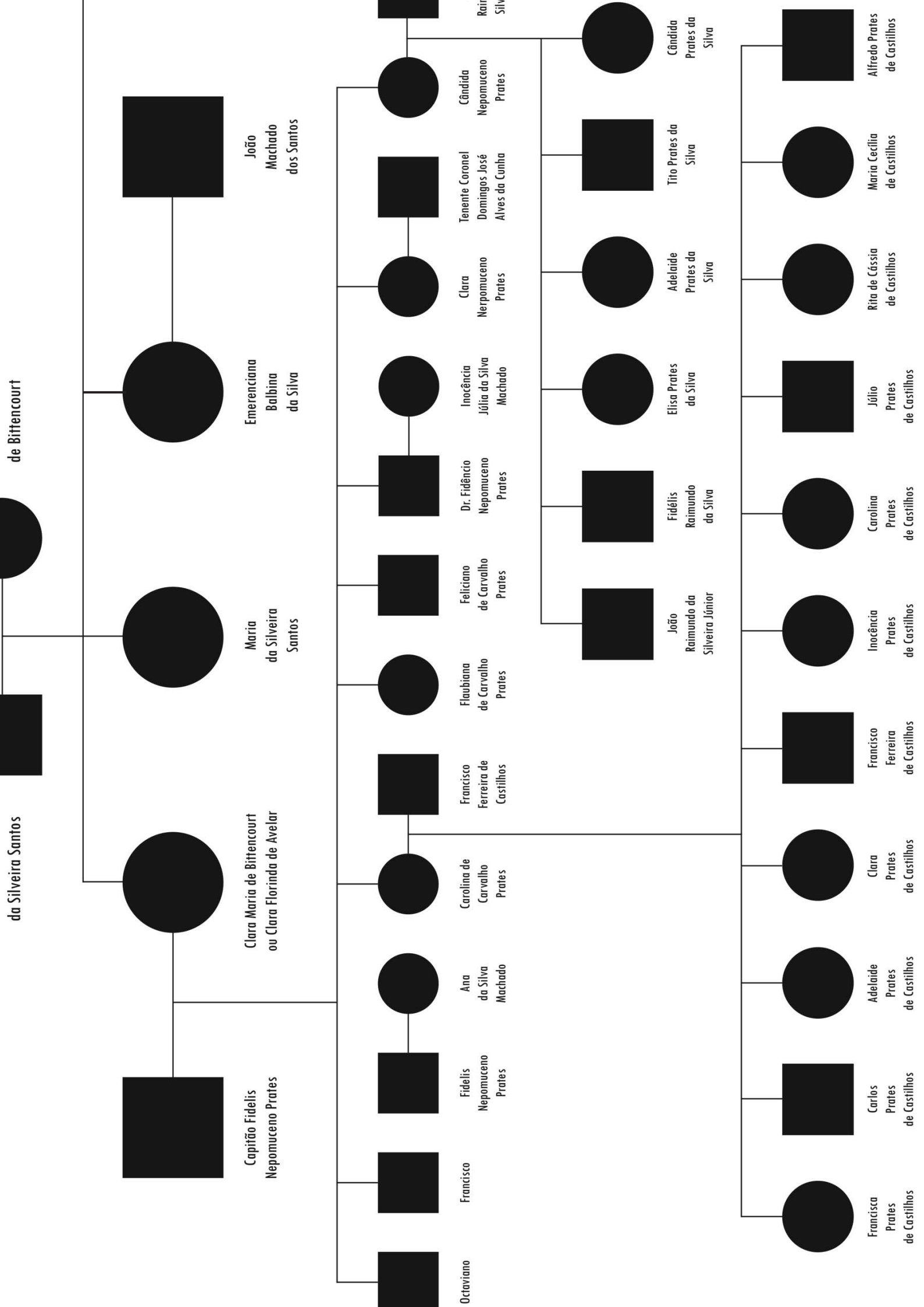
Eu, tio Castilhos e primo Jose de Paula, vamos todos por terra ao Rio de Janeiro por termos de tratar de cobranças, eu pouco tenho que fazer, mas quero aproveitar a ocasião e boa companhia, para tomar conhecimento dessa parte da Provincia, por isso que só a 6 de agosto é que poderei partir do Rio de Janeiro para essa boa terra⁷⁴.

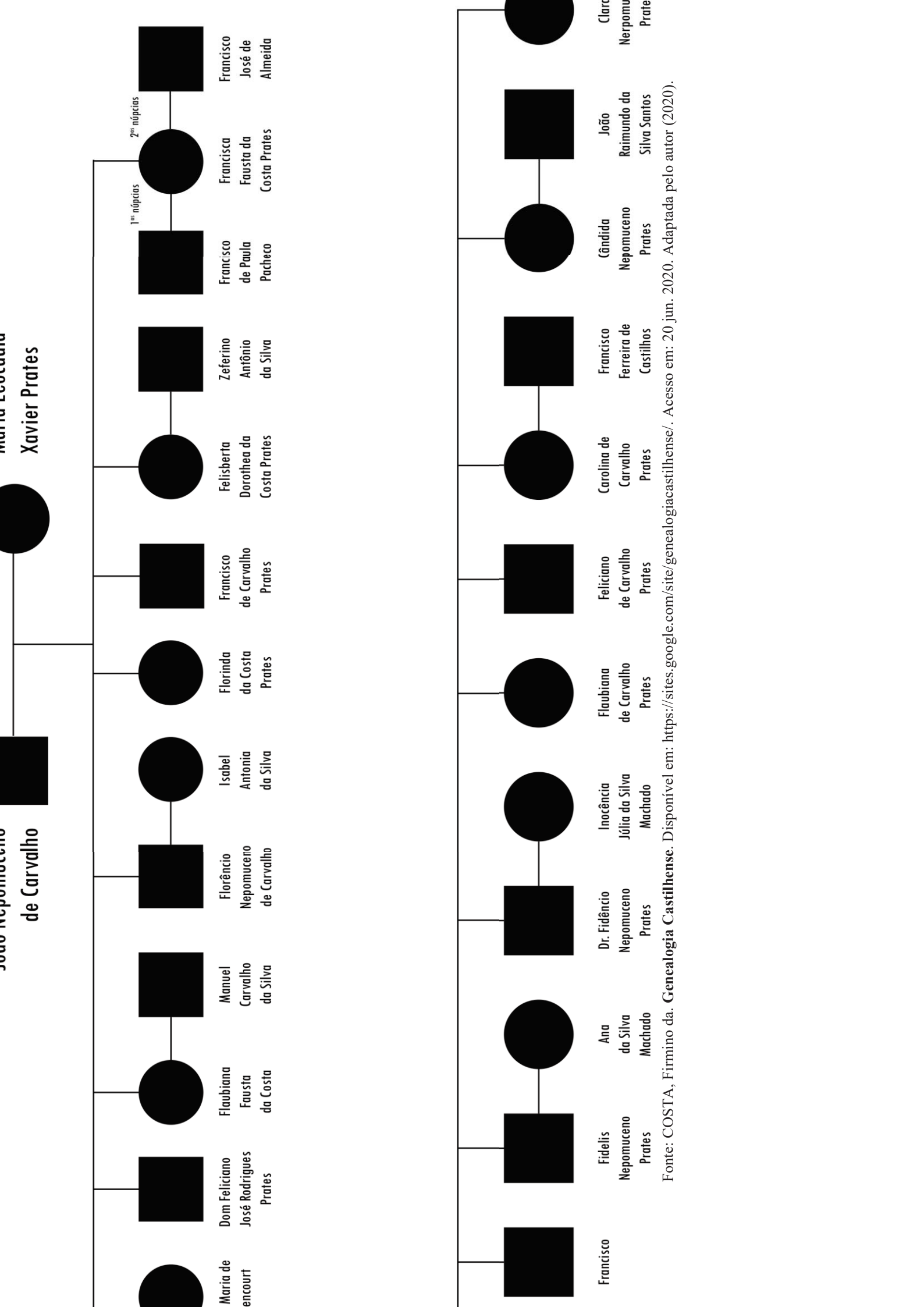
A correspondência mostra parte do sistema que envolvia o comércio de mulas e as relações de Antonio de Vasconcellos com integrantes da família Nepomuceno Prates. O remetente diz estimar saber que Vasconcellos tem frequentado a casa de sua família em São Gabriel, sobretudo, na ausência do pai e do irmão. João Raimundo da Silva Junior estava na casa de seu tio Fidêncio Nepomuceno Prates, acompanhado de seus tios Francisco Ferreira de Castilhos e Fidélis Nepomuceno Prates Junior e do primo José de Paula e Silva, todos eles negociantes de mulas em São Paulo.

Fidélis e Fidêncio eram filhos de Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates e Clara Florinda de Avelar, por seu turno, Francisco Ferreira de Castilhos era casado com Carolina de Carvalho Prates, irmã de Fidélis e Fidêncio. As relações de parentesco da família Nepomuceno Prates podem ser visualizadas por meio das árvores genealógicas que constam abaixo (Figuras 15 e 16).

Fidêncio Nepomuceno Prates foi médico em São Gabriel, bem como deputado provincial, entre 1848 e 1859, e geral, entre 1853 e 1856, e mais tarde assumiu a presidência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Foi casado com Inocência Júlia, filha de João da Silva Machado, o Barão de Antonina. Do mesmo modo, seu irmão, Fidélis, foi casado com Anna da Silva Machado, também filha do Barão de Antonina. Segundo Saccol e Vargas (2010), Fidêncio era o elo que ligava a família de Francisco Ferreira de Castilhos ao mundo da Corte.

⁷⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 8 jul. 1864.





Para Carina Martiny (2014), que estudou o universo familiar dos Castilhos, a correspondência trocada entre diferentes membros da família revela que o comércio de animais era uma das principais atividades econômicas a que eles se dedicavam. Conforme a autora, em junho de 1866, Carolina Nepomuceno Prates, esposa de Francisco Ferreira de Castilhos, escreveu ao marido dando notícias suas, dos filhos e dos negócios da Fazenda da Reserva. Carolina estimava que Castilhos houvesse “feito boa venda de suas boas tropas ainda mais desejo que ten(ha) feito algumas cobranças”⁷⁵. Martiny (2014) concluiu que Castilhos estivesse em uma de suas viagens para venda de tropas.

A colocação de Martiny (2014) coaduna-se com os estudos de Suprinyak (2008), quando este afirma que Fidélis, Fidêncio, José de Paula e Silva e Castilhos figuram entre os principais proprietários de tropas que se registraram na barreira de Itapetininga, em São Paulo. Segundo o autor, no período entre 1855 e 1861, José de Paula e Silva guiou 21 tropas, registrando 10.781 animais; Francisco Ferreira de Castilhos guiou 14 e registrou 8.020 reses; Fidélis Nepomuceno Prates Jr. guiou 11 tropas, registrando 6.460 animais; enquanto o patriarca da família Nepomuceno Prates, o comandante Fidélis Nepomuceno Prates, guiou 10 tropas, registrando 8.817 reses (SUPRINYAK, 2008, p. 104).

Ao que tudo indica, em 1864, João Raimundo da Silva Junior tornou a guiar tropas a Sorocaba. Em carta remetida a Vasconcellos, em 20 de outubro, de sua propriedade no Cadeado, Silva Junior avisa que tinha 1.150 reses para guiar a São Paulo e que, em poucos dias, seguiria viagem. Silva Junior reforça que sente saudades do amigo e que esperava encontrar cartas dele quando chegasse a Castro, no Paraná⁷⁶. Em 15 de dezembro de 1864, João Raimundo encontrava-se em São Bento, “parado nos campos do Novaes”, mas salienta que irá se instalar em outro local, após examinar todas as invernações. João Raimundo queixa-se a Vasconcellos que teve alguns prejuízos ao transpor o *Goyoen*, na divisa entre as províncias de São Pedro e Paraná, mas diz que teve sorte por ter encontrado os outros rios com nível mais baixo, o que facilitou o deslocamento das tropas. A preocupação de Silva Junior com sua tropa fica evidente quando ele afirma que tem “esperanças que mesmo chegando um pouco tarde como cheguei, que minhas tropas engordem (se assim prometer o tempo) porque chegarão em bom estado, e tenho campo com sobra, e não lhe faltará o sal e o meo cuidado”⁷⁷.

⁷⁵ AHRS. **Fundo Júlio de Castilhos**. Série 2, Subsérie 4, cx. 2, m. 7, doc.1.

⁷⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 20 out. 1864.

⁷⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.S.J a A.S.V, 15 dez. 1864.

Segundo Luis Farinatti (2007), o número de mulas comercializadas em Sorocaba ascendeu, de forma contínua, ao longo da primeira metade do século XIX, tendo dado um salto na década de 1850. O autor ainda menciona que o comércio de mulas só passou a retroceder “a partir da década de 1860, até entrar em profunda crise, quando da difusão das ferrovias no final do século” (FARINATTI, 2007, p. 142).

As cartas recebidas por Antonio de Vasconcellos revelam a densidade do “pacto epistolar” com João Raimundo da Silva Junior. Tal afirmativa vai ao encontro do proposto por Luciana Heymann (1997, p. 42), isto é, cabe a uma pessoa escolher os documentos que, no “fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados”, a partir de critérios e interesses individuais, que direcionam a constituição de um acervo.

Em 28 de maio de 1865, o jovem Tito Prates da Silva⁷⁸ remete uma carta desejando que Vasconcellos tenha saúde e sorte nos negócios, bem como que se divirta nos bailes⁷⁹. O mesmo remetente, em 1868, da fazenda do Cadeado, envia um bilhete dando notícias da família a Vasconcellos. Tito escreve: “Muito estimarei que tenha gozado saude e que chegasse com feliz viagem. Nossa vida por aqui é pouco melhor do que quando o Senhor aqui esteve”⁸⁰. Na mesma missiva, Tito diz ter saudades de Dona Chiquinha, Chinoca, do primo Chiquinho, Júlio e quem mais dele lembrar-se.

Já em novembro de 1865, o major José da Motta e Silva pede a Vasconcellos que lhe envie um xarope, pois nem seu tio João Raimundo, nem seus primos estariam em São Gabriel para ajudá-lo, “por isso que tomo a liberdade de importunar o meu amigo”⁸¹.

José Antonio da Motta e Silva era filho de Antonio José da Motta⁸² e Constança Antonia da Silva. Constança, por sua vez, era filha de Raimundo da Silveira Santos e Inocencia Maria de Bittencourt, e irmã de Clara Florinda de Avellar, primeira esposa do capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, pais de Carolina de Carvalho Prates, Cândida Nepomuceno Prates, Fidélis Nepomuceno Prates, Fidêncio Nepomuceno Prates, Feliciano Fausta de Carvalho Prates, entre outros, conforme pode ser visto na Figura 16.

Silva aproveita o bilhete enviado, em novembro de 1865, para dar notícias suas, relatando que desde que voltou do Exército estava doente e fazendo uso de remédios, além

⁷⁸ Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Tito Prates da Silva era casado com Alice Mena Barreto, sendo filho de João Raimundo da Silveira Santos e Cândida Nepomuceno de Carvalho Prates.

⁷⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de T.P.S a A.S.V, 28 maio 1865.

⁸⁰ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de T.P.S a A.S.V, 29 jun. 1868.

⁸¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.M.S a A.S.V, nov. 1865.

⁸² Antonio José da Motta e Silva, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, seguiu, a princípio, a magistratura, e foi juiz municipal e juiz de direito no RS, depois exerceu a advocacia. Faleceu em julho de 1878, em São Sepé (NOGUEIRA, 1912).

disso, solicita a Vasconcellos que ele consiga a receita, de seu primo Felisberto, para acabar com “as malditas formigas”⁸³.

A carta de José da Motta e Silva descortina e aponta a trama das relações de Vasconcellos com a família Prates, quando informa que: “Por intermedio de meu cunhado Filiciano tivemos a infausta noticia do falecimento de meu Prezado Tio e Amigo Capitaum Fideles”. Segundo o remetente, a notícia havia consternado sua família, pois o tio era uma pessoa apreciada por todos. Antes de finalizar, Silva pede que Vasconcellos dirija-se por ele e por toda a sua família, estendendo os pêsames, dizendo “dirigimos igualmente nossos respeitos a todos os meus parentes”⁸⁴. Essa correspondência é denotadora da relação próxima entre Vasconcellos e os membros da família de Fidélis.

Em 1872, Feliciano Prates, filha do Capitão Fidélis, dirige-se a Vasconcellos nos seguintes termos:

Meu Prezado Compadre

19 de Agosto de 1872

Aproveito a ocasião de saudar o meu Compadre e minha Senhora Comadrinha e nossa rica filhinha aquem por mim meu Compadre dara um abraço um beijo estimando o bem passar de todos. Meu Compadre bem tenho fogido de lhe encomodar mais conhecendo a sua suma bondade ter por varias vezes sofrido minhas maçadas dezejava podendo ser mandar-me as miudezas que vai em relação do que lhe ficarei sempre grata a seus favores quando possa ser este num pedido meu Compadre entregara a portadora nada mais tenho adezejar senão sua saude e minha comadre e cara filhinha pedindo dispensa ser lhe tão empertuna so com estima

Sua criada obrigada

Feliciano Fausta de Carvalho Prates⁸⁵

As relações de Vasconcellos com a família Prates de Castilhos (Figura 17) é tema de uma missiva enviada por Carlos Prates de Castilhos, filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates⁸⁶. Ao escrever sobre a propriedade da família, a Fazenda da Reserva, localizada no município de Cruz Alta, posteriormente no município de Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos, o remetente assinala: “temos sentido recordações intensas das pessoas de amizades que ahi grangemos. Eu principalmente a minha Familia retribuimos os teos respeito”. Após finalizar a carta, em um *post scriptum*, Carlos informa que não remete o

⁸³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.M.S a A.S.V, nov. 1865.

⁸⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.M.S a A.S.V, nov. 1865.

⁸⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de F.F.C.P a A.S.V, 19 ago.1872.

⁸⁶ Carlos Prates de Castilhos, nascido em 1850, em São Gabriel. Casado com Luiza Borges Fortes e Etelvina Pimentel.

dinheiro que deve a Vasconcellos “por não saber quanto é”, complementando que o fará em dezembro, quando for a São Gabriel⁸⁷.

De meados da década de 1860, até 1872, Vasconcellos foi o tutor de outro membro da família – Julio Prates de Castilhos⁸⁸, irmão de Carlos e filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina de Carvalho Prates. Conforme Gabriel Pereira Borges Fortes (2000, p. 238), Júlio de Castilhos “estudava as primeiras letras em São Gabriel, morando a sua família na Fazenda da Reserva, [...], era Vasconcellos encarregado do pagamento de todas as suas despesas”. Em 1871, Carolina Prates de Castilhos escreve a Vasconcellos dizendo:

Fazenda da Reserva, 27 de 9bro de 71.
 Illustrissimo Senhor Antonio de Vasconcellos

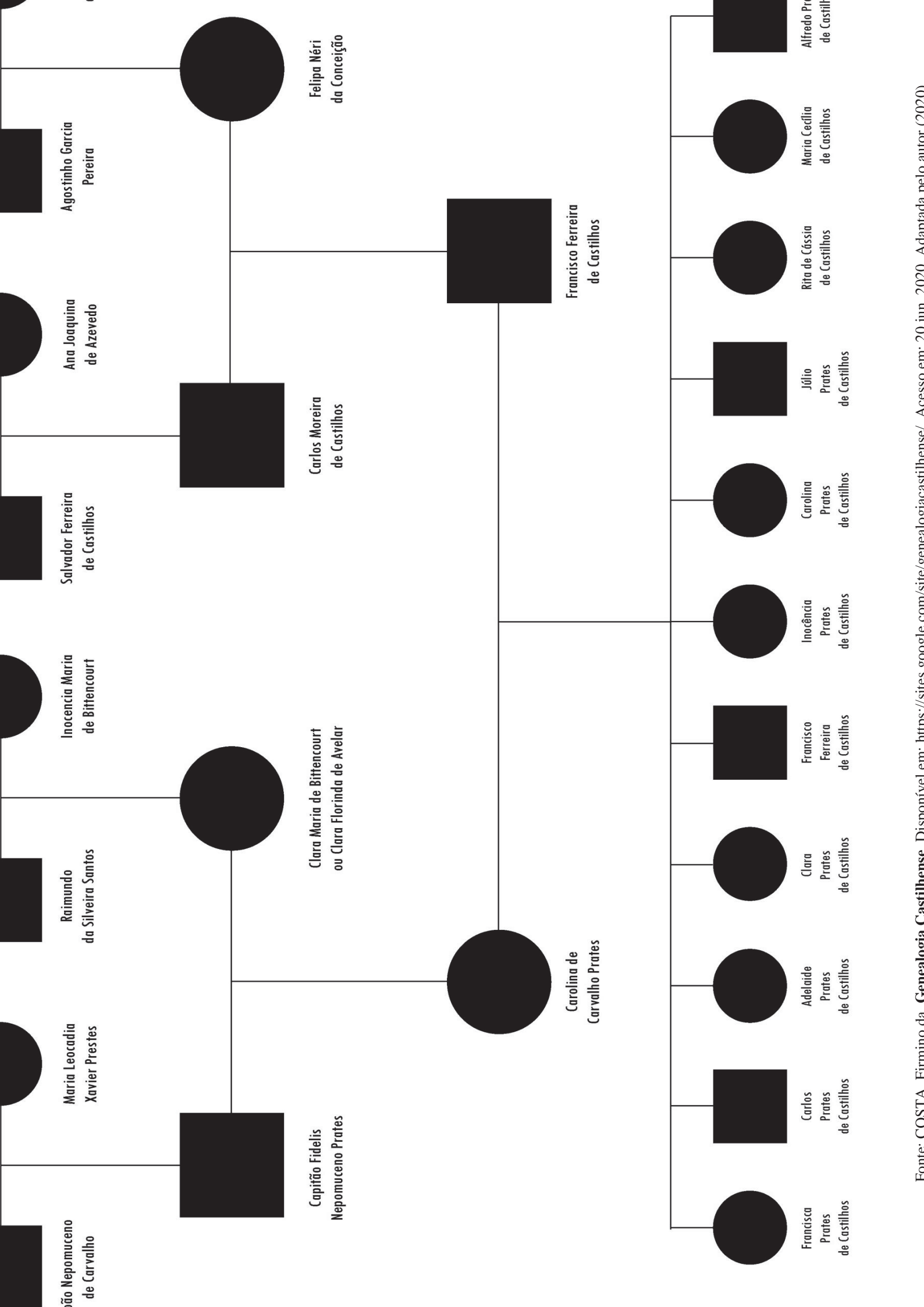
Aspiro ardentemente a sua saude e da Excelentissima sua Senhora, a quem todos nos regosijamos em felicital-a. É muito preciso para certos arranjos meus tirar n'esse lugar a sob partilha do 1º e 2º inventario do meu Pai; assim a parte de campo que tocou-nos por divida da minha casa. Em conclusão desejava saber o campo que existe no Inhatium pertencente ao meu extinto casal[?]. Por isso peço-lhe revistar no Tabellião esses arranjos. E a despesa queira debitar-me e na primeira ocasião que tiver satisfarei a minha conta. **Espero, que como sempre, velará pelo Julio o que Vosmece bem sabe que reconheço como é devido.** As minhas importunações são immensas; mas sei que não deixará de ter de ter paciencia com

Sua criada obrigada e reconhecida
 Carolina Prates de Castilhos⁸⁹

⁸⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.P.C a A.S.V, 9 set. 1869.

⁸⁸ Julio Prates de Castilhos, o oitavo filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates, nasceu no dia 29 de junho de 1860. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi fundador e líder do Partido Republicano Riograndense (PRR), dirigiu o jornal *A Federação* de 1884 a 1889, onde fez propaganda das ideias republicanas. Também foi presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891 (MARTINY, 2018; AXT, 2005).

⁸⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.P.C a A.S.V, 27 nov. 1871. Grifos nossos.



Segundo Borges Fortes (2000, p. 238), “de tempos em tempos, Francisco Ferreira de Castilhos reembolsava Vasconcellos dessas despesas do filho”. Após o falecimento de Francisco, a viúva Carolina tomou esse lugar. O pequeno Julio ficou sob os cuidados de Vasconcellos até setembro de 1872, quando voltou para a Fazenda da Reserva, antes de ir fazer seus estudos em Porto Alegre⁹⁰. Carolina de Castilhos novamente dirige-se a Vasconcellos:

Reserva 22 de 7bro de 1872.

Estou na posse do favor de Vossa Senhoria de 10 do corrente. Muito prezo que ao chegar junto de sua Excelentissima Família despertasse boa saude achando-a no frezir[?] de igual felicidade e que n’essa preciosa dita haja com a mesma permanecido. **Meu filho Francisco condutor desta d’ahi trará em sua companhia o meu Julio**, que nestes poucos mezes irá para a Corte a continuar alli seus estudos agradecendo infinitamente a Vossa Senhoria a bondade e interesse com que dignou-se despender a meo filho valiosos cuidados e os [ilegível] com que honra-me. [?] Chiquinho será saudada a quantia de que ainda sou-lhe devedora. Com os meos cumprimentos a Vossa Senhoria e Excelentissima Esposa. E com gratidão e estimação confesso-me
Carolina Prates de Castilhos⁹¹

Ao longo da década de 1860, Vasconcellos tornou-se um reconhecido negociante em São Gabriel. Gradualmente, além de comercializar os mais variados itens, transformou-se em um provedor de variados empréstimos aos seus vizinhos.

José Ferreira da Fonseca é um dos indivíduos que obteve dinheiro de Vasconcellos. Em 1863, conforme registrado em carta de 17 de outubro, Ferreira solicitou o empréstimo de 200 patações⁹². Já em 1868, Ferreira escreve a Vasconcellos desculpando-se por não quitar uma dívida contraída junto a ele, por não ter conseguido negociar seus animais, pois os gados estariam “magros por falta de pasto”⁹³.

Outros sujeitos que tomaram empréstimos de Vasconcellos foram Carlos Prates de Castilhos e Manoel Ferreira da Fonseca, o “Maneco Ferreira”. Ao longo de 1869, ambos solicitaram o auxílio de Vasconcellos para suprir necessidades financeiras. Em janeiro daquele ano, Castilhos solicitou 24:000 mil réis a Vasconcellos, dizendo: “não tendo outro socorro senão o teo” e afirma “quando o meo pae chegar pagarei esta importancia com a

⁹⁰ Julio de Castilhos fez os preparatórios no Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre. Posteriormente formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

⁹¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.P.C a A.S.V, 22 set. 1872. Grifos nossos.

⁹² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.F.F a A.S.V, 17 out. 1863. No Brasil, o patação era uma moeda de prata de 960 réis, pesando 27,07 gramas com pureza de 896 a 903 partes por mil, cunhada de 1810 a 1834, nas casas da moeda de Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, sendo uma moeda antecessora da decimalização ocorrida no Século XIX. (AMATO; NEVES; RUSSO, 2004, p.106).

⁹³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.F.F a A.S.V, 30 jan. 1868.

outra”⁹⁴. Carlos também era filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina de Carvalho Prates, pessoas com as quais Vasconcellos mantinha relações desde o início da década, conforme evidenciado anteriormente.

Maneco Ferreira, por sua vez, em dezembro de 1869, solicita que Vasconcellos quite uma dívida que ele possuía em São Gabriel e escreve “o mais breve que puder heide dar essa importancia, alem das mas vezes que tem me cervido”⁹⁵. Outras missivas revelam a prática da remessa de valores monetários e de confiança estabelecida por Vasconcellos e seus correspondentes. Em fevereiro de 1872, José Antonio Rodrigues Evangelho, acionando laços de parentesco simbólicos, ao chamar Vasconcellos de primo, informa que remeteu junto

huma carta para o [...] Agostinho e 1:100:000 reis em dinheiro que me fará o favor entregar e esse favor juntaria aos muitos que já lhe sou devedor. Minha Mai, Virginia, thio Cypriano e eu saudozos nos recomendamos a Vosmecês todos e minha Mai muito lhes agradece sua atenção por mandar seos retratos sem outro assumpto com toda estima

Primo amigo obrigado e Criado
Jose Antonio Rodrigues Evangelho⁹⁶

Possivelmente, ao acionar os laços de parentesco simbólico, Evangelho queria aproximar-se de Vasconcellos, recentemente casado com uma moça de sua família, para pedir-lhe um favor. Entretanto, essa não foi a única vez que ele confiou em Vasconcellos. Rodrigues Evangelho, no ano subsequente, aciona-o novamente, escrevendo-lhe: “Amigo e Senhor. Recebi seu estimado favor [...] e hum valle do Senhor João Victorino Filho na importancia de reis seiscentos trinta e nove mil e duzentos para receber do mesmo e remetter-lhe”⁹⁷. No mês seguinte, em novos negócios, Rodrigues Evangelho diz: “esperei que chegasse o estafeta e fui receber a sua entrega e o dinheiro em ouro”⁹⁸.

Não foi possível estabelecer o grau de parentesco exato entre Rodrigues Evangelho e Emerenciana Pereira, esposa de Vasconcellos, mas a subseção 3.3 deste trabalho presta-se para contextualizar a inserção de Vasconcellos na família de sua esposa, discorrendo sobre como a extensa parentela de Emerenciana agrega seu esposo, reproduzindo as práticas de empréstimo, confiança e sociabilidades.

Ficou demonstrado que, a partir de seus relacionamentos comerciais, Vasconcellos ganhou terreno na sociedade gabrielense praticando empréstimos de valores. Contudo, não se

⁹⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.P.C a A.S.V, 2 jan. 1869.

⁹⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.F.F a A.S.V, 15 dez. 1869.

⁹⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.A.R.E a A.S.V, 2 fev. 1872.

⁹⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.A.R.E a A.S.V, 11 jul. 1873.

⁹⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.A.R.E a A.S.V, 8 ago. 1873.

identificou, por meio dos registros disponíveis, se Vasconcellos atuava como agiota, isto é, se realizava a cobrança dos valores com juros. Entretanto, entendendo que a prática de empréstimo de dinheiro implica uma posição de reciprocidade, no interior de um grupo, pode-se inferir que Vasconcellos servia-se dessa prática no intuito de gerar riquezas para si e suprir as necessidades financeiras de seus contatos.

3.2 Cartas, comércio e falência: Antonio de Vasconcellos e os ecos da Guerra do Paraguai

No dia 20 de outubro de 1864, Vasconcellos escreveu uma carta a João Raimundo da Silva Junior. A carta, possivelmente, nunca foi remetida, tendo sido guardada entres os papéis de Vasconcellos. A missiva apresenta-se como uma fonte profícua, pois além de comentar sobre os negócios de Silva Junior, os saraus, a bailante e o cotidiano de Vasconcellos em São Gabriel, tratados anteriormente, é nela que o interlocutor relata a movimentação pela qual a Província passava naquele momento:

os negócios do estado oriental tem-se complicado, parte das forças brasil[eiras] já penetrarão no estado oriental e estão de posse de serro largo e outra parte está levando campamento em Pirahy para tão bem fazer sua entrada ao mando do General em chefe Propicio. Com a marcha das duas baterias da artilharia comandadas pelos Capitães Gama e Hermes, sob as ordens do Ten. Cel Mallet; e da Pagadoria Militar, tem isto ficado reduzido a tapera, e [ilegível] a segurança publica se acha duvidosa⁹⁹.

A movimentação mencionada por Vasconcellos está relacionada às ações iniciais da Guerra do Paraguai¹⁰⁰, deflagrada em dezembro de 1864. A missiva menciona a estratégia militar do marechal João Propício Mena Barreto¹⁰¹, mais tarde Barão de São Gabriel, que havia penetrado no Estado Oriental. A carta também diz que, com a marcha das baterias de artilharia, a cidade de São Gabriel havia ficado reduzida a uma tapera.

⁹⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a J.R.S.J, 20 out. 1864.

¹⁰⁰ A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870 (MAESTRI, 2012; BURTON, 1997).

¹⁰¹ Filho de João de Deus Mena Barreto, o Visconde de São Gabriel, e casado com Francisca da Glória Palmeiro Pinto da Fontoura, Baronesa de São Gabriel. Combateu em todas as guerras do sul do Brasil entre 1825 e 1865: Guerra da Cisplatina (1825-1828), Revolução Farroupilha (1835-1845) (ao lado do Império), Guerra do Prata (1851-1852) até a Guerra do Uruguai (1864), quando como comandante do Comando Militar do Sul do Brasil, conquistou Paissandu, ocupou Montevidéu e concorreu para a deposição de Atanasio Aguirre, após o que solicitou dispensa por grave doença, sendo agraciado com o título nobiliárquico de barão em 18 de fevereiro de 1865. Concluída a guerra contra Aguirre, retornou a São Gabriel, onde faleceu pouco depois (PORTO ALEGRE, 1917).

Conforme Giselle Venâncio (2004), a correspondência pessoal de um indivíduo é um espaço que ajuda a definir a sua sociabilidade e que também é definido por ela. Através das cartas, as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideias e afetos, estabelecer pactos, construir projetos, discutir planos opostos e organizar ações.

As correspondências permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares. Dessa forma, a análise da correspondência de um indivíduo leva ao encontro de cartas escritas por outras pessoas e assim sucessivamente. Esse é justamente o caso do epistolário de Vasconcellos. Nas missivas recebidas e enviadas por ele, é possível visualizar diferentes modalidades de trocas sociais, econômicas e políticas com diversos indivíduos que, para além do remetente e destinatário, envolvem outros nessa rede.

Nesse sentido, é importante ter em mente que as cartas eram enviadas quando havia algum *espaço* entre os interlocutores, dado que não havia a necessidade da escrita de uma carta quando existia proximidade, pois as visitas e as mensagens curtas resolviam todas as questões. Portanto, um dos cuidados que se deve ter é com a crença de que as cartas dizem respeito a toda a rede de contatos de um indivíduo.

Isso posto, em agosto de 1864, Antonio de Vasconcellos era solicitado por um militar para que efetuasse a liquidação de suas contas em São Gabriel, com o dinheiro que deveria receber na Pagadoria dos Militares:

Para começarmos a liquidar as nossas contas, você dê do mês de setembro em diante, ao André Marques a quantia de dez mil réis mensalmente e para você a de vinte mil réis até concluirmos nossas contas. Logo que ela esteja finda você me participará, para fazermos outro arranjo (BORGES FORTES, 2000, p. 230).

A missiva, enviada meses antes da deflagração oficial da Guerra, evidencia a preocupação em acertar as pendências, nesse caso financeiras, antes de partir para o campo de batalha. A carta, remetida pelo militar Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz¹⁰², mais tarde major e comandante do 7º Corpo de Cavalaria do Exército Imperial, faz parte do diálogo epistolar estabelecido entre Vasconcellos e Queiroz durante a Guerra do Paraguai, sobretudo entre os anos de 1864 e 1868¹⁰³.

Em outros momentos, o que preocupava o militar Quincas Pantaleão era a periodicidade e a segurança na circulação de correspondências: “Remetas a meu cunhado

¹⁰² Quincas Pantaleão nasceu em Porto Alegre, por volta de 1836. Casou-se com Perpétua das Chagas, filha de Luís Gonçalves das Chagas, barão de Candiota.

¹⁰³ Correspondência publicada por Gabriel Borges Fortes, bisneto de Vasconcellos, na obra *Estudos Históricos*. Elas não foram localizadas entre os documentos existentes no IHGRGS.

Joaquim da Cruz Ferreira Soares, capitão ajudante de ordens da presidência de Porto Alegre, para que dar de lá ele remeta as cartas a virem com mais segurança” (BORGES FORTES, 2000, p. 230). Em fevereiro de 1867, do Tuiuti, Quincas Pantaleão recomendava a Vasconcellos:

Escreve-me remetendo as cartas pelo correio da Restauração; correio o mala posta não sei o que é, sei que as cartas vindas daí pela Restauração chegam aqui muito depressa. Assim escreve e entrega ao Chiquinote que suponho ainda ser o encarregado do correio dessa cidade. Manda me notícias desse lugar, o que tem havido de novo (BORGES FORTES, 2000, p. 230).

Conforme registrou Gabriel Borges Fortes, poucas foram as referências feitas por Quincas Pantaleão sobre o desenvolvimento da guerra. Em carta escrita de Tuiuti, em 27 de novembro de 1866, dizia: “Depois dos combates de 16 e 18 de julho não tivemos, nós do 1º corpo de Exército, tido mais nada com os paraguaios, a exceção dos tiroteios continuados das nas nossas linhas” (BORGES FONTES, 2000, p. 231). Em 27 de novembro de 1866, segundo registrou Borges Fortes, Quincas Pantaleão encaminhou as seguintes notícias do campo de batalha: “Suponho isto acabado o mais cedo em meados do ano que vem, isto é o mais depressa possível”. No mês seguinte, Pantaleão novamente manifestava certa confiança e desejo de que brevemente se findaria a campanha:

O Caxias dá esperança a todos de que até março o mais tardar estará com a guerra acabada. Deus queira que assim seja e então em breve lá irei ver as belas gabrielenses. Recomenda-me a todas elas, com especialidade às mais bonitas (BORGES FORTES, 2000, p. 233).

De acordo com Borges Fortes, em 2 de fevereiro de 1867, Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz informava sobre as operações bélicas e revelava o tédio resultante da estagnação das batalhas:

Hoje bombardeou-se o acampamento dos paraguaios, tanto aqui no Tuiuti, como também no Curuzú e na esquadra. Aqui eles não responderam com um só tiro. Não sei ainda se fizeram o mesmo Curuzú e na esquadra. Nada mais de bom tem havido por aqui, tudo é aborrecimento e insipidez. O Pulciano que é o portador desta que poderá contar o que tem havido de bom por cá (2000, p. 231).

Entretanto, as considerações do militar a respeito do final da Guerra estavam erradas. Quincas Pantaleão não viu o fim do conflito, em 1º de março de 1870, pois padeceu no campo de batalha, em 28 de agosto de 1868, no combate do Paço Real do Tebicuari.

Cabe dizer que o que interessa nesse ponto não são somente as referências aos conflitos da guerra em si, mas alguns aspectos da relação entre Vasconcellos e Pantaleão. Ao dirigir-se para o campo de batalha, Pantaleão incumbiu Vasconcellos de agir como encarregado de suas contas em São Gabriel.

Localizada em um ponto estratégico para a defesa do território sulino, ao longo do século XIX, São Gabriel desenvolveu-se a partir do aquartelamento de militares. Em 1859, a Vila de São Gabriel foi elevada cidade, juntamente com Bagé e Cachoeira, momento no qual a cidade contava com 1.800 homens divididos em três baterias (FIGUEIREDO, 1993).

Osorio Santana de Figueiredo afirma que os comerciantes naquela localidade, tinham “no interesse de abastecer a família militar, com o que de bom e melhor houvesse, procurav[am] adquirir, nos mais adiantados centros do país, os produtos da última moda” (1993, p. 108). Isso mostra que havia a demanda de produtos e, conseqüentemente, de comerciantes para a localidade, o que certamente fazia com que a economia girasse.

Além das missivas recebidas por Vasconcellos durante a Guerra do Paraguai, outros registros evidenciam as práticas comerciais desenvolvidas por ele, bem como elementos permitem a identificação de sistemas e redes de comércio nas quais ele encontrava-se inserido e, por conseguinte, revelam a própria situação econômica da Província.

Em fevereiro de 1866, Vasconcellos recorre à justiça para receber alguns dividendos do marceneiro Gustavo Becker, que se encontrava em processo de mudança da Província e planejava fazê-lo sem quitar suas dívidas. Vasconcellos então denuncia, ao Juiz Municipal de São Gabriel, a situação¹⁰⁴.

O marceneiro Becker, achando-se “sobrecarregado de dívidas”, durante o mês de fevereiro passou a desfazer-se “não só de obras feitas de sua loja de marcinaria, como de trastes seo uso”, o que a apelação entendia como suspeito, pois parecia que Becker buscava uma maneira de fugir ou ausentar-se, sem certeza de volta e com a intenção de não acertar-se com seus credores. Nesse sentido, as testemunhas de Vasconcellos, Francisco Gonçalves de Campos e Franklin José de Souza, confirmam as ocorrências ao Juiz Municipal, dizendo-lhe que era de conhecimento público o fato de Becker estar desfazendo-se de peças e “trastes”.

¹⁰⁴ APERS. **Ação Executiva**, n. 923. Comarca de Caçapava do Sul. Juizado Municipal de São Gabriel, 1866.

Além disso, as testemunhas indicam que por ser estrangeiro e não possuir bens em São Gabriel era provável que Becker não mais voltasse.

O Juiz Municipal, então, mandou que fossem recolhidos os itens existentes na marcenaria de Becker para, assim, quitar a dívida com Vasconcellos. No dia 1º de março, o Oficial de Justiça, Ignacio Ribeiro de Oliveira, procedeu à intimação na casa do marceneiro, lendo-lhe o mandato e embargando as obras que estavam na loja, que eram: uma cama iniciada, as cabeceiras de uma marquesa, doze quadros, dez bancos de marceneiro, uma mesa grande e três mesas pequenas. Após ter-se iniciado a apreensão dos bens, Becker opôs-se que os demais itens fossem levados, o que fez com que ele fosse preso. Não obstante, recebendo um prazo de seis dias para prestar contas a Vasconcellos, Becker foi liberado. Entretanto, o marceneiro, aproveitando-se deste prazo, evadiu-se de São Gabriel, fazendo com que Vasconcellos recorre-se novamente à justiça a fim de buscar uma solução para o caso.

Após o “sumiço” do marceneiro Becker, um novo processo foi iniciado, visando a sua localização e o pagamento das dívidas contraídas por ele. O réu não compareceu às audiências de conciliação, e seu curador não deu posição alguma sobre o pagamento das dívidas. Em razão do não comparecimento à primeira audiência marcada, o procurador de Vasconcellos diz na petição:

Como o mesmo Becker se tenha auzentado deste lugar para lugar incerto e dizendo algumas pessoas, que hoje, tendo o suplicado assentado praça **se acha no Exército d’operações contra a República do Paraguay**, fora do Império, não havendo notícia do suplicado, desde a época de sua auzencia athé hoje¹⁰⁵.

Na ação ordinária contra Becker, as testemunhas de Vasconcellos são Flaubiano de Carvalho Prates e João Raimundo da Silva, ambos já citados, que dizem o mesmo: Becker evadiu-se para não quitar suas dívidas. Assim, o processo corre durante todo o ano de 1866, e, no mês de dezembro, os autos são conclusos, não tendo Antonio recebido nenhum valor que lhe era devido por Becker.

Infelizmente, mesmo recorrendo a obras que tratam de alemães na Guerra do Paraguai, bem como a outras fontes que pudessem auxiliar na identificação do paradeiro do marceneiro Gustavo Becker, não foi possível localizar mais informações sobre ele.

De todo modo, este não foi o único processo de cobrança em que Vasconcellos esteve envolvido. Em 8 de março de 1866, Antonio de Vasconcellos entra com uma petição, no

¹⁰⁵ APERS. **Ação Ordinária de Cobrança**, n. 636. Comarca de Caçapava do Sul. Juizado Municipal de São Gabriel, 1866. Grifos nossos.

Libelo Cível de São Gabriel, contra João Theodoro de Mello Souza Barreto, pois este lhe devia uma quantia por compras feitas em sua casa comercial¹⁰⁶. A lista de itens adquiridos por Barreto, a partir de 1861, pode ser conferida no Quadro 3, página 77-78, deste trabalho.

Junto ao processo, é anexada uma carta que o devedor enviou a Vasconcellos, ainda em 1864, a qual se transcreveu na íntegra:

Em respósta á sua carta, tenho dizêr-lhe que he verdade que saio amanhã para Porto Alegre, atrás de negocio meo, e para receber o dinheiro da Irmandade; não vou fugido e nem escondido, por que he bem sabido de todos minha viagem.

Quanto ao que lhe devo, não o négo, e nem nunca neguei, e o Senhor há=deser embolçado, talvez mesmo na minha volta, assim como da dívida da Irmandade, com quanto eu a este respeito nada [ilegível], e antes o Senhor se oferecêo por conducto de outro, para ser pago quando a Irmandade tivesse dinheiro; mas eu não prevaleço disso, e ainda que com prejuizo meo, o Senhor há=de tambem receber o que ella lhe deve.

Agóra respondo, mas diz o Senhor que não he possivel por mais tempo esperar o seu embolço, pois que tem tido muita condescendencia, eu lha agradeço e faça o que quizér na certeza de que não sou de sacco e botija, como diz o ditádo, e tenho bens mais que sufficientes para lhe satisfaser o seo debito.

Se não tenho respondido convenientemente ao seo caixeiro quando aqui tem mandado, he por que tambem os seos recados tem sido pouco convenientes, e já sou velho para mudár de genio, e aprendêr a politica, por que não tenho, e nem nunca tive aspirações a alta aristocracia.

Dispense a minha linguagem nascida de hum homem pouco político e bronco¹⁰⁷.

A missiva de Barreto apresenta diversos elementos para a compreensão da atuação de Vasconcellos em São Gabriel. O primeiro deles refere-se à compra a prazo, como a realizada por Barreto. A casa comercial de Vasconcellos era abastecida com os mais variados itens, como demonstrado anteriormente. O segundo ponto é o empréstimo de dinheiro. Já se constatou que Vasconcellos utilizava-se dessa prática, emprestando não só a indivíduos, mas também a uma das irmandades existentes em São Gabriel. Nesse sentido, infere-se que se trate da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia de São Gabriel, entidade que administrava a Santa Casa, da qual Vasconcellos foi o procurador nos anos de 1871 e 1872¹⁰⁸.

A resposta de Barreto evidencia que Vasconcellos supunha que a viagem dele, a cidade de Porto Alegre, devia-se a uma estratégia de fuga, evadindo-se de quitar suas dívidas,

¹⁰⁶ APERS. **Ação Ordinária de Cobrança**, n. 637. Comarca de Caçapava do Sul. Juizado Municipal de São Gabriel, 1866.

¹⁰⁷ APERS. **Ação Ordinária de Cobrança**, n. 637, 1866, p. 10. Carta de J. T.M.S.B a A.S.V, 13 dez. 1864.

¹⁰⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Papéis tendentes à Irmandade de Caridade e Sociedade 7 de Setembro, na cidade de São Gabriel.

que remontavam ao ano de 1861. Esse temor de Vasconcellos foi reiterado quando, em 1866, ele procurou a justiça para resolver suas questões com o marceneiro Gustavo Becker, que realmente “desapareceu” sem acertar seus débitos. Seria pertinente inferir que Vasconcellos conhecesse o sucesso de fugir, sem quitar suas dívidas, por experiência própria?

Em 1860, ao deixar a capital do Império, Vasconcellos acabou por romper uma série de relacionamentos estabelecidos ao longo dos quase dez anos em que havia permanecido na Corte. Ao deixar para trás o Rio de Janeiro, ele deixou pendências financeiras, conforme visto anteriormente. Vasconcellos escolheu como seu destino o interior do Rio Grande do Sul, que, como dito, ao longo do século XIX encontrava-se em pleno desenvolvimento. Essas questões foram abordadas nas páginas 65-66 deste trabalho, quando discorre-se sobre a migração de Vasconcellos para o Sul do país e verifica-se como Julio Dunlop preocupa-se em dar “recomendações para quem vai ganhar a sua vida”, o remetente diz que tem “uma convicção profunda” de que veria Vasconcellos “abraçado com a fortuna”¹⁰⁹.

Nesse sentido, pode-se refletir sobre algumas das palavras de Barreto, quando este diz: “já sou velho para mudár de genio, e aprendêr a politica, por que não tenho, e nem nunca tive aspirações a alta aristocracia”. As palavras dirigidas em tom de crítica à Vasconcellos, exprimem a recriminação por uma prática que, possivelmente, Vasconcellos estava desempenhando – utilizar-se de seu comportamento para “fazer-se elite”. Barreto intrepertou a linguagem e os modos de Vasconcellos como sendo de alguém que buscava diferenciar-se dos demais. O trecho “Dispense a minha linguagem nascida de hum homem pouco político e bronco” evidencia essa diferenciação. De todo modo, ao que parece Barreto não estava errado. Alguns anos depois, por meio de seu casamento, Vasconcellos conseguiu alterar, ou elevar sua posição social por meio de seu casamento.

3.3 Cartas, família e outros parentes: Antonio de Vasconcellos nas teias tecidas pelo casamento

Em 17 de novembro de 1870, Antonio de Vasconcellos contraiu núpcias com Emerenciana Pereira, filha de José Pereira da Silva Gonçalves e Balbina Luiza da Fonseca. Inserida em uma família de extensas proporções, Emerenciana Pereira nasceu em 16 de agosto de 1850, em São Gabriel, ficando órfã de pai em 26 de dezembro de 1852.

¹⁰⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.R.D a A.S.V, 4 jan. 1861

Sua mãe, Balbina Luiza da Fonseca, era filha de José Ferreira da Fonseca e Maria do Vale e casou-se, após o falecimento de José, com João Baptista de Lima. Já seu pai, José Pereira da Silva Gonçalves, era filho de Manoel José Pereira da Silva e Emerenciana Antonia Pereira, sendo irmão do médico e político filiado ao Partido Conservador, João Pereira da Silva Borges Fortes. Borges Fortes foi eleito diversas vezes deputado à Assembleia Provincial, sendo seu presidente em 1871 e 1872, momento do casamento de Vasconcellos e Emerenciana.

Manuel José Pereira da Silva, avô paterno de Emerenciana, era natural de Laguna, Santa Catarina, de onde migrou, ainda pequeno, para o Rio Grande do Sul, em companhia de seus pais, o tenente José Pereira da Silva¹¹⁰ e Maria Rosa Gomes. Foi tesoureiro geral da República do Piratini e suplente de deputado à Assembleia Constituinte e Legislativa instalada em Alegrete, a 1º de dezembro de 1842, quando da terceira capital Farroupilha¹¹¹. Manuel José Pereira da Silva foi dono da Estância do Inhatium, à beira do Arroio Inhatium, entre São Gabriel e Uruguaiana¹¹². Essa estância, posteriormente, pertenceu ao neto, João Pereira da Silva Borges Fortes.

O tesoureiro faleceu em 1861, deixando a propriedade para sua esposa, Emerenciana Antonia Pereira. Em 1865, por ocasião da visita do Imperador do Brasil, Dom Pedro II e sua comitiva, Dona Emerenciana recepcionou-o em sua casa, tendo sua estadia sido registrada pelo Conde d'Eu:

Às 5 horas apeamo-nos diante da habitação de uma senhora chama dona Emerenciana [...], mãe do Dr. Continentino, um dos médicos do Imperador. É uma senhora de idade; vive ali com uma filha e o marido, e filhos desta. Deu-nos hospitalidade e um jantar esplêndido, notável sobretudo pela abundância dos doces. A sua estância é a mais rica que ainda encontrei; compreende além de duas bonitas casas, umas poucas cabanas de bambus e taipa para os negros e um magnífico pomar (1981, p. 72-73).

¹¹⁰ Seus pais foram Manuel Pereira da Silva, nascido na Freguesia de Santa Senhorinha de Basto, em Portugal, e Paula da Silva, nascida em Laguna.

¹¹¹ Em 1835, um movimento idealizado e conduzido pela elite pastoril-militar insatisfeita com os impostos, cobrados pelo Governo Imperial, e a presença administradores civis e militares estranhos à Província, fez eclodir a Revolução Farroupilha, que durou até 1845. Com a proclamação da República Rio-grandense, três cidades foram tidas como capital: Piratini, entre 1835 e 1839; Caçapava entre 1839 e 1842 e Alegrete, entre 1842 e 1845. RIBEIRO, José Iran. **De tão longe para sustentar a honra nacional**. Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em história). PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

¹¹² O primeiro proprietário da Inhatium foi o tenente Balthazar Pinto de Aguiar, posteriormente Inhatium pertenceu a Maria Inácia da Pureza, casada com José Alves Trilha, que a vendeu para Manuel José Pereira da Silva, por 40.400 mil contos de réis.

Após a visita do Imperador, Emerenciana Pereira, avó paterna da esposa de Vasconcellos, foi agraciada com o título de Dama do Paço¹¹³. Natural de Rio Pardo, Emerenciana era filha de Antônio Gonçalves Borges e Joana Roza Pereira Fortes, portanto neta de João Pereira Fortes¹¹⁴.

Segundo Ana Silvia Volpi Scott e Silmei de Sant'Ana Petiz (2012), João Pereira Fortes ampliou seus haveres a partir de uma sociedade com Mateus Simões Pires, tempo em que pôde adquirir, além da propriedade com que ingressou sua participação na sociedade, a chamada “Guardinha”, os seguintes campos: “em 1780, adquiriu a sesmaria do ‘Capão Grande’ em Cachoeira, por compra ao tenente José da Silva Baldaia e também a da ‘Boa Vista’ comprada a Santos Martins, em 1783; teve ainda outra denominada ‘Piquiri’” (SCOTT; PETIZ, 2012, p. 7). Esta última propriedade foi vendida por Antônio Gonçalves Borges, pai de Emerenciana e já citado, que era cunhado de Mateus Simões Pires.

Já pelo lado materno, a esposa de Antonio de Vasconcellos, Emerenciana Pereira, era neta de José Ferreira da Fonseca e Maria do Vale. O casal teve, além de Balbina, os seguintes filhos: Manoel Ferreira da Fonseca e as gêmeas Maria e Ana Ferreira.

Conhecer os familiares da esposa de Vasconcellos é, em certa medida, entender parte da rede da qual ele passou a fazer parte por casamento. Dado que a aliança matrimonial estabelecida por ele permitiu consolidar, a partir do estreitamento de laços familiares por afinidade, a sua inserção na sociedade sul-rio-grandense.

Para Richard Graham (1997, p. 37), que estudou o sistema clientelístico no Brasil Imperial,

os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta por vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos, e em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento.

¹¹³ MINISTERIO DO IMPERIO. **O Publicador**. Rio de Janeiro, n. 1216, 28 set. 1866, p. 01. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹¹⁴ Segundo Scott e Petiz (2012), João Pereira Fortes era natural da Freguesia de N. S. do Rosário, Ilha de São Jorge, tendo nascido no ano de 1731. Faleceu em Rio Pardo no ano de 1820. Casou-se em Rio Pardo, no ano de 1756, com Eugenia Rosa, açoriana também, mas natural da Ilha Terceira, tendo nascido na freguesia da Praia, daquela ilha.

Figura 18 - Antonio de Vasconcellos com a família de Balbina da Fonseca Lima



Da esquerda para a direita, sentados: Ana Ferreira de Lima, Balbina da Fonseca Lima, Maria Ferreira, José Ferreira da Fonseca e Jonathas Abbott. Em pé: João Baptista de Lima, Maria do Vale, Manoel Ferreira da Fonseca e Antonio de Vasconcellos. Ausente na fotografia a esposa de Vasconcellos, Emerenciana Pereira.
 Fonte: Autor desconhecido, década de 1870. Fundo Vasconcellos – Borges Fortes, IHGRGS.

A inserção de Vasconcellos, pelo casamento, na família de Emerenciana (Figura 18) coaduna-se com as proposições de Scott e Petiz, quando estes, ao analisarem as relações estabelecidas entre comerciantes açorianos, na virada do século XVIII para o XIX, na Província de Rio Grande de São Pedro, dizem que

esses homens tinham outras conexões que estreitavam suas relações [...], possuíam vínculos familiares, incrementados através de alianças matrimoniais. Por meio dos casamentos, [...] buscaram para si e para suas famílias melhor inserção na sociedade sul-rio-grandense (2002, p. 7).

Segundo os mesmos autores, o casamento de estrangeiros com moças “nascidas na terra” era uma estratégia utilizada pelos comerciantes que se estabeleceram em Rio Pardo (SCOTT; PETIZ, 2012).

Pode-se observar o mesmo no caso de Vasconcellos e Emerenciana. Nascido em Portugal, o comerciante contraiu núpcias com uma moça “natural da terra”, descendente de famílias de origem açoriana, com extensas e antigas ramificações familiares no território sulino, em uma estratégia importante para a sua inserção na sociedade local. Possivelmente,

Antonio de Vasconcellos havia alcançado o patamar de “bom marido”, podendo desposar Emerenciana, uma moça pertencente a uma tradicional família sul-rio-grandense.

O casamento de um imigrante português com uma moça “natural da terra” enquadrar-se, de certa forma, naquilo que é tido como “mentalidade de Antigo Regime”. Pedroza (2008) diz que os imigrantes portugueses necessitavam estabelecer vínculos com a localidade, já que aspiravam ascensão econômica e social. Estes homens recém-chegados inseriram-se em redes de relações sociais através do casamento com “moças da terra”, passando a fazer parte da rede composta pelos parentes e amigos da família da esposa. Em suas palavras,

se a ‘moça de Irajá’ era pré-requisito para o pretendente a senhor estabelecer redes de reciprocidade ‘para os lados’ ou ‘para baixo’ – raízes locais –, não bastava enquanto fornecedora de capital simbólico. Nesse sentido, era preciso criar relações ‘para o alto’, ou seja, com pessoas de reconhecido prestígio que já ocupassem postos de destaque na vida da colônia, que pudessem ajudar, proteger ou apenas dar lastro ao *status* do novo casal. (PEDROZA, 2008, p. 84)

Durante o século XIX, as redes de sociabilidade compunham um importante ponto das relações sociais, na medida em que conectavam pessoas e famílias em torno de um objetivo ou de um ideal, mobilizando capitais materiais e simbólicos. Portanto, estudar a rede de sociabilidade de Antonio de Vasconcellos é uma possibilidade de compreender o tecido social no qual ele estava inserido.

Não se pode perder de vista que o principal meio de comunicação, naquele período, eram as cartas. Alain Corbin (1991, p. 517) comenta sobre a correspondência, dizendo que “os membros dispersos da parentela não perdem o contato. As redes que nos são reveladas pelo acaso da conservação de arquivos”. Para o autor, o ritual de trocar cartas

prepara visitas, acompanha as trocas de presentes e serviços baseados na complementação geográfica ou funcional. Transmitem-se por carta as informações sobre pessoas, as recomendações, [...], conselhos (CORBIN, 1991, p. 517).

Ao longo dos primeiros anos de casados, Vasconcellos e Emerenciana viveram em localidades diferentes. Esse ajuste familiar torna-se evidente após a leitura da correspondência trocada pelo casal. Estabelecido com casa comercial em São Gabriel, após o casamento, Vasconcellos deixou a esposa com os pais para que ela se convalescesse. “Saude é o que em primeiro lugar te desejo em companhia de nossos Pays”, “bem saptisfeito fiquei por me dizeres que te parecia que hias nutrindo mais”, “lembra-te que eu anciozo te espero, mas

esperançado que virás reestabelecida”, são algumas das passagens que marcam as cartas trocadas no início da década de 1870.

Apesar de não ser possível identificar, a partir da leitura das cartas, a enfermidade pela qual passava Emerenciana, pode-se inferir que a sua convalescência se devia à gestação da primeira filha do casal, Anna Cândida. Foi, possivelmente, por complicações na gravidez ou no nascimento da criança que Emerenciana passou a viver em companhia de seus pais, na localidade de São Vicente (Figura 19), distrito de São Gabriel. Em 1872, Vasconcellos estava por finalizar a construção de “um ninho para eles”, uma casa na cidade de São Gabriel.

Nossa caza que estou mandando acabar, só achei forrada e assoalhada a salla e forrada a varanda, faltando ainda forrar e assoalhar 2 quartos e assoalhar a varanda. O muro já está prompto do lado da rua faltando ainda parte do lado das Brancas [...].¹¹⁵

Figura 19 - Mapa do Rio Grande do Sul, com a localização de São Vicente



Fonte: Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2018. Adaptado por Alex Vanin (2020).

Dois anos depois, já com os filhos Anna Candida e José, Vasconcellos ainda aguardava a esposa em São Gabriel, conforme registrou em suas cartas. Passagens como “Eu

¹¹⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.

estou anciado que venhas por que já se tem tornado muito longa tua auzencia, e só como estou hé difficil attender a tudo [...]”¹¹⁶, ou:

Pesso-te que tenhas em vista o meu pedido de te não demores, não só por que penso que agora passarás melhor com os novos Commodos da Caza, como tãobem por que eu só não posso como sabes attender a toda nossa caza, tendo necessidade de attender á Casa de Comércio [...]”¹¹⁷

A distância entre o casal possibilitou o exercício do “pacto epistolar”, sendo a missiva o espaço para as declarações de saudade, de desejo de bem-estar e também para o acordo de negócios. Em maio de 1871, ele mostrava-se preocupado com o destino de uma das propriedades da família:

O vovô fala em vender a Bella Vista e eu tinha bastante desejos que não passasse a mãos estranhas por isso conversa com papai a este respeito, pois talvez que eu, o Papai e o Mano José João possa-mos effectuar esta compra, a qual me parece ser vantajoza¹¹⁸.

Seus pedidos foram atendidos, pois, alguns meses depois, sua sogra, Balbina de Lima, lhe respondeu dizendo:

Meu filho

Satisfação terei de estar [ilegível] vão encontrar Vossa Mercê e a minha Filha no gozo de perfeita saude, que nós para cá vamos graças Deus muito bem. Conversando Jose João hum dia d’estes a respeito do negocio que Vossa Mercê propoz da compra da Bella Vista, o meu velho não atendeo por estar doente, lembrando-se porem dahi alguns dias, achou muito conveniente e esta muito influido de o fazer e como e também e como eu também tenho vontade que se faça o tal negocio não só por achar com como tambem dezejo estar perto de Vossa Mercê me dirijo a Vossa Mercê para me participar se ainda está ou não disposto de se involver nesta compra conforme Vossa Mercê propoz, está esta hé entre os tres, para o meu meu Velho ir mesmo entender-se com Vossa Mercê calcular-se se podem desenvolver ao menos para o primeiro pagamento e ja encaminhar o negocio. Espero por tanto a sua resposta o mais breve possivel para não dar tempo ao meu Pai de negociar com outros. Eu o meu Velho o Jose João inuiamos saudades a minha Filha e a Vossa Mercê por ser diz quem hé.

Sua mãe que lhe estima
São Vicente 13 de agosto de 1871
Balbina de Lima

¹¹⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 1 abr. 1874.

¹¹⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 24 fev. 1874.

¹¹⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.

N. Muito se recomenda a Vossa Mercê e a minha Filha todos da caza particularmente a Carlota e o compadre Carlos¹¹⁹.

Além disso, Antonio abastecia a casa dos sogros, partindo das solicitações da esposa: “Pela carreta que vem trazer a manhan para o primo Braga vão as telhas para o vovô, os pincéis, o caffè e a panela de tua encomenda para comadre, e mais o fogareiro para a vóvó [...]”. Eram também encaminhados itens para Emerenciana, conforme registra Vasconcellos: “Junto a esta em mão do Mano José João vão 6 retratos sendo 4 meus e 2 teus, não mando mais por que o Berto só tinha prompts 2 para amostra”.

Também roupas, itens para costura, receitas e xaropes eram encaminhados, sempre que possível. De todo modo, todas as cartas possuem algo em comum, as recomendações a amigos e a familiares: “Diz ao vovô ao Mano José João e Compadre que não lhes escrevo por que estou com gente ganhando por dia e não posso distrahir tempo nenhum. Saudades a todos [...]”¹²⁰.

Não te mando agora o vestido cortado porque hontem fomos de manhã para a Cidade e voltamos de tarde, e a Comadre Manoela não estava em caza, porem estive com ela em casa da Prima [ilegível] e tanto huma como outra muito se recomendão bem assim toda a mais família, Dona Cândida e Dona Eliza muito se recomendão. Dar hum abraço na Mamãe e no Papai e recomenda-me a Dona Canduxa, e a Deus até o mais breve que me seja possível¹²¹.

O tratamento atribuído por Vasconcellos aos pais de Emerenciana, “papai” e “mamãe”, acionava vínculos parentais simbólicos, sendo estes estendidos à grande parentela. Vasconcellos incorporou-se à família da esposa e foi reconhecido por ela. O cunhado José João vira “Mano”, os avós da esposa são “vovô” e “vovó”, primos, tios e tias passam a constituir o âmbito da intimidade familiar.

Ao que indica a carta encaminhada por Manoel da Fonseca, tio de Emerenciana, a deferência era recíproca.

Sobrinho e verdadeiro amigo
Itapororó 8 de Maio de 1871

Sou consiozo em dizer-te que é omaior praser que tenho, quando escrevo aum amigo, como Senhor. aqui estou neste lugar e graças a Deos tenho passado bem, e só para dias de Junho pretendo ir asse lugar; Amigo quando se tem uma pessoua em verdadeira estima, e que se está auzente e ha

¹¹⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de B.L.P a A.S.V, 13 ago. 1871.

¹²⁰ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 1 abr. 1874.

¹²¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.

portador que todos escrevem, e que este não escreve e triste[?], por oras é queixa que tenho de você, e da Cinhá;
 Estive com um amigo seo em Alegrete, com a sua [ilegível] offereceome sua caza e seus préstimo, e espero sua recomendação ao mesmo que só em falar-se em ti conhece-se a amizade intima que tem este cordial cavalheiro, agradece por mim a Cinhá, em eu receber carta de todos, menos dela manda ao [ilegível].

Tio e Grato Amigo
 Manoel Ferreira da Fonseca

Tem um cavallo muito lindo para voce da mais figuras que as suas brancas e é ossal[?], não é por exageração¹²².

Em 1875, Manoel da Fonseca ainda expressava o mesmo sentimento a Vasconcellos. Em uma missiva datada de 27 de junho, Ferreira dá notícias de casa e diz: “sei que estás sintido com nosco por não termos te escripto e é com toda rasão mas mesmo assim debes ter toda a convicção que não poderei ser de você mas que amigo e intimo, athé o presente é com quem tenho contado nesse lugar”¹²³.

No que diz respeito às trocas que ocorrem entre os indivíduos, deve-se retomar as considerações do pesquisador Marcell Mauss, quando afirma que o que os indivíduos trocam não tem, necessariamente, valor financeiro, sendo muitas vezes “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas” (2003, p. 190-191).

A parentela mais próxima a Vasconcellos, seu cunhado, sogros e “tios” utilizam-se das cartas para solicitar favores e mantê-lo a par dos negócios da família. Para Graham (1997, p. 17), a “família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada, o líder local e seus seguidores trabalhavam para ampliar essa rede de dependência”.

Pensando na sociedade sul-rio-grandense dos oitocentos, Vargas e Farinatti (2017, p. 146-147) apresentam as seguintes considerações: “os laços de parentesco, [...], serviam tanto para legitimar a posição de uma família [...], quanto estabelecer conexões políticas externas à mesma”.

Tendo em vista as questões apresentadas acima, as cartas exerciam um papel fundamental na circulação de informações, pedidos de favores, na troca de amabilidades e na consequente articulação de redes de apoio. Em janeiro de 1871, Antônio Pereira da Silva encaminha uma carta para Antonio de Vasconcelos:

¹²² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.F.F a A.S.V, 8 maio 1871.

¹²³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.F.F a A.S.V, 27 jun. 1875.

Illustrissimo Senhor Antonio de Vasconcellos

São Gabriel

Meu presadissimo sobrinho

Encitando esta tem lugar preferencialmente para agradecer-lhe as boas maneiras conque se digna tratar-me, as quais gostosamente lhos retribu-o, esperando suas ordens que de bõa vontade as cumprirei, e a minha respeitável sobrinha com minha família oferecemos-lhes nossas atenções. Tendo de empregar não pequena quantia em negocio que prettendo realizar, e não podendo de prompto faze-lo do campo que mi propõem, e que, precendendo nem mesmo o faria pelo subido preço de 8000[ilegível] pela terça parte de uma légua resta me agradecer a preferencia, pedindo em consequência [ilegível] delle ao sujeito que o lecita.

Subscrevo-me

parente amigo [ilegível]

Antonio Pereira da Silva

Caxoeira 16 de Janeiro 1871¹²⁴

Dando destaque para o trecho “esta tem lugar preferencialmente para agradecer-lhe as boas maneiras conque se digna tratar-me, as quais gostosamente lhos retribu-o”, pode-se retomar o proposto por Mauss, quando ele fala das trocas de amabilidades. O autor destaca o caráter “voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações” (MAUSS, 2003, p. 188). Ou seja, o autor considera que, por trás da espontaneidade da realização de um favor, há intrínseca a consciência de possuir um favor *pendente* com o outro.

No que tange à família de Vasconcellos, muitas são as missivas que expressam essa noção. Entretanto, é a partir da invocação de um parentesco simbólico, que visa, sobretudo, aproximar os correspondentes, que muitos pedidos são feitos. Um dos laços acionado mais frequentemente no epistolário de Vasconcellos é o *compadre*.

Nesse sentido, cabe ressaltar o papel que o compadrio tinha na sociedade oitocentista. O compadrio gerava uma relação de parentesco entre as famílias envolvidas, e essa relação, por sua vez, gerava um vínculo de cumplicidade e consolidava os laços de sociabilidade. Dito de outra forma, era por meio do através do compadrio, que se solidificavam os laços entre as famílias dos padrinhos e madrinhas e dos apadrinhados (BRÜGGER, 2004).

O compadrio era acionado, possivelmente, por dois anseios: primeiro “em atenção às necessidades espirituais dos cristãos” – o Batismo; e, segundo, pela indispensabilidade da criação de vínculos, incluindo-se “numa cadeia de reciprocidade que perpassava toda a sociedade, agindo como uma força centrípeta que ligava e unia setores com interesses distintos” (HAMEISTER, 2006, p. 42).

¹²⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.F.F a A.S.V, 16 jan. 1871. Grifos nossos.

Escrevendo sobre a sociedade colonial brasileira, Donald Ramos (2004) diz que o batismo era o momento em que a pessoa ganhava uma nova família, com uma função mais exaltada socialmente, a saber: a educação espiritual do batizando. Segundo o autor, “com o compadrio, a sociedade encontrou um mecanismo para estender a teia de laços sociais para envolver mais pessoas e suas famílias” (RAMOS, 2004, p. 51).

Conforme Maria Fernanda Vieira Martins (2005), ao longo do período imperial, os políticos recorreram à reconstrução e reorientação de antigas estratégias de aliança como os laços matrimoniais, as relações de parentesco e o compadrio. Esses laços uniam o(s) grupo(s) a diversos setores dominantes, tanto no nível local quanto numa rede mais ampla. Nas palavras de Martins (2005, p. 2),

as práticas clientelares funcionavam como elemento fundamental na manutenção e ampliação das redes, solidificando, fortalecendo e reproduzindo ligações sociais, políticas e econômicas. Tratava-se indubitavelmente de uma herança do Antigo Regime português, e com frequência formava a base das relações políticas.

Para além apenas das questões políticas, Hameister (2006, p. 240) defende que “para os padrinhos externos à família, pressupõe-se também que, ao estabelecer uma relação de compadrio, estreitavam-se os laços e as relações de negócio, haja vista os fatores extra-econômicos que são componentes das relações comerciais”. Portanto, o ato de escolher um compadre poderia obedecer a um padrão, visando formar laços para atingir determinados objetivos e/ou fortalecer relações políticas ou de comércio. Diversos autores apontam que era comum que as pessoas convidadas ao compadrio tivessem *status* social igual ou superior ao daqueles que emitiam o convite. Portanto, o batismo e o compadrio precisam ser entendidos como estratégias de manutenção e/ou ascensão social.

Segundo Hermes Uberti (2016), que estudou as redes de compadrio em São Vicente, no período entre 1854 e 1912, Balbina de Fonseca Lima e João Baptista Lima, sogros de Vasconcellos, formavam um dos casais preferidos para apadrinhar na localidade. Eles estiveram na pia batismal na condição de madrinha/padrinho 40 e 52 vezes, respectivamente (UBERTI, 2016, p. 153). Esse fator demonstra o destaque social do casal.

Por outro lado, os negócios entre Vasconcellos e um de seus compadres, o padre Boaventura Garcia, não foram bem vistos pela sociedade vicentina, pois “na mesma época em que ocorreu a oscilação nos batizados do padre apresentado anteriormente o nome do advogado [Antonio de Vasconcellos] também sumiu dos registros para não mais voltar” (UBERTI, 2016, p. 202).

Em 1883, Antonio de Vasconcelos e sua esposa, Dona Emerenciana Pereira de Vasconcelos, apadrinharam, na Matriz de São Vicente, Pedro – descrito como filho natural de Maria dos Santos Figueiredo. De acordo com Uberti (2016), Pedro era filho do pároco do local, o espanhol Boaventura Garcia. A criança seria um dos três rebentos tidos da relação do pároco com Maria dos Santos Figueiredo. Anos mais tarde, o vigário confiou a seu compadre a incumbência de ser seu primeiro testamenteiro e quando faleceu, em 1912, Vasconcellos então assumiu o papel de inventariante.

As relações entre Antonio de Vasconcelos e Boaventura Garcia não se limitaram à pia batismal. Segundo Uberti (2016, p. 201), o padre de São Vicente emprestava dinheiro a juros, registrava a hipoteca da dívida e apresentava algum imóvel como forma de garantia. Naqueles casos onde o débito não era saldado no tempo combinado, “entrava em cena Antonio de Vasconcellos, que efetuava a cobrança judicial”. Essa prática não teria sido bem vista pelos conterrâneos de Vasconcellos.

Retrocedendo alguns anos nessa relação, sabe-se que entre 1876 e 1878 Antonio de Vasconcellos passou a residir em São Vicente, local onde começou a relacionar-se com Boaventura Garcia. Contudo, a conexão entre eles remonta a 1879, quando, no mês de novembro, o padre Boaventura, juntamente com os paroquianos Antonio de Vasconcellos, Tenente Coronel Pedro Felix de Medeiros Mallet e Antonio Prestes dos Santos, substabeleceram uma procuração, através da qual delegaram plenos poderes a Lauro Domingues Prates para receber junto à Diretoria Provincial, na cidade de Porto Alegre, a quantia de três contos de réis, obtidos a partir de uma “loteria” em prol da finalização da Igreja Matriz de São Vicente, realizada em abril daquele ano (UBERTI, 2016, p. 50).

Além do padre Boaventura, outros compadres tiveram participação nos negócios de Vasconcellos. Alguns anos antes, em 1875, João Gualberto P. de Ulhoa Cintra, lhe escreveu:

Compadre e amigo

Com quanto por me achar doente não esteja com a jurisdição da Subdelegacia; farei quanto em mim couber para conseguir-lhe o rapasinho que Vossamerce precisa e para esse fim heide falar ao Bento Rosa que esta com a vara [?], e quando eu tome conta farei inda melhores esforços, não obstante ser isso aqui muito difícil tanto que a inda não pude encontrar um só, para satisfazer a mais de cem pedidos que tenho, porem para servir-lhe heide tomar energicas providencias por que dezejo ser útil ao meu compadre e amigo, não só nisto, como em tudo e por tudo que as minhas apoucadas forças permitirem [...].¹²⁵

¹²⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de J.G.P.U.C a A.S.V, 1875.

Ao se analisar o conceito de compadrio, precisa-se ter em vista que as amizades e a observação dos fluxos relacionais salientam o papel da confiança como fundamental para o processo de estabelecer redes de sociabilidade. Ou seja, pode-se dizer que relações se fundam na expectativa de que o outro aja da forma esperada para assim garantir a continuidade das transações. O elo da confiança, ao mesmo tempo em que multiplica o alcance de um sujeito podendo acionar outro, também atribui obrigações para o primeiro, pois se trata de uma relação de compromissos mútuos. Há uma dualidade nesse relacionamento: à medida que aumenta seu alcance de ação, também o limita. Assinala-se que esses compromissos mútuos podem manter essa relação ou criar tensões e disputas dentro da rede.

Anteriormente registrou-se a inserção de Antonio de Vasconcellos na família Fonseca Ferreira, a partir de seu casamento com Emerenciana, em 1871, evidenciada, sobretudo, nos negócios familiares.

Na década seguinte, as cartas indicam que Antonio de Vasconcellos partiu para outra investida: a arena política de São Vicente. Buscando compreender de que forma Vasconcellos articulava-se nessa cena, mais uma vez recorreu-se ao método de identificar os interlocutores, os assuntos costumazes e os seus movimentos.

A análise das cartas recebidas por Vasconcellos revelou que três personagens se destacam (Quadro 4). Os interlocutores com maior número de missivas são: Manoel Pinto da Costa Brandão Júnior (47,76%), Carlos Frederico de Moura e Cunha (16,42%) e Cândido Marques da Rocha (13,43%), que juntos somam 77,61% das cartas recebidas por Antonio de Vasconcellos no período em tela. As cartas tratam de assuntos variados, tendo destaque as temáticas relacionadas a questões jurídicas, contudo, ainda é possível identificar a troca de favores e/ou de serviços.

Quadro 4 - Volume de correspondência por remetentes

<i>Remetente</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<i>Manoel Pinto da Costa Brandão Jr.</i>	32	47,76
<i>Carlos Frederico de Moura e Cunha</i>	11	16,42
<i>Cândido Marques da Rocha</i>	9	13,43
<i>João Bonifácio de Camargo</i>	2	22,39
<i>José Alves</i>	2	
<i>Leonidas Borges Fortes</i>	2	
<i>Manoel Ferreira da Fonseca</i>	2	
<i>Cândido Rodrigues da Silva</i>	1	
<i>Gabriel Borges Fortes</i>	1	
<i>João Baptista de Mascarenhas</i>	1	
<i>João Baptista Villa Nova</i>	1	
<i>José Antônio Rodrigues Evangelho</i>	1	
<i>Luiz Chiabotto</i>	1	
<i>Tito Prates da Silva</i>	1	
<i>Total</i>	67	

Fonte: Correspondências recebidas por Antonio de Vasconcellos entre 1880 e 1889, Fundo Borges Fortes (IHGRGS). Quadro elaborado pelo autor (2020).

Cronologicamente, a primeira carta da década foi remetida por Cândido Marques da Rocha¹²⁶. Em 1880, Rocha envia uma série de cartas a Vasconcellos, que tratam, sobretudo, da colocação de sua irmã como professora em São Vicente. A saber, em abril de 1880, Cândido solicitava a Antonio de Vasconcellos que apurasse informações a fim de descobrir se o cargo de professora estava vago em São Vicente, pois ele gostaria que sua irmã Angelina fosse transferida de Rosário do Sul para lá, em função de que iria fixar residência na cidade.¹²⁷ Em carta enviada em 1º de maio, Cândido agradece o pedido que foi atendido por Vasconcellos e informa que escreveria ao “Pinheiro”, por isso pede que Vasconcellos interceda no arranjo das professoras.¹²⁸

Já em 4 de junho de 1880, Cândido Rocha entra novamente em contato com Vasconcellos, mencionando o recebimento de uma carta, com data de postagem de 1º de junho. Na missiva, Rocha agradece a ajuda de Vasconcellos e também a disponibilidade para receber sua irmã Angelina, caso ela vá para São Vicente. Cândido diz estar empenhado em

¹²⁶ Cândido Marques da Rocha, nasceu em Santo Amaro do Sul, General Câmara, no ano de 1846, sendo filho de Henrique Marques da Rocha e Fabiana Antonia da Rocha.

¹²⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.M.R a A.S.V, 11 abr. 1880.

¹²⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.M.R a A.S.V, 1 maio 1880.

manter a amizade com eles, sobretudo ele e o “tio Joãozinho”, João Baptista de Lima.¹²⁹ O acordo tentado por Rocha não foi viabilizado, visto que sua irmã Angelina Marques da Rocha permaneceu como professora interina em Rosário do Sul, pelo menos até 1888¹³⁰.

Nas correspondências trocadas entre Cândido e Vasconcellos, quando aquele, por necessidade de realocar sua irmã, verbaliza seu desejo em continuar a amizade com Vasconcellos e seu “sogro”, podem ser identificados os traços apontados por Richard Graham (1997, p. 312), quando afirma: “Não importa se *amigos* ou parentes, pretendentes a cargos ou missivistas, todos os participantes engajavam-se em uma troca carregada de apreensão”. Para o autor, nas relações estabelecidas entre os três elos do clientelismo, ou seja, os que desejavam cargos, os que escreviam cartas e os que as recebiam, “a palavra *amigo* ocupava um lugar de destaque” (GRAHAM, 1997, p. 304).

Outro amigo com o qual Vasconcellos estabelece um diálogo epistolar é Manoel Pinto da Costa Brandão Júnior. Brandão Júnior era natural de Pelotas, filho de Manoel da Costa Brandão e Faustina Maria da Costa, tendo feito a campanha do Paraguai como tenente, casado, membro do Clube Republicano de São Gabriel e advogado, sem formação, de vasta clientela (SACCOL, 2013).

As cartas enviadas por Brandão Júnior tratam de negócios, sobretudo de questões ligadas ao Judiciário, pois Antonio de Vasconcellos também atuava, em São Vicente, como rábula, ou seja, advogava sem ter formação em Direito. A partir da leitura das missivas, percebe-se que Brandão Júnior o auxiliava nessas atividades, o que vem ao encontro da seguinte constatação:

os amigos ofereciam uma ferramenta a mais, com a qual uma pessoa cavava recursos, mas como os amigos não eram literalmente ligados através da propriedade, o laço com eles era mais tênue e efêmero do que com os membros da família (GRAHAM, 1997, p. 304-305).

Em meados de 1881, Vasconcellos, Brandão Júnior e Carlos Frederico de Moura e Cunha estiveram envolvidos na defesa de um homicídio. Em carta de 10 de junho, Carlos Frederico de Moura e Cunha escreve que é para se querer *Habeas Corpus* “para um infeliz”.

¹²⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.M.R a A.S.V, 04 jun. 1880.

¹³⁰ **RELATÓRIO** do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Vice-presidente Jacintho de Mendonça. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 27 jan. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pagfis=6057>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Cunha também diz que conseguiu que fosse posto em liberdade um dos acusados e que ele seguirá solto até o julgamento.¹³¹

As tratativas em torno do processo se revelam, no íterim de alguns meses, pelas correspondências. Em uma carta datada de 20 de agosto de 1881, Brandão Júnior diz que recebeu uma missiva de Vasconcellos, vinda pelo correio, e lhe responde:

apesar dos esforços empregados não foi possível conseguir que o processo de Benigno ficasse preparado para a próxima sessão do júri. O processo está com o Juiz Municipal para a pronuncia[ilegível]: ainda que o que d'ali baixe nestes dois ou três dias não há tempo para ficar preparado, porque, além de faltar libelo não se pode deixar de mandar citar a testemunha Theod. Fayet, que está em S. Maria, e assim a entrada de Benigno agora para a cadeia lhe era prejudicial, pois teria de ali[?] durante 3 meses à espera do nosso júri de dezembro [...].¹³²

Em setembro a questão ainda não estava resolvida, pois Brandão Júnior questiona Vasconcellos se este já sabe que o menor, Hermenegildo José dos Santos, que matou a irmã, foi absolvido pelo júri: “Oxalá tenham, no próximo, igual resultado no julgamento do Benigno e no do Faustino”.¹³³ Pelas lacunas na frequência das cartas, não tem-se o registro do desfecho do processo envolvendo Faustino e Benigno, nem as tratativas posteriores entre Brandão Júnior e Vasconcellos.

Do mesmo modo, as cartas enviadas por Carlos Frederico de Moura e Cunha versam sobre questões jurídicas e favores pessoais. Sobre Moura e Cunha, sabe-se que era formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido colega de João Pereira da Silva Borges Fortes (tio da esposa de Vasconcellos), concluinte do ano de 1868. Foi deputado provincial na 14ª Legislatura e na 15ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nos anos de 1871 e 1872, respectivamente. Ainda na década de 1870, o bacharel assumiu o cargo de Juiz Municipal em Jaguarão, tendo sido afastado no início de 1881, pois não retornara ao posto depois de uma licença concedida pela presidência da província¹³⁴.

¹³¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.P.C.B a A.S.V, 10 jun.1881.

¹³² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.F.M.C a A.S.V, 20 ago. 1881.

¹³³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.P.C.B a A.S.V, 03 set. 1881.

¹³⁴ MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RGS. **Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul** (1835-1889). Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa_Diretora_1/tabid/3678/language/pt-BR/Default.aspx. Acesso em 22 jun. 2020. **RELATÓRIO** do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Henrique D'Avila. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 07 mar. 1881. p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=252263&pagfis=4631&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 21 jun. 2020.

Também em 1881, em carta enviada por Moura e Cunha, na qual trata de questões relacionadas ao registro de uma área de campo, ele transmite lembranças à “prima” Emerenciana e diz ter saudade das crianças. Ainda faz um *post scriptum*, no qual pede para que Vasconcellos o avise quando seguir para Porto Alegre, pois seu sogro está em boas relações com *o presidente*.¹³⁵

Para além, se for observada a relação estabelecida entre Antonio de Vasconcellos e um de seus compadres, o padre Boaventura Garcia, percebe-se seu apreço em ser possuidor de terras. Segundo Hermes Uberti (2016), o padre de São Vicente emprestava dinheiro a juros, registrando a hipoteca da dívida, com a apresentação de algum imóvel como forma de garantia, como já mencionado, sendo Vasconcellos quem prestava serviços de “advogado”, executando as ações.

A esse respeito, pode-se retomar algumas das correspondências de Vasconcellos, trabalhadas anteriormente. Por exemplo, a carta enviada por Carolina Prates de Castilhos, na qual ela solicita que Vasconcellos “reviste” o tabelionato em busca do inventário de seu pai, ela escreve: “desejava saber o campo que existe no Inhatium pertencente ao meu extinto casal[?]. Por isso peço-lhe revistar no Tabellião esses arranjos”¹³⁶.

Logo após seu casamento com Emerenciana Pereira, em 1871, Antonio de Vasconcellos mostrava-se preocupado com o destino de uma das propriedades da família, pois o pai de sua sogra tencionava vender a Fazenda Bella Vista, como já fora relatado na página 103, e ele desejava que a quinta “não passasse a mãos estranhas por isso conversa com papai a este respeito, pois talvez que eu, o Papai e o Mano José João possa-mos effectuar esta compra, a qual me parece ser vantajosa”¹³⁷. Após alguns dias, sua sogra apoiou a decisão da compra conjunta. Talvez se possa conjecturar que a preocupação demonstrada com a permanência da fazenda no espólio familiar decorresse da nova realidade implementada a partir da Lei de Terras (1850), que tornou a terra em si um valor imobiliário de crescente valorização. Afinal, no Rio Grande do Sul, como comprovam os estudos de Christillino (2010, p. 197), “no século XIX, com a progressiva valorização da terra, e diante da própria falta de opções de investimentos, as famílias procuravam aplicar os seus recursos na aquisição de terras, especialmente entre os pequenos e médios proprietários”.

¹³⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.F.M.C a A.S.V, 7 jun. 1881.

¹³⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.P.C a A.S.V, 27 nov. 1871.

¹³⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.

As décadas pós-1850 foram marcadas por processos de mudanças sociais, econômicas e políticas que anunciavam a desestruturação da Monarquia no Brasil¹³⁸. Um dos sintomas foi a publicação do *Manifesto Republicano*, em 1870, que marcou “o começo de uma série de iniciativas de articulação do Partido Republicano nas províncias, através da fundação de clubes, núcleos e jornais responsáveis pela propaganda” (PACHECO, 2006, p. 140).

A mobilização intelectual da chamada *Geração de 1870* também fez parte da efervescência social e política que marcou o período. Naquele momento, um grupo de intelectuais tencionava reformas profundas para a sociedade brasileira, a produção intelectual e a ação política dos membros da *Geração de 1870* devem ser contextualizadas à “crise da monarquia”. É, também, naquele ínterim que o Partido Republicano ganhava força, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o movimento abolicionista era estruturado e havia sinais de inquietação entre os militares (ALONSO, 2002).

Helga L. Piccolo (1974, p. 113) aponta que a propaganda republicana passou a ser repercutida no Rio Grande do Sul, a partir de 1878, quando os liberais subiram ao poder. Foi justamente nesse ano que o Clube Republicano de Porto Alegre foi fundado, mostrando uma intensa atividade política. Em fevereiro de 1882, os republicanos sul-rio-grandenses efetivaram sua primeira convenção, organizando o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Nesse período, o Partido Liberal exercia sua hegemonia, sob liderança de Gaspar Silveira Martins. Segundo Love (1975, p. 22), o partido “tomou o controle da Assembleia Provincial e permaneceu, daí por diante, a força dominante no Rio Grande”. Em Passo Fundo, por exemplo, um dos maiores municípios em extensão, localizado no norte do Rio Grande do Sul, a agitação entre os grupos políticos presentes já se fazia sentir desde meados da década de 1880.

Durante a década de 1880, com o enfraquecimento do Partido Conservador, “enfrentar-se-iam apenas liberais e republicanos, aqueles numa posição muito mais de defesa, enquanto esses, todos no ataque” (PICCOLO, 1974, p. 118). Consequentemente, as mudanças que se deram no Brasil na segunda metade do século XIX, o descontentamento com a política centralizadora de D. Pedro II e o surgimento e atuação dos partidos republicanos, culminaram com o golpe de 15 de novembro de 1889.

¹³⁸ De forma geral, pode-se destacar a abolição da escravatura, os projetos de imigração, o processo de industrialização e urbanização, bem como as campanhas republicanas. Tais transformações abalaram o regime monárquico, contribuindo, dessa forma, para sua desestruturação. COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

No próximo capítulo são exploradas as solicitações, os favores e os demais pedidos feitos por e para amigos e compadres de Vasconcellos, em um contexto marcado pela formação de redes de sociabilidades, pelo clientelismo político, bem como pela política de favorecimentos. Desse modo, busca-se, a partir da análise dos vínculos estabelecidos por Vasconcellos, por meio do estudo das suas correspondências pessoais, trocadas ao longo do processo de sua inserção política, entender algumas das dinâmicas políticas manejadas nos últimos quartéis dos oitocentos.

4 AS CARTAS QUE TRAMAM O PODER: AMIGOS, TERRAS E POLÍTICA (1883-1916)

Com o advento da República em 1889, o Partido Republicano Rio-Grandese (PRR) iniciaria trajetória para consolidar-se como partido hegemônico, tendo à frente a figura de Julio de Castilhos, sendo este o período marcado pela violência e instabilidade política no Rio Grande do Sul. A ascensão do PRR, contudo, não significou, de forma alguma, uma passagem desprovida de disputas internas e externas ao partido, visto que, para além da oposição externa, várias facções internas encontravam-se também na disputa pelo poder estadual, mais tarde seccionadas em dissidências – como os assististas, alinhados a Joaquim Francisco de Assis Brasil, e os demetristas, vinculados a Demétrio Ribeiro. No decurso dos primeiros anos do regime republicano, o Rio Grande do Sul representava, em um aspecto local, o caos em que se achavam a política e as finanças nacionais (LOVE, 1975).

Não só no Rio Grande do Sul essa transição significou mudanças. A nível nacional, nessa fase os republicanos promoveram, a extinção da vitaliciedade do Senado, a dissolução da Câmara dos Deputados, a supressão do Conselho de Estado, a extinção do Padroado e do Beneplácito, a separação entre Igreja e Estado, a transformação das províncias em estados, para citar algumas. E, em linhas gerais, as principais características da Constituição de 1891 foram a adoção do presidencialismo e do federalismo como forma organizativa do Estado. Isso possibilitou uma política de alianças nem sempre estáveis ou duradouras para a ocupação da presidência e manutenção de acordos de autonomia política entre os estados da Federação¹³⁹.

As disputas pelo poder no Rio Grande do Sul irromperam em atos de violência que se multiplicaram e se asseveraram, sobretudo, nos momentos relacionados à renúncia de Julio Prates de Castilhos do governo do estado, em novembro de 1891, ao seu retorno, em junho de 1892, por meio de um golpe de estado, e à desenfreada perseguição que se seguiu e anunciou uma guerra civil, a Revolução Federalista (1893-1895), que eclodiu em fevereiro de 1893¹⁴⁰.

¹³⁹ Sobre a política de alianças no período da Primeira República, ver mais em: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

¹⁴⁰ Sobre o processo de consolidação do regime republicano no Rio Grande do Sul e a Revolução Federalista, ver: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A revolução além fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. **História geral do Rio Grande do Sul**: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. V3. T1. p. 23-56. RODRIGUEZ, Ricardo Velez. **Castilhismo**: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, 2000.

Antonio de Vasconcellos, ao decidir sair de Portugal, certamente o fez em busca de melhores oportunidades de vida. Após uma temporada na Corte, Vasconcellos migrou para o Sul do país, instalando-se em uma Província periférica, situada em uma zona fronteira com o Prata e, historicamente, de intensa movimentação bélica.

Após vinte anos instalado na Província do Rio Grande de São Pedro, ao alcançar a década de 1880, as correspondências de Vasconcellos permitem que seja visualizada uma mudança de seu *status* dentro de suas redes de relacionamentos. As missivas não tratam mais apenas de favores relacionados a informações e práticas comerciais, muitas delas são voltadas a conseguir a influência de Vasconcellos em questões que estavam ao seu alcance, enquanto outras tratam, especificamente, de questões relacionadas à política.

Vasconcellos vai, paulatinamente, estabelecendo uma rede de contatos que contribuem para a obtenção de favores. Seu epistolário é fragmentário, sendo praticamente certo que as cartas por ele recebidas não foram preservadas em sua totalidade. Isso fica claro quando se observa a quantidade de cartas recebidas por Vasconcellos entre os anos de 1880 e 1889, que somam o montante de 67 missivas, em um total de cerca de 250 cartas.

Por outro lado, é a partir da década de 1880 que se pode identificar quais eram as demandas feitas *por* Vasconcellos *aos* seus correspondentes, visto que, a partir do ano de 1886, as cópias de suas cartas podem ser lidas em três livros copiadores, onde foram preservadas as cópias da sua correspondência ativa. Nesse ínterim, Vasconcellos foi Inspetor Escolar (1886), Vereador (1887), Escrivão de Órfãos e Ausentes (1893) e Tabelião de Notas Interino (1895).

Tendo em vista essas questões, este capítulo tem como objetivo discorrer sobre o período no qual se percebe que as estratégias empregadas por nosso personagem rendem frutos. Para Bourdieu (1990), ao utilizar-se de estratégias, os indivíduos precisam estar em permanentemente reinventando-se e adaptando-se para enfrentar situações indefinidamente variadas e nunca perfeitamente idênticas.

Desde a década de 1880 até o momento de sua morte, em 1916, Vasconcellos vai se constituindo como um “homem de prestígio”, processo enfatizado a partir de sua naturalização, em 1883, quando a obtenção da cidadania brasileira lhe conferiu o direito de ocupar cargos públicos e ter representação política.

Para auxiliar na compreensão da trajetória de Vasconcellos nessa fase, elaborou-se uma cronologia (Quadro 5) que apresenta, em linhas gerais, eventos importantes e os cargos ocupados a datar de sua naturalização.

Quadro 5 - Cronologia de Antonio de Vasconcellos a partir de 1880

1883.03.19	Naturaliza-se brasileiro
1885.10.06	Nomeado para o cargo de Juiz Comissário de Terras
1886.02.06	Nomeado Inspetor Escolar em São Vicente
1887.05.06	Exonerado do cargo de Juiz Comissário de Terras
1887.05.12	Reconduzido ao cargo de Juiz Comissário de Terras
1887	Eleito Vereador em São Vicente
1887.10.26	Tomou posse como Vereador em São Vicente
1888	Nomeado Delegado de Polícia
1888.06.10	Eleito vice-presidente do diretório do Partido Conservador de São Vicente.
1888.11.01	Pede resignação do cargo de vice-presidente do diretório do Partido Conservador de São Vicente.
1888.11.18	Dispensado do cargo de Juiz Comissário de Terras.
1893.04.14	Mencionado como Escrivão de Órfãos de São Vicente
1893.12.25	Mencionado como agente do jornal <i>A Federação</i> em São Vicente
1895.03.26	Nomeado 2º Tabelião de Notas Interino de São Vicente
1902.05.07	Nomeado Tenente Coronel do batalhão de reserva da Guarda Nacional
1902.07.12	Solicita exoneração do cargo de Escrivão de Órfãos e Ausentes de São Vicente
1903	Membro do conselho de revisão de alistamento militar da Paróquia Jaguary

Fonte: Fundo Borges Fortes (IHGRGS), jornal *A Federação*. Quadro elaborado pelo autor (2020).

Em meados de 1883, Brandão Júnior escreve a Vasconcellos dizendo:

a qualificação ainda não está concluída, pois, só a 11 deste foram remetidos os requerimentos pelo Juiz Municipal ao Juiz de Direito. Parece-me que não há dúvida para a sua qualificação: quando tratar-se da entrega dos títulos avisá-lo-ei para mandar-me uma procuração.¹⁴¹

A qualificação referida por Brandão Júnior era a de Antonio de Vasconcellos como eleitor. Ao se naturalizar brasileiro, Vasconcellos jurou, em 19 de março de 1883, “ter o Brasil por sua Pátria daquele dia em diante”.¹⁴² Em novembro do mesmo ano, além de tratar da venda da casa por ele construída, após seu casamento, em São Gabriel, Brandão Júnior diz o seguinte: “Já deve ter visto pela revista que foi alistado eleitor”.¹⁴³ Por que Vasconcellos naturalizou-se brasileiro após 30 anos residindo no país?

Essa pergunta pode ter múltiplas respostas. Ao primeiro olhar, verifica-se a proximidade das datas entre a emancipação política de São Vicente, desmembrada de São Gabriel, pela Lei Provincial nº 1364, de 9 de maio de 1882, cuja instalação ocorreu em janeiro

¹⁴¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.P.C.B a A.S.V, 20 out. 1883.

¹⁴² AHRS. **Livro de Juramentos de naturalização**. Termo de juramento Antonio de Vasconcellos, 19 mar. 1883, p. 31v.

¹⁴³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.P.C.B a A.S.V, 09 nov. 1883.

de 1883¹⁴⁴. Menos de dois meses depois, Vasconcellos torna-se um brasileiro por naturalização. Soma-se a isso a recente promulgação da Lei Saraiva, em 1881 (Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881), que instituiu uma reforma eleitoral no país, a primeira desde a outorga da Constituição de 1824. Dentre as mudanças promovidas pela reforma, esteve a proibição do voto de analfabetos e a regulamentação do voto direto (LEÃO, 2012). Ao que tudo indica, esses dois eventos ligam-se diretamente à ascensão política de Vasconcellos, em São Vicente, e por isso foram relacionados no Quadro 5.

Além do exposto, outro elemento pode ser considerado para a inserção de Vasconcellos no mundo da política e dos cargos públicos. Em 1883, ao escrever a Vasconcellos, Brandão Júnior registra que “lamentava de coração” os desgostos que Antonio de Vasconcellos vinha experimentando nos negócios comerciais. A missiva trata ainda da qualificação de Vasconcellos como eleitor, logo após sua naturalização¹⁴⁵. Pode-se inferir que o fato de não estar indo bem nas atividades comerciais tenha influenciado Vasconcellos a buscar outras fontes de renda e de manutenção de *status*.

Vasconcellos foi eleito Vereador para o quadriênio 1887-1890, conforme relação da Câmara Municipal de Vereadores de São Vicente¹⁴⁶, tomando posse da vereança em 26 de outubro de 1887¹⁴⁷. Recebera 5 votos, assim como Ricardo Pires de Oliveira, João José Martins e Joaquim da Costa Paixão Sobrinho; além deles, foram eleitos com 4 votos: Agostinho Lopes Nunes, presidente da Câmara, Virgílio Augusto de Moraes e Ricardo Baptista de Mello Pillar. Certamente, sua eleição é denotadora, se não de prestígio, de que era conhecido por parte da população, possivelmente por ter desenvolvido atividades comerciais no centro da vila.

Conforme visto no capítulo anterior, após a inserção no mundo familiar de sua esposa, Vasconcellos granjeou maneiras de consolidar seu prestígio social e ampliar seu patrimônio. Esse projeto pode ser verificado através das cartas que constituem nosso eixo documental. Com base na análise das missivas enviadas por Vasconcellos, a partir de 1886, a temática que tem maior destaque foi a que envolve a propriedade da terra. A presente análise identificou

¹⁴⁴ Distrito criado com a denominação de São Vicente, pela Lei Provincial nº 567, de 12 de abril de 1864 e por ato municipal de 15 de fevereiro 1893, no município de São Gabriel. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Vicente, pela Lei Provincial nº 1032, de 29 de abril de 1876 e pela Lei Provincial nº 1364, de 09 de maio de 1882, desmembrado de São Gabriel. Constituído do distrito Sede. Instalado em 15 de janeiro de 1883. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/saovicentedosul.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

¹⁴⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de M.P.C.B a A.S.V, 20 out. 1883.

¹⁴⁶ AHRS. **Camara Municipal de São Vicente**. Relação nominal dos vereadores e juizes de paz eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890, 21 maio 1887.

¹⁴⁷ AHRS. **Camara Municipal de São Vicente**. Correspondência, 27 out. 1887.

que os interlocutores aos quais Vasconcellos mais se dirige são: José Pereira de Vasconcellos, seu filho, (8,3%); Trajano Viriato de Medeiros (7,2%); Kurt Vincent DaberKow, Manoel Pinto da Costa Brandão Junior, Rodrigo de Azambuja Villanova (6,14%); Felipe Benicio de Freitas Noronha (5,26%) e João Pereira da Silva Borges Fortes (4,82%), que juntos correspondem a cerca de 60% das cartas expedidas por Antonio de Vasconcellos, entre 1880 e 1895.

Optou-se pela análise das correspondências enviadas a esses destinatários pelo volume de missivas remetidas por Vasconcellos (ver Quadro 6), com exceção das enviadas a seu filho José Pereira de Vasconcellos.

Quadro 6 - Volume de correspondência por destinatários

<i>Destinatário</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<i>Trajano Viriato de Medeiros</i>	16	7,2%
<i>Kurt Vincent DaberKow</i>	14	6,14%
<i>Manoel Pinto da Costa Brandão Junior</i>	14	6,14%
<i>Rodrigo de Azambuja Villanova</i>	14	6,14%
<i>Felipe Benicio de Freitas Noronha</i>	12	5,26%
<i>João Pereira da Silva Borges Fortes</i>	11	4,82%
<i>João Raimundo da Silva</i>	8	3,51%
<i>Thimoteo de Faria Correia</i>	8	3,51%
<i>Wavack Dorken</i>	7	3,07%
<i>Brigida de Oliveira Cintra</i>	5	2,19%
<i>Eloy Sérgio da Silva Maia</i>	5	2,19%
<i>Destinatários de 1, 2 ou 3 cartas</i> ¹⁴⁸	95	41,95%

Fonte: Cópias das correspondências enviadas por Antonio de Vasconcellos entre 1886 e 1895. Livro copiador nº1, Fundo Borges Fortes (IHGRGS). Quadro elaborado pelo autor (2020).

¹⁴⁸ Os destinatários para os quais Vasconcellos enviou três, duas ou uma carta ao longo da década são: Boaventura Garcia; Graciano da Costa; Joaquim Pinto Dias; Josué Theotônio da Costa Lima; Leonor da Silva Santos; Antonio de Freitas Tico; Antonio Fernandes Barbosa; Catão Augusto dos Santos Roxo; Francisco da Silva Tavares; Henrique G. Ferreira da Silva; João Baptista de Lima; João Luiz Gomes; José Fernandes Junior; José Marcelino de Souza Bittencourt; José Valentin do Monte; Julio Fernandes Barboza; Justiniano Raimundo Freire; Pantaleão Paulo; Sabino Pires Salgado; Salutiano Jeronimo dos Reys; Silvio José Domingues; Agostinho Lopes Nunes; Antonio Adolpho da Fonseca Menna Barreto; Antonio Gomes da Costa; Antonio Paulino Calera; Antonio Vieira Borges; Barão de Guayba; Bazilio José da Silva Pereira; Bernarda de Vargas; Bernardino Antonio da Cruz; Bernardo Dias de Castro; Camara Municipal; Cândido Marques da Rocha; Carolina de Vasconcellos; Circular Política; Clementino de Lima Freire; Divino Espírito Santo; Domingos Francisco dos Santos; Fábio Acosta de Lon; Faustino Hygino; Francisco Alves Damasceno; Frederico Chneider; Gabriel José da Silva Machado; Gregório José Cony; Idelfonso Pires do Moraes Castro; Jaime de Almeida Couto; Januário Pires da Silva Filho; João José Porto ou Pinto; João Leocádio Pereira de Mello; João Luis de Andrade Vasconcellos; Joaquim Alves Leite; Joaquim Manoel Pinto; Joaquim Victorio Rodrigues; José Antonio Garcia; José Bernardes Braga; José Ferreira da Silva; José Moreira da Silva; Julio Prates de Castilhos; Lauro Domingues Prates; Licino Gonçalves Ferreira; Luiz Chiabotto; Manoel Carlos Machado Vieira; Manoel Fragoso de Almeida; Manoel Graciano Cides; Marcellina Chaves; Maria Porfíria dos Reys e Silva; Mathilde Palmeiro Barreto Olintho Couto; Paulino Rodrigues Ferraz e Chaves; Roberto Hyde; Thomaz Borges Fortes.

Isso posto, a próxima subseção tem por objetivo esmiuçar as correspondências, identificar os interlocutores e mapear seus conteúdos.

4.1 Cartas, favores e pacto epistolar: Antonio de Vasconcellos, um amigo do Presidente da Província

Em 28 de setembro de 1889, o português naturalizado brasileiro Antonio de Vasconcellos remeteu, da localidade de São Vicente, uma carta ao político Rodrigo de Azambuja Villanova (1844-1898)¹⁴⁹. A missiva comentava sobre uma carta política publicada por Villanova no jornal *O Conservador*¹⁵⁰. Segundo os comentários de Vasconcellos, a carta “deve ter cauzado [sic] uma verdadeira revolução na Província”, de todo modo, Vasconcellos advertia que para alcançar o seu efeito, a carta deveria ter sido publicada com antecedência.

A referida carta política tratava acerca da eleição de 1889 e sobre o posicionamento que os Conservadores deveriam tomar no escrutínio. Vasconcellos comenta com Villanova que sua publicação, certamente, não teria agradado *A Federação*, veículo de imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), pois, segundo ele, o PRR já “antevia [...] que a maioria do partido Conservador se filiasse às suas idéas”. Vale ressaltar que Antonio de Vasconcellos e Rodrigo Villanova trocaram uma série de missivas durante a década de 1880, período no qual Vasconcellos passou a ocupar cargos públicos em São Vicente.

Villanova nasceu em Taquari, por volta de 1844, local onde teve sua educação inicial. Posteriormente, transferiu-se para a capital da Província, Porto Alegre, continuando seus estudos no Colégio Fernando Gomes, como interno. Depois seguiu para o Rio de Janeiro, ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De volta ao Rio Grande do Sul, casou-se com sua prima, Maria Altina Azambuja, filha do tenente-coronel Primórdio Centeno de Azambuja, fazendeiro negociante de terras em Taquari.

De acordo com Christillino (2016), em 1867, ainda com 23 anos, Villanova recebeu do presidente da província, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, a concessão de uma légua quadrada de terras em Taquari, nos fundos da Colônia Nova Berlin. Para o autor, uma curiosa doação, posto que o jovem burocrata era membro do Partido Conservador, enquanto o presidente era do Partido Liberal. Este fato mostra a dinâmica política do período, quando os

¹⁴⁹ Foi casado com sua prima Maria Altina Centeno de Azambuja, filha de Primórdio Centeno de Azambuja.

¹⁵⁰ O jornal *O Conservador*, órgão oficial do Partido Conservador, foi fundado em 1879 e teve seu último exemplar, o nº 259, publicado em 16 de novembro de 1889. A direção era de José Francisco Carvalho.

presidentes liberais precisavam cooptar os opositores nesta conturbada província, especialmente um membro de uma família de chefe da Guarda Nacional.

Nota-se, portanto, que a preservação do patrimônio público era secundária aos presidentes de província, enquanto a cooptação política, base para uma cadeira na Câmara e no Senado, era característica predominante no meio político da época. Uma dinâmica política que Rodrigo Azambuja Villanova soube conquistar.

No início da década de 1870, Villanova ingressou na política provincial pelo Partido Conservador. Assim, foi eleito deputado para a legislatura de 1871-1872 da Assembleia do Rio Grande do Sul, reelegendo-se para mais três mandatos, entre 1883 e 1888, todos pelo mesmo partido (AXT, 1996). Ao longo de toda a década de 1870, Villanova esteve à frente da Repartição de Instrução Pública (SCHNEIDER, 1993).

Ainda no Império, sendo líder político do Partido Conservador, Villanova foi guindado à presidência da Província por indicação do Conselheiro Gaspar Silveira Martins, por dois períodos, de 25 de abril a 26 de outubro de 1887 e de 27 de janeiro a 7 de agosto de 1888, sucedido por Joaquim da Silva Tavares. Foi nesse posto que, em 1888, regulamentou o ensino obrigatório¹⁵¹.

Enquanto esteve no cargo de presidente, um de seus inúmeros interlocutores foi Antonio de Vasconcellos. As cartas enviadas por Vasconcellos, se comparadas a outras, demonstram a proximidade de ambos, conforme será visto. Entre março de 1888 e janeiro de 1889, o diálogo epistolar entre ambos foi intenso. Entretanto, em seu acervo pessoal, não existe nenhuma carta de Villanova recebida por Vasconcellos. Já as missivas enviadas a Rodrigo de Azambuja Villanova, especificamente, representam 6,14%, das remetidas por Vasconcellos.

As primeiras cartas tratam, exclusivamente, da vida política de São Vicente. Como a enviada por Vasconcellos e outros três signatários, em 16 de março de 1888:

As ultimas occorencias que se deram nesta Villa com referencia a indicações de candidatos para officios de justiça, determinaram o directorio do partido do qual tres dos signatarios eram membros, a dar a sua demissão como porem os abaixo assignados não devem conservar-se indifferentes à marcha dos negócios nesta localidade, vão à presença de Vossa Excelencia perdir-

¹⁵¹ Pelo Ato nº 578, de 2 de dezembro de 1890, foi nomeado Capitão-Cirurgião da Guarda Nacional de Taquari, substituindo Dr. Aurélio Benigno de Castilho. Também foi nomeado presidente do Banco Emissor do Sul, de Porto Alegre. Villanova participou das discussões pela imprensa e nos círculos médicos e foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, instalada em 14 de setembro de 1892, numa das salas da Santa Casa de Misericórdia. Rodrigo de Azambuja Villanova foi reeleito várias vezes para a presidência da Sociedade e faleceu três meses após a fundação da Faculdade de Medicina. PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: ERUS, s/d.

lhe que, não seja nomeado para a secção policial d'aqui o [ilegível] Comandante Manoel Eneas Flores e para nenhum dos officios de justiça o candidato Manoel João do Prado¹⁵².

A carta informa que tendo em vista as indicações propostas, o general José Ferreira da Silva Junior, Bazilio José do Canto, 1º suplente do Juiz Municipal, Agostinho Lopes Nunes, Presidente da Câmara e Antonio de Vasconcellos não concordavam com as futuras nomeações. De acordo com as palavras dos signatários, o que determinou que eles fizessem tal pedido a Villanova foi “o desejo que temos de que os cargos públicos sejam confiados a pessoas de inteira probidade, ilibada conduta e zelozos no cumprimento de seus deveres”.

Os missivistas diziam saber que os interessados obtinham suas nomeações por meio de abaixo assinados por eles próprios solicitados. Também segundo os remetentes, Villanova sabia como aquilo funcionava e que era de seu conhecimento que aqueles papéis pouco exprimiam a vontade dos signatários, que assinavam o documento apenas para não desgostar os solicitantes. Quanto à nomeação de Manoel Eneas Flores, eles justificam mais: “pedimos que não seja nomeado por aqui, por que além de achar-se incompatibilizado com o delegado de polícia tem certas ligações de família e compadres que o privão de poder zelozamente cumprir seus deveres”. E comentam:

apoiamos as indicações que fizer o Excelentissimo Senhor Doutor Borges Fortes não só para Comandante de secção como para os officios de justiça, desde que sejam nos correligionarios, pois entendemos que de modo algum devem ser nomeados adversários, principalmente para empregos vitalícios¹⁵³.

Em seguida, nos primeiros dias de abril, Vasconcellos assina, desta vez sozinho, uma nova carta a Villanova, dando esclarecimentos acerca da missiva enviada no dia 16 de março, e informando que Antonio Prestes dos Santos seguia para a capital da Província, sujeito que, segundo Vasconcellos, tentou criar uma dissidência do Partido Conservador em São Vicente, e que, conforme suas palavras: “em tudo quer envolver-se, sem para isso ter competência, (por que até é analfabeto) julgo do meu dever atenta a consideração que se tem dignado dispensar-me, informal-o do que se passa”¹⁵⁴.

Os signatários da carta de 16 de março, José Ferreira da Silva Junior, Bazilio José do Canto, Agostinho Lopes Nunes e Antonio de Vasconcellos, diziam contar com elementos para dirigir e harmonizar o Partido Conservador em São Vicente. Contudo, para que isso pudesse

¹⁵² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 16 mar. 1888.

¹⁵³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 16 mar. 1888.

¹⁵⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 16 mar. 1888.

acontecer, era necessário impedir a nomeação de Manoel João do Prado como tabelião, e de Manoel Eneas Flores como Comandante de Polícia. Segundo Vasconcellos,

tem-se dado aqui alguns factos praticados pelo actual suplente do Delegado e esse Comandante de policia, o que por conveniência do partido temos calado, mas que é preciso procurar evitar à repetição e só o poderemos fazer assumindo a jurisdição o 1º suplente do Juiz Municipal Bazilio José do Canto e eu a Delegacia, mas como já tive ocasião de dizer a Vossa Excelencia so o farei tendo certeza de não ser nomeado [ilegível] comandante da secção d'aqui; por sua vez também Bazilio não quer servir como o actual suplente do Delegado em exercício, para evitar conflitos. Pelo exposto fica Vossa Excelencia habilitado para proceder como entender a respeito das nomeações que estão pendentes¹⁵⁵.

Observa-se que, além de reiterar o pleito anterior, Vasconcellos indica a ele próprio para ocupar a Delegacia, caso não o fosse para comandante da seção eleitoral. Os signatários da carta de março assinam, em abril de 1888, outra missiva, desta vez encaminhada ao líder conservador, João Pereira da Silva Borges Fortes.

Nascido em Cachoeira em 1816, Borges Fortes¹⁵⁶ era tio paterno de Emerenciana Pereira, esposa de Vasconcellos. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Borges Fortes era filiado ao Partido Conservador, pelo qual se elegeu deputado, chegando à presidência da Assembleia em 1871 e 1872. Ao longo da vida, recebeu as distinções de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo, além do título de Barão de Inhatium, nome da fazenda dos pais em São Gabriel, o qual foi recusado.

A carta refere-se ao seguinte:

Estava-mos tranquilos a respeito da nomeação para os officios de justiça e commandante de policia, à vista de que Vossa Excelencia mandou dizer ao Sr. Francisco Souza em resposta à carta que lhe dirigimos, com porem se tem propalado nesta Villa que o Sr. Antonio Prestes dos Santos, portador de uns abaixos assinados, (aos quaes felizmente Vossa Excelencia e o Excelentissimo Presidente dão o valor que merecem) tudo hade conseguir em contrario dos nossos pedidos, dizendo-se até este que foi Vossa Excelencia para pedir-lhe que com toda a franqueza, sabendo nós guardar a devida reserva, nos diga o que há, para nós poder-mos prestar nosso procedimento. Apesar dos abaixo assinados, nós contamos com a união do partido em qualquer emergência, com raras exceções, mas precisamos saber com toda a franqueza se podemos contar com o apoio de Vossa Excelencia e mais chefes da Capital. Nossos pedidos, como Vossa Excelencia sabe são a não nomeação de Manoel Eneas Flores commandante da secção d'aqui, a

¹⁵⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 16 mar. 1888.

¹⁵⁶ Casou-se em 1845 com Francisca de Paula Alves Vale, com quem teve 11 filhos: João, Tomaz, Gabriel, Arminda, Luiza, José, Leonídio, Francisco, Fernando, Gaspar e Narcisa. Seu filho Gaspar tornou-se genro de Vasconcellos em 1894, ao casar-se com Anna Cândida de Vasconcellos.

nomeação de Francisco de Souza para tabelião. Agora sabemos que o nosso amigo Rocha vai requerer o cartório de orphãos; os seus serviços ao partido, os prestados em campanha e as suas habilitações lhe dão direito a ser preferido ao Sebastião, candidato de Prestes que segundo estamos informados foi habilitado no [exame] o que respondeu devido a grande proteção, por tanto recomendamos a sua nomeação a Vossa Excelencia Manoel Eneas, Manoel João e Tucha foram companheiros no jogo que aqui se entregou o Tente Hortencio que prendeu os vencimentos de corpo, que tinha hido receber em São Gabriel, e que montavam a mais de doze contos, tendo de fugir em consequência desse procedimento. Com a maior consideração somos¹⁵⁷.

Vê-se, portanto, que havia, em São Vicente, divisão no Partido Conservador e que o grupo ligado a Vasconcellos envidava esforços de contatar com as lideranças estaduais, dentre elas o destacado conservador Borges Fortes, que, se infere, sabia quem eram os mencionados na carta, visto transitar na região por conta da propriedade familiar em São Gabriel.

Alguns meses depois, em junho de 1888, Vasconcellos dirige-se novamente ao então presidente da Província, Villanova, comentando sobre uma reunião política do Partido Conservador em São Vicente. E informa-lhe que na convenção, realizada no dia 10 de junho, compareceram 43, dentre os 50 eleitores conservadores da localidade, momento no qual foram eleitos, como membros do diretório: o general José Ferreira da Silva Junior, como presidente, Antonio de Vasconcellos, no posto de vice-presidente, Candido Marques da Rocha, como 1º secretário; Achilles Brandão, na cadeira de 2º secretário, e Agostinho Lopes Nunes, no posto de tesoureiro. Além de informar ao presidente Villanova o resultado da eleição, Vasconcellos, novamente, tratou da nomeação de aliados políticos na localidade. Em suas palavras:

Para consolidar a nossa politica nesta localidade, é urgente que sejam nomeados, Francisco Antonio de Souza, tabelião; Candido Marques da Rocha, escrivão d'orphãos; e Delfin José Aires, Commandate de policia. Interesses privados que eu como Juiz Commissario não tenho podido saptisfazer, determinaram que alguém que se julga prejudicado a mover uma guerra desenfreada à incluzão de meu nome para membro do directorio, felizmente porem triumphamos. Se não forem feitas as nomeações com urgência que o directorio pede a Vossa Excelencia, pode-nos trazer complicações e colocar-nos talvez em dificuldades¹⁵⁸.

De fato, a missiva comprova que Vasconcellos havia se enfronhado na máquina da negociação política, operando estratégias para manutenção do *status quo* local, o que, em outras palavras, significava resguardar seu próprio poder de “homem de prestígio”. Lotear a

¹⁵⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 16 mar. 1886.

¹⁵⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 22 jul. 1888.

burocracia local com o seus, era, portanto, fundamental. Da mesma forma, resguardar-se sob o poder do presidente, tornava-se essencial e usual, pois “os presidentes de província, dizia-se, gastavam seu tempo ‘quase que exclusivamente em angariar afeições, empregando *amigos* e criando prosélitos” (GRAHAM, 1997, p. 305). A carta também evidencia partes das relações clientelísticas estabelecidas por Vasconcellos e Villanova. Conforme Graham (1997, p. 275),

a formação de uma clientela operava-se de forma igualmente intensa nos níveis nacional e local. Um homem que logo entraria no Gabinete intitulou um capítulo, num livro de 1876, de ‘Empregomania’: ‘Esta moléstia - endêmica no Brasil - é um dos seus grandes males. E vem ele principalmente de que ministros e presidentes de província consideram, como o mais eficaz e seguro meio de fomentar e consolidar clientela, estabelecer rendas vitalícias ou temporárias em favor dos filhos, genros, parentes ou protegidos de magnatas políticos [locais]’.

Esse parece ser o caso em São Vicente, dado que Vasconcellos recorre ao presidente Villanova a fim de que este nomeie pessoas próximas ao diretório para os cargos disponíveis. Além da questão da nomeação, outro tópico é abordado na correspondência: os embates pessoais em que estava envolvido em São Vicente. Vasconcellos diz que “alguém que se julga prejudicado a mover uma guerra desenfreada à inclusão de meu nome para membro do directorio”¹⁵⁹.

Antonio de Vasconcellos foi nomeado para o cargo de Juiz Comissário em São Vicente, substituindo Trajano Antonio Gonçalves de Medeiros e Oliveira, em outubro de 1885¹⁶⁰. A nomeação para o cargo de Juiz Comissário de medição era atribuída à figura do presidente da Província, conforme dispõe o Artigo 31, do Decreto nº 1.318 de 1854. Nomeado em outubro de 1885, Vasconcellos foi escolhido pelo então presidente interino, Miguel Rodrigues Barcelos¹⁶¹, membro do Partido Conservador.

¹⁵⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 22 jul. 1888.

¹⁶⁰ A DERRUBADA. **A Federação**. Porto Alegre, n. 228, 06 out. 1885, p. 01. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁶¹ Filho de Boaventura Rodrigues Barcellos e Cecília Rodrigues da Silva. Miguel Rodrigues Barcellos começou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1841, graduando-se em 1846 e doutorando-se em 1849. Atuou como principal médico da Santa Casa de Misericórdia, na qual sua família tem papel fundamental desde sua fundação, sendo seu tio, o capitão José Rodrigues Barcellos seu primeiro provedor, e na primeira mesa diretora temos Boaventura, pai de Miguel, e Cipriano, irmãos do provedor como mordomos. Miguel Rodrigues Barcellos assume a função de primeiro médico da Santa Casa em 1852, função na qual atuou até a sua morte. Foi o primeiro Vice-presidente da Província em 1884. Exerceu interinamente a presidência de 20 de setembro a 28 de outubro de 1885. Em 1886 foi o Segundo Vice-presidente. Por decreto imperial de 17 de setembro de 1888, D. Pedro II o eleva ao baronato, como Barão de Itapitocay. Com o golpe de estado, que impôs a república aos brasileiros em 15 de novembro de 1889, o Barão de Itapitocay se afasta da política, dedicando-se apenas a medicina. BIOGRAFIAS. BARCELLOS, Miguel Rodrigues (Barão de Itapitocay). Disponível em: <http://www.muham.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2020

O cargo de Juiz Comissário de Medição e Repartição Especial das Terras Públicas foi criado para a identificação e regularização de posses de terras nas províncias, por meio do Decreto nº 1.318 de 1854, o qual definia as atribuições e competências da Repartição de Terras Públicas criada pela Lei de 1850¹⁶². O Artigo 30 da lei, assim indica para cada um dos municípios nos quais existissem propriedades para serem regularizadas:

Obtidas as necessárias informações, os Presidentes das Províncias nomearão para cada um dos Municípios, em que existirem sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral, ou Provincial, sujeitas à revalidação, ou posses sujeitas a legitimação, um Juiz Comissários de medições¹⁶³.

De acordo com Lígia Osorio Silva, os juízes comissários eram peças centrais no processo de regularização de propriedades, durante os últimos quartéis do século XIX. O Juiz Comissário “organizava a criação do projeto, e tratava-se de uma figura estranha aos quadros da Magistratura togada de inferior instância: o Juiz de Direito e Juiz Municipal” (SILVA, 1996, p. 178). Isto é, em razão de o processo de medição de terras pelo Juiz Comissário não se tratar de um processo administrativo puro, na acepção burocrática, e tampouco um processo judiciário contencioso típico.

Estavam entre as competências dos juízes comissários: proceder à medição e demarcação das sesmarias e/ou concessões do Governo Geral/Privincial, que estavam sujeitas à revalidação, além das posses sujeitas à legitimação. Entretanto, para que o processo de regularização de propriedade fosse iniciado, era necessário que o Juiz Comissário tivesse um requerimento dos particulares pedindo a medição e demarcação das suas terras.

Após a apresentação do requerimento, o Juiz Comissário deveria verificar a vontade, pela parte do requerente, em fixar residência definitiva nas terras. Essa verificação era, muitas vezes, expressada “pela cultura efetiva e morada habitual do requerente, ou de seus preferidos, nas terras revalidadas ou legitimação, sendo este um dos elementos indispensáveis à aquisição de domínio sobre as terras públicas” (HORNBERG, 2018, p. 98).

¹⁶² Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Em 1861 foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e extinta a Repartição Geral de Terras Públicas. Em 1874, formada uma comissão do Registro Geral e de Estatística das Terras Públicas, que pouco realizou e logo foi extinta. Somente em 1876 foi criada a Inspeção de Terras e Colonização através do Decreto nº 6.129 de 23 de fevereiro de 1876, que perdurou até o final do Império.

¹⁶³ BRASIL. **Decreto nº 1.318**, de 30 de janeiro de 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

De todo modo, o Juiz Comissário não trabalhava sozinho, ele deveria nomear os seus respectivos Escrivães e os Agrimensores¹⁶⁴, os quais, conjuntamente, deveriam proceder às medições e demarcações. Após a medição, o juiz comissário emitia seu parecer e encaminhava o auto de medição à Repartição Especial de Terras Públicas, onde recebia o parecer do fiscal, do inspetor geral, do diretor geral (delegado da repartição) e, finalmente, do Presidente da Província¹⁶⁵.

Parte da rotina burocrática desempenhada por Vasconcellos no cargo de Juiz Comissário pode ser compreendida a partir da seguinte missiva:

Senhor Presidente da Provincia

Em obediência ao despacho de Vossa Excelencia exarado na presente petição, passo como me cumpre a dar as informações ordenadas. Existem no cartorio deste juízo uns autos de medição requerida por Maria Ignacia, dentro do prazo de dous mezes, fixados por este juízo, em virtude da circular da Presidencia da Provincia de 29 de Fevereiro de 1884, a cuja medição procurei dar andamento, procedendo a notificação de cultura effectiva e morada habitual, designando igualmente uma audiência para serem inquiridas testemunhas conforme pediu a requerente em sua petição, depois do que marquei o dia 30 de janeiro para começo da medição de 250:000 b² de conformidade com o despacho proferido pelo juiz commissario que procedeu uma justificação em 1860, cujo documento juntou como prova, a petição inicial, neste sentido mandei afixar editais para conhecimento dos interessados. A requerente por seu procurador José Maria Machado de Bittencourt requereu vista dos autos, para recorrer do meu despacho, que mandou medir 250:000 b², o que lhe foi concedido, apresentando com efeito suas razões de recurso, que heram mais um injusto libelo acusatório contra todos os juizes comissários que te funcionado aqui; não fiz seguir esse recurso sem ultimar a mediação, por entender estar isto de conformidade com os arts 47 e 48 do reg. n° 1318 de 13 de Janeiro de 1854 e Se adiei a medição foi unicamente por não ter agrimensor para esse trabalho como já tive occasião de comunicar a Vossa Excelencia. Se não fiz seguir o recurso a Vossa Excelencia antes da medição, é por entender que o art. 48 citado prohibio terminantemente e não por temer que Vossa Excelencia tomasse conhecimento de meu procedimento, qualificado de irregular, pelo procurador da interessada, unicamente por eu não ter saptisfeito seus caprichos e ambições. É uma injustiça própria de seu autor, dizer que eu me fiz acompanhar por Simião José da Roza e seu advogado Manuel Carlos Machado Vieira, quando fui a essa Capital em Fevereiro, com o fim de obter favorável despacho para proceder uma medição requerida por Manoel Antonio Barragam, por que a esses Senhores disse eu por diversas vezes que nada tinham que fazer na Capital a respeito de suas pretensões e se com efeito lá foram não foi em minha companhia, dando-se [ilegível] o facto de

¹⁶⁴ Um dos agrimensores que auxiliava Vasconcellos nos processos de medição de terra em São Vicente era o engenheiro civil Kurt Vincent Daberkow. Morador de Santa Maria/RS, o Capitão Kurt Daberkow era casado com Carolina Weinmann (PEDRAZZI, 2015).

¹⁶⁵ BRASIL. Decreto n° 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

passarem por mim no caminho e embarcarem no mesmo vapor; ainda mais se acha provada a injustiça por nada terem requerido a essa Presidencia.

São estas as informações que me cumpre dar a Vossa Excelencia e que são a expressão da verdade, aguardando porem ordem de Vossa Excelencia se devo remeter-lhe os autos com as taes razões de recurso antes de fazer medição. [consta a observação: “Terminei aqui a informação”]

É do meu dever informar mais a Vossa Excelencia que, a posse de que se trata é na realidade de pequena extensão e feita a medição na forma da lei talvez não possa atingir nem as 250:000 b² constantes do despacho de meu antecessor Dr. Augustinho da Silva Vianna de 22 de Fevereiro de 1861 e designados no officio da Presidencia da Providencia de 14 de Abril de 1860 com referencia ao avizo do Ministerio do Imperio de 10 d’Abril de 1858. Toda a má vontade que o procurador da requerente vota contra mim, e por que não tem podido conseguir que eu despreze o despacho de meu antecessor para proceder do modo que elle deseja afim de fazer uma medição que abranja grande território, do qual lhe ficarão pertencendo uma grande parte, segundo convenção feita com a requerente. A minha relutância em aceder aos desejos do procurador é por que me julgo incompetente para derogar um despacho de meu antecessor, do qual só há recurso para a Presidencia na forma do art. 47 por vezes citado¹⁶⁶.

O que transparece na carta de Vasconcellos assenta-se na questão de litígio de terras entre Maria Ignacia e Simião José da Roza, cujos advogados eram José Maria Machado de Bittencourt e Manuel Carlos Machado Vieira, respectivamente. Ao que tudo indica, o caso arrastava-se desde 1860 e o parecer já havia sido dado pelo Juiz Comissário anterior, mas houve recurso por parte de Maria Ignacia quanto à mediação da área. O procedimento, para dar sequênciã ao pleito, seria nova mediação, a qual Vasconcellos, alegando falta de agrimensor, não procedeu. Derivaria daí a motivação de José Maria solicitar a substituição do juiz. Evidentemente, poderia haver razões subjacentes nesse imbróglio, por exemplo, disputas de poder local. Todavia, não é possível confirmá-las e tampouco objetiva-se adentrá-las, a não ser para chamar a atenção para a atuação de Vasconcellos no âmbito do Judiciário, embora em cargo de menor importância nesse caso, e de sua promoção a árbitro de questões que dividiam a comunidade local.

Em julho de 1888, às vésperas de Villanova deixar a presidência, Vasconcellos recorre a ele novamente:

Como Vossa Excelencia está a deixar a Presidencia, peço lhe que não deixe correr a minha cauza à revelia.

O Sr. José Maria que ainda ahí se acha, tem mandado dizer que hade conseguir a minha demissão de Juiz Commissario e para isso agarra-se à questão das terras da margem direita do ‘Jaguary’ destinadas à Colonização, as quaes pela lei de 82 que creou o Municipio de S. Francisco à elle ficaram pertencendo.

¹⁶⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a R.A.V, 22 jul. 1888.

A representação da Camara na qual me abstive de tomar parte foi feita por elle como secretario, tendo em vista somente servir seus interesses, por que entende que eu lhe sirvo de obstaculo para suas pretensões, esta representação parece-me fora de duvida que, consultando-se as leis que crearam os Municipios de Itaqui e mais tarde o que S. Francisco com os antigos 3º e 4º districtos d'aquelle Municipio, bem assim o acto que dividiu este Município em districtos especiais, não pode ser atendida.

Existem ainda outras provas que são, um projecto de anexação [?] sujeito à deliberação d'Assembleia, nos abaixo assignados promovidos no território em questão para serem presentes à mesma Assembleia e o próprio relatorio da Camara no qual ella diz que a diviza do Municipio era e é o Rio 'Jaguary'.

Como já tive ocasião de dizer a Vossa Excelencia não é questão de interesse que me faz desejar permanecer no emprego, por que somente tenho tido trabalho de saptisfazer falta em autos de medições feitas por outros.

À vista do expellido espero que, se Vossa Excelencia não despachar a referida representação em sentido de ser mantido o acto que mandou ficar sem efeito o de minha exoneração, recomende esta solução ao substituto de Vossa Excelencia. Com a maior consideração subscrevo-me¹⁶⁷.

Vasconcellos solicita a Villanova que não deixe a sua causa à revelia, mantendo-o no cargo de Juiz Comissário. Manter Vasconcellos no cargo e defender sua causa seria um obstáculo para os intentos de José Maria Machado de Bittencourt, colega de vereança de Vasconcellos na Câmara Municipal de São Vicente.

Em setembro do mesmo ano, Vasconcellos continua sendo pressionado pelos adversários políticos, quando remete outra carta ao presidente da província:

Confiado na consideração que se tem dignado dispensar-me, peço-lhe que, em reserva que eu saberei guardar, me diga se devo contar com apoio da Presidencia, pois José Maria e Prestes propalam aqui que auxiliados pelo Dr. Domingues dos Santos hão de conseguir minha demissão de Juiz Commisario e Delegado de Policia, sem que eu como funcionário para isso tenha dado cauza. Com a maior consideração sou¹⁶⁸.

O remetente questiona se teria ou não o apoio da presidência a sua causa, o que certamente estava lhe deixando preocupado. A carta evidencia o acesso que Vasconcellos tinha a Villanova, dado que se utilizava da abertura construída para solucionar problemas relacionados ao poder local em São Vicente, além de revelar que Vasconcellos ocupava o cargo de Delegado de polícia.

¹⁶⁷ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a R.A.V, 26 set. 1888.

¹⁶⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a R.A.V, 26 set. 1888.

Outro interlocutor de Vasconcellos foi o tenente-coronel Felipe Benicio de Freitas Noronha¹⁶⁹. Nascido em Encruzilhada do Sul, por volta de 1831, Noronha foi vereador em Porto Alegre, durante a década de 1880, além de ser membro do Diretório Central do Partido Conservador, juntamente com Trajano Viriato de Medeiros. Em julho de 1888, Vasconcellos escreveu a Noronha informando sobre os acontecimentos políticos de São Vicente. Em suas palavras:

Com quanto tenha consciência dos meus actos e ilimitada confiança nos amigos d'ahi, julgo conveniente preveni-lo que o Sr. José Maria que ahi se acha para satisfazer ambições suas e ódios de um genro que é estrangeiro e quer ter influencia política, jurou e tem mandado dizer que há de conseguir a minha demissão de todos os cargos que ocupo, com bastante sacrifício e só para servir ao partido; para isto conseguir tem inventado quantos embustes é capaz de conceber um cérebro exaltado, dizendo até que conta para isso com o distinto Sr. Dr. Fausto. Tranquilo espero qualquer resultado, esperando que o amigo se dignará comunicar-se qualquer ocorrência a meu respeito. As coisas por aqui a respeito do partido vão bem, devido a prudência que temos tido, em todo caso porém é preciso que se fação logo a nomeação das pessoas indicadas pelo Directorio para officios de justiça, afim de que a força moral deste [?] firmada. Tratamos de aumentar o eleitorado na qualificação. O comandante de polícia Siqueira já entrou em exercício e estamos contentes com ele. Peço-lhe a favor de mostrar esta ao Excelentissimo Senhor Doutor Villanova. Com a maior estima e consideração¹⁷⁰.

José Maria Machado de Bittencourt¹⁷¹ e Antonio Prestes dos Santos¹⁷² estavam entre os vereadores eleitos para o primeiro quadriênio da Câmara Municipal de São Vicente, em 1883. Sublinha-se que Antonio Prestes era criador e, ao que tudo indica, também um dos principais dissidentes do Partido Conservador, em São Vicente.

Em dezembro de 1888, Vasconcellos recorreu novamente ao político Rodrigo Villanova, fazendo considerações acerca da transferência de uma professora para São Vicente e de sua visão sobre a política do Partido Conservador na Província. A missiva diz:

recebi um recado de Vossa Excelencia que me veio provar mais uma vez a consideração que lhe mereço e pelo que sempre me confessarei grato. D. Maria Ignacia Ferreira professora de Caçapava requereu sua remossão para esta Villa, interesse que ella a consiga, não só por que a mais de dous annos

¹⁶⁹ Filho de Policarpo de Freitas Noronha e de Belarmina Francisca de Carvalho. Casado com Júlia De Lima Simões Pires. Em 1884 foi testemunha no casamento de Protásio Antonio Alves e sua esposa, Geralda Velho Cardia. Era comerciante, sendo um dos sócios da empresa “Noronha & Pessoa”. Faleceu por volta de 1905 (REIS, 1905, p. 87).

¹⁷⁰ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a F.B.F.N, 21 out. 1888.

¹⁷¹ Nascido por volta de 1836, Machado de Bittencourt foi casado com Maria Victorina dos Santos, filha de João Victorino dos Santos e Ana Joaquina Carolina Fagundes.

¹⁷² Casado com Antonia Prestes dos Santos.

que a cadeira está vaga como por que consta-me que à outra que concorre com ella e que não nos convem, por isso peço a Vossa Excelencia que faça realizar-se esta remissão. [...] Cumpro um dever dizendo a Vossa Excelencia. Que retirei-me de vice-presidente do directorio, continuando porem a manter com os companheiros as mesmas relações d'amizade e a trabalhar pelo triumpho do partido na província, digo na proxima eleição da qual em minha opinião depende firmar-se a politica conservadora na província.

Devido à consideração que me merece, devo dizer-lhe que aceitarei de Vossa Excelencia qualquer ordem que se dignar dirigir-me¹⁷³.

Segundo Richard Graham (1997), a sociedade brasileira, durante os oitocentos, dava forma à prática clientelista. Para que houvesse a mobilidade dos indivíduos dentro da ordem estratificada da sociedade, entre os politicamente ativos, cada participante procurava, nervosamente, preservar ou melhorar sua posição. Assim, reafirmando, legitimando e expressando seu compromisso com um sistema caracterizado por relações de superioridade e inferioridade. Em suas palavras,

cada pedido, seja a favor de alguém, seja para conseguir uma posição para si mesmo, revelava um *status* relativo. A maior parte deles também sugeria certas ligações entre os indivíduos, ligações importantes para os participantes - laços familiares, relações de clientela ou o pistolão da lealdade partidária. Além de expressar sua crença geral no clientelismo como algo apropriado, os argumentos dos missivistas em favor dos que buscavam colocações acentuavam as virtudes do paternalismo e a extrema importância da posição social (GRAHAM, 1997, p. 301).

Outro ponto da carta de Vasconcellos, talvez o principal objetivo, refere-se à sua saída da vice-presidência do Diretório, ao que parece, cedendo às pressões dos adversários políticos em São Vicente¹⁷⁴, o que poderia ser revertido, em sua opinião, nas eleições de 1889, as quais definiriam os rumos da política conservadora na Província.

Na mesma missiva, Vasconcellos menciona, pela primeira vez, o julgamento da medição das terras de Januario Pires da Silva, feita por ele enquanto Juiz Comissário. Segundo ele,

o julgamento da mediação de Januario Pires da Silva seria muito conveniente se tivesse lugar antes da eleição. [...] Prompto sempre a executar as ordens de Vossa Excelencia subscrevo-me com particular estima e consideração.

De Vossa Excelencia
Amigo, Obrigado e Criado

¹⁷³ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a R.A.V, 6 dez. 1888.

¹⁷⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a J.F.S.J, 1 nov. 1888.

A assinatura da carta é interessante, pois Vasconcellos, após fazer uma série de pedidos, reforça que está disponível para executar “as ordens de Vossa Excelencia”, isto é, de Villanova, importante líder conservador e político provincial. Além disso, ao encerrar a missiva, Vasconcellos destaca os laços que os unem, sendo seu “amigo, obrigado e criado”. De acordo com Graham (1997, p. 337), “quando escreviam fazendo pedidos, homens que eram ao mesmo tempo protetores e clientes preparavam de forma incerta seu caminho para um lugar melhor na escala social”. Para esse autor,

os atores políticos passavam muito tempo escrevendo ou recebendo essas cartas e, nessa demonstração de confiança social, revelavam mais uma vez como o poder político estava exclusivamente com os alfabetizados. O preenchimento de cargos para um país tão extenso como o Brasil implicava uma grande dependência, por parte de protetores e clientes, da correspondência privada na gestão da troca de deferência por favores (GRAHAM, 1997, p. 278).

Ainda conforme Graham (1997), ser alfabetizado na sociedade dos oitocentos possibilitava, além da comunicação, a articulação política de líderes locais e regionais. Como visto, o fato de ser alfabetizado – ou não – havia sido ressaltado por Vasconcellos em uma das missivas enviada por ele, quando diz que Antonio Prestes dos Santos não seria capaz de exercer cargos por ser analfabeto.

Ver-se-á, na próxima subseção, como Vasconcellos articulou-se com seus amigos e correligionários para resolver a questão da medição de Januario Pires da Silva, nos anos finais da década de 1880. Destaca-se, nessa parte, a premissa de Graham (1997, p. 304): “nas relações entre os três elos do clientelismo - os que desejavam cargos, os que escreviam cartas e os que as recebiam - a palavra *amigo* ocupava um lugar de destaque”.

4.2 Cartas, terras e amigos: Antonio de Vasconcellos, Juiz Comissário em São Vicente

Em 1882, Vasconcellos se metera em algum conflito em São Vicente, o que pôde ser apurado através de uma carta recebida em 19 de setembro daquele ano. A correspondência permite “espionar” parte do passado de Vasconcellos.

Na referida missiva, Carlos Frederico de Moura e Cunha comenta que era realmente admirável a forma como ele fora ameaçado. O missivista instruiu Vasconcellos para que, caso

¹⁷⁵ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a J.F.S.J, 1 nov. 1888.

tenha ocorrido a violência, fosse requerido um auto de corpo de delito, perante o delegado. O advogado encaminha, junto à carta, uma cópia de requerimento para que Vasconcellos dê entrada no dito auto, indicando-lhe o livro e a página em que se encontrava o regimento. Contudo, o instrui que ele se previna, caso não tenham feito a violência, requerendo, junto ao Juiz Municipal, um mandado de *manutenção de posse*.¹⁷⁶

A carta de Moura e Cunha não deixa claro a que posse se referia – escravos ou terra. A questão da propriedade de terras, durante a década de 1880, integrou grande parte das correspondências de Vasconcellos, como se verá a seguir. Portanto, em virtude dessas ocorrências, entende-se que a manutenção de posse¹⁷⁷, tratada por Moura e Cunha, diz respeito à terra. Logo, infere-se que Vasconcellos se envolveu em uma disputa por terras, sendo, por isso, ameaçado.

Ao longo de sua trajetória, Vasconcellos utilizou-se de diversas estratégias para galgar ascensão econômica e social. Inserido, como negociante, em uma sociedade agrária, como era a sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir do matrimônio com uma moça que possuía, por herança, a posse de terras, ele tornou-se um proprietário.

Nesse sentido, esse percurso empreendido por Vasconcellos poderia ser identificado como aquilo que João Fragoso e Manolo Florentino (2001) definiram como “arcaísmo como projeto”? Para eles, que estudaram a sociedade carioca durante os oitocentos, o caso da transformação de grandes comerciantes em fazendeiros e rentistas urbanos no Rio de Janeiro indicaria a forte presença de um “ideal aristocratizante”, e a “afirmação de certa distância do mundo do trabalho” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 105).

Entretanto, Christillino (2010) indica que, no caso da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o investimento em propriedades parece não ter sido sinônimo de “arcaísmo”. Em suas palavras, “não se trata de negar aqui que uma parte dos comerciantes tivesse interesse na ‘aristocratização’ ao se tornarem senhores de terras, mas isso não significa que o seu investimento não tivesse uma finalidade econômica” (CHRISTILLINO, 2010, p. 209). Pode ter ocorrido exatamente essa situação com Vasconcellos no percurso do seu enriquecimento, mesmo que não se desconsidere o laço que o casamento lhe oportunizou com formas diversificadas de acumulação de capital.

¹⁷⁶ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de C.F.M.C a A.S.V, 19 set. 1882.

¹⁷⁷ Por manutenção de posse, ou reintegração de posse, Cristiano Luís Christillino entende que sejam processos encaminhados à Justiça para proteger os direitos do possuidor de bens imóveis, móveis e semoventes contra o impedimento ou a contestação de terceiros (2010, p. 137). Segundo o autor, esse tipo de ação era requerida nos casos em que o proprietário fosse ameaçado de esbulho ou efetivamente impedido de exercer o seu pleno direito de propriedade.

Durante os anos finais da década de 1880, as questões relacionadas à terra são temas recorrentes na correspondência de Vasconcellos. Outrossim, a referência a pedidos de auxílio e influência também ocupam o missivista. Um dos maiores interlocutores de Vasconcellos, a partir de 1886, foi o político Trajano Viriato de Medeiros, destinatário de 7,2% das cartas enviadas por Vasconcellos, entre 1886 e 1895.

Membro do Diretório Central do Partido Conservador, Trajano Viriato de Medeiros¹⁷⁸ nasceu em Sobral, no Ceará, por volta de 1837, diplomando-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de Recife, em 1863. Atuou como promotor público e juiz municipal dos termos de Granja e Sobral; Juiz de Direito, em Palma, Goiás; e Auditor de Guerra, em Porto Alegre, a partir de setembro de 1872. Na burocracia provincial, Medeiros atuou como Delegado Especial da Instrução Pública, até 6 de dezembro de 1886¹⁷⁹; e Procurador Fiscal da Fazenda provincial, até 24 de maio de 1887¹⁸⁰.

Ao longo de 1889, Medeiros recebeu diversas cartas de Vasconcellos, que articulou questões políticas e pedidos de favores. Um dos assuntos que Vasconcellos se ocupou referia-se à medição das terras de Januario Pires da Silva, rapidamente mencionada anteriormente.

Em janeiro de 1889, Vasconcellos escreve a Medeiros:

Peço-lhe todo o empenho para o julgamento da medição de Januario Pires da Silva, a qual penso ser impossível não ser aprovada, em vista dos documentos e provas dos autos, mas no caso contrário peço-lhe que não deixe de recorrer para o Ministro¹⁸¹.

No mesmo dia, Vasconcellos recorre, a partir de outra missiva, ao amigo Rodrigo Villanova:

É portador da presente meu filho José Pereira de Vasconcellos, já conhecido de Vossa Excelencia, a quem, eu lhe peço o obsequio de continuar a dispensar a proteção que lhe tem dado, na árdua carreira que voluntariamente abraçou. **De novo solicito a intervenção de Vossa Excelencia para que seja julgada uma medição de terras de Januario Pires da Silva, cujos autos devem estar já na Presidencia ou então na repartição de terras.** A maior parte das terras compreendidas na medição, são de propriedade legítima, e

¹⁷⁸ Era filho do coronel Antônio Viriato de Medeiros e de Maria Jerônima Figueira de Melo. Irmãos do senador João Ernesto Viriato de Medeiros e do deputado-geral José Gonçalves Viriato de Medeiros. Casado com sua prima-irmã Cândida Laura Figueira de Saboia, filha de sua tia materna Joaquina Inácia Figueira de Melo e do coronel José Baltasar Augeri de Saboia.

¹⁷⁹ TELEGRAMMA. **A Federação**. Porto Alegre, n. 279, 07 dez. 1886, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁸⁰ POR PORTARIA...**A Federação**. Porto Alegre, n. 117, 26 maio 1887, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁸¹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a T.V.M, 20 jan. 1889.

estão sujeitas a legitimação somente por limitarem com terras devolutas. Vejo com pesar a marcha de nossa politica e muito prazer teria se Vossa Excelencia, autoridade como é na matéria, se dignasse dizer-me alguma couza a respeito. Com o maior respeito e consideração subscrevo-me¹⁸².

A medição fazia alusão às terras de Januario Pires da Silva e de sua mulher, Ana Bernarda de Vargas. A propriedade, localizada à margem esquerda do Rio Jaguari, era formada por duas porções de terras¹⁸³ adquiridas de Christiano Leite dos Santos e sua mulher, Maria do Espírito Santo, em 18 de setembro de 1848.

Como Juiz Comissário de Terras, em 1887, Vasconcellos envolveu-se na medição e registro das referidas porções territoriais. A partir das cartas, uma série de pontos vem à tona, mas com o cotejo de outras fontes, como a imprensa, por exemplo, é possível vislumbrar a questão por vários ângulos.

Vasconcellos, em fevereiro de 1889, escreve a Medeiros, explicando:

Tenho presente a carta de Vossa Excelencia [...], a qual me [ilegível] extraordinariamente pelo que diz respeito da Medição de D. Mariana e que eu suponho ser equivoco [ilegível] de Vossa Excelencia, pois o fato a que se refere deu-se, não nessa medição mas na de Januario Pires da Silva de proceder a medição de suas terras e não tendo meios de o fazer, fui consultado se podia entrar com o dinheiro necessário para todas as despesas da legitimação para [ilegível] me pagar em terras, pelo preço que [ilegível], não quis anuir a esta proposta sem consultar Vossa Excelencia, por estar em duvida se isto me seria licito e como a resposta de Vossa Excelencia foi que não via nisso inconveniente aceitei a proposta, comprando mais uma parte das terras medidas que dito Januario queria vender¹⁸⁴.

Assim, descobre-se que Vasconcellos adquiriu parte das terras envolvidas no processo de medição, após consultar Trajano de Medeiros, então advogado de Januário, que não teria visto inconveniente. Entretanto, a compra feita por Vasconcellos não foi bem vista pelo governo provincial, que questionou a negociação.

Pelos despachos da presidência, publicados no jornal *A Federação*¹⁸⁵, em novembro de 1889, a questão não era simples. A presidência da Província anulou a medição feita pelo requerimento de Januario Pires da Silva e sua mulher, por figurar nela Antônio Vasconcellos

¹⁸² IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a R. A.V, 20 jan. 1889. Grifos nossos.

¹⁸³ Uma delas foi doada por Maria Leite e a outra foi adquirida de Leonel Jose d'Andrade.

¹⁸⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a R. A.V, 20 jan. 1889.

¹⁸⁵ O jornal *A Federação* circulou de 1º de janeiro de 1884 até 17 de novembro de 1937, tendo sido criado para divulgar as ideias republicanas. Entre os idealizadores do jornal estavam Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher e Julio de Castilhos.

como Juiz Comissário, tendo ele aceitado parte dessas terras em pagamento, uma vez que o proprietário não tinha condições de pagá-lo em dinheiro.

A querela complica-se, pois fora suplicante do recurso, como advogado de Januario, Trajano Viriato de Medeiros. Segundo o despacho da Presidência, Medeiros disse ignorar a compra feita por Vasconcellos, da qual só teve conhecimento depois que viu nos autos a escritura juntada pelo representante da Fazenda Nacional. O referido despacho ironiza a participação de Medeiros, por ele ter sido procurador de Vasconcellos no mesmo processo, dizendo “como afirma ser procurador de Vasconcellos, que não figura no processo se não como juiz, e disse que encaminhou se a procuração?”¹⁸⁶

Medeiros assumiu a posição de procurador de Januario e sua mulher e também do Juiz Comissário, cujos interesses, segundo a presidência, são comuns no processo. Para o gabinete, esta “é a mais evidente prova da corrupção do Juiz Comissário, que foi mandado responsabilizar, por isso o requerimento indeferido pela presidência”¹⁸⁷. O indeferimento dos requerimentos de Januario e de Vasconcellos foi dado pelo então presidente da Província, Gaspar Silveira Martins, ligado ao Partido Liberal. Conforme dito anteriormente, Trajano de Medeiros era membro do Diretório Central do Partido Conservador, em Porto Alegre, fazendo parte, portanto, da oposição ao gabinete da presidência, situação que não deixa de levantar dúvidas sobre o indeferimento, em que pese estar demonstrada a irregularidade no processo, se não técnica, ao menos ética.

É fato que a questão de terras de Januario da Silva não foi a única querela em que estiveram envolvidos Trajano de Medeiros e Gaspar Silveira Martins. Em 1886, a folha republicana, *A Federação*, propalou matérias veiculadas na folha liberal, *A Reforma*¹⁸⁸. Segundo o periódico, em 1881 o governo fez uma concessão de duas léguas de terras, situadas no município de Estrela, ao coronel João Luiz Gomes. Foi então a público que o concessionário representava Trajano Viriato de Medeiros, que assim procurava tirar proveito do domínio Liberal¹⁸⁹. Conforme o jornal, as terras já estavam sendo medidas, por conta do Estado, para serem divididas em lotes coloniais.

¹⁸⁶ RESPIGAS. **A Federação**. Porto Alegre, n. 159, 15 jul. 1886, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁸⁷ RESPIGAS. **A Federação**. Porto Alegre, n. 159, 15 jul. 1886, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁸⁸ Seu primeiro número foi publicado em 16 de junho de 1869 e o último em 15 de junho de 1912. Entre os diretores e colaboradores do jornal estavam políticos ligados ao Partido Liberal, entre eles: Carlos Thompson Flores, João Gonçalves de Oliveira, Gaspar Silveira Martins, Carl Von Koseritz, Apolinário Porto Alegre, entre outros.

¹⁸⁹ A Província de São Pedro do RGS teve três presidentes no ano de 1881, a saber: Henrique Francisco d'Ávila (19 de abril de 1880 a 4 de março de 1881); Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente no cargo de titular (4 de março de 1881 a 19 de maio de 1881); e Francisco de Carvalho Soares Brandão (19 de maio de 1881 a 14 de janeiro de 1882). Soares Brandão era vinculado ao Partido Liberal.

A *Federação* cita a publicação feita pelo periódico *A Reforma*:

A nossa afirmação, [...], de que o governo não sancionaria semelhante atentado, verificou-se. Informado de todos os pontos desta questão, expediu honrado Ministro da Agricultura, em data de 8 do corrente, um telegrama ao vice-presidente da província mandando sustar todas as vendas, inclusive esta, de terras do estado. Tivemos imediatamente comunicação, da corte, da expedição desta ordem. Telegrama que chegou no referido dia 8 pela manhã. Nos consta que só foi transmitido a tesouraria no dia 10 a última hora¹⁹⁰.

A folha republicana enfatiza: “não é preciso insistir sobre a gravidade do fato denunciado pela *Reforma*. É indispensável que apareçam as explicações oficiais”. *A Reforma* foi o principal periódico de oposição a *O Conservador* e órgão oficial do Partido Liberal. Um de seus colaboradores foi justamente Gaspar Silveira Martins, que se encarregou de levar até a Corte a denúncia das terras compradas por Trajano Viriato de Medeiros, em 1881.

Anos depois, então senador do Império, Gaspar Silveira Martins, na sessão de 7 de agosto de 1886, reclamou providências da parte do governo, exortando anular a venda por ilegal. No dia 10 de agosto, a questão das terras voltou a ocupar as tribunas do Parlamento no Senado, momento no qual o senador Viriato de Medeiros, irmão de Trajano, respondeu ao discurso de Silveira Martins sobre a questão¹⁹¹.

No dia 11 de agosto, a questão das terras de Trajano de Medeiros foi novamente discutida no Parlamento. Justificando o requerimento de informações sobre o ato pelo qual o Marechal Deodoro da Fonseca autorizou a venda de uma légua de terreno, no município de Cachoeira, Silveira Martins aproveitou ensejo para responder a Viriato de Medeiros sobre a questão de terras do estado adquiridas por Trajano de Medeiros¹⁹². Como se viu, em 1889, Trajano de Medeiros mais uma vez esteve envolvido em processo que envolvia terras e, novamente, Silveira Martins foi seu algoz.

4.3 Cartas, política e obséquios: Antonio de Vasconcellos, o mais humilde soldado do grande Partido Republicano

No Rio Grande do Sul, durante os primeiros anos do regime republicano, as disputas entre grupos políticos, para além das divergências ideológicas, tinham também, como pano de

¹⁹⁰ RESPIGAS. *A Federação*. Porto Alegre, n. 159, 15 jul. 1886, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁹¹ ECHO DAS CAMARAS. *A Federação*. Porto Alegre, n. 191, 21 ago. 1886, p. 01. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁹² ECHO DAS CAMARAS. *A Federação*. Porto Alegre, n. 192, 23 ago. 1886, p. 01. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

fundo, a necessidade de conservar no poder uma determinada facção. Questões como o domínio do espaço político, as posições de controle e a decisão na gestão da máquina pública, o beneficiamento de familiares, amigos e aliados políticos, permeavam e, ao mesmo tempo, extravasavam os posicionamentos ideológicos do período.

Tutor de Julio de Castilhos em São Gabriel durante a década de 1860, ao que parece, Vasconcellos não manteve um diálogo epistolar com o líder do PRR¹⁹³. Em seu epistolário, foi localizada apenas uma missiva, datada de dezembro de 1889, portanto, logo após a Proclamação da República, que diz o que segue:

Meus parabens pelo triumpho da cauza que defendias. Pretendo obter de quem arrematar a condução de colonos para as differentes colonias do Estado a condução dos que da estação de São Pedro se destinarem á colonia ‘Jaguary’, nesse sentido escrevo ao meu amigo Felipe Noronha, e se não houver inconveniente em auxiliá-lo nessa minha pretensão peço que o faça. Sei quanto deves andar atarefado com a direção politica do Estado e por isso não devia tomar-te o teu preciozo tempo, mas espero que desculpes ao teu velho Amigo, quem acharás sempre prompto para escutar tuas ordens. Com a maior consideração sou

Teu Amigo Velho e Obrigado
Antonio de Vasconcellos¹⁹⁴

O tom da carta fornece pistas sobre as ideias políticas de Vasconcellos, quando este menciona: “Meus parabens pelo triumpho da cauza que defendias”, logo após a Proclamação da República. Ele cita a causa defendida por Castilhos e não por ele, que até meados de setembro de 1889, acreditava na reestruturação do Partido Conservador, conforme visto anteriormente. Entretanto, ao despedir-se, Vasconcellos evoca os laços de amizade existentes entre eles, dizendo: “teu velho Amigo, quem acharás sempre prompto para escutar tuas ordens”. Nota-se que se Vasconcellos, naquele momento, não coadunava com a causa defendida por Castilhos, ao menos sabia que deveria ficar ao lado do novo líder político do Estado. Os membros do Partido Conservador aderiram à República visando manter e conquistar alianças políticas.

Outro interlocutor importante aparece no conjunto epistolar em análise. Em 20 de janeiro de 1890, Vasconcellos dirige-se a Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, oriundo

¹⁹³ Vasconcellos e a família de Castilhos mantinham relações desde a década de 1860, como explicitado no Capítulo 3. Tendo feito suas primeiras letras em São Gabriel, Castilhos teve Vasconcellos como encarregado do pagamento de todas as suas despesas de sua manutenção na cidade, sendo Vasconcellos, de tempos em tempos, ressarcido por Francisco Ferreira de Castilhos e depois por Carolina Prates de Castilhos. Os biógrafos de Julio de Castilhos não mencionam o fato de ele ter estudado em São Gabriel, com base, principalmente nas memórias de João Daudt Filho. DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 3 ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1949.

¹⁹⁴ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a J.P.C, 20 dez. 1889.

de tradicional família do Rio Grande do Sul: os Mena Barreto¹⁹⁵. Seguindo os protocolos do diálogo epistolar, Vasconcellos inicia apresentando suas congratulações pela promoção de Barreto, alçado a Major, em 7 de janeiro¹⁹⁶, e dá os parabéns pelo “trunfo da Republica contra o despótico governo da Monarquia ‘Ouro Preto’”¹⁹⁷. Feitas as saudações iniciais, Vasconcellos discorre sobre os motivos pelos quais escreve a Barreto:

É com bastante acanhamento que vou à presença do amigo pedir-lhe para conseguir a promoção ao posto d’Alferes de um filho que tenho no exército, o qual se chama José Pereira de Vasconcellos, Cadete e 2º Sargento do 1º Regimento d’artilharia a Cavalos e actualmente em Porto Alegre com licença para matricular-se na Escola Militar, já tem dois anos de praça, tem tido bom comportamento e as diligencias que lhe tem sido confiadas, as tem desempenhado a contento de seus superiores¹⁹⁸.

Vasconcellos diz saber que Barreto era capaz de conseguir tal promoção, devido “aos [seus] relevantes serviços prestados à causa da democracia”. Aproveitando a ocasião, o signatário recorre a antigos laços, mencionando a confiança que tem na força de vontade de Barreto, ficando esperançado de ser servido, antecipando seus agradecimentos e pondo à disposição seus préstimos:

Se tiver ocasião de estar com o Ilustre Marechal Deodoro, peço-lhe que, a ele e sua Excelentíssima Senhora D. Marianinha apresente meus respeitos e de minha família, pois estou certo que ainda se lembraram de nós quando morávamos em São Gabriel, na época em que também lá moravam¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto nasceu em Porto Alegre, em 1846. Participou da Guerra do Paraguai (1864-1870), mas foi desterrado para a Amazônia e reformado por causa de seus ideais republicanos. Depois da proclamação da República, foi deputado constituinte, em 1891, e voltou à ativa como ministro da Guerra do governo Hermes da Fonseca, entre 12 de setembro de 1911 e 30 de março de 1912. CPDOC. **Verbetes da Primeira República**. BARRETO, Antônio Adolfo da Fontoura Mena. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20Ant%C3%B4nio%20Adolfo%20da%20Fontoura%20Mena.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

¹⁹⁶ Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, como recompensa por seus serviços à causa republicana, foi promovido a major em 7 de janeiro de 1890 e a tenente-coronel pouco depois, em 17 de março. CPDOC. **Verbetes da Primeira República**. BARRETO, Antônio Adolfo da Fontoura Mena. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20Ant%C3%B4nio%20Adolfo%20da%20Fontoura%20Mena.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020.

¹⁹⁷ Segundo Maria Tereza Chaves de Mello (2007), no dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro, o Marechal Deodoro da Fonseca acabou convencido a liderar o movimento que derrubaria o Império. Invadiu o Ministério da Guerra, mandou prender o Visconde de Ouro Preto e proclamou a República. Sem violência, sem qualquer participação civil e sem a presença de D. Pedro II, que estava em Petrópolis/RJ.

¹⁹⁸ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a A.A.F.M.B, 20 jan. 1890.

¹⁹⁹ IHGRGS. **Fundo Gabriel Borges Fortes**. Carta de A.S.V a A.A.F.M.B, 20 jan. 1890.

Assim como no período imperial, durante o regime republicano os contatos e as relações pessoais contavam muito no momento de fazer política e obter vantagens. Conforme Gunter Axt (2007, p. 109), os “vínculos de compromissos, oriundos de laços de parentesco, relações empregatícias ou trocas de favores, dividiam os eleitores, autoridades públicas e mandões intermediários”.

Vigorava no país o coronelismo, que, segundo José Murilo de Carvalho (1998, p. 132), configurava-se como “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis”. Entretanto, de acordo com Félix (1987), o Rio Grande do Sul possuía algumas especificidades em relação ao resto do país. Segundo a autora, no território sul-rio-grandense existia uma permanente tensão entre o poder estadual e os poderes locais, sendo a natureza dessa relação, concomitantemente, de cooperação e de competição, enquanto nos demais estados a regra foi a acomodação entre esses dois tempos (FÉLIX, 1987).

Segundo Rodriguez (2000), os castilhistas defendiam, em linhas gerais, um governo autoritário e centralizado, baseado nos princípios do positivismo de Augusto Comte, da ordem social, da busca pelo estado positivo da sociedade, em uma prática autocrática que se conservaria a frente do poder estadual até 1930. Entretanto, no Rio Grande do Sul, o comando político regional estava imerso em uma rede de compromissos coronelísticos. Enquanto o governo estadual pretendia sedimentar cada vez mais o controle sobre o estado, os poderes locais aspiravam escapar do jogo compressor e forjar chefias relativamente autônomas. Conforme Gunter Axt (2007, p. 96), esse embate constituiu-se como “Guerra de Posições”, dando vitórias parciais ora para um, ora para o outro lado.

Durante a década de 1890, Vasconcellos ocupou cargos da burocracia estatal, como o de Escrivão de Órfãos e 2º Tabelião de Notas Interino de São Vicente. Em 1895, o secretário do governo de Julio de Castilhos, João Abbott, informou, via ofício, que devido ao não aparecimento de interessados em preencher o lugar vago de 2º Tabelião, este deveria ser ocupado por Vasconcellos, que já vinha desempenhando as funções do cargo, segundo ele, satisfatoriamente. Nas palavras de Abbott:

Deve este serventuário [Antonio de Vasconcellos] continuar a servir interinamente ambos os cargos até que se proceda a organização do foro nesse município para então se resolver sobre o provimento definitivo do citado ofício de justiça²⁰⁰.

²⁰⁰ GOVERNO DO ESTADO. **A Federação**. Porto Alegre, n. 82, 05 abr. 1895, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional (Ofício n.721, da secretaria de Estado dos Negócios de Interior e Exterior em Porto Alegre, 26 de março de 1895).

Vasconcellos ocupava o cargo de Escrivão de Órfãos e Ausentes pelo menos desde 1893, visto que em abril daquele ano recebeu uma licença de trinta dias para tratar de questões de saúde²⁰¹. Naquele momento, também fazia parte da organização partidária dos correligionários do PRR. Durante o regime republicano, a estrutura de manutenção e acesso à burocracia estatal, por parte dos chefes republicanos locais, assegurava o controle sobre a Guarda Cívica e sobre a nomeação de delegados de polícia, bem como o reconhecimento da legitimidade do mandato, garantindo o poder ao partido (ESPÍRITO SANTO, 1993, p. 100).

Uma carta de José Lucas Alvares Filho, datada de 24 de setembro de 1896, dirigida a Antonio Vasconcellos registra a contrariedade com a intervenção feita por Julio de Castilhos no município de Montenegro. Na mencionada carta²⁰² ele diz,

surpreendeu-me muito procedimento do Júlio imiscuindo direta e abertamente dos negócios do município de São João do Monte Negro. Não posso concordar por forma alguma como intervenção direta, ou antes tão despótica, do Presidente do Estado querendo obrigar um intendente a demitir um empregado de sua inteira confiança, para nomear um outro da confiança dele, Presidente do Estado. Que imbecil assim proceda *trasiat*, mas o Dr. Júlio é admirável! Onde ficou autonomia municipal? Com o que acabo de dizer, não vá pensar que estou inclinado à dissidência, nunca, mas também não posso deixar de manifestar o que sinto, mormente quando falo com correligionários (BORGES FORTES, 2000, p. 238).

Lucas Alvares, então juiz da comarca de São Luiz Gonzaga e membro do PRR, não formava o imenso grupo daqueles que estavam sempre prontos para aplaudir qualquer ato do chefe estadual. Ao contrário, questionava, de dentro do próprio partido, o autoritarismo já então dominante na gestão dos republicanos no Rio Grande do Sul.

Com a morte do líder do PRR, em 24 de outubro de 1903, as disputas políticas passaram a acontecer no interior do próprio PRR. As mudanças de poder nos municípios foram, não raro, processos violentos, pois resultaram da confluência, de um lado, da ambição de Borges de Medeiros, herdeiro político de Castilhos, na ampliação de seu comando, e, de outro, na ebulição das dissidências, em disputa pelas vantagens das chefias locais (AXT, 2007, p. 105).

Em 15 de novembro de 1903, 14º aniversário da Proclamação da República, Vasconcellos emite à Borges de Medeiros a seguinte missiva:

²⁰¹ ACTOS OFFICIAES. A **Federação**. Porto Alegre, n. 98, 27 abr. 1893, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁰² Correspondência publicada por Gabriel Borges Fortes, bisneto de Vasconcellos, na obra *Estudos Históricos*. Ela não foi localizada entre os documentos existentes no IHGRGS.

Nesta data gloriosa para República cumprimento a Vossa Excelencia como digno substituto do meu inolvidavel amigo chefe o pranteado Dr. Júlio de Castilhos, pondo a disposição de Vossa Excelencia os serviços do mais humilde soldado do grande Partido Republicano. Este grande estado sem sentinela avançada da República, confia que Vossa Excelencia saber a manter-lo na posição em que o grande morto colocou. Com a mais subida consideração subscrevo-me de Vossa Excelencia grande admirador²⁰³.

Ao falecer, Vasconcellos deixou uma série de documentos em seu acervo pessoal e também diversos “rastros” de sua existência em outros acervos. Um exemplo são as cartas enviadas ao presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros²⁰⁴, durante seu primeiro governo. A carta supracitada, enviada menos de um mês após o falecimento de Castilhos, justamente no dia 15 de novembro, serviu para que o ex-conservador Vasconcellos se apresentasse como “o mais humilde soldado do grande Partido Republicano” ao novo chefe do PRR, Borges de Medeiros.

Borges de Medeiros assumiu a presidência do Rio Grande do Sul em 1898, por indicação de Julio de Castilhos, sendo reeleito em 1902. Após a morte de Castilhos, também assumiu o controle do partido, mantendo-o por mais de duas décadas, dando continuidade ao projeto político do castilhismo. Conforme Gunter Axt, diante do desaparecimento de Castilhos, as lideranças passaram a questionar a pretensão de Borges de Medeiros de afirmar-se como herdeiro político do “carisma” de seu antecessor, substituindo-o no comando do governo do partido. Consequentemente, as divergências dentro do PRR passaram a ser mais violentas, tendo por consequência a cisão republicana de 1906-1907 e a tensa campanha eleitoral (AXT, 2007, p. 98).

Em 18 de março de 1905, Vasconcellos remete ao presidente do estado, Borges de Medeiros, uma extensa carta, com 15 páginas e mais anexos, informando e dando explicações acerca dos rumos da política republicana em São Vicente, cujo desenvolvimento estava prejudicado.

²⁰³ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 15 nov. 1903. Documento 09698.

²⁰⁴ Antônio Augusto Borges de Medeiros foi presidente do estado do Rio Grande do Sul por 25 anos, de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. Nascido em Caçapava do Sul/RS, em 19 de novembro de 1863, Borges de Medeiros realizou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881, tornando-se membro do Clube Republicano Acadêmico. Transferiu-se para a Faculdade de Direito de Recife, na qual se bacharelou em 1885. De volta ao Rio Grande do Sul, exerceu a advocacia em sua cidade natal, onde continuou sua vida política, tornando-se o chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Com a proclamação da República, em 1889, foi nomeado delegado de polícia de Caçapava e foi eleito para deputado nas eleições constituintes de 1890. Em 1892, foi escolhido para desembargador para o Superior Tribunal de Justiça do Estado. Borges de Medeiros faleceu em Porto Alegre, em 25 de abril de 1961. BIOGRAFIA. **Antonio Augusto Borges de Medeiros**. Disponível em: http://ihgrgs.org.br/arquivo/inventario_bm/007_Biografia.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

Naquele momento, o município era constituído por cinco distritos, sendo: São Vicente (sede), Jaguari, Vila Clara, Cacequi e Umbu. São Vicente emancipou-se em 1883, e, após a proclamação da república, teve como primeiro intendente municipal o Major Álvaro Paulino Leitão, que ocupou o cargo até o ano de 1903. Seus sucessores foram o Coronel Augusto Domingues Leitão e o Tenente-Coronel José João de Lima Pereira.

As preocupações de Vasconcellos acerca das questões políticas de São Vicente são compartilhadas com Borges de Medeiros. Vasconcellos inicia sua narrativa dizendo:

Tive a honra de receber o telegrama de nove do corrente em resposta o que tomei a liberdade de redigir a vossa excelência sobre a eleição municipal. Agradeço a vossa excelência atenção que se dignou prestar mim, podendo garantir-lhe que atacarei, como me cumpre a judiciosa as determinações de vossa excelência. Não é, porém, essa eleição ou a exclusão do meu humilde nome da chapa de conselheiros que mais me preocupa no atual momento político que envolve este município, outras considerações de ordem sem dúvida, mais elevadas, pelas desastradas consequências que podem determinar, merece a série atenção de todos que, como eu, consagram franco e sincero apoio a causa política que sustentamos, e deve ser, com toda a franqueza e lealdade, levadas ao conhecimento de vossa excelência como Supremo chefe do partido, para em seu justo critério, julgar, resolver, e determinar a nossa situação atual como base segura do nosso destino futuro²⁰⁵.

O trecho revela que Borges de Medeiros havia dado atenção às questões levantadas por Vasconcellos em outra correspondência, um telegrama enviado por ele ao líder do governo estadual²⁰⁶. Apartado do núcleo político de São Vicente, sendo inclusive excluído da lista de conselheiros municipais, Vasconcellos recorreu a Borges de Medeiros para que ele observasse a marcha política republicana em São Vicente. Preocupado com os rumos da política local, Vasconcellos escreve:

Nunca, desde a proclamação da República, até o nosso estado atual, nenhuma cisão, divergências, ou contradições sérias, anuviaram os horizontes do nosso partido neste município, que sempre coeso e forte, não tinha outras ideias nem outras aspirações, mais do que sustentar o regime político que adotamos, modelando pela libérrima organização que nos foi ligada pelo inolvidável Dr. Castilhos, e procurar o desenvolvimento municipal de modo que correspondesse ajustar as aspirações populares e dos e aos ingentes esforços desenvolvidos pelo governo, do propósito de tornar nos povo relativamente próspero, garantido e feliz. Nem tínhamos a dizer adversários de combates, porque, aqueles que divergiam do sistema em tese, aceitavam, entretanto e acatavam todos os atos da administração que, sempre

²⁰⁵ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

²⁰⁶ O acervo pessoal de Antonio Augusto Borges de Medeiros, custodiado pelo IHGRGS, é composto, basicamente, por sua correspondência passiva, totalizando cerca de 50.000 cartas e 30.000 telegramas.

foram salutares, fazendo causa comum com conosco e auxiliando-nos como uma só família. Estes eram os resultados benéficos e profícuos da prudente conciliadora política municipal, sustentada pelo nosso estimado chefe e amigo Coronel Lauro Domingues Prates, que sempre mereceu do benemérito antecessor de vossa excelência o mais franco e decidido apoio²⁰⁷.

Nesse ponto, Vasconcellos indica que até aquele momento, portanto 1905, não houvera nenhum tipo de dissidência ou de oposição ao regime republicano e às práticas castilhistas no município. Da eleição de 1891 até 1905, conforme Sérgio da Costa Franco (2007), não havia acontecido nenhuma luta eleitoral da oposição no Rio Grande do Sul. Entretanto, cabe ressaltar que para o autor, os dispositivos e as leis eleitorais não garantiam nenhuma segurança à disputa de votos, pois todo o processo de alistamento, organização das seções de votação e apuração dos sufrágios competiam aos governos municipais, o que, no Rio Grande do Sul, significava serem exercidos por membros do PRR (FRANCO, 2007).

Sobre essa questão, Gunter Axt (2007, p. 105) diz o seguinte:

Quando se tratava de uma rusga confinada ao âmbito municipal, eram mais improváveis desdobramentos que redundassem em críticas ao regime. Nesses casos, ambas as facções intra-partidárias digladiavam-se pelo apoio palaciano e, mesmo que esse fizesse sua opção, permaneceria uma brecha para recomposição.

O problema que rondava São Vicente e dividia os membros do PRR local, naquele momento, era a possibilidade de mudança da sede municipal, o que era justificado pelos prejuízos ao comércio, além da perda de cargos públicos pelos moradores da localidade. Antonio de Vasconcellos segue informando Borges de Medeiros:

O senhor Severiano de Almeida, porém, para satisfazer os vaidosos caprichos de quem deve ser alio a praticar e que, como disse publicamente, deseja constituir da Coluna Jaguari um patrimônio seu e de sua família, há muito trabalha incessantemente para inutilizar está Vila e todos os seus elementos políticos econômicos e sociais, para fazer reverter para a sede daquela colônia todos esses elementos estabelecer se ali a sede do município. Nesse propósito trabalhou para que o Conselho Municipal deliberasse, decretasse e solicitasse do governo a transferência da sede do município desta vila para aquela colônia, e como fosse unanimemente repelida essa sua pretensão²⁰⁸.

²⁰⁷ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

²⁰⁸ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

Para Vasconcellos, o inimigo, naquele momento, era Severiano de Almeida²⁰⁹, que desejava alterar para a Colônia Jaguari a sede do município de São Vicente. A questão não era nova, visto que ainda na liderança de Julio de Castilhos o município já apresentava tais divergências. De todo modo, Almeida não estava satisfeito e fundou, portanto, na Colônia Jaguari, um “jornalzinho que ali se publica com o título de ‘Jaguary’ para enaltecer os méritos e a pujança da mesma colônia”²¹⁰.

Em 1871, foi criada uma colônia agrícola para nacionais e estrangeiros, na costa da Serra Geral que margeia o Rio Jaguari Grande, no distrito de São Vicente, entre o município de São Gabriel e São Francisco de Assis. Não havendo mais terras devolutas naquela região, alguns imigrantes desviaram de Silveira Martins para a região de “matas” entre São Vicente, Santiago do Boqueirão e Julio de Castilhos (ex-Vila Rica), chamada de Jaguari. Nesse local, a Comissão de Medição já havia demarcado 78 lotes de 25 hectares cada um, para o futuro núcleo de Jaguari, e iniciado a construção do barracão que deveria abrigar não só o pessoal da Comissão, como também os imigrantes recém-chegados²¹¹.

O Núcleo Colonial instalou-se em 1889 à margem direita do Rio Jaguari. A urbanização foi planejada e demarcada pelo engenheiro José Manuel de Siqueira Couto, acompanhado dos primeiros imigrantes italianos que obtiveram seus lotes. A estes se seguiram os húngaros, poloneses, russos, brasileiros, alemães e outros. Severiano de Almeida assumiu a chefia da Comissão de Terras e Colonização no ano de 1891, proporcionando vários melhoramentos à Colônia, que se tornou distrito de São Vicente em 1893²¹².

Seguindo sua narrativa, Vasconcellos alerta Borges de Medeiros para o fato de que Severiano de Almeida, como chefe da Comissão de Terras, teria, constantemente, informações falsas em seus relatórios, “elevando Jaguari a proporções que nunca atingiu, nem poder atingir, em consequência da natureza negativa do solo”, iludindo, inclusive, o Secretário das Obras Públicas, que, no relatório de 1904, opinou pela mudança da sede do

²⁰⁹ Engenheiro, agrimensor e militar da Guarda Nacional onde galgou até o posto de Coronel. Severiano de Souza e Almeida nasceu na Bahia no ano de 1845. Casado com Eulália Bica de Almeida, com quem teve os filhos: Manoel, Clementino, Severiano e Eulália. Pelo Decreto nº 2275, de 1º de junho de 1917, lhe foi concedida aposentadoria por invalidez, após 32 anos de serviço público. Deixando a colônia de Erechim e fixando residência em Santiago, na fazenda “Casa Branca”, onde faleceu em 3 de dezembro de 1927. Em sua homenagem, o distrito de Nova Itália, se emancipa de Erechim e, por Decreto Estadual de 1938, passa-se a chamar Severiano de Almeida.

²¹⁰ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

²¹¹ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

²¹² Marchiori. José Newton Cardoso. **Gênese da Colônia Jaguari**. São Leopoldo: EST Edições, 2001. IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da lei de terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**. v. 22, n.55, p. 173-184. São Paulo, 2009.

município, de São Vicente para a Colônia Jaguary. Nesse sentido, por não ser justo que “uma população relativamente grande, tem os seus interesses sacrificados em benefício de uma localidade com muito menos vida”.

Nas palavras de Vasconcellos:

Agora tem a vossa excelência a condescendência de atender para os artifícios e hiperbólicas demonstrações como que o senhor Severiano tem aludido governo, levando digno senhor doutor secretário das obras públicas a semelhantes afirmações, que levantaram um grito uníssono de alarme no centro de toda população do município. A sede da colônia Jaguari não contém nenhum pode conter 2000 habitantes, do mesmo modo que esta vila, não se circunscreve somente a sede a 700, como é fácil de avaliar por quem tenha cabal conhecimento de ambas as localidades, de sua vida em movimento ordinário e não se deixe impressionar pelo número de colonos que nos dias festivos e quando são chamados pelo senhor Severiano para produzir efeito, demandam a sede²¹³.

Conforme Vasconcellos, Severiano de Almeida era “absolutamente repudiado por todo município”, tendo somente influência do núcleo colonial, porém esta seria fictícia e flutuante, advinda do cargo de chefe da colônia, que deveria desaparecer com o cargo. Para Vasconcellos, os habitantes daquela sede eram,

em sua grande totalidade gente pobre, colonos o descendentes desses, jornaleiros, o pequeno os operários, sem interesses materiais a garantir e que suportam uma vida de dificuldades sacrifícios, muitos porque eles faltam até mesmo meios de transportarem para outros pontos mais desenvolvidos²¹⁴.

Por outro lado, Vasconcellos salienta as qualidades dos moradores de São Vicente, dizendo:

a população desta vila, é composta de nacionais, proprietários, vinculados ao solo pelo seus interesses, pela suas tradições de família e de nacionalidade, e que contribuem para o erário público, com quantia mais de duas vezes superior aquela o que contribui tudo núcleo colonial do Jaguary, como é provado pela seguinte demonstrações, extraídos dos próprios livros da coletoria estadual desta vila e da Intendência municipal²¹⁵.

Nesse sentido, as observações feitas por Gunter Axt (2007) são válidas. Para ele, no interior das facções, o tráfico de influências e o comércio de vantagens era um fator marcante.

²¹³ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

²¹⁴ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

²¹⁵ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

Outrossim, os integrantes de uma mesma facção política utilizavam-se do favorecimento de seus aliados, por meio de contratos e privilégios, valendo-se da imprensa para elogiar os amigos ou para minimizar eventuais crimes.

Conforme Axt (2007, p. 109), “em contrapartida, os membros da facção oposta eram perseguidos pelas autoridades públicas, espezinhados pela imprensa aliada e prejudicados profissionalmente”. No caso de São Vicente, Vasconcellos apregoa-se como porta-voz de uma facção, lançando mão de explicar ao chefe do partido os prejuízos, inclusive eleitorais, que o município sofreria com a mudança da sede.

Recorrendo aos dados eleitorais, possibilitado por ser membro da comissão de alistamento eleitoral, Vasconcellos informa que a influência de Severiano de Almeida era fictícia, visto que São Vicente tinha cerca de 1.300 eleitores qualificados, sendo, aproximadamente, 500 da Colônia Jaguari.

Em março de 1905 Vasconcellos escreve ao presidente Borges de Medeiros, informando-lhe:

Estamos a iniciar os trabalhos da qualificação eleitoral pela nova lei. Eu vou fazer parte da comissão qualificadora que como um dos maiores contribuintes do imposto de indústria profissões, quer do imposto predial, segundo as vistas despedidas e comunicação recebida. Sinto-me, porém embaraçado no modo de agir em benefício do partido, em vista do que acabo de esse prender, e, especialmente, pela falta de chefe que tudo regularize e conseguir, e aí este um trabalho de sua transcendência política, do qual muitos benefícios pros poderemos colher, como muitos desabou isso pode ocasionar, mas, segundo critério que o presídio²¹⁶.

A nova lei eleitoral mencionada é a Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, chamada de Lei Rosa e Silva, que reformou a legislação eleitoral da União, introduzindo a participação do Poder Judiciário no alistamento, e, com isso, garantindo certa seriedade que até então esteve ausente do processo. De todo modo, conforme aponta Sergio da Costa Franco (2007), Borges de Medeiros negou a aplicação a dispositivos da Lei Rosa e Silva, que estabeleceu sua extensão aos pleitos estaduais e municipais. O Presidente do Estado justificou que a lei era inconstitucional, por ofensa à autonomia dos estados, e foi respaldado por decisão do Judiciário. Entretanto, para o alistamento e organização das eleições federais, submeteu suas determinações à nova lei.

Em 4 de julho de 1905, depois de encerrados os procedimentos de alistamento, Borges de Medeiros redigiu um longo telegrama ao Senador Pinheiro Machado, pormenorizando, por

²¹⁶ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

distritos eleitorais e por municípios, as inclinações dos eleitores. De acordo com esse documento, tem-se que em São Vicente, que pertencia então ao segundo distrito eleitoral, que compreendia o Planalto, as Missões, a Fronteira Oeste e a Depressão Central, foram alistados 536 eleitores republicanos e 200 eleitores federalistas (FRANCO, 2007, p. 150).

Para Vasconcellos, a mudança da sede do município de São Vicente era uma iniquidade, visto que dali

se irradiam estradas para todos os pontos do estado, com fácil acesso de qualquer lado e cuja edificação predial de muito maior valor, para as sete da colônia Jaguary, situada no extremo norte do município, no centro da Serra, recebendo comunicação unicamente por uma picada com mais de légua de extensão e que no tempo invernosos ou de muitas chuvas, torna-se quase intransitável e onde, nem ao menos casas confortáveis se poderá encontrar, por que as que existem, são em sua quase totalidade construída de madeira. Acresce ainda que se tem de sujeitar toda população do município a andar por 8 a 12 léguas para demandar a sede do município, quando hoje o fazem muito facilmente; e, é injusto, com como se diz no relatório das obras públicas, sujeitar a maior, mais rica e pujante parte deste município a sacrificar todos os seus interesses em benefício de uma tão pequena e relativamente insignificante parte, como é a colônia Jaguary, e puramente para satisfazer a vaidade do senhor Severiano, como é público e corrente²¹⁷.

Os problemas apresentados por Vasconcellos seriam os motivos pelos quais estariam ocorrendo as cisões políticas e as acentuadas divergências internas no Partido Republicano de São Vicente. Segundo ele, “outrora tão unido, forte e disciplinado”, passou a agitar-se desde que Severiano de Almeida manifestou suas intenções de mudar a sede do município para Colônia Jaguari, com a intenção de instalar nele uma coletoria federal, “com grave prejuízo dos interesses de todos”.

Conforme mencionado, em 1881, Severiano de Almeida foi nomeado administrador da então nascente Colônia de Jaguari, também assumindo a chefia da Comissão de Terras para demarcação da Colônia. Almeida foi responsável pela realização do cadastramento de imigrantes; pela construção de hospedagens e a abertura de caminhos; além de fornecer alimentos, material agrícola, sementes e assistência médica. Para mais, foi em sua administração que foram abertas as estradas em direção a Santiago e São Vicente, além da construção de moinhos, descascadores de arroz, serrarias, olarias, atafonas, alambiques, fábricas de cerveja e cigarros.

Em 1884, Almeida foi designado para prestar serviços de agrimensura na colônia de Caxias do Sul. Já em 1888, foi removido da colônia de Caxias para a colônia de Silveira

²¹⁷ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

Martins. Em 1891, foi promovido a chefe da comissão de implantação da colônia de Taquari. E, em 1899, novamente dirige a Colônia de Jaguari. Entre 1901 e 1906, estava designado, pela Secretaria Estadual de Obras Públicas, para realizar os serviços de agrimensura em Santiago, São Vicente, Santa Maria, Vila Rica (atual Júlio de Castilhos) e São Francisco de Assis.

É sabido que a proposição da transferência da sede municipal estaria causando dissidências e segregações dentro do PRR. Segundo Vasconcellos, à frente da dissidência estaria o tenente coronel José João de Lima Pereira, “cercado de alguns elementos de influência própria e pessoal, e dos desgostosos, cujo número cresce”. Para Vasconcellos, caso ocorresse a mudança da sede, não seria possível prever o destino político “e o que será feito da unidade republicana neste município, que já começou a sentir grave soluções de continuidade”. José João Lima Pereira era irmão de Emerenciana Pereira, esposa de Vasconcellos, contudo, este informa a Borges de Medeiros não manter relações de amizade com aquele, apesar de ser seu cunhado. E conclui dizendo que, mesmo esse sendo bom cidadão, “é um elemento de ocasião, procurado para enfrentar as demasias do senhor Severiano”.

Havia, ainda, outro fator complicador nessa situação, o qual se referia ao Intendente Municipal de São Vicente, eleito em 1904, o tenente coronel Augusto Domingues Leitão. Segundo Vasconcellos, “posto que seja muito criterioso bem aceito por todos”, Leitão seria, entretanto, “muito moço”, dando “seus primeiros passos na política municipal, não podendo presentemente inspirar o conceito e a confiança necessária ao chefe local, para impor-se como centro absorvente da administração política do município”.

Para Vasconcellos, considerada a inexperiência do intendente para lidar com tão complexo xadrez político, era premente que o presidente Borges de Medeiros intercedesse em favor do município, indicando novamente, como chefe político local, o coronel Lauro Prates. Em sua missiva, Vasconcellos apela a Borges de Medeiros, dizendo:

se torna de necessidade inadiável, autorizando a declarar a este povo que aguarda a última palavra de vossa excelência, que a sede do município não será mudada desta vila, antes nela permanecerá a bem de todos, assim como a coletoria estadual e tudo quanto for concernente a administração pública²¹⁸.

Os pedidos de Vasconcellos não param por aí, ele solicita ao presidente para que, “a exemplo do que já foi praticado pelo inolvidável antecessor de vossa excelência”, se incluía na

²¹⁸ IHGRGS. **Fundo Borges de Medeiros**. Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.

chapa de conselheiros municipais, para eleição definitiva, o nome de um cidadão da Vila de São Vicente, escolhido de acordo com o intendente Augusto Domingues Leitão, em substituição aos nomes excluídos por Severiano de Almeida, nas prévias. Entretanto, Vasconcellos, modestamente diz: “de modo algum, seja meu humilde nome lembrado para essa substituição, porque, como tive ocasião de dizer a vossa excelência, não trato, nem quero tratar de minha individualidade, mas dos imediatos e sérios interesses do meu partido”.

Após justificar mais uma vez a necessidade da retomada da “regular vida política” em São Vicente, Vasconcellos afirma: “creia que eu faço somente inspirado em bem servir a causa que defendemos”. Se na primeira carta encaminhada por Vasconcellos, em 1889, a Castilhos, ele parabenizava o “amigo” pelo triunfo da causa defendida por ele, alguns anos depois, inserido no sistema republicano, Vasconcellos escreve ao novo mandatário, dizendo: “faço somente inspirado em bem servir a causa que defendemos”, a causa que defendemos, neste caso, refere-se à manutenção da hegemonia do PRR.

Durante os primeiros anos da República, Antonio de Vasconcellos ocupou diversos cargos de prestígio, tais como Escrivão do Júri, a partir de 1890; Escrivão de Órfãos de São Vicente, entre 1893 e 1902²¹⁹; 2º Tabelião de Notas Interino, em 1895²²⁰; Membro da Comissão de Alistamento Eleitoral, em 1903²²¹; e agente do jornal *A Federação*, órgão do PRR, em São Vicente²²².

Conforme Axt (2007, p. 107), as nomeações para cargos públicos constituíam-se em moeda de troca. Assim, Borges assegurava o controle sobre partes do funcionalismo público. Do mesmo modo, autoridades e funcionários públicos ajudavam-no a monitorar a ação “dos poderosos”.

Infelizmente não foi possível localizar uma carta resposta de Borges de Medeiros a Vasconcellos, porém, sabe-se que a vontade do coronel Severiano de Almeida, de transferir a sede municipal, nunca foi consumada. O território do município de Jaguari foi desmembrado dos municípios de São Vicente, Júlio de Castilhos, Francisco de Assis e Santiago do Boqueirão, sendo elevado à categoria de município pelo Decreto Estadual nº 2627, de 16 de agosto de 1920, e instalado oficialmente poucos dias depois. Por sua vez, Severiano de

²¹⁹ ACTOS OFFICIAES. **A Federação**. Porto Alegre, n. 98, 27 abr. 1893, p.02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²²⁰ GOVERNO DO ESTADO. **A Federação**. Porto Alegre, n. 82, 05 abr. 1895, p. 2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²²¹ ALISTAMENTO MILITAR. **A Federação**. Porto Alegre, n. 166, 18 jul. 1903, p. 2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²²² Noticiou AF “Regressou ontem para S. Vicente, onde reside, o nosso amigo Antonio de Vasconcellos, que ali ocupa obsequiosamente o cargo de agente d’A Federação”. **A Federação**. Porto Alegre, n. 297, 26 dez. 1892, p. 2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Almeida, após findar seus trabalhos em Jaguari, foi removido, por Portaria de 27 de março de 1909, para a administração da nova Colônia de Erechim, onde permaneceu até 1918.

Império ou República foram indiferentes aos planos de ascensão de Vasconcellos, em face de que, em ambos os períodos, esteve vinculado aos governos por conta de sua atuação em funções públicas.

Segundo Gunter Axt (2007), em uma sociedade onde a fronteira entre o público e o privado era tênue, o funcionalismo representava uma fonte de renda e de poder. Nesse sentido, a distribuição de favores e cargos obedecia a critérios que levava em consideração o grau de inserção do candidato na rede de compromissos e os serviços prestados à facção e ao partido, sobretudo no que dizia respeito às eleições.

Tendo essas considerações em vista, entende-se que Vasconcellos soube manejar seus interesses pessoais e políticos. Ainda, conforme Axt (2007), ao estar no comando do poder executivo, Borges de Medeiros converteu-se no principal distribuidor de prebendas, de forma a forjar lealdade, dobrar dissidentes e, até mesmo, seduzir opositores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O português Antonio da Silva Vasconcellos imigrou para o Brasil ainda adolescente, estabelecendo-se, inicialmente, na capital do Império. Ao longo da vida, Vasconcellos foi caixeiro, comerciante, criador, maçom, político, conservador e republicano, muitas vezes citado como amigo, parente e compadre. Após escolher viver na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, Vasconcellos casou-se com a sobrinha do político e deputado provincial João Pereira da Silva Borges Fortes. Residindo em Pelotas, São Gabriel e em São Vicente, no interior da Província, Vasconcellos foi se inserindo em redes de sociabilidade que contribuíram para lhe conformar, ao longo dos 56 anos que viveu no Sul, o espectro de sua movimentação social, tanto profissional quanto particular.

Vasconcellos não foi um grande líder político brasileiro, nem um escritor renomado, tampouco um ilustre artista. Porém, ao longo da vida, assumiu diversos papéis, utilizando-se da escrita epistolar para estabelecer contato e fechar negócios, constituindo um grande epistolário, documentação que pode ser considerada um testemunho raro da condição histórica de Vasconcellos, bem como da de outros homens e mulheres, seus contemporâneos.

A pesquisa buscou tornar pública a trajetória do indivíduo Antonio da Silva Vasconcellos, a partir de um rico conjunto epistolar encontrado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Considerado em sua representatividade quantitativa e qualitativa do *corpus* documental, objetivou-se, por meio dele, compreender em sua historicidade certas práticas sociais, de ordem econômica e política, características do período.

Antonio de Vasconcellos foi um indivíduo relativamente comum, que ao longo de sua trajetória fez investimentos, teve sucessos e enfrentou oscilações. Ao utilizar-se das correspondências pessoais de Antonio de Vasconcellos, o intento deste trabalho foi compreender sua trajetória e de seu papel na história. Ou seja, pensar historicamente alguns fenômenos sociais, a partir da narrativa de vida de um indivíduo específico, neste caso, o comerciante português Antonio de Vasconcellos, tornado cidadão brasileiro a certa altura da vida.

A opção de pesquisar o epistolário de Vasconcellos se deu, justamente, pelas múltiplas possibilidades que a leitura das missivas oferecia. Ao focar nos escritos de Vasconcellos, elaborados com a finalidade de entabular o diálogo com outra pessoa, foi possível verificar que esses documentos funcionam como testemunhos de relacionamento e comunicação entre

indivíduos, o que possibilita a identificação de comportamentos e valores próprios de uma época ou de um grupo social em que se insere o missivista.

Tendo em vista o vasto conjunto documental referente à vida de Vasconcellos, alguns questionamentos estiveram presentes durante o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro deles referia-se à própria trajetória de vida de Vasconcellos: quem foi esse indivíduo que tem seus documentos pessoais preservados e guardados em instituições culturais?

Deste questionamento principal, outros acabam se derivando: qual é o papel de Vasconcellos na História? Quais eram suas redes de relações, quem eram seus amigos e contatos? Quais eram os negócios desenvolvidos por ele? Quais foram as estratégias empregadas por Antonio para sua ascensão social? Como ocorreu sua inserção em uma família sul-rio-grandense e de forma ele se relacionava com os familiares da esposa?

Portanto, utilizou-se de cerca de 120 correspondências pessoais de Antonio de Vasconcellos, não apenas para a consulta de informações, mas também como objeto de análise. Ao acompanhar o “fazer-se” de Vasconcellos, constatou-se que ele esteve inserido em diversas entidades associativas, espaços em que estabeleceu convivência com inúmeros indivíduos. Dentre as agremiações das quais participou ao longo da sua trajetória, em muitas Vasconcellos chegou à função de presidente, procurador e/ou provedor. Isso mostra que dentro das entidades ele conseguiu construir laços com indivíduos que o apoiavam, permitindo que ele estivesse na liderança de seus confrades. Infelizmente, pela carência de documentos relativos às agremiações das quais ele fez parte, neste trabalho, não se pôde reconstituir sua atuação junto a elas.

Observou-se, ainda, que após seu estabelecimento em São Gabriel, na década de 1860, Vasconcellos passou a manter relações com diversos indivíduos, criando com eles uma *rede*. Ou seja, a partir da instituição de alianças, Vasconcellos criou e manteve vínculos que possibilitaram a conquista e a manutenção de posições sociais e afetivas. Em paralelo, através de seu casamento com Emerenciana Pereira, Vasconcellos passou a pertencer a uma extensa família, e, após sua naturalização, em 1883, passou a desempenhar uma série de atividades públicas e políticas, fazendo-se um “homem de prestígio”.

Ao longo da vida, Vasconcellos, assim como inúmeros contemporâneos, utilizou-se de sua rede de relacionamentos para angariar benefícios para si. Seu epistolário, apesar de fragmentário, é prova disso.

Antonio da Silva Vasconcellos deu seu último suspiro, deixando o mundo dos vivos, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de 1916, na cidade de São Vicente, interior do estado do Rio Grande do Sul. Sua vida foi permeada por escolhas, contextos, dúvidas,

conflitos e desejos. Ao falecer, Vasconcellos deixou como viúva Emerenciana Pereira, dois filhos e sete netos. O órgão do PRR, o jornal *A Federação*, noticiou a morte, dizendo: “Faleceu ontem o coronel Antonio de Vasconcellos republicano histórico e que gozava aqui grande estima e reconhecimento”²²³.

A partir de suas correspondências pessoais, foram vislumbrados alguns dos movimentos utilizados por ele na busca de melhores oportunidades e na consolidação de posições adquiridas. Sendo um indivíduo multifacetado, muitas outras poderiam ser as abordagens realizadas, a partir de outros documentos por ele preservados.

Seu acervo pessoal é de uma riqueza sem tamanho para a História, a saber, existem documentos contábeis, preservados desde sua chegada ao Brasil, que ainda não foram tocados; as correspondências trocadas entre ele e o filho, que esteve na linha de frente durante a Revolução Federalista (1893-1895), também permanecem intactas. Nesse sentido, a impossibilidade do trabalho com tantas fontes fez com que fossem privilegiadas suas correspondências pessoais.

Os acervos pessoais se constituem como verdadeiros “suportes de memória”. Dito de outra forma, identificam-se como uma espécie de escrita de si, na medida em que ocorrem diversas interferências em relação à preservação, conservação ou descarte, ao acesso à pesquisa ou à destruição de acervos comprometedores. Entretanto, apesar dos critérios de seleção e organização, os documentos existentes em arquivos pessoais, que guardam bilhetes, cartas, livros, registros e anotações, possibilitam a leitura de sistemas de trocas de favores, sociabilidades, relacionamentos, ou seja, do funcionamento de determinadas fatias da sociedade. A facilidade de encontrar vestígios de Vasconcellos foi, ao mesmo tempo, gratificante e frustrante. Houve tantos caminhos, tantas possibilidades. Contudo, o questionamento inicial voltava: quem foi esse homem que deixou tantos vestígios de sua existência? O que ele teve de excepcional?

Este trabalho, certamente lacunar, objetivou lançar luz a um indivíduo específico. Ao tentar acompanhar seu “fazer-se”, adentrou-se em um caos de temas e problemas, tendo em vista suas múltiplas atuações sociais e seus inúmeros registros. Assinala-se, portanto, que ao longo do processo de redação deste trabalho, muitos questionamentos não foram respondidos, podendo ser indicativos de outras pesquisas.

Nesse sentido, questões como a atuação de Vasconcellos junto às entidades associativas das quais ele fez parte, ou uma busca pelos processos de medição de terras nos

²²³ FALLECIMENTO. *A Federação*. Porto Alegre, n.63, 17 mar. 1916, p. 02. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

quais ele foi Juiz Comissário, seriam interessantes para ver a atuação de Vasconcellos de maneira mais aprofundada. Do mesmo modo, estudos que analisem a própria constituição e trajetória de seu arquivo pessoal seriam pertinentes no tocante à compreensão das estratégias utilizadas por seus descendentes para a preservação da memória familiar.

REFERÊNCIAS

- AGIRREAZKUENAGA, Joseba; URQUIJO, Mikel. Desafíos de la biografía en la historia contemporánea. **Cercles**: revista d'història cultural, Barcelona, n. 10, p. 57-81, 2007.
- AGUIAR, Pedro Beja. **As Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes**: memória, história, laboratório de escrita. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- AGUIRRE ROJAS, Carlo Antonio. **Micro-história italiana**: modo de uso. Tradução Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012.
- AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**. La sociabilidad em Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence**: essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.
- AITA, Carmem (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- AITA, Carmem. **Liberalismo e República**: o pensamento político de J. F. Assis Brasil. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2006.
- ALBERNAZ, Cássio A.A. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. **Historiæ**. Rio Grande, v. 2, n. 2, 2011. p. 9-24.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. V.2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMATO, Claudio; NEVES, Irlei S.; RUSSO, Arnaldo. **Livro das moedas do Brasil**, 11 ed., São Paulo, s/e, 2004. p. 106.
- ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e a análise de redes em história. **História**: Revista da FLUP Porto, Porto, v. 2, IV Série, p. 11-22, 2012. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11313.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul de 1822 a 1889. In: **Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense**. Volume II, Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Livraria do Globo, 1936.

ARAÚJO, Ana Cristina. **Uma longa despedida**: Cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. In: GUILLAMET, Elisabet Carceller (coord.). **Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821**: Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. p. 13-40.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz; GEDOZ, Sirlei Teresinha; BARROS FILHO, Omar Luiz de; MENEGHETTI, Sylvia Bojunga (Orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. **Ci. Inf.**, v. 37, n.2, p 20-31, 2008.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. O acervo bibliográfico do Gabinete Português de leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 43-60, 2011.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura**: Identificação a partir da compilação de atas e relatórios do período de 1837 – 1847. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro, 2007.

BARBOSA, Everton Vieira. **Páginas de sociabilidade feminina**: Sensibilidade musical no Rio de Janeiro Oitocentista. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

BARROS, José D’Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare**. Revista de Educação. Cascavel, v. 4, n. 7, jan./jun. 2009. p. 147-162.

BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**: selected essays of Fredrik Barth. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. v. 1.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **O império em construção**: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2004.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Manguinhos do sonho à vida**: a ciência na Belle Époque. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 1990.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro - dos pressupostos aos reflexos de sua criação - de 1856 a 1900**. Dissertação de Mestrado em História e Crítica da Arte. Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

BORGES, Luiz A. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabriele Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org). **Memória e(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874- 1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004. p. 283-308.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 203-233.

BORGES FORTES, Gabriel Pereira Borges. **Estudos Históricos e outros escritos**. Porto Alegre: EDIPLAT, 2000.

BOSCHI, Caio C. Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. In: VENTURA, Maria da Graça A. M. **Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

BOUCHARD, Gérard. La dynamique communautaire et l'évolution des sociétés rurales québécoises aux 19e et 20e siècles. **RHAF: Revue d'Histoire de l'Amérique Française**, v. 40, n. 1, 1986.

BOURDIEU, Pierre. "Das regras às estratégias". In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

BRASIL. Relatório de maio de 1875. **Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario**

D'Estado e Negocios do Imperio Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1702/000002.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850. In: **Anais XIV Encontro Nacional De Estudos Populacionais**, 2004, Caxambu: Abep, 2004. p. 1-21. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1339/1303>. Acesso em: 6 abr. 2020.

BURTON, Richard Francis. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

CAMPOS, Eudes. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 11-57, jan./jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2020.

CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia:** Ensaio sobre o segundo escalão. 2 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial / Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Naor Franco de. Acervo e Memória: as possibilidades de uso do acervo Michael Traumann como fonte histórica. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História.** Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427774463_ARQUIVO_AcervoeMemoria-TextoAnaisANPUH.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas:** as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

CHARLE, Christopher. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Os marcos da fazenda Beija-Flor: as estratégias de afirmação de propriedade em meio à aplicação da Lei de Terras de 1850. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 60-72, jan/abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.201.06/5242>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império:** a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 2010. 350 f. Tese

(Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COMISSOLI, Adriano; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 13, n. 25, p. 11-30, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2726>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CORBIN, Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 503-562.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À Luz das Lamparinas**. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Miguel Ângelo da Silva. **Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”**: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2006.

CRUZ, Maria Antonieta. Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil - contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, Porto, v. VII, p. 7-134, 1986-1987.

DANTAS, Monica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 335-354

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 3 ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1949.

DORS, Marinês. **Repositório de memórias: O arquivo de Nicolau Araujo Vergueiro**. 2016. 316 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7313>. Acesso em: 6 abr. 2020.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. O PRR e a captura do poder. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). **Revolução Federalista – Estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993, p. 91-102.

EU, Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do sec. XIX (1845-1865)**. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: Famílias de Elite e Sociedade Agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FÉLIX, Loiva O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERREIRA, Jurandir Pires (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. In: **INTERCOM**, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4FERREIRA.pdf>. Acesso em: 20/06/2013.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. O que liam os cariocas no século XIX? In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17536/1/R2053-1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2011.

FERTIG, André. “Minha querida Maria Rita”: o general Câmara na campanha do uruguaí (1864- 1865) através de cartas a esposa: o General Câmara na campanha do Uruguaí (1864-1865) através de cartas a esposa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 4, n. 8, p. 231-245, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10482/6824>. Acesso em: 11 maio 2020.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**. Santa Maria: UFSM, 2010.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **História de São Gabriel**. São Gabriel: s/ed., 1993.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.

FONTAINE, Laurence. Devoluzione dei beni nelle valli alpine del Delfinato (XVII-XVIII secolo). **Quaderni Storici**, v. XXX, n. 88, 1995.

FOUCAULT, Michel. “A cultura de si”. In: **História da sexualidade III. O cuidado de si**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. “L’ écriture de soi”. In: **Dits et écrits IV (1980- 1988)**. Paris: Gallimard, 1994.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos – notas sobre uma fonte múltipla. Os inventários post-mortem. **Revista Arrabaldes**, Petrópolis, a. I, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1988.

FUENTES. Juan Francisco. La biografía como experiencia historiográfica. **Cercles: revista d'història cultural**, Barcelona, n. 10, p. 37-56, 2007.

GALDINO, Antonio Carlos. **Campinas, uma cidade republicana**: política e eleições no oeste paulista (1870-1889). 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra**: Conflitos e estrutura agrária na campanha Rio-Grandense oitocentista. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: raízes de um paradigma indiciário. Cia das Letras: São Paulo, 1990.

GIRON, Luís Antônio. **Minoridade Crítica**: A Ópera e o Teatro nos Folhetins da Corte: 1826-1861. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...**: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940.” In: **Artcultura**, Uberlândia, v.13, n.22, p.119-135, jan.-jun. 2011.

GONÇALVES, Monique de Siqueira; BESSONE, Tânia. O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: um espaço para a ciência médica Oitocentista. **Almanack**, Guarulhos, n. 14, p. 241-286, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332016000300241&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2020.

GOTLIB, Nádía Battella. Correspondências: a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Battella (Orgs.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 227-240.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 544 p.

GREGORY, Júlia Leite. **O processo de patrimonialização dos monumentos históricos: a casa do morro de Cruzeiro do Sul/RS**. 2016. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Graduação em História, UNIVATES, Lajeado, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/84399463.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. Política e Sociabilidade no século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval. In: Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia, XXIX, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. Brasília: S. Ed., 2017. p. 1 - 13. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953100_ac32cdf89eb732e4645c75d4f554aed.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

GUEDES, Roberto. De escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (Orgs.). **Campos em disputa: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. "Prefácio: A biografia como escrita da História". In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-63)**. Tese de doutorado apresentada ao PPG História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra; RIGATTO, Mario. **Fogos de Bengala nos Céus de Porto Alegre: A Faculdade de Medicina faz 100 anos**. UFRGS: Porto Alegre, 1998.

HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena. La escritura biográfica. **Cercles: revista d'història cultural**, Barcelona, n. 10, p. 10-25, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. São Paulo, v.10, n. 19, jan./jun.1997. p. 41-66.

HORNBURG, Pâmella Souza Pereira. **Juiz Comissário de Medição: história, trajetória e contribuições no registro de terras brasileiras**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial, Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198556/PTRA0026-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2020.

IMÍZCOZ, José María; ARROYO RUIZ, Lara. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **REDES: Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Barcelona, v. 21, n. 2, jun./dez. 2011. p. 98-138.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maira Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). **Micro história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

KLEIN, Herbert S. A oferta de mueres no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 347-372, maio/ago.1989.

LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. **Aedos**, Porto Alegre, v. 4, n. 11, p. 602-615, set. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30737/20890>. Acesso em: 22 jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. A Política: será ainda a ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1975. pp. 221-242.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? **Le Débat**, n. 54, p. 48-53, mars./avril. 1989.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.

LEJEUNE, Philippe. **Signes de vie: le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 2005.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. V. III. p. 403-444.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 167-182.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 141-183.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830 - c.1888)**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Memórias da rua do Ouvidor**. Brasília: Editora da Unb, 1988.

MAESTRI, Mário. Considerações sobre o caráter do Estado francista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar (Org.). **Estados Americanos: trajetórias em dois séculos**. Passo Fundo: Editora UPF, 2012.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MARTINS, Alfredo A. de Barros. **Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1901.

MARTINS, Jefferson Teles. **O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo campo intelectual rio-grandense na década de 1920**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 2011.

MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à propriedade do município” Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)**. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001.

MARTINY, Carina. Negócios de família: notas sobre o capital econômico familiar de um governador republicano (Rio Grande do Sul, século XIX). **Oficina do Historiador** Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial, I EPHIS/PUCRS, p.1118-1136, 2014.

MARTINY, Carina. “**O chefe político dos mais avançados republicanos**”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). 2018. 382 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180595>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MAUSS, Marcell. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MELO, Homero Luis Oliveira de. **Os Populares de Bagé na República Velha**: heranças rurais e experiências urbanas. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2004.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, século XIX).2009. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, 2009.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 2, n.34, jun./dez. 1992. p. 9-24.

MENZ, Maximiliano Mac. **Tesouro das Missões**: A Integração do Espaço Oriental Missionário na Economia Sul-Rio-Grandense. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. **A arte de escrever cartas**: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (org.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 41-54.

MITCHELL, James Clyde (Ed.). **Social networks in urban situations**: analyses of personal relationships in Central African towns. Manchester, U.K.: Manchester University Press, 1969.

MONSMA, Karl. O comerciante, o estancieiro e o militar: noções divergentes de honra entre as elites do Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo. Editora Oikos Ltda, 2009, p. 178-195.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan-jun 2007, p. 240-264.

MONTEIRO, Maurício. **A construção do gosto: música e sociedade na Corte do Rio de Janeiro – 1808 – 1821**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas**. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. (Edição consagrada a comemorar o Terceiro Centenario do Poeta da Nacionalidade Portuguesa pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro).

MOREIRA, Paulo; MATHEUS, Marcelo. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX). **Revista Clio: Revista de pesquisa histórica**. Vol. 28.2., 2010.

MOTA, Isabela. **Vestígios da paisagem carioca: 50 lugares desaparecidos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (org.). **Propriedades e Disputas: fontes para a História do oitocentos**. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 2011.

NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de S. Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas**. São Paulo: Editora Limitada, 1912. (9). Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=39244>. Acesso em: 6 abr. 2020.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, n. 2, jul./dez. 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)**. Tese Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, Carla Mary S. O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 149-168, 2009. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/10/e03_a5.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2017000200429&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2020.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870-1889). In: PICCOLO, Helga e PADOIN, Maria M. (Org.) **História geral do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 2. p. 139-153.

PAIXÃO, Alexandre Henrique. Um público para a literatura oitocentista no Brasil: o exemplo dos emigrantes portugueses do Rio de Janeiro em 1860. **Revista Escritos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 95-120, 2011. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_6_Alexandro_Henrique_Paixao.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling. **O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX**. 2015. 420 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, UFSM, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4007/PEDRAZZI%2C%20FERNANDA%20KIELING.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PEDROZA, Manoela da Silva. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 67-92, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2008000200067&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2020.

PEIXOTO, Rafael Cupello. Narrar uma vida, contar uma história: uma breve análise sobre as produções biográficas acerca do marquês de Barbacena. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História – ANPUH RIO**. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014, p. 1-8.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. São Paulo: EDUSC; Instituto Camões, 2002.

PESAVENTO, Sandra. Clio e a grande virada da História. In: PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 07-17.

PESSOA, Ana. De caixeiro a barão: trajetória de um comerciante português no rio de janeiro oitocentista: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 97-112, 2011. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_AnaPessoa_De_caixeiro_a_barao.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

PICCOLO, Helga. A crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, janeiro/abril 2010, p. 23-28.

PICCOLO, Helga. **A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1974.

PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de organização da sociedade civil: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PLEKHANOV, Guiorgui. **O papel do indivíduo na História**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: ERUS, s/d.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>. Acesso em: 09 abr. 2020.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o Século do Ouro. **Revista Varia História**, Belo Horizonte. n. 31, p. 41-68, 2004.

REBELO, Carlos Alberto. As instituições de leitura. In: _____. **A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares, 1870-1910**. Porto: Campo das Letras, 2002. p. 69-107.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, 1999, p. 15-23.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-454.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.

RIBEIRO, José Iran. **De tão longe para sustentar a honra nacional**. Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em história). PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 20, p. 187-209, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François [et. ali]. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUEZ, Ricardo Velez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito. (Org.). **O biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 9-48.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n. 30, p. 9-22, 1995.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria, UFSM, 2013.

ROZEAUX, Sébastien. Presença da “colônia portuguesa” na paisagem cultural e midiática do Rio de Janeiro: o Grêmio Literário Português e o Retiro Literário Português (1855-1885). **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 490-513, jul./dez. 2016. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 15 maio 2020.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041/707>. Acesso em: 15 maio 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: Unicamp; IFCH, 2000. p. 191-202.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografias históricas: o que há de novo? In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti; FERREIRA, Ricardo Alexandre; ANHEZINI, Karina; PIRES, Ariel José. (Orgs.). **Leituras do passado**. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 73-82.

SCHMIDT, Benito Bisso. Relações perigosas: história e biografia. Registro de palestra proferida no “**Encontros Transdisciplinares (I). (AUTO)BIOGRAFIA(S)**”. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Sala Pantheon do IFCH/UFRGS – Campus do Vale*, 6 de junho de 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito. (Org.). **O biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Biografia como gênero e problema**. História Social, n. 24, primeiro semestre de 2013.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr, L. **História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 21-50.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; PETIZ, Silmei de Sant’ana. Gentes das Ilhas: migração açoriana para o Rio Grande de São Pedro. In: **Anais XVIII Encontro Nacional De Estudos**

Populacionais, 2012, Águas de Lindóia: Abep, 2012. p. 1-9. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1922/1880>. Acesso em: 6 abr. 2020.

SILVA, Janaina Giroto da. **Profusão de Luzes**: os concertos nos clubes musicais e no Conservatório de Música do Império. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2007.

SILVA, Jaqueline Schmitt. Zacarias de Góes e Vasconcelos e a crise ministerial de 1868. In: **Anais do XIV Encontro Estadual de História – ANPUH RS**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018. Disponível em: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531191182_ARQUIVO_ZACARIASDEGOESEVASCONCELO SEACRISEMINISTERIALDE1868-artigo.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

SILVA, Luiz Cesar Kreps da. Tropeirismo. In: REZENDE, Claudio; INOCÊNCIO, Rita; SCORTEGAGNA, Adalberto. (Orgs). **Paraná espaço e memória diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá**: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Éder da Silva. Estudo de caso e micro-história: distanciamentos, características e aproximações. **Revista História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 4, n. 8, p. 1-10, jul./dez. 2010.

SILVEIRA, Éder da Silva. Por que ele? Reflexões sobre o percurso e os bastidores de uma biografia histórica. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 03, p. 467-479, set./dez. 2016.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Cristiéle Santos de. **Escrever, guardar, lembrar**: os copiadores de cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e Patrimônio Cultural). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil imperial**: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/860.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha**: O mercado de Animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial. São Paulo: Annablume, 2008.

TAVARES, António Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. (Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação).

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeiras (1861-1888)**. 2007. 278 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1846?show=full>. Acesso em: 6 abr. 2020.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha; DOMINGOS, José Alves Caeiro. **Portugal - Brasil: migrações e migrantes, 1850-1930**. Lisboa: Inapa, 2000.

TRINDADE, Hélio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

UBERTI, Hermes Gilber. **“A benção que se pede e a benção que se dá”**: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, RS, 2011.

UBERTI, Hermes Gilber. **Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854-1912)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, RS, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. Os políticos de aldeia: eleições, negociações e prática política nas paróquias do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: **VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 39-57.

VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História**, Franca, v. 33, n. 2, p. 540-566, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200540&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2020.

VARGAS, Jonas Moreira; FARINATTI, Luís Augusto. “Alargados horizontes”: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c. 1830 – c. 1855). **Locus: Revista de História**, v. 23, n. 1, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20845>. Acesso em: 6 abr. 2020.

VARGAS, Jonas Moreira; SACCOL, Tassiana M. P. Pai monarquista, filho republicano: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). In: **VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 225-249.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. **Famílias escravas em Angra Dos Reis, 1801-1888**. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19072007-103137/pt-br.php>. Acesso em: 14 abr. 2020.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna; uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 6. ed., 1988.

WERNECK, Maria Helena. “Veja como ando grego, meu amigo”: Os cuidados de si na correspondência machadiana. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (org.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 137-146.

WITTER, Nikelen. Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do século XIX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011, p. 1-11.

FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Fundo Câmaras Municipais

Correspondência da Câmara Municipal da Vila de São Vicente

Correspondência enviada ao Presidente da Província, 27 out. 1887.

Relação nominal dos vereadores e juizes de paz eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890, 21 maio 1887.

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Acervo do Judiciário

Ação Executiva, n. 923. Comarca de Caçapava do Sul. Juizado Municipal de São Gabriel, 1866.

Ação Ordinária de Cobrança, n. 636. Comarca de Caçapava do Sul. Juizado Municipal de São Gabriel, 1866.

Ação Ordinária de Cobrança, n. 637. Comarca de Caçapava do Sul. Juizado Municipal de São Gabriel, 1866.

Ação Ordinária de Cobrança, n. 637, 1866, p. 10. Carta de J. T.M.S.B a A.S.V, 13 dez. 1864.

BN – Biblioteca Nacional

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A Federação. Porto Alegre, n. 117, 26 maio 1887, p. 02.

A Federação. Porto Alegre, n. 159, 15 jul. 1886, p. 02.

A Federação. Porto Alegre, n. 166, 18 jul. 1903, p. 2.

A Federação. Porto Alegre, n. 191, 21 ago. 1886, p. 01.

A Federação. Porto Alegre, n. 192, 23 ago. 1886, p. 01.

A Federação. Porto Alegre, n. 228, 06 out. 1885, p. 01.

A Federação. Porto Alegre, n. 279, 07 dez. 1886, p. 02.

A Federação. Porto Alegre, n. 297, 26 dez. 1892, p. 2.

A Federação. Porto Alegre, n. 63, 17 mar. 1916, p. 02.

A Federação. Porto Alegre, n. 82, 05 abr. 1895, p. 2.

A Federação. Porto Alegre, n. 98, 27 abr. 1893, p.02.

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal. Rio de Janeiro, n. 28, 28 jan. 1863, p. 2.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 25 mar. 1857.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, n. 553, 13 ago. 1872, p. 01.

Diário do Rio de Janeiro, 2 de março de 1858, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 mar. 1857;

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 25 fev. 1858;

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 abr. 1858.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, n. 177, 28 jun. 1859, p. 01.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, n. 35, 04 fev. 1852, p. 03.

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Fundo Gabriel Borges Fortes

Correspondências passivas de Antonio de Vasconcellos

Carta de A.S.V a E.P, 1 abr. 1874.
 Carta de A.S.V a E.P, 1 abr. 1874.
 Carta de A.S.V a E.P, 24 fev. 1874.
 Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.
 Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.
 Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.
 Carta de A.S.V a E.P, 28 maio 1871.
 Carta de A.S.V a F.B.F.N, 21 out. 1888.
 Carta de A.S.V a J.F.S.J, 1 nov. 1888.
 Carta de A.S.V a J.P.C, 20 dez. 1889.
 Carta de A.S.V a J.R.S.J, 20 out. 1864.
 Carta de A.S.V a J.R.S.J, 20 out. 1864.
 Carta de A.S.V a R.A.V, 20 jan. 1889.
 Carta de A.S.V a R.A.V, 22 jul. 1888.
 Carta de A.S.V a R.A.V, 26 set. 1888.
 Carta de A.S.V a R.A.V, 6 dez. 1888.
 Carta de A.S.V a T.V.M, 20 jan. 1889.
 Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 16 mar. 1886.
 Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 22 jul. 1888.
 Carta de A.S.V et all. a R.A.V, 22 jul. 1888.

Correspondências passivas de Antonio de Vasconcellos

Carta de A. L. N. a A.S.V e H. M. C, 12 nov. 1876.
 Carta de B.L.P a A.S.V, 13 ago. 1871.
 Carta de C.A.V a A.S.V, 4 jun. 1895.
 Carta de C.F.M.C a A.S.V, 19 set. 1882.
 Carta de C.F.M.C a A.S.V, 20 ago. 1881.
 Carta de C.F.M.C a A.S.V, 7 jun. 1881.
 Carta de C.M.R a A.S.V, 04 jun. 1880.
 Carta de C.M.R a A.S.V, 1 maio 1880.
 Carta de C.M.R a A.S.V, 11 abr. 1880.
 Carta de C.M.S.G. a A.S.V, 27 jul. 1865.
 Carta de C.P.C a A.S.V, 2 jan. 1869.
 Carta de C.P.C a A.S.V, 22 set. 1872.
 Carta de C.P.C a A.S.V, 27 nov. 1871.
 Carta de C.P.C a A.S.V, 9 set. 1869.
 Carta de E.S.M a A.S.V, 29 abr. 1863.
 Carta de E.S.V a A.S.V, 24 abr. 1894.
 Carta de F.A.B a A.S.V, 15 dez. 1865.
 Carta de F.A.B a A.S.V, 9 abr. 1866.
 Carta de F.F.C.P a A.S.V, 19 ago. 1872.
 Carta de G.A.A a A.S.V, 13 jun. 1856.
 Carta de J.A.R.E a A.S.V, 11 jul. 1873.
 Carta de J.A.R.E a A.S.V, 2 fev. 1872.
 Carta de J.A.R.E a A.S.V, 8 ago. 1873.

Carta de J.F.F a A.S.V, 17 out. 1863.
 Carta de J.F.F a A.S.V, 30 jan. 1868.
 Carta de J.G.P.U.C a A.S.V, 1875.
 Carta de J.J.P.G a A.S.V, 22 nov. 1851.
 Carta de J.M.S a A.S.V, nov. 1865.
 Carta de J.R.D a A.S.V, 22 dez. 1860.
 Carta de J.R.D a A.S.V, 4 jan. 1861.
 Carta de J.R.S.J a A.S.V, 07 mar. 1862.
 Carta de J.R.S.J a A.S.V, 15 dez. 1864.
 Carta de J.R.S.J a A.S.V, 20 out. 1864.
 Carta de J.R.S.J a A.S.V, 23 mar. 1864.
 Carta de J.R.S.J a A.S.V, 8 jul. 1864.
 Carta de J.W a A.S.V, 26 set. 1864.
 Carta de M.F.F a A.S.V, 15 dez. 1869.
 Carta de M.F.F a A.S.V, 16 jan. 1871.
 Carta de M.F.F a A.S.V, 27 jun. 1875.
 Carta de M.F.F a A.S.V, 8 maio 1871.
 Carta de M.J.V a A.S.V, 22 out. 1893.
 Carta de M.J.V a A.S.V, 26 jul. 1893.
 Carta de M.P.C.B a A.S.V, 03 set. 1881.
 Carta de M.P.C.B a A.S.V, 09 nov. 1883.
 Carta de M.P.C.B a A.S.V, 10 jun.1881.
 Carta de M.P.C.B a A.S.V, 20 out. 1883.
 Carta de M.P.C.B.J. a A.S.V, 9 set. 1881.
 Carta de T.P.S a A.S.V, 28 maio 1865.
 Carta de T.P.S a A.S.V, 29 jun. 1868.
 Carta de T.P.S. a A.S.V, 2 maio 1874.

Documentos diversos

Papéis tendentes à Irmandade de Caridade e Sociedade 7 de Setembro, na cidade de São Gabriel.
 Recibo Sociedade Harmonia, 3 mar. 1876.
 Recibos Sociedade Minerva, Rio de Janeiro, 1859.
 Recibo de Eugênio Gomes de Azevedo Bato, Rio de Janeiro, 23 mai. 1859.
 Dívida de Antonio Marques a Joaquim da Silva Vasconcellos (1853-1856).
 Habilitação número 48.309. Consulado Geral de Portugal, no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 out. 1853.

Fundo Borges de Medeiros - Localidade de São Vicente do Sul

Carta de A.S.V a A.A.B.M, 18 mar. 1905. Documento 09705.
 Carta de A.S.V a A.A.B.M, 15 nov. 1903. Documento 09698.

IHPF – Instituto Histórico de Passo Fundo

Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes

Correspondências passivas de Antonio de Vasconcellos

Carta de J.T.G a A.S.V, 06 jun. 1854.
 Carta de J.T.G a A.S.V, 12 nov. 1854.

Carta de J.A.C.G a A.S.V, dez. 1858.

Carta de J.A.F a A.S.V, 28 jan. 1859.

Carta de J.F.P a A.S.V, 15 fev. 1859.

Carta de J.G.L.C a A.S.V, dez. 1858.